



Revista Brasileira de

História Militar



Ano III - Nº 07
Abril 2012



Editorial

Nesta edição trazemos, na íntegra, os Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval, realizado no final do ano passado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). O evento contou com historiadores do mais alto nível, entre eles as professoras Regina Maria da Cunha Bustamante, da UFRJ, Maria Regina Cândido, da UERJ, que proferiram as conferências de abertura. Contamos ainda com a participação dos professores: Francivaldo Nunes da Universidade Federal do Pará; Johny Santana de Araújo da Universidade Federal do Piauí e Thiago Tremonte da Universidade de Brasília.

Aproveito ainda para saudar a entrada de mais um ilustre integrante em nosso Conselho Editorial. Trata-se do Professor Cesar Campiani, a ele e a todos os membros do conselho, nosso muito obrigado, pelo seu apoio e confiança.

Cesar Machado Domingues
Editor Responsável



Imagem nesta página:

A Batalha de Poitiers, ocorrida em 732, vencida pelas tropas de Carlos Martel e escolhida como símbolo do limite da expansão árabe na Península Ibérica.

Óleo sobre tela de Charles de Steuben (1788-1856), em exposição na Galerie des Batailles no Palácio de Versalhes (http://www.museehistoiredefrance.fr/index.php?option=com_oeuvre&view=detail&cid=158)



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura

Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros
Cabeceiras
Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império, povoamento, segurança, defesa do território e conflitos.....6

Francivaldo Alves Nunes

O Corpo de Guarnição da Província do Piauí e a Mobilização para a Guerra do Paraguai...25

Johny Santana de Araújo

Desejos de Modernidade: Modernismo sem modernização do Exército Brasileiro (1918-1920).....42

Thiago Tremonte de Lemos

“Inventando Tradições”, As principais comemorações do Exército Brasileiro desde o final do século XIX aos nossos dias.....68

Cesar Machado Domingues

Anais do I Encontro de História Antiga e Medieval do CEPHiMEx.....77

Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

Livro em Destaque.....246

ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO MILITAR NO NORTE DO IMPÉRIO: POVOAMENTO, SEGURANÇA, DEFESA DO TERRITÓRIO E CONFLITOS

Francivaldo Alves Nunes¹

RESUMO

Moralização de hábito, organização da produção agrícola e industrial, filantropia e povoamento ganhavam, portanto, dimensões de importância nos projetos de colonização militar. Considerando estas questões, nos propomos a analisar o processo de instalação das colônias militares na Amazônia como assentada no povoamento e sob a égide da administração militar do império brasileiro, constituindo assim em um programa cujo propósito envolvia a defesa de contornos físicos da nação, integrando preocupações acerca da ocupação populacional e na garantia da segurança individual e dos bens acumulados por estas populações; sem contar que estavam associadas a aspectos pertinentes à defesa das fronteiras nacionais, e tantos outros atributos tecidos em prol da conservação territorial do país.

Palavras-Chave: Colônias Militares; Amazônia; Século XIX.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, em 1857, parece está convencido de que é benéfica a presença de colônias militares no Brasil. A experiência como presidente da província no Pará alguns anos antes, 1849-1850, apesar do pouco tempo, ao que tudo indica, em muito contribuiu para a persuasão de que estes espaços poderiam servir aos propósitos do que chamou de “colonização militar”.² No caso, apontava que para o Brasil, assim como teria observado em algumas experiências no Norte do Império, a criação de colônias militares não teria apenas, como em outros países, certas necessidades especiais, que lhe imprimissem “o

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da UFPA, atuando na Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Pesquisador do Núcleo de História Rural da UFF atuando com os temas: agricultura, colonização, imigração, propriedade e conflito de terra.

² Colonização é entendida enquanto associada à resolução de carências e conflitos, além de se constituir enquanto tentativa de retomar, sob novas condições, “o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório” (BOSI, 1992: 13). Nesse aspecto, nos aproximamos do entendimento de Raymundo Laranjeiras que definia colonização como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de colonos nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais” (LARANJEIRAS, 1983: 3-4). Trecho citado em: GREGORY, 2005: 100.

caráter essencialmente agrícola, ou industrial e artístico, ou penitenciário, ou o filantrópico”. Não se tratava também de apenas, “combater o pauperismo, nem de moralizar e utilizar os vagabundos, e os degredados, nem mesmo (com fim principal), o de aumentar os produtos do solo”. Nestas observações, os espaços de colonização militar ganhavam um tom de defesa de que estes estabelecimentos se constituíssem em núcleos de povoações, em lugares remotos e despovoados, “onde só a princípio podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados a obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar”.³

Moralização de hábito, organização da produção agrícola e industrial, filantropia e povoamento ganhavam, portanto, dimensões de importância neste projeto de colonização militar, sem perder de vista, que dependendo das necessidades locais onde as colônias fossem implantadas, alguns desses aspectos poderiam ser mais ou menos valorizados. Considerando estas questões, nos propomos a analisar o processo de instalação das colônias militares na Amazônia como assentada no povoamento e sob a égide da administração militar do império brasileiro, constituindo assim em um programa cujo propósito envolvia a defesa de contornos físicos da nação, integrando preocupações acerca da ocupação populacional e na garantia da segurança individual e dos bens acumulados por estas populações; sem contar que estavam associadas a aspectos pertinentes à defesa das fronteiras nacionais, e tantos outros atributos tecidos em prol da conservação territorial do país.⁴

Como lembrava o Ministro da Guerra em 1857, a escolha desses pontos de colonização militar, por via de regra, deveria privilegiar regiões de fronteiras ou em alguns centros, onde se teria acumulado “vagabundos e malfeitores”, que ameaçavam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos. Tais colônias teriam, portanto, o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas se encontrassem o elemento agrícola e a criação de animais, ainda assim seriam “mais que tudo colônias policiais, de segurança e defesa, que garantissem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações”.⁵

No Norte do Império foi registrada a instalação de três colônias militares, a saber: Colônia

3 BRASIL. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858, p. 15.

4 Preocupações dessa envergadura remontam a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Perpetuam-se durante o Império visava à preservação da segurança do país. Contudo, preocupações acerca da segurança nacional se materializaram em 1824, quando da Constituição Imperial (RAMOS, 1960: 56). Por sua vez, o Artigo 102 da referida Carta apresenta a idéia de centralização do poder, posto que, determina como função do Imperador, prover a segurança interna e externa do Estado, justificando, do ponto de vista legal, a criação das colônias e presídios militares (TAVARES, 1958).

5 BRASIL. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858, p. 15.

Militar Pedro II, inaugurada em 06 de maio de 1840 na margem esquerda do rio Araguari; Colônia Militar de São João d’Araguaia fundada em 1851, na margem esquerda do rio Araguaia, junto á confluência com o rio Tocantins e a de Óbidos à margem esquerda do Amazonas, cujo registro de sua fundação remete ao ofício confidencial de 16 de maio e 18 de junho de 1854, quando o presidente do Pará, na época, ordenou a criação desta colônia na boca do lago Arapicú.⁶ Outra colônia teria sido projetada no Alto Rio Branco, no terreno que existia o Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Urariquera e Tacutú, até o ponto da confluência deste último com o rio Mahú. Tendo-se obtido informações e o parecer do comandante militar do Rio Negro sobre melhor localidade para fundação desta colônia, este indicava como a mais conveniente o sitio Uariurú, à margem esquerda do rio Tucutú, acima da boca do Surumú, e dez léguas adiante do Forte de São Joaquim; uma ocupação militar que remetia o período colonial. Esta ação, no entanto, não havia até então sido levada a efeito, pois “devendo estas colônias serem povoadas, exclusivamente por praças do Exército”, por se constituir como colônia de fronteira, “a insuficiência da força de primeira linha”, que naquele momento existia na província, não permitia que se empregasse na colônias o número de praças necessário para promover a fundação e desenvolvimento desta colônia.⁷

Conforme apontava o presidente do Pará em 1840, Antonio de Miranda, os espaços de colonização militar deveriam prever “as melhores proporções para a vida, terras para trabalho, ótimas madeiras de construção, e em algumas léguas de distância, terreno para criação”.⁸ Neste caso, embora fosse previsto a implantação de colônias militares em terrenos remotos e distantes dos centros de povoamento, o propósito era que estas colônias, em momentos posteriores, formassem núcleos de povoação. Esta deliberação explica a preocupação do governo provincial em definir terrenos apropriados para cultivo, extração de madeira, e para criação de animais; condições necessárias para assegurar a permanências das populações que se deslocassem para estes espaços.

A pouco mais de dez anos, em 1851, o presidente Fausto Augusto d’Aguiar, identificava o local de fundação da colônia Pedro II como espaço acertadamente escolhido por sua salubridade, pela fertilidade do terreno e abundancia de peixes que havia no rio, e pela circunstancia de haver

6 PARÁ. *Relatório a que se refere à Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial na abertura do corrente anno.* Belém, 1854, p. III.

7 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de agosto de 1851.* Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 62-63.

8 PARÁ. *Discurso recitado pelo Esm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840.* Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 67.

para o interior, campos próprios para criação de gado;⁹ exigências que foram percebidas quando da implantação de outras colônias militares. No caso da colônia São João do Araguaia, sua fundação ficou a cargo do tenente Constancio Dias Martins e do capelão frei Manoel Procópio do Coração de Maria, sendo que a localização da nova colônia já apresentava um registro militar, pois ali havia sido estabelecido, desde o ano de 1797, posto de policiamento para proteger a navegação, e obstar as incursões dos índios selvagens e a evasão de escravos. No entanto, embora o fato do local já ter sediado um posto militar, favorecesse a implantação da colônia, são as terras para cultivo e presença de campos para criação, que chamava atenção das autoridades.¹⁰

Esta condição quase que se repetia quando da fundação da colônia de Óbidos. Pelo ofício de 7 de abril de 1853 do Ministério da Guerra, o presidente do Pará foi encarregado de escolher nas proximidades de Óbidos “um lugar asado para assento de uma colônia de 500 a 600 indivíduos”, que “deveriam ajudar nos trabalhos militares desta vila, e de descortinar o local, preparar roçados e as primeiras plantações, bem como da construção de ranchos e abarracamentos para os colonos”.¹¹ Neste novo empreendimento a fertilidade da terra e a possibilidade de aproveitamento de madeiras e outros recurso florestais, são evocados como bons atributos para a escolha do local para sediar a nova colônia.

De fato, a cidade de Óbidos estava assentada na extremidade de uma linha de colinas de pouca altura, que na margem esquerda do Amazonas corria até a foz do rio Trombetas em uma extensão de dez quilômetros. Formada por 2.500 habitantes ficava em uma região rica de produtos naturais como a castanha, o óleo de cumaru, o cravo e madeiras. Cultivava-se nestas terras o cacau, tabaco, milho e feijão. O cacau e a criação de gado vacum e cavalariço, desenvolvidas em 190 fazendas, constituíam o seu principal ramo da indústria e comércio (BAENA, 1883: 66). Estes dados colocavam a região em situação favorável na produção agrícola, extrativa e de criação na província, o que justificaria a implantação de uma colônia que assegurasse o controle militar na região e a proteção das propriedades.

Pelos ofícios da presidência do Pará de 16 de maio e de 18 de junho do mesmo ano, se observa na fala das autoridades a preocupação que estes espaços de colonização fossem implantados em locais estratégicos do ponto de vista do policiamento da região, pois conforme alertava, era

9 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, p. 59.

10 *Idem*, p. 62.

11 PARÁ. *Relatório a que se refere à Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial na abertura do corrente anno*. Belém, 1854, pp. III e IV.

necessário atentar para o caráter de vigilância destas colônias, não se preocupando apenas com o povoamento.¹² No caso da colônia de Óbidos, ainda a ser implantada, recomendava-se que a sua fundação fosse estabelecida a aproximadamente quatro milhas acima da vila de Óbidos, na boca do lago Arapicú, margem esquerda do Amazonas, pois teria o propósito de assegurar o policiamento da vila e dar segurança as embarcações que utilizassem o rio Amazonas.

Diante das exigências quanto aos espaços de implantação das colônias militares, a de Óbidos aparecia como espaço privilegiado de colonização, por está situada em local próprio para garantir a segurança militar da região e por apresentar as condições necessárias para a permanência dos colonos. Sobre a questão o conselheiro Sebastião do Rêgo Barros dizia que “por uma coincidência feliz, por ser este o único lugar perto da vila capaz de receber a colônia por serem os mais sítios das margens do rio ou muito alcantilados e cortados a pique, ou paludosos e de terras alagadiças”. Sobre o local, este se prestaria “a todos os misteres da colônia e salvas algumas pequenas indenizações a particulares, que nele possui exíguas benfeitorias, todas vizinhas podem ser lavradas, por serem devolutas”. A idéia era que estas condições permitissem, em pouco tempo de fundação, que a colônia estendesse seu espaços de ocupação “por toda a margem do lago que contorna um espaço cordifórme de aspecto agradável e pitoresco”.¹³

Nos dizeres do conselheiro Rêgo Barros o policiamento, o povoamento e desenvolvimento econômico a partir do cultivo dessas áreas, aparecem como elementos motivadores para implantação das colônias militares. Estas características também seriam observadas quando da implantação da Colônia Militar São João do Araguaia, sendo que para esta colônia deveria se privilegiar o policiamento da região, pois conforme apontava as autoridades do Pará era necessário que a colônia se prestasse a proteção dos viajantes que transitavam entre as províncias do Pará e Goiás.¹⁴

Identificado como o terceiro em importância dentre os rios que compunha o sistema fluvial amazônico, o Tocantins, com uma extensão de 2.400 quilômetros, guardava aspectos de um espaço dinâmico, como diversos núcleos de população, uma economia extrativa baseada na exploração da castanha, borracha e óleo de copaíba; com grandes áreas de cultivo do cacau e intenso comércio fluvial, registrando ainda a presença de comerciantes das praças de Belém, Cametá e algumas embarcações

¹² *Ibidem.*

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ PARÁ. *Relatório que Exm. Sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque presidente da província do Pará apresentou ao exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração da mesma província em 12 de maio de 1860.* Belém, Typ. Comercail de A. J. Rabello Guimarães, p. 29.

das províncias de Goiás e Mato Grosso (BATES, 1979: 53).

A implantação da colônia S. João do Araguaia, portanto, estaria associada a esta dinâmica economia local e ainda por esta região ser concebida, do ponto de vista dos interesses do governo, como estrategicamente importante para interligar a região do extremo Norte do país as áreas do Sudeste e Sul. A idéia de promover o desenvolvimento da economia local se materializaria, nesse sentido, com a construção de uma hidrovia no Tocantins que ligasse a capital do Pará as praças comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro, garantindo assim a interiorização dos interesses do governo imperial (PENNA, 1864: 6).

É importante destacar que entre os governantes provinciais não havia concordância quanto aos propósitos de implantação dos espaços de colonização militar, embora se observasse que os valores que envolviam a implantação desses espaços militares estavam associados ao povoamento, a segurança individual e das propriedades e defesa do território contra possível incursão de invasores estrangeiros. Para Sá e Albuquerque, presidente do Pará em 1860, as colônias militares deveriam ser estabelecidas em lugares poucos populosos, nos quais a segurança dos viajantes ou dos habitantes exigisse proteção e socorro contra malfeitores e bandidos. Outro caso dizia respeito às razões de ordem militar, como o policiamento das regiões de fronteira. Situações que não eram reclamadas quando se observava a localização da colônia de Óbidos, reclamava o então presidente. Fundada sobre as margens esquerda do rio Amazonas, a uma légua de distancia da cidade de Óbidos, entendia que este estabelecimento militar não era reclamado pela segurança dos navegantes e nem por conveniências estratégicas. Achava-se, pois, em relação à utilidade que poderia prestar a província “na mesma situação em que se achava qualquer povoação estabelecida sobre as margens do Amazonas, não passando ao menos durante muitos anos de um pequeno povoado”.¹⁵

No caso, acreditava-se que colonos brasileiros e estrangeiros não procurariam se estabelecer na colônia de Óbidos, pois a grande proximidade em que se achava da cidade de Obidos, onde a atividade do comércio e da indústria poderia atrair estes colonos em busca de emprego fácil e produtivo, seria um grande obstáculo para fixar a população, pois prefeririam residir no espaço da cidade. Outra dificuldade apontada, dizia respeito à perspectiva de possuir terras para cultivo como pouco sedutora na província do Pará, na qual os terrenos desocupados eram apontados pelas autoridades como abundantes em quase todas as regiões da província. Estas questões eram apontadas

¹⁵ *Ibidem.*

por Sá e Albuquerque como “motivos plausíveis para que o governo não devesse continuar a fazer grandes despesas com esta colônia”. E assim defendia que os colonos deste estabelecimento fossem transportados para as cabeceiras do rio Trombetas, Madeira, ou qualquer outro, “e lá fundar um presídio militar de utilidade para os índios pacíficos e para os indivíduos que se enterram por esses rios no intuito de fazer com os habitantes dos lugares algum comércio”.¹⁶ O entendimento era, portanto, que as colônias militares deveriam ter como propósito principal o policiamento e a segurança militar das regiões mais afastadas dos centros de população, pois eram percebidos como locais desprovidos de uma ação militar mais intensiva e espaços de constantes conflitos.¹⁷

Vitor Marcos Gregório em estudo sobre os esforços do governo imperial para promover a navegação na região Amazônica destaca que a fundação das colônias militares na província do Grão-Pará, respondia fundamentalmente a dois objetivos que apresentam mútua relação, ou seja, auxiliar no povoamento de regiões afastadas, garantindo o fornecimento da mão-de-obra necessária para seu desenvolvimento econômico, e facilitar a comunicação por via fluvial através do estabelecimento de grupamentos militares destinados a servir de pontos de descansos e proteção aos viajantes, e de fonte de carvão vegetal para as caldeiras dos vapores (GREGÓRIO, 2009: 124).

De fato, a preocupação com o controle militar da região e conseqüente expectativa de uma soberania nacional que isso poderia trazer era, no entanto, acompanhada da idéia de que estes postos militares tornassem, em breve espaço de tempo, em núcleos de população; situação que poderia justificar inclusive a expressão do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho de “colonização militar”. Esta situação fica mais evidente, quando se observa a preocupação das autoridades com as condições estruturais das colônias, que deveriam assegurar as condições mínimas de permanência dos militares e suas famílias e dos colonos que fossem encaminhados para esses espaços. O presidente Antonio de Miranda, ainda em 1840, quando da fundação da colônia Pedro II, afirmava “ter distribuído as ferramentas de trabalho necessárias para os colonos, ordenando que distribuísse um quadro de terras a cada soldado e para cada civil que ali fosse residir”.¹⁸ Só o fato de que as terras dessas

¹⁶ *Idem*, pp. 29-30.

¹⁷ Em estudo sobre a colonização nas terras de fronteira da Amazônia foi possível identificar a preocupação das autoridades brasileiras com áreas de fronteiras da Guiana e do Peru; o que se devia a presença de um intenso comércio envolvendo franceses, espanhóis, portugueses, holandeses, americanos e ingleses. A região era também marcada pela presença de diversas sociedades indígenas, comunidade de escravos, soldados desertores e índios aldeados; identificase ainda uma pequena economia camponesa e o comércio de canoas que refaziam os caminhos fluviais na região. Esta situação provocava temores nas autoridades locais de que ocorressem insurreições e/ou invasão estrangeira (NUNES, 2008: 02).

¹⁸ PARA. *Discurso recitado pelo Esm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840*. Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 67.

colônias, como a Pedro II, inaugurada com 74 indivíduos entre praças, mulheres e criança, não serem ocupadas apenas por militares, evidencia a proposta de auxiliar no povoamento.

Outro dado que auxilia no entendimento dos propósitos a que as colônias militares estavam submetidas, é o mapa da população que ocupava esses espaços que se achavam estabelecidos no Pará até 1854. O mapa demonstra a estrutura militar e administrativa das colônias como diretores, almoxarife, sargentos, cabos e soldados, que evidencia um caráter de policiamento e de extensão da estrutura militar pautada na disciplina e manutenção da ordem, e ainda a presença de colonos não militares, que apontava para o propósito colonizador, através da criação de núcleos de povoamento.

N.º 21.

Mapa da população das Colonias militares que se acham estabelecidas na Provincia do Pará.

COLONIAS.	Diretor.	Capellão.	Almoxarife.	2.º Sargento.	Cabo.	Alforges.	Soldado.	Colonos não militares.	Mulheres.	Crianças.	Escravidos.	Total.
De São João d'Araguaia	1	1	1	»	2	1	19	3	12	25	7	62
De Pedro 2.º	1	1	»	2	1	6	22	25	22	33	3	125
Somma	2	2	1	1	3	6	41	28	34	58	10	287

OBSERVAÇÃO.

Parte da população da Colonia de—Pedro 2.º—não reside propriamente nella, mas sim nos seus arredores.
 Secretaria do Governo do Pará 1.º de Agosto de 1854—O Secretario—Jão Silveira de Sousa.

Fonte: Anexos e Mapas a Falla de 1854, anexo n° 21.¹⁹

Desta forma se entende os esforços do governo provincial em promover a ocupação populacional das colônias militares, inclusive com engajamento de mais militares e distribuição de terras, além de instrução para o cultivo de gêneros alimentícios. Esta política de povoamento fica evidente nas várias tentativas de repovoar a colônia Pedro II e na tentativa de atrair estrangeiros para a colônia de Óbidos. Para esta ultima, o governo teria registrado em 1855 o transporte de 224 colonos “que teria seguido para povoar a região, faltando ainda 276 para o número completo, que lhe está designado”.²⁰ No entanto, há de se observar que a presença de estrangeiros nas colônias militares é observado apenas em Óbidos, não se registrando o mesmo fenômeno nas colônias militares próximas as terras de fronteiras ou de disputas territoriais com outras nações, como a Pedro II localizada em

19 PARÁ. *Relatório a que se refere à Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta provincia dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial na abertura do corrente anno.* Belém, 1854.

20 PARÁ. *Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Dr. João Maria de Moraes 4º vice-presidente do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma provincia ao 3º vice-presidente o Exm. Sr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães.* Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12.

região próxima aos limites com a Guiana Francesa; o pode ser explicado pela preocupação das autoridades provinciais em não povoar as região de limites territoriais do império brasileiro com colonos estrangeiros, pois este é identificado como não portador dos valores e interesses nacionais, e conseqüentemente colocaria em risco a soberania do país. Sobre a questão, o presidente do Pará Rego Barros defende a promoção do povoamento das colônias militares por estrangeiros apenas no caso de Óbidos, por esta ser uma colônia situada em território legitimamente brasileiro e sem se constituir como objeto de contestação de outros países. Para estes locais ainda em disputas, defendia criação de colônias agrícolas povoadas por nacionais.²¹

Antonio de Miranda em discurso ao parlamento provincial do Pará destacava que a fundação da colônia Pedro II, a que foi responsável, tinha sido motivada pela necessidade de animar a colonização e a agricultura, num esforço por povoar algumas regiões da província. Não se tratava, no entanto de que estes espaços se constituíssem como modelos na produção agrícola ou ainda assegurasse a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos da região, como se propunha alguns outros projetos de colonização. A região escolhida para implantação das colônias militares apresentava como característica principal a possibilidade de especulação e desenvolvimento industrial, associada a ausência de forças militares que exercessem o policiamento; o que poderia atrair para estas áreas interesses que divergiam com o do governo brasileiro. Nesse sentido, a escolha por colônias militares foi associada a dificuldade de se arregimentar famílias para ocupação imediata dessas terras, “ou ainda que quisessem marchar para os lugares, que fossem designados”. Esta dificuldade, já vivenciada por outros administradores, teria levado Antonio de Miranda a “lançar mão de praças de primeira linha” na ocupação da colônia Pedro II.²²

As diferentes utilidades das colônias militares parecem ter dirigido a atuação do governo provincial nestes empreendimentos. No caso da colônia São João do Araguaia, esta é apontada como destinada a proteger a navegação dos rios Tocantins e Araguaia, assim como obstar as incursões indígenas e as fugas de escravos.²³ Em ofício de 16 de maio de 1863 ao ministro da Marinha, Raimundo

21 PARÁ. *Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros presidente da província do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma província ao 1º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa*. Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12. A colonização nas áreas de fronteira na Amazônia, entendida do ponto de vista da atuação governamental, estava relacionada a garantia do povoamento e a necessidade de afirmação de uma identidade nacional. Neste aspecto, os programas de colonização tinham o propósito principal de garantir a ocupação populacional, em que essas populações se identifiquem como os valores defendidos pelo governo brasileiro (NUNES, 2008: 05-06). Carlo Romani, em estudo sobre as áreas de fronteira no Norte do Brasil, sintetizava bem esse momento afirmando que para governo brasileiro era preciso “colonizar para não perder” (ROMANI, 2003).

22 PARÁ. *Discurso recitado pelo Exm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840*. Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 66.

23 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da*

de Lamare, Couto de Magalhães, então presidente da província de Goiás, defendia a manutenção desta colônia como importante para o desenvolvimento da navegação nos rios Araguaia e Tocantins, pois se constituía como porto intermediário que permitia o reabastecimento dos navios e a defesa contra os possíveis ataques de negros e índios.²⁴

Couto de Magalhães lembrava, que dependendo da localização das colônias militares deveria se atentar para os seus reais propósitos, defendendo o papel de policiamento que estas colônias teriam, principalmente quanto ao combate a formação de quilombos. Sobre a questão, o presidente do Pará em 1858, João da Silva Carrão destacava que era de conhecimento do governo que existiam na província um número considerável de quilombos, “em que vivem acoitados não somente escravos fugidos, mas também desertores, criminosos, malfeitores de todo o gênero”.²⁵ Segundo as informações da administração provincial, o número de escravos que existiam nestes quilombos seria superior a duas mil pessoas. Sem mencionar os que existiam na região do Amapá, se registravam a presença de quilombos nas cabeceiras do rio Trombetas, no município de Óbidos, nas cabeceiras do rio Anajaz, município de Muaná em Marajó, na margem do rio Tabatinga em Cametá e na margem do rio Guamá. De posse dessas informações, Silva Carrão defendia o uso das colônias militares como ações mais estratégicas de combate ao que se identificava como “espaços de malfeitores e escravos fugidos”.²⁶ Esta proposta se afinava ao que defendiam os fazendeiros possuidores de escravos, em

2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-62.

24 BRASIL. *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciliano Leite Ribeiro.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1864, anexo, p. 4.

25 PARÁ. *Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão.* Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 38.

26 As ações consideradas esporádicas dizia respeito aos Tinha ordenado a organização de uma força composta de 200 guardas nacionais de Cametá, e de 100 de Oeiras, que deviam partir ao mesmo tempo para encontrarem-se sobre o Tabatinga. Estando já parte dos preparativos prontos, o receio da estação chuvosa obrigou a adiar a empresa, para tempos mais oportunos. Em Muaná o juiz municipal, bacharel Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, que foi nomeado delegado de polícia, auxiliado pelo comandante do batalhão da guarda nacional, tenente coronel Antonio Vicente Magno, partiram nos começos de janeiro para atacar o do Anajaz; porem também as chuvas impediram que a escolta pudesse chegar às cabeceiras do rio, onde existia o quilombo de escravos, e malfeitores, e foi obrigada a regressar. Mas apesar disso, a tentativa não foi sem proveito, antes colheram dela ótimos resultados. Foram aprisionados quatro escravos fugidos, e cinco desertores do exercito, nove criminosos de morte, entregando-se a prisão dois dos mais importantes, pela impossibilidade de continuarem a zombar das leis, além disso mais três criminosos por outros crimes, os quais todos vagavam impunemente, em presença, de autoridades frouxas, ou complacentes. Igualmente remeteu trinta e um recrutas para o exercito, dos quais alguns foram soltos por defeitos ou moléstias, porem geralmente eram vadios que infestavam os campos de Marajó, dilapidando, com os criminosos e assassinos, o gado das fazendas. A energia, e atividade do bacharel Peixoto, auxiliado com os recursos que foram postos a sua disposição, e com as instruções do chefe de polícia, deve-se a restauração do império da lei naquele termo, e o desaparecimento de numerosos mal-feitosos, cuja intrépida impunidade tinha tornado a ilha do Marajó um corvil de desordeiro, dotando-a de deplorável celebridade. Hoje a autoridade é ali respeitada, e os criminosos já conhecem que não continuarão a zombar impunemente das leis e da sociedade. Cumpre declarar que na execução de tais providencias o delegado foi coadjuvado pelo prestimoso capitão Pedaro Antonio Rodrigues do corpo policial, e pelo alferes Bento José da Costa e Vasconcellos, que são credores de elogios pela dedicação com que se prestaram ao serviço, obrigados a vencer dificuldades extraordinárias que as cheias da estação lhes opunham. PARA. *Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão.* Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 40.

que a existência conhecida de tais quilombos os teria colocado em impossibilidade de disciplinar os seus escravos “pelo fundado receio da fuga, e acoitamento certo nesses lugares, onde os fugitivos encontram segurança contra qualquer tentativa de apreensão”.²⁷

A necessidade de policiamento e garantia da segurança da propriedade, encargos a que estavam submetidos às colônias militares na Amazônia, caracterizavam esses espaços como imperativos da disciplina e da plena execução das ordens. Esse ideário era tomado como ponto de honra dos comandantes militares que assumiam a direção dessas colônias. Por outro, essa disciplina não era acompanhada das iniciativas do governo em assegurar as estruturas necessárias para manutenção dos colonos nestes espaços. Assim sendo, estes locais foram objetos de conflitos entre os colonos e os seus administradores, o que seria responsável pela constante deserção de militares e colonos. Sobre a questão, o conselheiro Jerônimo Francisco Coelho registrava o estado de abandono a que se encontrava a colônia Pedro II, sendo as principais causas atribuídas “à falta de cumprimento de promessas feitas aos primeiros colonos sobre a doação de terrenos, e o severo tratamento, que em lugar tão remoto sofriam os mesmo colonos da parte do ultimo diretor que ali existiu”.²⁸ Para dar conta desta situação, em junho de 1849 foi expedido uma comissão a bordo do Brigue Escuna Nictheroy a explorar a costa até o Cabo do Norte, quando foi incumbido ao Comandante Capitão de Fragata Martinus Aníbal Bolt de visitar e inspecionar a colônia, e apresentar um circunstanciado relatório sobre o seu estado. A partir desta visita, segundo informações, estaria o governo resolvido a “reanimar a colônia dando-lhe regulamento especial, mandando construir igreja, nomeando capelão e distribuir terras aos soldados do destacamento”.²⁹

Para o presidente Fausto Augusto d’Aguiar a colônia Pedro II, embora apresentasse boas condições de desenvolvimento como a salubridade do lugar, a fertilidade do terreno, a abundância de peixes que havia no rio Araguari e presença de campos para criação de gado, esta estava sendo vítima dos abusos repetidos e desleixos dos seus administradores, sobre os quais não podia a presidência exercer ativa inspeção pela distancia que se encontra a colônia da sede administrativa da província e da dificuldade de comunicação com a capital, o que dava sensação aos administradores da colônia da impossibilidade de punição quanto aos seus atos abusivos, como a excessiva disciplina militar e os

27 PARÁ. *Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão.* Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 38.

28 PARÁ. *Falla dirigida pelo Exm. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho presidente da província do Gram-Pará a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 6ª Legislatura no dia 1º de outubro de 1849.* Belém, Typ. de Santos & Filhos, 1849, p. 141.

29 *Idem*, p. 141-142.

constantes castigos físicos a que estavam submetidos os colonos.³⁰

De fato, em 03 de maio de 1855 o conselheiro Rego Barros recebe uma série de denúncias de João Florêncio Dantas, na época almoxarife e escrivão da colônia Pedro II, sobre “os atos praticados pelo tenente coronel Joaquim Bezerra de Albuquerque”, então diretor da colônia.³¹ No denuncia Bezerra de Albuquerque é identificado como um “exímio negociador das coisas públicas”, não se importando com os bens que pertence a nação. Isto sede a algumas práticas do diretor como autorizar a retirada de madeiras nacionais para comércio particular, utilizando os soldados da colônia para este serviço, sem qualquer preocupação com o pagamento destes serviços. Teria ainda mandado, por vezes, alguns praças a pescarem pirarucu, para depois vender aos mesmos praças e outros colonos pelo preço de 160 réis. No registro das ações arbitrárias de Bezerra de Albuquerque registrava-se a ordenação aos soldados para extrair cacau das matas as proximidades da colônia e ainda dividir o que era produzido pelos colonos nos trabalhos de roça, como por exemplo a apropriação de mais de cem mãos de milhos que os colonos haviam produzido, com a justificativa de que esta produção era destinada aos cofres públicos. Os produtos que são apresentados como resultado da arrecadação pública, são no entanto, “vendidos na casa do diretor ao soldados para quando chegar os soldos, o mesmo ser indenizado daquelas quantias que os ditos soldados lhe devam, dos gêneros que tiraram fiado ao mesmo”. Para João Florência Dantas as atividades irregulares do diretor da colônia Pedro II poderia produzir muito em breve a infeliz notícia de alguns acontecimentos, pois, “tanto os militares quando os paisanos vivem desesperados e desgostos dos maus tratos que o diretor está dando”.³²

Os abusos dos diretores das colônias militares pareciam ser algo constante. Ainda em 1849, o governo recebia denúncia quanto ao que se considerava enquanto “comportamento inadequado dos administradores da colônia Pedro II”. Na tentativa de superar estas dificuldades, Fausto d’Aguiar nomeou o tenente de 3ª classe do Exército Severino Euzébio Cordeiro, e para capelão o 2º beneficiário da catedral Estumano Alexandrino Gonçalves Baião, que também assumiria o controle da missão do Araguari. A nomeação dos novos administradores deveria ser acompanhada da necessidade de regularizar o serviço da colônia, de modo que ficassem cortados os abusos. Para isso é confeccionado algumas instruções através do Regulamento de 22 de dezembro de 1849 que definia as atribuições dos

30 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-60.

31 *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de maio de 1855*. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

32 *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de maio de 1855*. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

administradores nestas colônias, assim como as finalidades a que estavam submetidas esses espaços. Quanto aos desvios dos recursos públicos a que eram acusados os administradores foi regularizado um serviços de escrituração e fiscalização elaborados pelo inspetor da tesouraria da fazenda Manoel Rodrigues d'Almeida Pinto. Quase que prevendo possíveis conflitos, Fausto d'Aguiar propõe ainda que a colônia seja povoada por “praças de conduta abonada com suas famílias, mandando-lhes distribuir e demarcar terras, e assegurando-lhes a vantagens prometidas pelo Regulamento de 22 de dezembro de 1824”.³³

As ordenações de estruturação da colônia Pedro II definia a construção de uma capela, pois a que existia era apenas uma simples casa, o que dificultava a celebração dos ofícios divinos, importante para a conformação dos colonos.³⁴ A construção de uma casa para o almoxarifado, a conclusão do aquartelamento e a construção de 20 habitações regulares para os colonos eram ainda registradas. Tinha ainda recomendado com particularidade a cultura de gêneros, pois se entendia que desta atividade resultaria não só a abastança para a colônia, mas relações de comércio coma vila de Macapá, que se poderiam tornar importantes. E assim, para assegurar o desenvolvimento agrícola nesta colônia se registrava o envio de instrumentos agrícolas, plantas e sementes.³⁵

As estampas da colônia Pedro e produzidas em 1º de janeiro de 1855, ilustram bem as perspectivas construídas pelos administradores quanto as mudanças e condições estruturais a que deveriam está submetidas à colônia. No caso da imagem 1, esta era identificada como ilustrativa do estado atual da colônia e a 2 representaria as alterações a partir do desenvolvimento deste espaço.

Como se observa, uma questão se mostrava importantes neste plano de colonização. Estamos nos referindo à distribuição dos espaços de ocupação no interior da colônia, criando aspecto de um povoado, com a igreja, quartel e casa da diretoria formando uma praça, em parte circundada pela casa dos colonos; o que remeteria a uma perspectiva de povoamento. O destaque dado a estrutura administrativa, principalmente o quartel e a casa do diretor, mostra, no entanto, que estes espaços deveriam servir aos propósitos militares de policiamento da região.

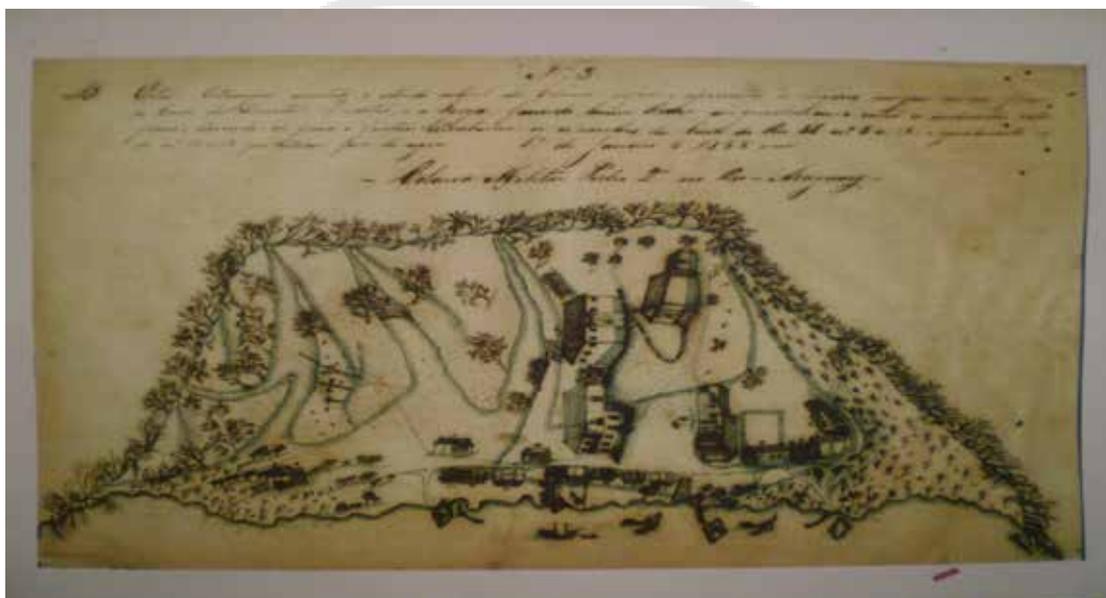
33 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-60.

34 Sobre a capela ver texto francivaldo

35 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 60-61.



ESTAMPA 1: Colônia Militar Pedro II (Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, caixa nº 159).



ESTAMPA 2: Colônia Militar Pedro II (Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, caixa nº 159).

A forma de acesso aos lotes dava à colônia, aspectos urbanos de povoamento, prevendo os lotes destinados à construção das moradias nas proximidades da igreja, quartel e diretoria. Estes sendo separados dos lotes coloniais destinados ao plantio e criação. Conforme correspondência entre a diretoria da colônia e o governo provincial, as terras para cultivo estariam divididas em duas modalidades: as de cultivo individual, desenvolvida pelo colono e sua família e as “roças comuns” plantadas pelos soldados e alguns policiais para a produção de alimentos aos militares em serviço;³⁶ o que garantir a permanência dos colonos nestas terras era feita a doação de animais (o que nem sempre

³⁶ *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 04 de novembro de 1854.* Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

ocorria), instrumentos de trabalho, sementes para plantio e de certa quantia em dinheiro a ser recebido até a primeira colheita. Em 18... o cabo Domingos Paes recebeu além dos instrumentos de trabalho e sementes, a quantia de 14:560 réis para auxílio nas despesas com a mulher Joana Batista da Silva e os filhos Idalina Maria Paes e Luíza Francisca Paes; quantia correspondente aos meses de abril, maio e junho, tempo em que estava vivendo na colônia.³⁷

Peixes, animais silvestres, frutos e tubérculos parecem ter contribuído de maneira significativa para com a alimentação dos soldados e colonos. Na época de colheita de milho, feijão, arroz e outras sementes, a colônia procurava adquirir tais produtos, via compra junto aos colonos e os armazenava no depósito para serem consumidos em períodos de carestia, ou quando da demora dos soldos por conta das distancias e dificuldade de comunicação a que se encontravam estas colônias.

A densa floresta a proximidade da colônia se mostrava um espaço a se fiscalizado, o que justificaria a manutenção das áreas de matas nas duas estampas. Não se tratava, no entanto, de preservar estas áreas, mas evitar que os colonos se ocupem exclusivamente da exploração dos seus recursos. Formada por madeiras qualificadas como preciosos, pelo bom preço a que poderia ser comercializada, encontrava-se o acapu, açariquara, itaúba, pau d'arco, andiroba, piquiá e pau rosa. Das matas desta região se registrava ainda a extração da castanha e a andiroba comercializados no porto de Macapá e Mazagão (BAENA, 1882: 52). Nesse caso, a preocupação das autoridades era que a exploração das áreas de florestas não se transformasse na garantia única de vida dos habitantes residentes na colônia, uma vez que se entendia que a atividade extrativa pouco garantia a permanência dos colonos em mesma posse de terra, exigindo o seu deslocamento para diferentes áreas. A idéia era que os colonos, que fixassem residência no local, retirassem proveito das terras que tinham recebido para cultivar e criar animais.

A defesa do estabelecimento de Fazendas de criação nas imediações da colônia Pedro II, aproveitando para isso os vastos campos disponíveis na região e a construção de estradas ligando a colônia a vila de Macapá são algumas outras proposta para desenvolver esta colônia. No caso da estrada, esta deveria facilitar os meios de comunicação entre a colônia e a vila de Macapá, cuja distancia chegava a aproximadamente 16 léguas, evitando, portanto, os riscos que acompanhavam a navegação pela costa. Sobre a estrada, ainda em 1851, a administração provincial havia ordenado a abertura de uma picada que custaria aos cofres públicos 6.000\$000 de réis, seguindo os vestígios de

37 Folha para pagamento dos colonos e familiares de 01 de julho de 1854. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

uma antiga estrada e que partindo de Macapá ia até a margem do rio Araguari, não longe, segundo constava, do ponto onde estava assentada a colônia.³⁸

Para a colônia de São João do Araguaia era proposta a criação de uma estrada até as cabeceiras do rio Capim, pois este era navegável até a capital do Pará, ou outra estrada até as cabeceiras do rio Gurupí, que era navegável até Viseu, de onde principiaria outra estrada passando por Bragança até Belém. No caso da estrada de Bragança esta era considerada como extremamente útil para a condução de gado das províncias do Maranhão e Piauí. A construção desta via de comunicação até Viseu se propunha, no caso, a facilitar, inclusive, o deslocamento de praças quando do surgimento de algum inconveniente que alterasse a ordem pública.³⁹

As ações de melhoria das estruturas necessárias para assegurar a permanência dos colonos em D. Pedro II parecem não ter obtido os êxitos necessários. Alguns anos depois, em 31 de julho de 1855 em exposição apresentada pelo presidente João Maria de Moraes, dava-se conta que em meados de maio, do mesmo ano, dia 14 para ser mais exato, sublevou-se o destacamento da colônia Pedro II, e teria assassinado o seu comandante e diretor, o tenente coronel Joaquim Bezerra de Albuquerque, escapando de ter a mesma sorte o reverendo cônego capelão Estolano Alexandrino Gonçalves Baião, por ter podido a tempo evadir. Das participações oficiais, remetidas pelo delegado de polícia de Macapá, “em resultado da diligência que havia feito marchar para a dita colônia logo que teve notícia da sublevação”, constava que as praças revoltadas haviam se refugiados no território neutro do Amapá, depois de espoliarem a colônia.⁴⁰

Vicente Ferreira Diniz, Felipe Thiago, Honório Amaro de Lima, Antonio Francisco e Julião Serrão, encaminhados para a capital do Pará para deporem no processo que se teria instaurado contra os soldados que sublevaram e assassinaram o seu comandante, testemunham não somente como se deu a rebelião dos praças, mas também os inconvenientes que o diretor Joaquim Bezerra de Albuquerque submetiam os seu comandados, e que motivaram a revolta, e ainda que a revolta não era de conhecimento apenas dos soldados, mas de pessoas próximas ao diretor e que sofria as mesmas privações, como o cabo do 5º Batalhão de Artilharia, Domingos Paes.⁴¹

38 PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851.* Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, p. 61.

39 PARÁ. *Falla que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim da Cunha presidente desta província dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da mesma assembléia, no dia 15 de agosto de 1853.* Belém, Typ. de Santos & Filhos, 1853, p. 18.

40 PARÁ. *Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros presidente da província do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma província ao 1º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa.* Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12.

41 *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 30 de agosto de 1855.* Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria

Conforme registramos, um ano antes, o almoxarife e secretário da colônia já havia advertido a presidência do Pará, quanto a atuação de Bezerra de Albuquerque, que abusando da autoridade que havia lhe conferido se utilizava do trabalho dos colonos, se apropriava de parte do que produziam sem oferecer as devidas indenizações, distribuía castigos e se apossava de parte dos soldos dos praças. Durante a sua administração, de fato, ficou comum o registro de fugas da colônia.

Em 03 de dezembro de 1854, o próprio diretor destacava a fuga de alguns colonos. Entre eles estava Manoel João, paisano que estava casado com Inês Maria Rosa, que havia desaparecido de uma pequena roça onde se achavam morando desde o fim de junho para o princípio de julho, daquele ano, levando em sua companhia Romana Francesca também colona. De acordo com o diretor da colônia a moradia do colono Manoel João havia se transformado em um ponto de reunião de soldados para jogos e embriaguês, o que teria levado a impor que não consentisse se reunir nela mais que dois soldados a fim de evitar rixas e bebedeiras, registradas como comum nestas reuniões. A conversa “não muito agradável” (subentende-se que durante o interrogatório houve o uso de castigos físicos), Manoel João, segundo o diretor, havia “pedido licença e se retirado para a roça de onde desapareceu, queixando-se de que eu o perseguia”.⁴² Registrava-se ainda que dois outros soldados havia combinado de fugir com Manoel João para Macapá, no entanto foram capturados a tempo e presos por tentativa de deserção.

Esta atitude, ao que tudo indica, é utilizada como a principal arma dos homens atingidos pelos recrutamentos que não viam vantagem na vida nestes espaços de colonização; o que poderia gerar um questionamento sobre a atuação dos administradores da colônia. Sem contar que desvela o apoio que a sociedade local poderia desprender sobre as atitudes desses colonos, ou ainda, a fragilidade da fiscalização e pouco efeito da disciplina militar.

Para a Bezerra de Albuquerque a atuação de prender e castigar os que não atentassem para suas ordenações se justificava, pois boa parte desses colonos, incluindo Manoel João, reduzia seu trabalho ao emprego da caça e pesca, cuja produção “mal chegava para si”.⁴³ Com isso se evitava trabalhos mais produtivos como o plantio e a criação. Sendo assim, o diretor entendia que os castigos a que submetiam alguns colonos, contudo, não seria resultado de perseguição “e se algum mal tenho praticado é despertando-os, animando-os para o trabalho, pois a preguiça aqui reinava e ainda vai

da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

42 *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguaari de 03 de novembro de 1854*. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

43 Sobre os castigos como algo comum entre os militares.

reinando”.⁴⁴

De acordo com Shirley Nogueira, a história do Exército teria provado que o aumento do rigor na disciplina não diminuía a insubordinação individual e nem os motins. Pelo contrário, oficiais muitos rigorosos geralmente acabavam sendo assassinados. Situação que poderia está ocorrendo na colônia Pedro II, pois conforme aponta esta autora, os motins continuaram a ser o caminho para os soldados verem suas queixas e demandas atendidas pelas autoridades militares (NOGUEIRA, 2009: 315-316).

Os eventos ocorridos na colônia Pedro II e qualificado pelas autoridades provinciais como “teatro de cenas de insubordinação militar”, pode ser compreendido como resultado dos propósitos a que estes espaços estavam submetidos. O desafio das colônias militares, neste sentido, era no processo de promover a ocupação territorial, tornar os ocupantes desses espaços em colonos a partir de uma disciplina e norma militar. A exploração dos recursos das florestas, a princípio reprimidas, denota uma postura firme por parte dos militares. Pode ter sido, também, um instrumento empregado pelos militares com o intuito de obrigar esta população a tornar-se colono e voltar suas atividades a lida agrícola e pastoril, num movimento em que o povoamento, a segurança e defesa do território, propostas a que estava submetidas as colônias militares, exigiam desses colonos a superação das dificuldades quanto ao isolamento desses espaços, a disciplina, a ausência das condições estruturais e ainda o atraso no pagamento dos soldos.⁴⁵ Soma-se ainda as estratégias de sobrevivência, como a apropriação dos recursos florestais, a solidariedades quanto as ações autoritárias dos administradores da colônia e que muito bem se materializa nas insubordinações, nas fugas e assassinato das autoridades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da Província do Pará organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883*. Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885.
- BATES Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia;

⁴⁴ *Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de novembro de 1854*. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

⁴⁵ O atraso no pagamento dos soldos parecem ser algo recorrente. Shirley Nogueira identifica em 1842, a instrução de José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, ao presidente do Pará, Souza Franco, a fazer o pagamento dos soldos e mais vencimentos corretamente. No caso, defendia que as dívidas fossem quitadas a partir do mais atrasado até o mais atual, até se esgotar as obrigações do Exército com os soldados (NOGUEIRA, 2009: 313).

- São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- GREGORIO, Vitor Marcos. Mãos á obra: o governo provincial paraense e seus esforços para a navegação da região amazônica - 1850-1867. *Almanaque Braziliense*, nº 09, maio de 2009, pp. 122-136.
 - GREGORY, Valdir. “Colonização”. In: MOTTA, Márcia (ORG.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 98-102.
 - LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
 - MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
 - NUNES, Francivaldo Alves. Estado e colonização nas terras de fronteira da Amazônia Oriental (Guiana e Peru, século XIX). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008, pp. 1-17.
 - NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura e colonização nas terras de florestas da Amazônia Oriental (século XIX). In: OLINTO, Beatriz Anselmo (Org.), MOTTA, Márcia Menendes (Org.), OLIVEIRA, Oséias (Org.). *HISTÓRIA Agrária; propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, pp. 135-158.
 - NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “A soldadesca desenfreada”: politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência (1790-1850). Tese (Doutorado em História Social do Brasil), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009.
 - PENNA, Domingos Soares Ferreira. O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.
 - PENNA, Domingos Soares Ferreira. Viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864.
 - RAMOS, Guerreiro. O Problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
 - ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Transito e confinamento na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Campinas: IFCH/ UNICAMP (Tese de Doutorado), 2003.
 - TAVARES, Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

O CORPO DE GUARNIÇÃO DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ E A MOBILIZAÇÃO PARA A GUERRA DO PARAGUAI

Johny Santana de Araújo¹

O EXERCITO IMPERIAL: A FORÇA DE 1ª LINHA

O exército brasileiro no início de 1864 poderia ser considerado uma força mais simbólica do que efetiva ou em outros termos, um exército carente de uma composição que se identificasse com o próprio país. Organizada em torno de um modelo básico, a título de avaliação vale a pena comparar a instituição brasileira com o modelo militar prussiano.

A opção por comparar o Exército Imperial brasileiro ao Imperial Exército prussiano decorreu da necessidade de mostrar que ambos passavam por um processo de reorganização. No entanto seus Estados Nacionais viviam contradições mais ou menos semelhantes, no caso da Prússia a servidão e no caso do Brasil a escravidão.

A Prússia soube resolver seus problemas de equidade no serviço militar, adotando um modelo mais liberal, uma vez que a servidão havia sido abolida, eliminou certos privilégios como a admissão somente de nobres para o oficialato, além de tornar o serviço militar acessível a todos os considerados cidadãos, dessa forma o serviço militar representava a mais importante realização do homem na sociedade sendo considerado um bem para o país, nesse ponto a própria sobrevivência do Estado precedia a do cidadão.

O exército imperial brasileiro, no período anterior à guerra do Paraguai, estava muito aquém do nível de organização, por exemplo, do exército prussiano do mesmo período. O exército brasileiro se constituía em uma organização militar de dimensões bastante reduzidas concentrado ou nas principais capitais de províncias, ou ao longo da fronteira com os países do Prata, com um efetivo pouco maior que 18.000 homens.

Revelando ser ainda uma instituição repleta de contradições, a começar pelo deficiente sistema de alistamento militar, o Exército era secundado ainda por uma instituição: A Guarda Nacional, que

¹ Bacharel em História e Licenciado em História (UFMA), Mestre em História do Brasil (UFPI), Doutor em História Social (UFF), Professor do Programa de Pós Graduação em História do Brasil (UFPI), Pesquisador do Núcleo de História Comparada e Estudos Interdisciplinares (NHCE – UFRJ) atuando nas linhas de pesquisa Guerra e Sociedade; Recrutamento Militar e Formação do Estado no Brasil. É líder do Núcleo de História; Memória; Sociedade e Política (NHMSP - UFPI).

havia sido fundada sob o auspício de Milícia Cidadã.² Porém, durante os anos do conflito já havia se tornado o baluarte do poder de mandonismos locais, o que acabou contribuindo para dificultar a organização de um verdadeiro exército nacional durante a guerra.

No que se refere ao nível de identificação com os princípios de nação, o caso prussiano foi mais bem trabalhado, pois foram realizadas reformas militares a alguns anos antes, que vingaram com a idéia de abolição da servidão, ao mesmo tempo em que houve o encorajamento do entusiasmo nacional. Assim, Karl von Scharnhorst, um dos mais importantes reformadores do Exército Prussiano propôs “[...] congregar o exército e a nação numa união mais íntima.”³ Para tanto, o alistamento militar poderia ser compulsório e teria o período de serviço militar do cidadão coincidindo com o estágio final de sua educação. Além da família e da escola, o exército passava a ter importância. Para o oficialato a educação passou a ser a principal qualificação e não mais a origem nobre.

Nessa mesma época foi criada em Berlim a *Kriegsakademie* ou Academia da Guerra, cujos ensinamentos proporcionariam aos futuros oficiais selecionados o conhecimento de táticas, estratégias, tecnologia militar, leitura de mapas, geografia, idiomas e administração. Em 1857 foram introduzidas as seções de História, Cartografia e Ferrovia.

Quanto ao Brasil nessa questão, o elemento que se identifica com os princípios prussianos relaciona-se à preocupação do governo imperial com a preparação dos oficiais, onde para John Schulz o nível de instrução na Academia Militar brasileira destacava-se favoravelmente.⁴

Com a fundação da Real Academia Militar em 1810 e a evolução constante do conhecimento, a formação dos cadetes passou a contar com forte presença do estudo da engenharia e das ciências exatas e que, a partir de 1850, seria difundida numa parcela maior da oficialidade, o que em parte explica para nós tanto a futura aversão desses militares à ordem agrária e escravista do Império, que tinha no estudo das ciências jurídicas a sua expressão intelectual, quanto a futura defesa de projetos de desenvolvimento de caráter industrializante e modernizante para o país:

A Academia nascia, assim, com dupla destinação. Seria escola militar e de engenharia. [...] O fato é que, com ela, o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. [...] Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras

2 Ver: CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.

3 LEACH, Barry. *Estado Maior Alemão*. Rio de Janeiro: Renes, 1975, p. 12.

4 SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B. (org) *Historia Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, p. 246.

de engenheiros formados pela Academia Militar. Partindo desse fato, não é de estagnar-se a vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional. O Exército, no Brasil, tem estado presente, sempre, nas lucubrações e nas realizações do pioneirismo administrativo. Isto no passado, quando se tratou de estradas de ferro, de linhas telegráficas, de siderurgia [...].⁵

Após as reformas de 1858, introduziram na grade curricular da academia as disciplinas de gramática portuguesa, francês, geografia, e para os futuros oficiais de engenharia, a disciplina de gramática latina. Para os oficiais de infantaria e cavalaria o governo abriu uma academia no Rio Grande do Sul e os de engenharia permaneceram na academia do Rio de Janeiro, localizado na Praia Vermelha, os oficiais de artilharia e de estado maior deveriam ficar três anos na Escola Central e, em seguida, dois anos na Praia Vermelha.

Em contrapartida, essa idéia não se aplicava à origem dos soldados, mas era por tradição que nessas camadas da população era feito o recrutamento para as forças militares, e por consequência o serviço militar no exército era visto como uma degradação social. Os métodos de alistamento eram violentos, grande parte dos recrutas eram capturados para o serviço militar; o castigo físico era o meio de manutenção da ordem e da disciplina dentro do exército.

Durante toda a fase de intervenção política no Prata anterior ao conflito com o Paraguai, momento em que identificamos como guerra limitada, somente a prática do exercício político estiveram de acordo com as ideias de Clausewitz,⁶ sem no entanto corroborar com a constituição do exército no que se refere ao soldado e à importância da cidadania. No entanto, com a guerra do Paraguai houve uma tentativa de lançar uma campanha patriótica de mobilização popular, havendo uma comunhão com a idéia de guerra total que se revelou através da atitude do governo imperial brasileiro ao lançar uma convocação de cunho patriótico, a dos “voluntários da pátria”, esta exaltava a importância moral da sociedade e nesse ponto buscou-se dar relevo a questão da cidadania. Mas havia uma falha inerente ao Estado Nacional brasileiro que se refletia no problema do estabelecimento dessa cidadania e que afetava diretamente a instituição militar, a escravidão.⁷

No que se refere a sua disposição orgânica do Exército, talvez a que seja mais merecedora

5 MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810- 1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 22.

6 CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27

7 A contradição entre o exército, instituição moderna e meritocrática, e a ordem escravista do Império, que, por sua própria natureza, era exclusivista e negadora do mérito é trabalhada por autores como Nelson Werneck Sodré, Décio Saes, Wilma Peres Costa e Ricardo Salles.

de atenção seja a infantaria do exército imperial brasileiro, por nela ser concentrada a maior parte dos soldados, em decorrência da sua missão no campo de batalha, o choque. Denominada oficialmente de 1ª linha, era regulamentada de acordo com o Decreto nº 2.662, de 06 de outubro de 1860,⁸ que em sua organização total dispunha de 28 unidades constituídas de diferentes efetivos, que basicamente se diferenciavam pela natureza de suas funções e denominações. Dessa forma existiam dois tipos de organização para a infantaria, os Batalhões de Fuzileiros e os Batalhões de Caçadores.

O batalhão de fuzileiros, era a infantaria pesada, normalmente armada com carabinas de fuste longo, baioneta triangular e terçado, contavam com banda marcial que fazia uso de flautas de pífanos e tambores para marcar o avanço da tropa quando em combate.

O batalhão de caçadores, denominação comum da infantaria ligeira, cujo armamento consistia de fuzil e rifle, sua banda marcial usava cornetas e caixas, para marcar o avanço quando estavam no campo de batalha. Ambas as unidades tinham como diferença básica a quantidade de seus efetivos. Os Batalhões de Fuzileiros possuíam 198 homens a mais que os Batalhões de Caçadores.

A explicação mais aceitável para isso decorre de que as Unidades de Fuzileiros tinham um poder de fogo e choque bem maior. Normalmente contava com um efetivo de 877 homens, enquanto as unidades de Caçadores tinham maior mobilidade e contavam com 679 homens. No entanto, durante a guerra muito pouco pôde ser distinguido de ambas quando empregadas no campo de batalha, apesar da maior potência das tropas de fuzileiros.

As 28 unidades estavam espalhadas pelo território brasileiro de acordo com a seguinte disposição: havia 7 batalhões de fuzileiros, 6 batalhões de caçadores e 3 batalhões de caçadores de guarnição, cada um desses batalhões tinham 8 companhias, essa força de fuzileiros e caçadores mais os três de caçadores de guarnição perfaziam um total de 16 batalhões. Sem o batalhão depósito, formavam todos uma tropa de pronta ação.⁹

Juntamente com essa força, algumas províncias possuíam uma força de 1ª Linha denominada Corpo de Guarnição, que na verdade era um batalhão quase sempre de caçadores com um efetivo incompleto de companhias. Existiam 12 Corpos de Guarnição, o de Minas Gerais, tinha 6 Companhias; os da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Amazonas, tinham 4 Companhias; os de São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco possuíam 2 Companhias e, por fim, os das provinciais do Rio Grande do Norte

8 Cf. BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1860*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1860. Decreto Lei nº 2.662 de 06 de outubro de 1860.

9 Cf. DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. I, 1981.

e Sergipe contavam tão somente com uma companhia.

Havia ainda um batalhão de depósito, cuja função normal era a de receber e manter efetivos desmobilizados, porém em 1865, quando do início da guerra e após uma série de modificações na legislação, foi reorganizada a sua disposição, denominação e efetivo das tropas. O Ministro dos negócios da guerra afirmou em relatório sobre a adoção do modelo francês de Regimentos para o exército brasileiro, pois seriam.

[...] composto de três batalhões dos quais um, de menor força será de depósito e se incumbiria de instrução de recrutas, e faça mesmo o serviço de guarnição, aliviando-se por esse modo aos outros dois, que mais livres, poderão instruir-se e adquirir a necessária disciplina.¹⁰

No pós-guerra a quantidade de tropas que retornaram às províncias, mesmo com as perdas, ainda era muito grande. Então tornou-se comum criarem batalhões depósito em cada uma delas. Na Província do Piauí acabou acontecendo o mesmo como veremos mais adiante.

Existiam casos, por exemplo, de províncias que alocavam ao mesmo tempo um batalhão de caçador ou de fuzileiro juntamente com um Corpo de Guarnição, como foi o caso do Maranhão, cuja cidade de São Luis também era sede do 5º batalhão de fuzileiros.

Quando eclodiu a guerra contra o Paraguai, essa organização das forças de infantaria logo caracterizou o despreparo do exército brasileiro para o conflito, sobretudo em termos de número de homens para compor tais batalhões, o próprio governo era ciente dessas dificuldades. A primeira providência foi a elaboração do esquema de voluntariado a partir da emissão do Decreto 3.371.¹¹

Mas até a chegada das primeiras forças não regulares, o exército permanente entrou em combate no Uruguai com sérios problemas, apontados inclusive pelo então ministro dos negócios da guerra, visconde de Camamu, em maio de 1866, ao julgar que a situação beligerante com o Uruguai não teria tomado as proporções que tomou se o ultimato do governo imperial a Aguirre tivesse sido apoiado por uma força considerável, segundo ele,

Não o foi, porém, nem podia ser, porque o serviço policial, que deve ser feito por Corpos Especiais, chamava ao centro das províncias grande parte dos nossos batalhões, e os maiores esforços e a melhor vontade não podiam superar as dificuldades resultantes das más estradas e distancias a percorrer.¹²

10 Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

11 Cf. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371 de 07 de janeiro de 1865.

12 Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal

Camamu, muito taxativo no mesmo relatório não deixou de fazer comentários sobre disciplina dessa tropa, ciente das sérias dificuldades para recrutar homens no exército brasileiro, ao afirmar que

Também a disciplina ressentiu-se, porque os Destacamentos não podem receber o necessário grau de instrução, nem a inspeção do mais escrupuloso comandante pode chegar a todos os pontos e evitar oportunamente desvios e outros males inseparáveis de uma tal prática.¹³

No então ressaltou alguma qualidade das unidades que combateram no Uruguai, pois segundo suas palavras “[...] os nossos soldados aparecem no teatro da guerra com o valor e o arrojo que se admiram nos melhores Exércitos das nações cultas.”¹⁴

Esta última afirmação de Camamu, de certa forma contradiz a assertiva de alguns comandantes na guerra, a crítica acida de Lima e Silva sobre a qualidade dos soldados, além das palavras de um coronel chamado Antonio Correa Câmara, em uma de suas várias cartas escrita à sua esposa, no Rio Grande do Sul, não corroboram com a opinião do Ministro dos Negócios da Guerra.

O coronel Câmara era tido como um dos oficiais mais rígidos do exército imperial, muito conhecido por seu severo senso crítico e comentários duros sobre a tropa, durante a guerra trocava cartas com sua esposa, no qual continuamente explanava suas impressões a respeito de tudo na guerra, desde o comportamento das tropas ao relacionamento com os oficiais.

Sempre impaciente com a demora dos resultados e com a indisciplina dos soldados, e demonstrando forte teor de desprezo por grande parte das tropas, Câmara escreveu em 26 de dezembro de 1868, sobre as dificuldades em vencer as defesas paraguaias durante a batalha de Lomas Valentinas, afirmando que as defesas inimigas teriam sido tomadas a mais tempo “[...] se os nossos soldados de infantaria não fossem os [...] mais infames deste mundo, que chegavam a ter medo até medo do inimigo que foge, como observei na batalha [...]”.¹⁵

A rápida campanha no Uruguai nem de perto se assemelhou com o que vinha pela frente. No entanto, mais ou menos ciente do que seria a guerra contra o Paraguai, o governo imperial passou a reorganizar as unidades aquarteladas nas províncias, dando-lhes uma outra disposição.

O Ministério dos Negócios da Guerra, em maio de 1865, emitiu um aviso de nº 17, publicado

de Laemmert, 1865, p. 02

13 Ibid.

14 Ibid.

15 CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O General Câmara*. Porto Alegre: O Globo. 1970. v. 2, p. 250.

em ordem do Dia de nº 446, em que eram providenciadas diversas alterações nos Corpos de Guarnição ampliando o seu número de companhias e em seguida transformando esses corpos de guarnição em batalhões de infantaria.¹⁶

O Corpo de Guarnição do Piauí também teve o seu número de companhias aumentado, mudando inclusive sua denominação, passando a ser o 15º Batalhão de Caçadores. Essa modificação se deu já em território paraguaio, no acampamento do Exército Imperial de Tala-Corá, em fevereiro de 1866.¹⁷

A extinção dos Corpos de Guarnição que eram fixos nas províncias e a criação dos Batalhões de Infantaria tornou essa força mais móvel, podendo deslocá-las para fortalecer os dois Exércitos que estavam sendo formados. Um em Montevideu e outro na Província do Rio Grande do Sul. Todas essas medidas acabaram com a diferença entre Batalhões de Fuzileiros e Batalhões de Caçadores, passando a existir tão somente Batalhões de Infantaria.

O Congresso aprovou a Lei nº 1.246, de 28 de junho de 1865, que autorizava a melhoria dos efetivos do Exército Permanente em tempos de paz. O seu artigo 1º permitia a extinção dos corpos de guarnição e aumentava o número de tropas móveis.¹⁸ Posteriormente, um outro decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865, fixava os efetivos do exército naquele ano.¹⁹

A tropa de infantaria concentrada para enfrentar o Paraguai era então constituída por 22 batalhões de infantaria transformados em corpos móveis. Essa força também sofreu uma apreciação por parte do ministro da guerra, ao afirmar que

Do que tínhamos antes da guerra, apenas alguns Corpos existentes na Corte, e na Província do Rio Grande do Sul, apresentavam um aspecto lisonjeiro; os outros, porem, fracionados e distribuídos em destacamentos por diversas localidades, mal fardados e armados, sem a verdadeira disciplina, faltando-lhes a instrução necessária, e aplicados a serviços de polícia e em outros inteiramente estranhos à sua instituição [...].²⁰

Pouco antes, em dezembro de 1864, o Ministério dos Negócios da Guerra, preocupado em

16 Ministério dos Negócios da Guerra. Repartição da Ajudancia General Aviso circular nº 17, publicado em Ordem do Dia de nº 446, em 09/05/1865, SG/IG 8, AN, Rio de Janeiro.

17 DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. I, 1981, p. 138.

18 BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte I, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 1.246 de 28 de junho de 1865.

19 BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.555 de 09 de dezembro de 1865.

20 Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

renovar todos os efetivos dessas unidades a fim de garantir a pronta disposição dessas forças para atuarem no teatro de operações que estava se configurando na região do Prata, enviou uma série de avisos aos presidentes de Província, para que fosse emitidas licenças de saúde e baixas de soldados das unidades do exercito estacionadas nas províncias, muitos dos quais incapazes para a ação que viria pela frente, tal como ocorreu na Província do Piauí, com o Corpo de Guarnição. Esse aviso tornou a ser emitido em 09 de janeiro de 1865 e foi novamente enviado aos presidentes de província ainda naquele mês de janeiro, quando então a guerra já havia iniciado.

Assim foi determinado ao Presidente Franklin Dória que,

[...] tenham baixa do serviço militar todas as praças pertencentes as companhias de inválidos nas províncias onde existem taes companhias, se em inspecção das juntas de saúde a que devem ser novamente submettidos forem considerados absolutamente incapazes de todo o serviço, ainda mesmo que não tenham completado o tempo que por lei estão obrigados a servir devendo preceder a baixa de cada uma das referidas praças, requerimento para este fim dirigido ao presidente da Província, [...].²¹

Naquele período estava começando a aparecer voluntários, mas a maioria dos recrutados que iriam compor os Corpos de Guarnição ou batalhões do Exército teriam que ser soldados teoricamente preparados e com adestramento, ou seja, teriam que cumprir o serviço militar o mais rápido possível. Era uma renovação, que se intensificaria mais tarde durante a guerra no quadro de oficiais.

O CORPO DE GUARNIÇÃO DO PIAUÍ E AS DIFICULDADES EM SEGUIR PARA A GUERRA

No Piauí, ao estourar a guerra, a força militar teoricamente disponível era o então Corpo de Guarnição, uma vez que era a unidade oficial do Exército imperial na Província do Piauí. A tropa estava sob o comando de um oficial experiente, um coronel do exército chamado Manoel Rolemberg de Almeida.

Desde 1862 constituía-se de dois batalhões com quatro Companhias cada um, tendo um efetivo de 382 praças. No ano seguinte já contava com uma escola regimental, para instrução militar

21 BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. Aviso circular aos presidentes de Província (Província do Piauí) de 09/01/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

básica aos soldados, além de uma enfermaria que era dirigida por dois médicos, havia também um farmacêutico e um capelão.²²

O Corpo de Guarnição do Piauí era uma força constituída, em parte, de soldados muito antigos, cujo tempo de serviço já estava chegando ao fim. Com o processo de renovação iniciado tal como previa o aviso ministerial, o Corpo de Guarnição procurou se adequar com o que tinha em termos de efetivo julgado pelo seu comandante como apto e operacional.

Essa tropa embarcou em 10 de março de 1865 para a cidade de Parnaíba a bordo de dois vapores que haviam sido cedidos pela Companhia de Navegação. O embarque da força teve ampla cobertura dos jornais, o *Liga e Progresso* do dia 11/03/1865 deu a seguinte notícia.

Ontem, pelas 8 horas do dia, depois de terem ouvido uma missa na Igreja Matriz desta cidade, embarcaram-se a bordo dos vapores Uruçui e Paranaguá o Corpo de Guarnição desta Província [...] que desta capital seguiram com destino ao Rio de Janeiro, para o serviço de guerra.

S. Excia. O Presidente da Província, os Drs. Chefe de Polícia e Juiz de Direito, o Cel. Comandante Superior, Comandantes de batalhões e mais Oficiais da Guarda Nacional da Capital, muitos cavalheiros distintos, um grande numero de famílias gradas e finalmente a maior parte da população de Teresina, acharam-se presentes e assistiram ao embarque dessa porção de bravos que, acudindo aos reclamos da Pátria, marcham pressurosos a vingarem as agressões, insolências e afrontas dos selvagens do Uruguai e Paraguai.²³

O Corpo de Guarnição da província do Piauí seguiu com um contingente de 310 soldados e 20 oficiais, sendo 3 médicos e 1 farmacêutico. Juntamente com o corpo seguiram 35 Voluntários da Pátria, sob o comando de um oficial reformado, o Alferes de 1ª linha Clementino Luís Pereira Brasil, seguiram ainda 16 recrutas que seriam alocadas em outras unidades do Exército Imperial.

Muitos problemas ocorreram logo após o embarque dessa tropa, algo comum dado a distância em que se encontrava a linha de frente. A tremenda desorganização em diferentes instâncias e níveis governamentais, pode ter se traduzido de maneira negativa no desempenho geral da guerra. Num caso extremo pode ser citado, por exemplo, a província do Pará, que perdeu o efetivo quase inteiro de um de seus Corpos de Voluntários, como diz Salles, “[...] sem disparar um único tiro.”²⁴

Ao chegarem a Parnaíba, o Coronel Manoel Rollemberg enviou um ofício ao presidente da

22 Ver: BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

23 *Liga e Progresso*, p. 2, número s/n, 11/03/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

24 Ver SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Província informando sobre as dificuldades que sua tropa estava passando para seguir viagem ao sul, Cheguei a essa cidade no dia 13 do corrente, pelas 6 horas da tarde, com toda a ala esquerda do Corpo a bordo do vapor *Conselheiro Paranaguá*, apesar de ter saído dessa capital algumas horas antes do *Uruçui*, que conduzia a ala direita; em consequência de um encalhe de 30 horas. Cheguei a esta cidade na data referida já encontrando o *Uruçui* e a ala direita aquartelada.²⁵

Uma série sucessiva de contratempos surgiu para as tropas que no fundo marcaram as dificuldades iniciais para a organização e despacho do batalhão para a corte. A capacidade de transporte de passageiros dos vapores, a demora desses navios em chegar à cidade de Parnaíba, acrescidos dos problemas com a lotação, pois era comum haver muitos passageiros que viajavam para o Norte e no caminho as embarcações tinham que receber a bordo os contingentes que iam com destino a São Luis do Maranhão, ou com destino a Fortaleza, no Ceará. Como a lotação desses navios era incerta, não se tinha certeza se toda a tropa embarcava. Em protesto, o Coronel Rolemberg escreveu ao Presidente Franklin Américo de Meneses Dória.

Contra toda a expectativa, ainda me acho demorado com todo o Corpo nesta cidade, por não ter chegado vapor do Maranhão que devia conduzir, na conformidade das ordens de V. Excia., a ala direita para ali e a ala esquerda para o Ceará. Por tal motivo me acho cercado dos mais duros e espinhosos embaraços e que me fizeram tomar a deliberação de dirigir-me a V. Excia.²⁶

A preocupação do coronel resumia-se ao fato de haver um aumento nos custos de permanência das tropas. Portanto, o governo provincial é que tinha que arcar com as despesas dos homens e seu aquartelamento como cobrou o coronel.

V. Excia. sabe perfeitamente que ao partir dessa cidade [Teresina] trouxe apenas três contos de reis, por adiantamento, para ir ocorrendo às despesas da alimentação das praças do Corpo até o seu embarque que, como V. Excia. presumia, devia operar-se pelo menos o da ala esquerda, pelo Ceará, no dia 13. Isto fez com que hoje esteja sem mais dinheiro algum para o fornecimento do Corpo e embaraçadíssimo, não podendo ao mesmo presumir até quando durará esta ordem das cousas e minha estada aqui.²⁷

Diante dessa situação, o Coronel não viu alternativa, a não ser requisitar ao Inspetor da Alfândega, Ernesto Augusto de Ataíde, sete contos de réis, quantia que ele havia julgado ser o

25 OFÍCIOS de Autoridades Militares/Presidente de Província. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Franklin Américo de Meneses Dória de 17/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

26 Ibid.

27 Ibid.

suficiente para manter as despesas do Corpo até haver disponibilidade de embarque da tropa, uma parte para o Maranhão e outra para o Ceará.

O mais agravante de tudo é que mesmo já tendo feito esse provisionamento Rolemberg solicitou ainda o despacho de suprimentos, caso houvesse a possibilidade de ter que aguardar mais um pouco. Fatalmente a demora com o transporte, o não pagamento de soldos e a falta de víveres suficientes para a tropa, já estavam causando certo dano à moral do batalhão.

Rolemberg apelou também para que o presidente da Província efetuasse o pagamento dos fornecedores particulares, cuja retirada de bens já havia sido feito a fim de suprir com carne e farinha a alimentação da tropa.

Por fim, o comandante do batalhão desabafou, afirmando que,

Se se agravar a situação, como é de se esperar, pretendo ainda uma vez dirigir-me ao Inspetor da Alfândega afim de que, esgotados todos os meios, não recaia sobre mim [Rolemberg] a grande responsabilidade de qualquer eventualidade que possa ocasionar a falta de pagamento àquelas praças que não são arranchadas, inclusive os Voluntários da Pátria.²⁸

Os custos com a permanência das tropas em Parnaíba foram altos e marcaram a maneira precária e desordenada, o modo pelo qual se deu o despacho de tropas para a corte. No documento feito pelo coronel ao Inspetor da Alfândega é uma demonstração clara do apelo quase desesperado do oficial para que o mesmo fornecesse os víveres necessários à manutenção da tropa na cidade de Parnaíba.

Contra toda expectativa, até esta data não é chegado o vapor que devia transportar as referidas alas ao seu destino, o que não era para se esperar, uma vez que a tal respeito se havia entendido o Exmo. Sr. Presidente da Província com o do Maranhão. Entretanto o fato é se dá e coloca-me nas mais criticas circunstancias.²⁹

Naquele momento, a província do Maranhão, tal como a Província do Piauí passava por dificuldades relativas a aquartelamento de suas tropas que aguardavam embarque para a Corte, tanto que o então presidente da província do Maranhão, Ambrósio Leitão da Cunha, também havia comunicado à Corte a existência de problemas financeiros para bancar o aquartelamento da unidade da Guarda Nacional que havia sido destacada. Já havia na cidade de São Luis naqueles dias um número

²⁸ Ibid.

²⁹ OFÍCIOS de Autoridades Militares/Autoridades das Diversas Vilas. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Ernesto Augusto de Ataíde de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

aproximado de 439 praças, Leitão da Cunha, eximindo-se de uma responsabilidade maior, mandou ordenar que os custos ficassem por conta do Ministério da Guerra, por que os cofres provinciais do Maranhão não comportavam tamanhas despesas.³⁰

Para Rolemberg, os recursos de 3:000\$000 contos de réis seriam mais apropriados para fazer face às despesas da tropa se as coisas tivessem ocorrido como se esperava. As despesas diárias giravam em torno de 350 mil réis, e em menos de 15 dias o valor que havia sido abonado estava desaparecendo. Em média, por quinzena, o gasto com a tropa estacionada era algo em torno de cinco contos de réis.

O apelo do comandante do batalhão ao Inspetor da Alfândega era proporcional ao seu desespero, pois afirmou que,

Em circunstancias tão momentosas, recorro a V. S. na qualidade de Inspetor da Alfândega desta cidade para que, atendendo a que não é possível que o corpo de meu comando em marcha possa dispensar os prontos recursos para alimentação de suas praças, atendendo que longe do centro da administração não tenho a quem recorrer, se sirva V. S. fornecer-me a quantia de sete contos de reis para ocorrer as despesas mencionadas, podendo asseverar a V.S. que, ao deixar a capital e já na ultima hora expondo ao Sr. Presidente estes embaraços que podiam ocorrer, disse-me ele que em tais casos com V.S. me entendesse.³¹

Consciente de que o Inspetor não poderia ajudá-lo, pois havia uma proibição expressa do governo provincial de que o mesmo não fizesse fornecimentos que não estivesse autorizado, tal como havia, segundo o coronel, ouvido verbalmente do Inspetor, que lhe adiantou que ele cumpria um “[...] dever que me deve por a coberto de responsabilidade, expondo a V.S. que lastimáveis acontecimentos se podem seguir à falta de pagamento de perto de quatrocentas praças, que se verão reduzidas ao desespero por tal falta.”³²

A resposta do Inspetor da Alfândega não poderia ter sido pior. Assim, Ernesto Augusto de Ataíde, mesmo reconhecendo a urgência do pedido, reafirmava que “[...] são tão restritas as ordens da tesouraria da Fazenda acerca de pagamento nesta Alfândega que não posso efetuar qualquer pagamento, por mais insignificante que seja, senão depois de autorizado competentemente, [...]”. Resoluto e decidido Ernesto de Ataíde reafirmou que “[...] a tesouraria da Fazenda declara a esta

30 ARAÚJO, Johny Santana de . *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870.* Rio de Janeiro: Sotese. 2005, p 62.

31 OFÍCIOS de Autoridades Militares/Autoridades das Diversas Vilas. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Ernesto Augusto de Ataíde de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

32 *Ibid.*

inspetoria que não aprovaria despesa alguma feita sem expressa autorização.”.³³

Em Parnaíba o acúmulo de soldados e pessoas circulando por seus logradouros, a maioria destes, combatentes que não recebiam soldo já há um bom tempo, muito desses considerados indivíduos estranhos ao meio, geravam um clima de insegurança e tensão na urbe, tal como vinha acontecendo em Teresina. Uma aparente ameaça ao bem-estar dos moradores da cidade rondava os quatro cantos, deixando um ar de apreensão à outrora tranquila cidade de Parnaíba.

Com o batalhão completamente estático, uma parte da tropa, a “ala direita”, ficou acomodada no pequeno quartel da cidade e a “esquerda” na parte térrea de um sobrado em que residia um capitão da Guarda Nacional chamado Quintino Rubim de Miranda Osório, filho do Comandante Superior da Guarda Nacional o Coronel José Francisco de Miranda Osório.

Nesse estado de letargia e paralisação reinante, alguns soldados e oficiais adoeceram, mas já estavam sob cuidados médicos, quando o Coronel Rolemberg, esperava que o fato de haverem adoecido não servisse de pretexto para que os mesmos não seguissem com o batalhão. Os dias se passavam e o nível de indisciplina já era reinante. O mau comportamento partia inclusive do corpo de oficiais que no julgamento do comandante do Batalhão era quem deveria dar exemplo. A situação se tornou tão agravante que não havendo outra escolha o Coronel teve que informar ao presidente da Província do que estava acontecendo,

[...] Anelo ardentemente deixar o território piauiense, visto como continuo a nutrir apreensões a respeito da infidelidade de uma ou outra praça enquanto pisar o seu solo; e isto tem relação igualmente com um ou outro oficial do Corpo que, esquecido que deve exemplo de disciplina e subordinação, obrigar-me-á, ao chegar ao Rio de Janeiro, a pedir providencias ao Governo Imperial.³⁴

Na compreensão do Coronel Rolemberg, quanto mais tempo permanecesse estacionado em Parnaíba, tanto pior seria para a manutenção da moral dos homens e para manter a sua própria autoridade que praticamente esvaecia com o passar dos dias. Dentre suas preocupações, enquanto ainda estivesse no Piauí, afirmou, era exatamente ter que “[...] guardar a conveniente prudência sem quebra de minha autoridade.”.

Ledo engano do Coronel, pois a sustentação da sua autoridade dentro do território do

33 OFÍCIOS de Autoridades das Diversas Vilas/Autoridades Militares. Ofício de Ernesto Augusto de Ataíde a Manoel Rolemberg de Almeida de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

34 OFÍCIOS de Autoridades Militares/Presidente de Província. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Franklin Américo de Meneses Dória de 17/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Piauí ou fora dele não era garantia da manutenção e coesão do Corpo sob seu comando, tanto que quando a sua tropa conseguiu embarcar para o sul na primeira oportunidade que tiveram ao atracar na cidade de Fortaleza, 11 soldados desertaram para nunca mais serem encontrados, um número até surpreendentemente baixo para uma tropa que passou por tanto contratemplos.

A permanência das tropas do Piauí na cidade de Parnaíba, sem recursos financeiros suficientes para que o responsável pelo batalhão pudesse se dirigir à Corte, foi fruto antes de tudo de uma inabilidade primária do governo da província, agravado pelos desencontros no entendimento entre Franklin Dória e Ambrosio Leitão, Dória se encarregou pessoalmente que essa lamentável ocorrência não se repetiria novamente, jamais.

Ao chegar à linha de frente o Corpo de Guarnição, como vimos, tornou-se o 15º Batalhão de Infantaria, a unidade teve tantas baixas que com perda quase total de seus efetivos foi fundida a outros batalhões e não voltou mais a Teresina no fim da Guerra.

CONCLUSÃO

Num âmbito mais geral faz-se necessário observar a incipiência dos limites de cidadania no Império durante a conjuntura da guerra, para tanto podemos identificar dois organismos que fundir-se-iam para engrossar o Exército: a Guarda Nacional, e a instituição do Voluntários da Pátria, criada sob forte entusiasmo popular durante fase inicial da guerra pelo decreto 3.371 de 1865.

O exercito imperial era basicamente uma força simbólica que diante de tão grande urgência teve que se adequar as necessidades impostas por um inimigo a priori fortemente armado. A província do Piauí que parecia longe do conflito, a principio teve que organizar-se diante da urgência.

Todas as dificuldades do império em lidar com tão difícil situação de prepara-se para a guerra se tornaram evidentes, elas se traduziram inicialmente nos problemas de arregimentação, organização, transporte e logística. No mesmo ano de 1865 outras instituições reforçariam o Exército nos campos de batalha, seja como for o Exército acabaria por receber em suas fileiras atores sociais de toda ordem, no Piauí estes se fizeram presentes no Corpo de policia, Na guarda nacional, e nos Corpos de Voluntários da Pátria.

Finalmente, seria interessante observar as palavras de Clausewitz, que em sua obra “Da Guerra” enumera no III capítulo do livro III intitulado: “Da estratégia em geral”, o que ele chama de

“Os principais poderes morais”,³⁵ que no caso do Corpo de Guarnição do Piauí seriam os seguintes: os talentos do chefe de guerra, revelada na disciplina de seu comandante o coronel Rolemberg; As virtudes guerreiras do exército [no caso brasileiro a partir de um discurso construído pela elite governante]; E o seu sentimento nacional. Esse último quesito, estava sendo muito bem trabalhado pelos jornais na corte e na província do Piauí, resultando num primeiro impacto positivo da sociedade a respeito do conflito.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ARAÚJO, Johny Santana de . *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Sotese. 2005
- BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O General Câmara*. Porto Alegre: O Globo. 1970. v. 2
- CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império*. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.
- CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. I, 1981.
- LEACH, Barry. *Estado Maior Alemão*. Rio de Janeiro: Renes, 1975
- MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810- 1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001
- SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: : HOLANDA, Sérgio B. (org) *Historia Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império*. São

35 CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 183.

Fontes

- BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1860*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1860. Decreto Lei nº 2.662 de 06 de outubro de 1860.
- BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371 de 07 de janeiro de 1865.
- BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte I, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 1.246 de 28 de junho de 1865.
- BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.555 de 09 de dezembro de 1865.
- BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
- BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.
- BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. Aviso circular aos presidentes de Província (Província do Piauí) de 09/01/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.
- BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. Repartição da Ajudancia General Aviso circular nº 17, publicado em Ordem do Dia de nº 446, em 09/05/1865, SG/IG 8, AN, Rio de Janeiro.
- BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.
- OFÍCIOS de Autoridades Militares/Autoridades das Diversas Vilas. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Ernesto Augusto de Ataíde de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.
- OFÍCIOS de Autoridades das Diversas Vilas/Autoridades Militares. Ofício de Ernesto Augusto de Ataíde a Manoel Rolemberg de Almeida de 16/03/1865. Guerra do Paraguai,

Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

- OFÍCIOS de Autoridades Militares/Presidente de Província. Ofício de Manoel Roemberg de Almeida a Franklin Américo de Meneses Dória de 17/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Jornais

- Liga e Progresso, p. 2, número s/n, 11/03/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.



DESEJOS DE MODERNIDADE MODERNISMO SEM MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1918-1920)

Thiago Tremonte de Lemos¹

“A América Latina teve um modernismo exuberante e uma modernização deficiente”. Abre-se, assim, o capítulo “Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização?” do livro *Culturas Híbridas* do antropólogo argentino Néstor García Canclini. Por ocasião da edição de 2001 de *Culturas Híbridas* (a primeira é de 1989), Canclini redigiu um texto de introdução visando não apenas recuperar a discussão, a adoção e a crítica acadêmicas ocorridas no período de pouco mais de 10 anos entre a primeira edição e aquela de 2001, mas, sobretudo, reforçar sua convicção na teoria que desenvolvera. Sentiu-se obrigado a esclarecer algumas de suas posições provenientes da conceituação da noção de “processos de hibridação”. E, também, destacou a atual pertinência de se pensar em composições culturais distintas e envolvidas em relações de poder para se compreender a singularidade de determinados quadros sócio-culturais, bem como perceber as forças políticas e econômicas e os papéis que desempenham no contexto de formação das identidades e diferenças culturais de sociedades historicamente colonizadas que, mesmo ao alcançarem sua autonomia política, de alguma forma mantiveram-se dependentes (econômica ou “culturalmente” falando). Um de seus objetivos foi desconstruir visões estereotipadas e sedimentadas de transposições mecânicas de modelos culturais europeus para as ex-colônias, entre elas, as latino-americanas (utiliza o termo “transplante” ao se referir às análises que reduzem, por exemplo, a modernidade latino-americana a uma cópia imperfeita, ou mesmo mal-acabada da modernidade europeia).

Em um trecho da introdução de 2001, descreveu o que entendia por processos de hibridação de maneira categórica, pelo menos como uma primeira definição a fim de dirimir algumas interpretações açodadas que poderiam ser feitas. Segundo o antropólogo argentino, “... hibridação [são] processos sócio-culturais nos quais estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas não podem ser consideradas fontes puras” (CANCLINI, 2008: XIX). Ao fim dessa introdução, ressaltou as metas que pretendia alcançar com a obra, revelando que, teoricamente, defendia uma visão mais móvel e menos limitada dos processos históricos de formação das diferentes culturas

¹ Professor Assistente de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília.

contemporâneas.

No que concerne especificamente ao capítulo sobre a as contradições latino-americanas, onde apontou para um processo histórico assimétrico entre a formação de uma elite intelectual e artística moderna e o atraso do desenvolvimento sócio-econômico das condições materiais de existência, Canclini extraiu da noção de “modernidade” dois outros conceitos não necessariamente complementares: “modernismo” e “modernização”². Pelo primeiro, acreditava se tratar da formação cultural de diversos grupos humanos (ocidentais ou não) que adotaram os valores filosóficos e estéticos do projeto iluminista e das transformações históricas ocorridas mais intensamente ao longo do século XIX e manifestaram a absorção destes elementos não somente na tentativa de reproduzi-los tais quais foram concebidos pelas vanguardas artísticas e acadêmicas (europeias, em um primeiro momento e também estadunidenses, posteriormente), mas sim, em sua ressignificação, contextualizados na realidade local dos diferentes sujeitos que os incorporaram: “... em nenhuma dessas sociedades [latino-americanas] o modernismo foi a adoção mimética de modelos importados, nem a busca de soluções meramente formais” (CANCLINI, 2008: 83). Pelo segundo conceito, pode-se depreender que, com o advento de novas técnicas de produção, a formação de novas classes sociais e a ampliação da quantidade de mercadorias em circulação, as relações políticas, econômicas e jurídicas entre os diversos agrupamentos humanos seriam transformadas e mediadas em novas conjunturas e dinâmicas sociais. Em suma, poderia entender-se por modernização um conceito que significa “progresso” no sentido material dado ao mesmo. Sendo assim, desenvolveram-se na América Latina, apesar do tímido avanço econômico (com exceção de Buenos Aires, talvez), entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, elites intelectuais e artísticas, muitas vezes provenientes das antigas oligarquias que mantinham seus privilégios políticos e econômicos na perpetuação de um quadro social não muito diferente do período colonial, ou seja, não se modernizavam, ainda que muitos membros das classes elevadas defendessem valores aparentemente contraditórios ao seu modo de vida³.

² A dicotomia também pode ser encontrada em textos anteriores ao de Canclini, como no artigo de Perry Anderson “Modernity and Revolution” (in *New Left Review*, n. 144, mar/abr. 1984) e no livro de Marshall Berman *All that solid melts into air*: “Current thinking about modernity is broken into two different compartments, hermetically sealed off from one another: ‘modernization’ in economics and politics, ‘modernism’ in art, culture and sensibility” (BERMAN, 1988: 88).

³ “Se o modernismo não é a expressão da modernização sócio-econômica mas *o modo como as elites se encarregam da intersecção de diferentes temporalidades históricas e tratam de elaborar com elas um projeto global*, quais são essas temporalidades na América Latina e que contradições seu cruzamento gera? Em que sentido essas contradições entorpeceram a realização dos projetos emancipador, expansionista, renovador e democratizador da modernidade?” (CANCLINI, 2008: 73).

Contudo, Canclini não se limitou a apontar tais fenômenos; debruçou-se sobre o processo histórico de hibridação da formação do modernismo cultural latino-americano, como expressão das singularidades artísticas locais (os modernismos brasileiro, mexicano, argentino etc.) e também sobre o desenvolvimento social e econômico da região com o crescimento da indústria cultural, a partir da segunda metade do século XX e a absorção de camadas populares nesse universo desde seu ingresso no âmbito do consumo capitalista. A assimetria não foi superada, nem mesmo é possível dizer que as estruturas sociais arcaicas de poder desapareceram, todavia, diluíram-se criando novas formas de relação entre os diferentes grupos econômicos.

A categorização é profícua, ainda que voltada a um assunto aparentemente “cultural”. O que se pode, entretanto, fazer no sentido de ampliá-la é concebê-la, acima de tudo, não como um modo específico de análise da cultura, tomando esta apenas como uma noção convencional e reflexa do senso comum e que se remeteria a um conjunto de valores exclusivos e sedimentados de um determinado grupo humano. Mesmo se o sentido de cultura fosse apenas isso, não seria limitado a ponto de não servir para outras abordagens. Pois, doravante apropriar-se-á da proposição teórica de Canclini a fim de refletir, por que não, as instituições políticas. Pode-se incorrer no equívoco de entender a priori que todas as instituições políticas tiveram historicamente a função de conservação do *status quo* – o que é verdade em teoria, mas não segundo os acontecimentos. O Exército brasileiro, por exemplo, atuou como força de transformação em diversos momentos da história republicana brasileira e desejava, ao longo das décadas de 1910 e 1920, constituir-se como motor das mudanças das condições reais de existência do país, lutando por seu progresso rumo à modernidade. Todavia, não conseguiu romper com a permanente presença das forças oligárquicas e a manutenção das relações arcaicas de poder, tampouco com a dependência da economia industrializada de Europa e Estados Unidos da América, perpetuando, portanto, a relação “metrópole-colônia”.

A adoção dessa dicotomia – modernismo e modernização, uma vez que há no interior da modernidade esta possível separação –, para a análise do desenvolvimento do Exército brasileiro, pretende trazer alguma novidade na discussão acerca da História política latino-americana e no debate sobre a modernização do Exército. Entretanto, isto não pode ocorrer de maneira mecânica sem delinear a singularidade dos objetos a serem analisados, uma vez que a ideia de “modernismo” era aplicada, até então, aos movimentos estéticos e “modernização” aos processos de transformação política e econômica. Entende-se aqui, portanto, “modernismo” como o desenvolvimento de uma

nova mentalidade, aberta ao futuro que busca romper com a tradição, mas não esquece os signos identitários que lhe dão sentido: o povo, os valores, a língua, o território e as heranças das culturas que formaram este ou aquele grupo humano. Em suma, é possível haver uma mentalidade modernista em uma sociedade ou em uma instituição não modernizada: modernismo sem modernização.

Dentre os eventos debatidos acerca dos processos modernizadores do Exército Brasileiro, como as reformas no ensino militar de 1905, 1908, 1913, 1918 e 1919⁴, encontra-se a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução entre as décadas de 1920 e 1930⁵. A influência francesa na América Latina, segundo Denis Rolland, encontra seu momento de crise até a primeira metade do século XX (ROLLAND, 2005: 18 e 25), sendo substituída gradualmente pela presença hegemônica estadunidense. Durante esse processo, interpretado por Rolland, como “crise do modelo francês”, entretanto, destacou-se exatamente a presença francesa na transformação modernizante do Exército brasileiro, tanto no que se refere à doutrina militar, à organização da instituição, à profissionalização, à racionalização e também à aquisição de equipamentos provenientes das indústrias francesas. Em suma, à Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército, coube a tarefa de levá-lo ao patamar de instituição moderna durante os quase vinte anos de sua atuação. Compete, portanto, analisar tanto a demanda brasileira por esse processo, quanto ao estado de coisas pertinentes ao Exército Brasileiro antes da chegada dos franceses.

A Missão Militar Francesa chegou, de fato, ao Brasil em março de 1920⁶, com 24 oficiais, sendo seu líder o general Maurice Gamelin⁷. Foram inauguradas, a partir de então, cinco escolas, no Rio de Janeiro, sob a sua supervisão: a Escola de Estado-Maior, em 07 de abril de 1920; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 08 de abril de 1920; a Escola de Veterinária, em junho de 1920; a Escola de Intendência, em outubro de 1920 e a Escola de Aviação, em maio de 1920. Todavia,

4 O livro de Jehovah Motta, *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*, traz um excelente retrato das reformas (2001).

5 “... après 1930... l’armée brésilienne était déjà une armée modernisée; les officiers formaient un corps plus homogène sur tout ce qui touchait le fonctionnement interne de la corporation” (DOMINGOS NETO, 1980: 56).

6 O Decreto nº 3415, de 29 de janeiro de 1919 definiu a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução do Exército brasileiro – ou seja, voltada especialmente para o ensino militar. Antes, o Decreto Legislativo 3674, de 07 de janeiro de 1919, já apontava para a contratação de uma missão estrangeira para os cursos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O Decreto 3741, de 28 de maio de 1919, autoriza, segundo o vice-presidente, Delfim Moreira, a contratação na França de uma Missão Militar. Em 08 de setembro, há a assinatura do contrato, que tratava, primordialmente, das seguintes reformas no ensino militar com a criação de cinco cursos: Cursos d’arma (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia) – a serem realizados na EAO; Cursos de aperfeiçoamento d’arma; Cursos técnicos de artilharia e engenharia; Curso de estado-maior e Curso de revisão. Já havia, também, desde 1918, uma missão francesa para auxiliar na formação da aviação de guerra brasileira e, juntamente, com a missão contratada em 1919, cursos de veterinária, administração e aperfeiçoamento para sargentos. Além disto, há um apontamento genérico para aquisição de material bélico. Acreditava-se que com uma educação militar moderna do oficial, o oficial e, conseqüentemente, o próprio Exército se modernizariam, e o modelo somente poderia ser o europeu, mas este não seria apenas transplantado, mas como vimos pela visão de Caetano de Faria, precisaria ser transformado e seria, pois o Exército brasileiro (e sua história) não era europeu. Em janeiro de 1919, Gamelin conheceu o ministro da guerra do Brasil Cardoso de Aguiar e as unidades do Exército no Rio de Janeiro.

7 Sobre Gamelin e sua estadia no Brasil, ver DOMINGOS NETO, 2007: 226-228.

a sua presença podia ser notada antes, desde a primeira década do século XX. Havia, desde 1906, uma missão francesa de instrução da Força Pública do Estado de São Paulo, que representava, em termos concretos, um “pequeno exército⁸” dessa unidade da federação brasileira. Durante o período quando o marechal Hermes da Fonseca exerceu o cargo de Ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena, já existia, também, um forte desejo de modernização do Exército brasileiro e o governo francês pleiteava – juntamente com o alemão – acordos militares que favoreceriam tanto a indústria de seu país, pois poderia contribuir para a diminuição do comércio bélico que existia entre Brasil e Alemanha e aumentar a importação de equipamentos franceses, quanto ao alargamento da influência francesa na América Latina, tendo no Brasil, talvez, seu principal aliado contra a presença alemã na região – uma vez que missões alemãs já haviam realizado o trabalho de “modernização” dos exércitos chileno e argentino, este último, principal rival do Brasil na região, pelo menos segundo o senso militar nacional da época (ROLLAND, 2005: 169-171). Para o Brasil, a vinda de uma missão estrangeira, segundo o desejo daqueles que viam na “modernização” do Exército o desenvolvimento da nação para um Estado sólido e autônomo de fato, era o único meio de tirar a instituição da condição precária em que se encontrava⁹.

Porém, militares e civis que imaginavam o Exército como pilar de sustentação da nação e instrumento para o desenvolvimento patriótico da sociedade tinham, grosso modo, algumas preocupações, por exemplo, como modernizar sem alterar a ordem social vigente? Qual deveria ser o referencial da mudança modernizante? E, como adequar a influência externa sem descaracterizar a identidade nacional? Essa última, não pode ser tomada em termos ufanistas apenas, mas como uma inquietação pragmática e sensível à singularidade de toda e qualquer sociedade, em sua diversidade econômica, política e cultural (ORTIZ, 2006: 7 e 39-41).

Para tratar disso, deve-se levar em conta a experiência histórica brasileira, a maneira como a autoimagem nacional se construía – pelo menos desde o século XIX – e, especificamente no caso do Exército, o que deveria ser alterado e qual era a sua finalidade política e social. Ora, a instituição

8 Sobre a história da Força Pública do Estado de São Paulo e a Missão Francesa que a instruiu no início do século XX, há um excelente trabalho de Heloisa Rodrigues Fernandes, intitulado *Política e segurança* (1973).

9 Antes dos impulsos modernizantes, o Exército era tido pelo senso comum, e também internamente, como uma instituição precária de recursos humanos. Primeiro, porque o recrutamento normalmente se dava por indivíduos pouco aptos ao serviço militar e, na maioria dos casos, provenientes das classes pobre e segundo, a Guarda Nacional, recebia os filhos da elite que pretendiam alguma carreira como oficiais, mas sem os dissabores do Exército (a Guarda Nacional foi extinta em 1918). José Murilo de Carvalho cita o relato de Leitão de Carvalho, já na década de 1910, para reforçar a visão de que o Exército brasileiro estava estagnado por causa de suas principais fontes de recrutamento: “a) nordestinos afugentados pela seca; 2) os desocupados das grandes cidades procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho... Brigas, roubos e bebedeiras eram freqüentes nos quartéis e não admira que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento” (CARVALHO, 2005: 20-21).

militar tivera, para além do ofício do guerreiro, uma atuação decisiva – ainda que não exclusiva – nos acontecimentos políticos brasileiros de derrubada do regime monárquico e instituição da República. Vários de seus quadros desempenharam um papel proeminente na composição do Estado brasileiro e influíram diretamente na construção de um projeto de nação para o país. Além disso, a experiência do Exército não se limitou jamais a defender o país das forças agressoras estrangeiras, como no caso da Guerra do Paraguai (1864-1870). As Guerras de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916) são provas incontestes da participação da instituição também na manutenção da ordem interna – o que pode ser confundido, em certa medida, com uma atuação policial – e revelam não apenas a singularidade das funções do Exército brasileiro, mas como não havia clareza, inclusive interna, sobre sua identidade.

De que forma as forças políticas hegemônicas buscaram a modernidade, ao mesmo tempo em lutavam para manter seu poder de fato? A resposta imediata é proveniente da conceituação da ideia de “modernidade conservadora” ou como melhor a exprimiu Luiz Werneck Vianna - ao se apropriar do conceito gramsciano - de “revolução passiva brasileira”:

“... [o conceito] de revolução gramsciana [possibilita a compreensão]... [do] programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio” (VIANNA, 2004: 41).

Houve com isso, evidentemente o próprio reordenamento de forças no âmbito novo da federação, a partir de 1891 e a reconstituição das forças repressivas provenientes do império na manutenção do poder político e econômico das forças agrárias e arcaicas do século XIX (PINHEIRO... [et al.], 2006: 266-268).

No que se refere à adoção de um referencial modernista, certamente, este viria das nações beligerantes da época que apresentassem os resultados mais exitosos em suas campanhas. Em um período marcado pelo avanço colonial na África e na Ásia, as nações europeias representavam para quase todo o mundo uma fonte de inspiração militar. Todos apoiados por seu poderio militar e econômico, produziam aos olhos de ex-colônias americanas de espanhóis e portugueses “modelos” a serem copiados em seus próprios países que almejavam tanto o fortalecimento de um caráter nacionalista em todo o povo, como também se defenderem de possíveis ameaças externas – possivelmente de seus vizinhos. Franceses, alemães e ingleses, além dos estadunidenses viam como forma de expansão de

sua influência (e também de sua economia) e conseqüentemente, diminuição do poder de seus rivais diretos, fazer acordos de cooperação militar entre suas forças armadas e a de países em estágio de desenvolvimento. Mantinham assim, também, de alguma forma um certo grau de dependência – cultural e econômica – que a Europa perdera no início do século XIX. Desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, diversas missões militares atuaram no continente americano. Apesar da presença e cooperação militar, econômica e cultural de ingleses e estadunidenses no continente, os principais rivais, pelo menos no que se refere à disputa pela influência da mentalidade militar nos exércitos dos três países mais fortes da América do Sul, naquele momento – Argentina, Brasil e Chile – eram os franceses e os alemães. Argentina e Chile, por exemplo, já “modernizavam” seus exércitos com o acolhimento de instrutores alemães e o governo do Brasil, desde 1906, enviava cadetes à Alemanha a fim de que absorvessem o “espírito prussiano” e pudessem, ao regressar ao país, partilhar de sua experiência visando o aprimoramento do Exército brasileiro. À época, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, e o Barão de Rio Branco eram os maiores entusiastas do “modelo germânico” (CARVALHO, 2005: 27). Os franceses que recebiam dos sul-americanos uma maior acolhida nos assuntos culturais – língua, modos, artes, moda etc. – ainda que fossem exportadores de equipamentos militares, estavam em desvantagem em relação aos alemães, pelo menos até 1914. Em todo caso, utilizavam a ideia de “latinidade” – uma certa afinidade cultural entre os povos latino-americanos e os franceses – para manter os laços econômicos, além dos culturais (que muitas vezes representavam vínculos políticos e econômicos) e pretendiam também ampliar sua influência no campo militar. Especificamente no Brasil, já dispunham, como apresentado anteriormente, de uma missão atuando junto à Força Pública do Estado de São Paulo, desde 1906. Constituiu-se obviamente uma disputa entre franceses e francófilos de um lado, alemães e germanófilos de outro¹⁰ (DOMINGOS NETO, 1980: 54-55).

Inevitável dizer que o fracasso das tratativas entre brasileiros e alemães não foi decorrente apenas da semelhança “latina” entre franceses e brasileiros: durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil se posicionou contra a Alemanha, aliando-se aos franceses (a decisão pela escolha de uma missão militar estrangeira se deu apenas após o conflito). Com o Tratado de Versalhes (1919), a Alemanha foi considerada a grande derrotada e os franceses, os vencedores. Ora, o país já havia sido inimigo dos alemães e optar pelo modelo derrotado não faria muito sentido. Mas não foi só isso.

¹⁰ Tal quadro histórico é bem resumido em MCCANN, 2007: 145-147.

Como se verá adiante, a “cultura” do militar brasileiro (isto para não dizer “espírito”) foi um ponto categórico na maneira modernista do Exército brasileiro resolver a disputa pelo modelo que seria adotado.

Mesmo assim, os oficiais brasileiros que retornaram do estágio no Exército do *Kaiser* ficaram de tal forma impressionados que não só se tornaram partidários da contratação de uma missão militar alemã de instrução, como eles próprios foram a vanguarda na luta pela modernização do Exército brasileiro: criaram uma Revista para defender suas bandeiras (*A Defeza Nacional*), traduziram regulamentos militares do alemão para o português, ganharam adeptos e se tornaram professores da Escola Militar do Realengo. Esses jovens oficiais – conhecidos por “jovens turcos”, pejorativamente, em um primeiro momento (MCCANN, 2007: 217 e RODRIGUES, 2010: 87) – desempenharam um papel importantíssimo no desenvolvimento do Exército brasileiro. Entretanto, seu programa – expresso nas páginas de *A Defeza Nacional*, principalmente nos editoriais, desde 1913 – foi minimamente contemplado. Por uma razão muito simples: não foi (e ainda não é) possível “transplantar” o espírito prussiano para o brasileiro (como não seria – e não é – possível o transplante de qualquer cultura para outra). O debate sobre a contratação da missão e sua nacionalidade aparece de forma clara e explícita nas páginas de *A Defeza Nacional*, pelo menos desde 1914. No editorial do oitavo número do periódico, de 10 de maio. O assunto é tratado de maneira grave e com duras acusações aos “francófilos”:

A idéia de contractar para o Brazil officiaes francezes tem sido entre nós francamente defendida por certos advogados administrativos, organizadores de syndicatos franco-brasileiros, agenciadores de emprestimos e outras personalidades do mundo dos negocios para quem é profundamente indifferente a sorte do Exercito como a da propria Nação, e com que seria uma pilheria trocar siquer uma palavra sobre questões militares.

Para os membros da revista, o objetivo da missão francesa seria primordialmente a conquista de mercado para seus produtos bélicos industrializados, bem como diminuir a influência germânica nesse campo, uma vez que o Brasil possuía, à época, diversos equipamentos de indústrias alemãs. Ainda assim – e levando em conta que todo o texto é permeado pelo ponto de vista germanófilo – a crítica mais enfática, até o momento, não se dá somente em relação à nacionalidade da missão militar, mas também à manutenção da lógica metrópole-colônia, no que se refere à dependência econômica entre o Brasil e as potências militar-industriais europeias. É fundamental reforçar, para

além do objetivo deste artigo, que a indústria bélica não se modernizara até o final do Estado Novo. Tal consideração pode ser verificada no artigo de Manuel Domingos Neto e Luis Rogério Franco Goldoni “Tecnologia militar no Estado Novo”:

Em meados da década de 1930, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – então ministro da Guerra, posteriormente chefe do Estado-Maior do Exército – apresentou a Getúlio Vargas um balanço preocupante da capacidade da indústria bélica nacional e alertou sobre a necessidade de iniciativas para incentivá-la. Enquanto as grandes potências produziam novos armamentos, como submarinos e aviões de combate, o Brasil tentava com grande dificuldade fabricar equipamentos simples e mesmo rudimentares... Na época, o Exército mantinha onze fábricas de produtos bélicos, seis criadas nos anos 1930 e ainda sem pleno funcionamento. As outras cinco passavam por reformas modernizadoras. Góes salientava que devido ao estoque de fuzis e às importações em curso, os esforços deveriam se voltar para o suprimento de canos, sabres e munição e para reparo de armas portáteis... Em 1936, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de 1936 a 1945, confirmaria em cores mais fortes a precariedade da indústria bélica brasileira. À baixa qualidade da produção das fábricas militares somava-se o despreparo do parque industrial civil. (DOMINGOS NETO e GOLDONI, 2010: 75).

Os autores relacionam o processo de desenvolvimento industrial militar à ampliação do parque fabril brasileiro nos últimos anos do Estado Novo e aos eventos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Tal constatação serve não apenas para afirmar a presença do elemento modernista no Exército brasileiro, anterior à sua modernização, mas acreditar na ideia de que a compra de mais ou menos equipamentos bélicos desta ou daquela nação industrializada proveria modernamente o Brasil é um equívoco, pois a caracterização da condição de modernização é a autonomia material de uma sociedade concebida em termos estatais e nacionais em relação a outros países.

Tendo em vista o tardio desenvolvimento da modernização econômica no Brasil, o que houve – de marcante e duradouro, aos anos que seguiram após a escolha da Missão Militar Francesa – foi a formação de uma instituição com mentalidade e organização modernas. Houve modernismo – não mimético, não um transplante apenas, ainda que houvesse uma influência direta – de alemães e mais fortemente de franceses, mas não uma modernização, tal qual a sociedade brasileira de uma forma geral passou historicamente entre as primeiras décadas do século XX.

Retomando o editorial de *A Defesa Nacional*, de maio de 1914, após desqualificar os possíveis defensores de uma referência francesa ao Exército brasileiro, como sendo apenas “advogados” de interesses comerciais e não na defesa da pátria, o texto volta-se à comparação entre os Exércitos

francês e alemão – momentos antes de protagonizarem o maior conflito militar, até então, da história europeia – e destaca, já nesse momento, as especificidades do “espírito brasileiro”, apesar do tom claramente germanófilo:

“... as organizações militares não são artigos de importação e cada paiz possui aquella que melhor convém ás suas proprias condições. Aqui no Brazil, por exemplo, não é por ignorância da organização militar que nos convem que ainda nada se fez, mas não se fez nem se fará nada tão cedo enquanto durar a crise profissional e moral que nos assoberba, pois nos falta justamente a competencia e sobretudo a vontade para a execução practica de uma serie de idéas muito sabias que jamais conseguem sahir do papel. Temos urgente necessidade de recorrer ao estrangeiro para ir buscar mestres militares que se encarreguem da organização technica do nosso exercito e nos ensinem a preparar a guerra com elementos nacionaes. *Nós não queremos instrutores para exhibir batalhões nas paradas, queremos estrategistas e tacticos que venham para o nosso Estado-maior* empregar a obra de um Meckel no Japão e de um Körner no Chile e que se apoderem das escolas militares com o intuito de fazerem, dos nossos officiaes, soldados sadios de corpo e de espirito e não românticos bachareis, mais preocupados com o advento das seitas philosophicas do que com o destino dos exercitos nas batalhas¹¹. ... As afinidades de temperamento e de raça não podem constituir de forma alguma motivo de preferencia e ao contrario é de desejar que outros methodos cerebraes de estudo e de trabalho suplantem o espírito de chicana, a inconstancia e o *laisser-aller* que entre nós deitam a perder os entendimentos mais sérios”.

Por fim, o editorial afirma algo que Raymond Aron demonstrou em seus estudos sobre o pensamento de Carl von Clausewitz (1780-1831), autor de *Da guerra*, e a sua difusão na Europa após a guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Com uma derrota humilhante, os mestres militares franceses supuseram que a causa de seu fracasso residia acima de tudo na doutrina de guerra que o exército alemão já possuía: a doutrina clausewitziana – já inserida no Exército prussiano – mas de uma forma pouco clara, ou mesmo com uma interpretação problemática¹². Do mesmo modo o editorial afirma:

“Em maneira de tactica o exercito francez apenas agora começa a perfilhar principios, que foram em parte causa das victorias allemãs de 1870 e que um simples fähnrich allemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos officiaes do grande exercito em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha franceza que representa um triumpho das idéas allemãs sobre o emprego technico e tactico dessa arma... A evolução actual das

11 Aqui há uma crítica direta à tradição “teórica” dos oficiais do Exército brasileiro tão bem apresentada por Jehovah Motta, no livro *A formação do oficial do exército: curriculos e regimes na Academia Militar, 1810-1944* e Leonardo Trevisan em sua tese, *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (USP, 1993), assim como demonstrou o desejo de eficiência prática para uma instituição de doutores que os jovens turcos queriam a todo custo transformar.

12 ARON, 1986: 10.

idéas táticas em França pôde ser caracterizada por estas palavras, *o exercito francez se germanisa*. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua copia tímida e indecisa, quando se pensa na escolha de officiaes estrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra” (Revista *A Defesa Nacional*, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I).

Talvez a melhor reflexão sobre o modo como o Exército brasileiro incorporou, desde o século XIX, as referências modernas provenientes da Europa, segundo seus desejos modernizantes, suas experiências históricas e sua cultura, seja a tese de doutorado de Leonardo Trevisan intitulada *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (USP, 1993). Mesmo sem adotar a dicotomia modernismo-modernização em sua análise e preocupado, sobretudo, na divisão originária do Exército brasileiro entre o pensamento que defendia a formação teórica e o que sustentava a instrução voltada mais às atividades militares práticas (bem como seus desdobramentos históricos a partir do século XIX até a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, entre os anos 1920 e 1940), desenvolveu um raciocínio, podendo levar a interpretar que as “doutrinas modernas” foram absorvidas sempre de um “modo à brasileira” e aplicavam-se à realidade nacional – mesmo se esta fosse particularmente compreendida segundo a visão de segmentos do Exército militar, por sua vez, não necessariamente homogêneos – muitas vezes conflitantes.

Para Trevisan, assim, o desfecho do debate sobre a escolha da nacionalidade da missão estrangeira, com a função de “modernizar” o Exército brasileiro, não estaria apenas nos méritos em si das organizações militares europeias (principalmente a francesa e a alemã), nem nos interesses econômicos de agentes brasileiros e estrangeiros, ou ainda na capacidade diplomática de políticos, militares e intelectuais germanófilos ou francófilos. Longe de desqualificar tais aspectos, pensou não serem suficientes para afirmar que foram somente esses os motivos da escolha de uma missão militar francesa e não alemã. Segundo Trevisan, a influência francesa vem desde os tempos do Império Brasileiro. Como exemplo da presença francesa já no século XIX no Exército brasileiro, menciona a Reforma da Academia Militar do Rio de Janeiro de 1839:

A comissão da reforma de 1839, estabeleceu que o novo estatuto para a escola militar brasileira ‘organizará os necessários regulamentos, servindo-lhe de norma os que se acham presentemente em vigor na Escola Politécnica e na de Aplicação de Metz, em França, em tudo o que for adaptável ao plano de Estudos’. O novo Estatuto, o de 1839, mudou o nome da Academia Real Militar para Escola Militar e, de fato, privilegiou oficialmente o ensino de Engenharia. Por outro lado, seguindo bastante os princípios da ‘formação francesa’,

militarizou, o quanto foi possível, o cotidiano da nova Escola Militar, principalmente quando criou a figura do ‘oficial instrutor’, encarregado do comando das companhias de alunos e da ‘instrução prática das Armas’ (TREVISAN, 1993: 14-15).

Ao longo de todo o século XIX, um dos principais debates envolvendo o Exército brasileiro, no tocante à sua doutrina, foi o de se saber quais seriam os principais objetivos e princípios norteadores da formação do oficial. Tal discussão se pautava pela disputa entre aqueles que preferiam uma formação mais teórica (notadamente em Engenharia) e aqueles que desejavam uma formação mais “militar” ou prática. Os primeiros, grosso modo, prevaleceram, de modo que o ensino teórico da Escola Militar caracterizou-a significativamente ao longo do Império e apresentou resquícios ainda nos primeiros anos da República com a presença dos positivistas. Todavia, ainda em 1851, foi criado no Rio Grande do Sul o curso de Infantaria e Cavalaria (concretizado apenas em 1853), em 1855, a Escola de Aplicação na Fortaleza de São João (depois transferida, em 1857 para a Praia Vermelha), que pretendia reunir todas as disciplinas militares e, em 1859, foi formada a Escola de Tiro de Campo Grande.

No final do século XIX, os exércitos chileno e argentino modernizaram-se, sofrendo forte influência alemã, com envio de missões do país europeu aos sul-americanos¹³. É importante ressaltar, segundo a análise de Trevisan sobre o processo de modernização do Exército, que esse já apresentava nos momentos derradeiros do Império influência estrangeira, particularmente a alemã, ainda que a França fosse uma constante referência militar para os brasileiros (TREVISAN, 1993: 67). O desejo de modernidade do Exército brasileiro não era apenas uma característica exclusivamente emergente do período republicano, nem mesmo a disputa entre franceses e alemães pelo direito de enviarem seus oficiais a fim de aprimorar as tropas sul-americanas.

Antes da chegada da Missão Militar Francesa, em 1920, mais especificamente em 1924, quando começou a atuar na Escola Militar do Realengo, a principal referência do Exército brasileiro, em termos de formação da mentalidade do oficial, da organização da instituição, bem como o seu desenvolvimento à modernidade, era o Exército alemão. Evidentemente contribuíram para isso os

13 “Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as potências industriais europeias, em especial a França e a Alemanha, disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. Tal disputa abarcava desde a venda de material bélico até o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos. O Chile, por exemplo... contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno... Também na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha... em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent” (LUNA, 2007: 1-2).

ex-estagiários que voltaram da Alemanha e procuraram instaurar no Exército brasileiro o mesmo “espírito prussiano” que absorveram em sua estadia na Europa. Todavia, como demonstrou Trevisan, havia uma enorme distância entre a “cultura” do soldado brasileiro e a do alemão. Por outro lado, não é possível afirmar que desde o retorno dos “jovens turcos” e da primeira publicação de *A Defeza Nacional*, esse cenário germanófilo tenha se estabelecido por completo. A Reforma do ensino militar de 1913¹⁴, já de inspiração germânica, se desenvolveu de forma lenta – dando mais ênfase ao ensino prático e ao rigor disciplinar que em outros momentos da história do Exército brasileiro – mas os “jovens turcos” estavam distantes da Escola Militar do Realengo, atuando em outras instituições de ensino militares e também, de alguma forma, nos quartéis. Resultados mais claros da ampliação da “mentalidade prussiana” no Exército brasileiro podem ser vistos em 1918 e 1919 (com as reformas promovidas pela Lei 3454, de 06 de janeiro de 1918 e o Decreto 13451, de 29 de janeiro de 1919, e a Missão Indígena¹⁵). Todavia, tal “espírito” jamais ganhou por completo o coração de toda a corporação. Por um lado, os oficiais mais antigos e com uma mentalidade “arcaica” (ainda assim eram de patente superior à dos reformistas germanófilos, em sua maioria), viam no rigor dos novos oficiais uma afronta ao respeito da própria hierarquia (tal era a contradição do processo: para instituir o rigor e o respeito à hierarquia militar e política era preciso mudar a mentalidade do Exército naquele momento e afrontar a própria hierarquia); de outro lado, o soldado comum não habituado a um ambiente tão rigoroso, sentia a “disciplina prussiana” um tanto excessiva e resistia ao modelo importado (TREVISAN, 1993: 297-298). Enfim, havia obstáculos de todos os lados e a posição brasileira contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial influíra na marginalização da referência germânica dentro do Exército brasileiro. Mesmo assim, seus ecos puderam ser ouvidos até 1922 e, talvez, até 1924. O que estava em jogo, certamente, era o fato de o Exército brasileiro superar seu próprio “atraso” e para tal seria preciso, de alguma forma, inspirar-se naquilo que já era moderno. Os anos que antecederam a chegada da Missão Francesa foram de intensas discussões, primeiro porque a Grande Guerra terminara e deixara marcas profundas na maneira de pensar a própria guerra e, segundo, porque o Exército experimentou, novamente, durante a Guerra do Contestado (1912-1916) na carne – sua e da população civil envolvida no conflito – os limites e a ineficiência da instituição. Dessa forma, o ministro da Guerra que ocupou a pasta durante boa parte dos dois conflitos, entre

¹⁴ Vide MOTTA, 2001 e TREVISAN, 1993.

¹⁵ Nome dado ao grupo de instrutores selecionados por concurso, para atuar na Escola Militar do Realengo. Muitos deste eram “jovens turcos” e foram predominantes na instituição até 1924, quando a Missão Militar Francesa passa a atuar no Realengo.

novembro de 1914 e novembro de 1918, o Marechal José Caetano de Faria (1855-1920), procurava na combinação entre os fatores externos e a experiência local um caminho para a evolução do Exército brasileiro. No último relatório a frente do Ministério da Guerra, Caetano de Faria fez um balanço da pasta sob o governo de Wenceslau Braz (1914-1918), apresentando como necessidade a reforma do Exército. Além de desenhar um quadro geral, trata do intercâmbio entre militares brasileiros e europeus e a possível contratação de uma missão estrangeira que viesse instruir o Exército brasileiro, a fim de “modernizá-lo”:

“Missões no estrangeiro: De accôrdo com as autorizações concedidas pelo poder legislativo, acha-se na Europa uma commissão de officiaes, sob a chefia do general Napoleão Felipe Aché, a qual estuda as modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito; essa missão compõe-se, além do citado general, de 23 officiaes, e como nós fazemos parte dos paizes aliados contra a Allemanha, esses officiaes estão á disposição do quartel-general dos aliados. Uma outra missão acha-se nos Estados Unidos, fazendo estudos e procurando adquirir material que nos falta; ella tem como chefe o tenente-coronel Alipio Gama, compondo-se de 8 officiaes, além do chefe”
(Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918. Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918: 34-35).

Para Trevisan, Caetano de Faria era contrário a contratação de uma missão estrangeira (TREVISAN, 1993: 299). De fato, preferia um caminho mais “nacionalizado” para o desenvolvimento da instituição, mas não recusava ou fazia restrições a vinda de uma missão francesa. O que parece é que Caetano de Faria tinha plena consciência de não ser possível apenas delegar aos brasileiros a vanguarda do processo que já estava em curso, mas também não seria coerente simplesmente importar um modelo “moderno” e fazer ajustar a realidade militar nacional em sua fôrma. De modo que busca conjugar a experiência militar brasileira recente às “... modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito”:

“Os regulamentos dos exercitos adiantados servem evidentemente de base aos nossos, mas soffrem as alterações indispensaveis para sua adaptação ás qualidades do nosso soldado, á topographia do nosso territorio e até ás nossas condições financeiras; no nosso paiz, sem estradas carroçaveis, de população disseminada e industrias atrasadas, não é possivel contar, senão raramente, com o transporte de automoveis, nem se empregar methodos de guerra que se apoiem na existencias constante de nucleos de povoação; basta lembrar que o nosso exercito em campanha só póde contar com o acampamento, sendo o acantonamento um caso excepcional. Nas ultimas operações militares, Canudos e Contestado, os transportes eram em

geral feitos em cargueiros, e a evacuação de feridos, mesmo nos trens, feita em rêsdes. Por esses motivos, estou convencido de que o melhor methodo para o nosso aperfeiçoamento é o que estamos seguindo: mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar. Não quer isso dizer que não seja vantajosa, a vinda de officiaes estrangeiros, de real competencia, para leccionar na escola militar ou na de estado-maior, materias em que se tenham especializado, como as do serviço de estado-maior, estrategia, jogo da guerra, etc”. (*Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918. Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918: 39*).

O trecho acima não deixa dúvidas. Caetano de Faria não se opunha a uma missão estrangeira – pelo menos era essa a sua posição oficial – ainda que preferisse “... mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar”.

Nesse momento, não se pode esquecer que a posição “germanófila” estava obviamente enfraquecida, mas ensejou a oportunidade exatamente para reforçar aquilo que Caetano de Faria anunciara no relatório: apreender a experiência estrangeira, sim (para os colaboradores de *A Defesa Nacional* e para aqueles que eram aprovados pelos primeiros concursos públicos para professores na Escola Militar do Realengo com a Missão Indígena, esta seria primordialmente a alemã), mas combiná-la à brasileira e, acima de tudo, entender que a modernização do Exército é também o fortalecimento do caráter patriótico. Tais considerações podem ser destacadas em um relevante editorial de *A Defesa Nacional* de agosto de 1918. O texto trata exatamente da necessidade de uma postura nacional para se pensar o Exército brasileiro, e tomar do estrangeiro apenas aquilo que seria útil em termos locais. Neste editorial, intitulado “Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável”, há o reforço da ideia de que o processo de modernismo do Exército se dará no encontro entre os interesses brasileiros e os modelos europeus¹⁶. A defesa é exatamente da fusão do patriotismo brasileiro com a experiência alemã. A revista não se posiciona contra a política brasileira antialemã e sim com o possível abandono da referência germânica para o desenvolvimento da instrução do Exército brasileiro:

“Por um excesso de gratidão que bem se explica pela nossa absoluta fraqueza e porque a nossa nacionalidade ainda está em formação, temos, até agora, em actos esparsos, em opiniões dos

¹⁶ Mas como estes não são puros e simplesmente mimetizados, o processo de desenvolvimento do Exército brasileiro de fato sofreu e desenvolveu uma mentalidade moderna, mas no desenvolvimento da modernização apenas ficou a desejar.

nostros políticos mais notaveis, em consequencia de dificuldades financeiras e, mais do que em tudo isso, na consciencia popular, victima do analphabetismo e de justificada descrença dos nostros estadistas, creado e desenvolvido um sentimento que suffoca o patriotismo - o *estrangeirismo*... Os principios comprovados pela experiencia em um paiz, perderão o seu valor passando as fronteiras? Não será patriotico e por isso necessario acompanhar, aprender e adoptar tudo o que de melhor souber e fizer o nosso inimigo? Em materia militar, haverá quem discuta as vantagens de elucidar desapaixonadamente tudo que o inimigo descobrir ou aperfeiçoar?... N'A Defeza Nacional nunca houve concessões pessoas e a bajulação não ousa approximar-se das suas columnas. Ella está inscripta entre os órgãos mais patrioticos que no Brazil se imprimem vive *para o bem da sua Patria e da sua classe* - embora com constantes sacrificios pessoas... resolvemos num rasgo de franqueza que tambem é um sacrificio, explicar, de uma vez por todas, o nosso modo de ver, de sentir e de lutar pelos sagrados interesses da Patria, a razão porque pugnamos, pela adopção entre nós, de alguns regulamentos usados por um paiz que é hoje nosso inimigo... Esse tal 'germanophilismo' tão lembrado por alguns que muito esqueceram e ainda esquecem seus deveres para com a Patria, deve ser applicado aos que em actos, palavras e idéas pugnaram pelo enfraquecimento do paiz, progresso de idéas dissolventes e impraticaveis e aos que, evitando a instrucção militar que sempre pedimos e a aquisição do material indispensavel para apresentar resistencia util deante do inimigo, impediram que a nação agisse de accordo com a altivez e altruismo sempre manifestados" (*A Defeza Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V).

Esse trecho revela exatamente a maneira como os "jovens turcos" e seus discípulos compreendem a modernidade para o Exército, além de defenderem sua posição frente às acusações que poderiam sofrer. Não é a adoção apenas de um modelo de pensamento aliado ou não, e sim, aquele, aparentemente, mais eficiente e não importava se era uma cópia do Exército alemão ou de quem quer que fosse, pois o importante era o modernismo do Exército¹⁷.

O "espírito prussiano", entretanto, era excessivamente rigoroso para os padrões do Exército brasileiro na época e, por isto mesmo, segundo Leonardo Trevisan, produziu um efeito grave de insubmissão na Escola Militar do Realengo. Por pregar exacerbadamente uma observância devotada das normas regimentais dos officas em formação, bem como um respeito inquestionável à hierarquia fez com que a Revolta do Forte de Copacabana em 05 de julho de 1922, tivesse apoio apenas da Escola Militar do Realengo, onde os "jovens turcos" e seus seguidores eram instrutores desde 1920¹⁸.

17 A modernização também, mas esta se manteve adormecida até o fim do Estado Novo, quando de fato houve alguma expansão na indústria bélica brasileira.

18 Ver TREVISAN, 1993: 312-317.

Foi por apertar demais o parafuso da disciplina que esta de fato se rompeu em cinco de julho, levando ao afastamento da Missão Indígena e abrindo as portas aos instrutores franceses. Estes tiveram uma postura muito mais adequada à realidade do Exército brasileiro da época que, apesar de já não ser mais uma instituição recolhedora de “indesejáveis”, ainda não gozava de uma enorme simpatia social. Para Trevisan, o desfecho da Primeira Guerra teve efeito prática no distanciamento do modelo alemão, bem como o trabalho incessante dos adidos militares francês¹⁹ e brasileiro²⁰, no Brasil e na França, respectivamente e do Ministro da Guerra em 1919, o general Alberto Cardoso de Aguiar (1864-1935). Entende, entretanto, que o aspecto primordial para o afastamento brasileiro da influência germânica e a aproximação ao modelo francês tenha sido exatamente a incompatibilidade de adaptação do “espírito prussiano” – interpretado por seus detratores como “excessos disciplinares” – à demanda local brasileira pela reformulação do Exército. Entre os ensinamentos mais significativos do estágio dos “jovens turcos” na Alemanha estava a ideia de disciplina e como isso ia ao encontro da noção de soldado-cidadão, uma vez que a principal função política do soldado era a defesa da pátria em todos os sentidos, inclusive a hierarquia, este último dado era algo bastante distante da realidade brasileira, levando-se em conta os constantes casos de insubmissão. Não significa dizer, entretanto, que o “modelo francês” fosse melhor ou menos rígido, mas talvez, os franceses pudessem perceber melhor até onde podiam ir ou não em seus ensinamentos e no envolvimento com o universo militar brasileiro, bem como saber que se tratava também de um assunto comercial e do aumento da influência francesa na América Latina, tornando a França a principal parceira militar do Brasil.

No único relatório de Cardoso de Aguiar como ministro da guerra, em 1919, há, apesar do curto período a frente do Ministério (entre 1918 e 1919), decisões importantes no tocante às reformas modernizantes do Exército. O relatório é o primeiro a tratar abertamente da contratação da Missão Militar Francesa e das expectativas que existiam em torno de sua chegada. É notável que o aspecto principal da Missão seja mencionado inicialmente: a formação dos oficiais do Exército brasileiro e, conseqüentemente, a participação francesa na reformulação do ensino militar. Tal é a percepção de Cardoso de Aguiar da “função” social do Exército que, se de um lado, o debate e a necessidade do alisamento universal (já estabelecido desde 1916), cabia, naquele momento, formar os oficiais que

19 “l’influence militaire à acquérir dans un pays encore dans l’enfance, mais destine au plus bel avenir et ou nous cherchons, d’autre part, à nous faire une place dans le domaine économique, vaut bien quelques sacrifices, que nous pouvons espérer productifs dans l’avenir” (de la HORIE, Fanneau. *Rapport au ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, SHAT – Service historique de l’armée de terre, Château de Vincennes, 11 septembre 1918 *apud* DOMINGOS NETO, 1980: 47).

20 Ver MALAN, 1988: 43.

guiariam o povo em armas para a defesa do território e dos valores da pátria, mas deveriam também desempenhar um papel de “instrutores” do sentimento nacionalista para todos os cidadãos brasileiros.

Em suma, a educação de um oficial seria também na formação de um professor de patriotismo:

“Das escolas sahem os officiaes que disseminam por todos os recantos do Brazil e transmittem a instrucção necessaria aos conscriptos que se apresentam promptos a se transformarem em verdadeiros soldados, a quem a Patria confia defesa de seu territorio e da sua independencia” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 24*).

A noção de “independência” não explicita apenas o caráter formal da suposta soberania brasileira. Ser independente é também ter consciência e identidade nacionais. Cardoso de Aguiar continua e afirma um problema que se estende, desde o século XIX da formação da defesa no Brasil: a disputa entre uma formação mais teórica ou prática do oficial do Exército brasileiro²¹. Tal embate, no início do século XX, era interpretado por Cardoso de Aguiar pela manutenção de uma ordem arcaica e ultrapassada do conceito de Exército e outra, moderna:

“Sobretudo era preciso tirar o caracter eminentemente theorico de que vinha resentindo o nosso ensino militar, mau grado as sucessivas e repetidas transformações de regulamentos, e emprestar-lhe definitivamente a feição prática e technica que se impõe presentemente, em face do extraordinario desenvolvimento da industria militar, creando innumerous engenhos de guerra e multiplicando os formidaveis processos mechanicos de ataque e defesa” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 25*).

Certamente, Cardoso de Aguiar projeta um avanço não só modernista, mas concomitantemente, modernizante da própria materialização técnico-industrial. Ora, a “importação” da Missão Francesa apontaria exatamente para outro lado: modernismo, sim, da mentalidade militar, mas manutenção do sistema comercial exportador (país europeu ou “avançado”, no caso a França) e importador (ex-

21 Segundo André Luiz dos Santos Franco, a disputa entre teóricos e práticos é apontada já no relatório do Ministério da Guerra de 1829, sendo, segundo suas palavras, resolvida apenas com a Missão Militar Francesa: “O relatório do ministro da Guerra de 1829 também fez referência a uma reforma da Academia, pois acreditava que tal estabelecimento de ensino não estava correspondendo satisfatoriamente aos fins para os quais teria sido criado, ou seja, era desejo do ministro tornar a Academia uma verdadeira escola militar. Observa-se, já em 1829, o início da contradição entre o bacharelismo e o profissionalismo dentro do ensino militar, provocando opiniões díspares e conflitantes, problema que, segundo este trabalho, somente será resolvido com o advento da Missão Militar Francesa no final da segunda década do século XX” (FRANCO, 2010: 19). Para Trevisan, “O Estado português visualizava uma perspectiva de defesa cuja principal meta consistia na obrigação de construir fortes como garantia principal de posse. Confundir ensino militar com formação em engenharia tem essa origem” (TREVISAN, 1993: 389).

colônia, ainda de base econômica agrária, como era o caso do Brasil). Também é relevante apontar para o fato de que a Escola Militar de formação dos oficiais não seria inicialmente atingida pela Missão Francesa, ou seja, ainda que o governo brasileiro percebesse a necessidade de se modernizar, o principal instituto escolar permaneceria nas mãos dos professores da Missão Indígena (nome com clara tendência de se ter no país um desenvolvimento modernizante endógeno. Mesmo os instrutores, discípulos dos “jovens turcos”, já tinham assimilado a cultura militar germânica, mas a faziam no sentido de dar uma direção singular à formação identitária do Exército brasileiro). Cardoso de Aguiar reforça o desejo de modernização ao tratar especificamente da indústria militar brasileira e apontar para a expectativa criada pela missão francesa também no sentido de ajudar a desenvolver algum know-how para o incremento e desenvolvimento do parque industrial militar brasileiro. Plano frustrado pelo chefe da missão, Maurice Gamelin, como bem observou Domingos Neto (2007), ao vê-lo também como um mercador dos equipamentos franceses, de modo a manter a dependência brasileira de produtos militares importados. Segundo o relatório,

“O serviço obrigatorio e a *independencia absoluta* de recursos materiaes estrangeiros garantem a qualquer paiz seus meios efficazes de defesa militar[grifo nosso]. A questão reduz-se, então, a confiar a organização e o funcionamento da machina militar a homem capazes e a mãos habeis. Mas o problema cuja solução se impõe e sem a qual impossível será assegurar a defesa nacional é o da *independencia absoluta dos recursos materiaes estrangeiros* [grifo original]” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 32*).

O ministro é sincero ao afirmar a carência material do Exército brasileiro em 1919, ocasionada pela Primeira Guerra Mundial que interrompeu o comércio entre os produtos de todos os tipos entre os países industrializados europeus e o Brasil e, portanto, era urgente a compra de equipamentos bélicos para o país:

“... as lições da grande guerra ainda vieram trazer a convicção de que necessitamos adquirir novos engenhos, não empregados ou desconhecidos anteriormente. Temos de comprar metralhadoras, canhões de campanha, obuzes, canhões de montanha e de artilharia pesada, artilharia de costa e o complemento necessario para todo este material” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 55*).

Por causa da guerra, também, os Estados Unidos que já tinham negócios bélicos com o Brasil desde o século XIX²², aumentam seu comércio: “Felizmente, julgo estar resolvida a questão do material para instrução da arma de engenharia, pois acabamos de receber dos Estados Unidos, material de sapa e telegraphico, assim como telephones de campanha e estações de radio-telegraphicas...” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919: 55*). A dependência de equipamentos estrangeiros, apesar dos desejos modernizantes para a indústria bélica, persistiu por um longo tempo, até o fim do Estado Novo como foi apontado acima. Enquanto a mentalidade “modernista” se ampliava internamente nos quadros militares e as reformas do Exército ganhavam maior interesse civil, a materialidade deste desenvolvimento – o avanço da indústria bélica nacional – era ainda extremamente inconsistente.

Em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, o primeiro civil a ser ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras (1870-1934), reforça os desejos modernizantes do Exército e, assim como seus antecessores, persiste na reivindicação da profissionalização do Exército e na ampliação dos recursos materiais bélicos para a instituição. É evidente atentar para o fato de que os três relatórios dos três ministros tocavam na mesma tecla, mas, em vista da conjuntura infactível de se desenvolver do dia para a noite um parque industrial militar brasileiro, aceitavam resignados a importação de armamentos (BELLINTANI, 2009: 544-546). Todavia, no âmbito do desenvolvimento do espírito e da imagem do Exército (interna e também da que a sociedade civil tinha da instituição), todos viam como possível a elevação do Exército ao profissionalismo, a uma educação mais prática, a desempenhar um papel de construção da identidade nacional – tão difícil dado o regionalismo, o pacto federativo do país e as práticas políticas da Primeira República –, a uma força capaz de exercer com extrema eficiência seu papel social e político de defesa do país.

No primeiro relatório de Calógeras, de junho de 1920, há um longo preâmbulo tratando das condições da pátria brasileira, sua vocação pacífica, a proximidade do centenário da Independência e da inserção do Exército brasileiro neste quadro de coisas.

“Base da defesa nacional, em torno delles virão grupar-se, si de tanto houver mistér, todos os elementos da Nação armada, garantindo, na serenidade da força consciente e pacífica, a auctoridade da palavra do Brasil no concerto dos Povos. Factor de estabilidade social e de

22 Ver TOPICK, 2009.

progresso ininterrupto, assegurarão livre surto ás energias do paiz, para a conquista, dentro nas raias ethnicas, da pujança economica, do bem-estar collectivo e do predomínio dos altos moveis altruisticos que sempre alentaram a acção do Exercito. Obedientes á tradição historica, já secular, serão sempre e cada vez mais a Força a serviço do Direito, da Justiça e da Moral... A custo, a muito custo, mesmo, vencendo graves resistencias, conseguimos transpôr o estadio do Exercito profissional” (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 5*).

Quanto à necessidade de modernização, mas sentindo a dimensão ímpar da sociedade brasileira e, em particular, de seu Exército, Calógeras aborda a necessidade de profissionalização do Exército, material e mental. Assim escreveu:

“Precisamos de Exercito, e não de arremedo d’elle, multidão fardada, sem eficiencia militar. Passamos bruscamente do Exercito profissional ás forças armadas nacionaes... mesmo entre os mais leaes e dedicados propugnadores do principio novo, ainda influe a longa pratica dos dogmas abandonados. Involuntariamente, encara-se o problema com a mentalidade antiga... Não raro, triumphá inconscientemente o methodo antiquado. As nossas convicções constituem ainda um estado mental à fleur de peau, superficial... Quando ser soldado era uma profissão, como qualquer outra, essa mão d’obra especial havia de ser paga como tal, isto é por uma taxa elevada, proporcionada, além do mais, ao pequeno número de especialistas. O conceito de Nação armada traz outras consequencias: não é mais uma profissão que exerce a praça, é uma prestação pessoal de serviços, como as antigas prestações *in natura*, ou de dias de serviços. É uma quota unitaria no esforço collectivo, como o imposto é a quota individual nas despezas geraes do paiz” (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 29-30*).

“Ainda continuam a reger nossa actividade militar. Confirmou-os, em parte, a experiencia da lucha. Mas, em maior extensão, se tornaram caducos ante a realidade do campo de batalha. É suprema lição deste ultimo que precisamos haurir e infundir na tropa, respeitados sempre os coefficientes locais” (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 53*).

É necessário destacar, nesse último trecho que Pandiá Calógeras ao afirmar a necessidade de avanço nos assuntos pertinentes à guerra moderna, travada poucos anos antes na Europa, registra a importância de não se adotar qualquer modelo de reorganização do Exército que não leve em consideração as características específicas da sociedade militar brasileira e sua história. Deste modo,

preocupado com o “coeficiente local”, Calógeras anuncia a Missão Militar Francesa e o papel que passaria a desempenhar junto ao Exército brasileiro, a partir de 1920²³. Tal perspectiva é reforçada no seguinte trecho:

“Breve estará terminada a elaboração de todos esses textos organicos e, em 1921, a instrução, ora em periodo de transição e, como tal, bastante irregular, poderá ser ministrada a todos os corpos segundo um modelo unico oriundo da experiencia de 1914-18, condicionada pelas contingencias do teatro sul-americano” (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 54*).

Quanto à revista *A Defesa Nacional* e sua posição pró-germânica, desde o posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial – declarando guerra à Alemanha – o tom de crítica à contratação de uma missão francesa vai se enfraquecendo, uma vez que não havia mais argumentos que pudessem sustentar uma reaproximação imediata entre os anos 1918 e 1920 de Brasil e Alemanha em termos militares. Também, por terem quadros simpáticos às suas bandeiras dentro da Escola Militar do Realengo onde a Missão Militar Francesa não atuaria – pelo menos até 1924 –, os colaboradores da revista passaram a ver os franceses sob um olhar mais generoso, inclusive vislumbrando de fato possibilidades de absorção do know-how de uma nação que saíra vencedora do maior conflito até então visto no ocidente. O primeiro artigo sobre a Missão Militar Francesa do periódico é de fevereiro de 1920, pouco antes da chegada de toda a missão. Para além da germanofilia, ou da crítica aos “atrasados” franceses, no que se via em 1914, os “jovens turcos” – já influentes no Exército e em particular na Escola Militar do Realengo – o artigo intitulado “A missão militar franceza no Brazil” demonstra uma receptividade que, anos antes, seria considerada inesperada, mas, dado o jogo de cintura dos franceses (houve, desde o início, estratégias de aproximação com os grupos germanófilos) e os desejos modernizantes brasileiros, as diferenças diminuíram consideravelmente. Tomando como referência o discurso de Gamelin sobre os propósitos da missão e sua intenção de manter o que já havia sido modernizado, o periódico tem registrado o seguinte:

23 Outro aspecto significativo do processo modernista era a formação da aeronáutica militar, discutida no desenvolvimento dos quadros oficiais na Escola de Aviação que, por sua vez, desde 1918, já operava com a presença da Missão Francesa de Aviação. Nesse relatório, a Missão Militar Francesa ainda não atuava no principal centro de formação dos oficiais, a Escola Militar do Realengo. Esta, por sua vez, vivia os dias da Missão Indígena e sua doutrina prussiana. Manteve-se assim até 1922 (quando em 05 de julho os alunos do Realengo se mobilizaram em prol dos revoltosos tenentistas do forte de Copacabana) e até então era exaltada pelo ministro da Guerra: “O nucleo preparador da officialidade continua sendo a Escola Militar do Realengo. É notavel o entusiasmo com que ali se trabalha, quanto á eficiencia practica do ensino nesse estabelecimento, e quanto á pureza e á elevação do ideal que anima todos os esforços desenvolvidos por mestres e discentes” (*Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil (Epitacio Pessoa) pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920: 59*).

“Interrogámos S. Ex., sobre sem na reorganização projectada, seriam postos á margem todos os regulamentos do nosso Exercito, que são adaptações dos allemães.

- Não viemos desfazer o que está feito - respondeu-nos o general Gamelin... Comentando esta entrevista, disse o *Jornal do Brasil* de 1º de fevereiro: “Na arte da ha uma parte immutavel - a doutrina. Se o que existe nos regulamentos brasileiros, oriundos do allemão, é doutrina é cousa applicavel, que não foi destruida pela experiencia da grande guerra, nada ha que modificar” (*A Defesa Nacional*, n.º 79, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1920, ano VII).

Enfim, os momentos compreendidos entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil representam um período de intenso debate que se caracterizou, de um lado, por uma mentalidade modernista daqueles que desejavam a reforma do Exército brasileiro e, de outro lado, a impossibilidade de modernizá-lo. Este modernismo de forte influência europeia – principalmente alemã e francesa –, contudo, não se limitou a apenas copiar um determinado modelo. Não seria possível, porque o militar brasileiro não é alemão, nem francês, bem como a experiência da instituição é singular. A escolha de fato levou em consideração tais fatores, não por ser uma decisão unilateral e sim por conjugar interesses comuns, mesmo que em determinadas circunstâncias a compreensão do processo fosse diferente para os sujeitos históricos envolvidos. As conclusões de Trevisan sobre as influências alemã e francesa no Exército brasileiro inspiram de fato estas ponderações, e, retomando a dicotomia de Canclini, nada mais evidente de se interpretar este processo de modernidade do Exército brasileiro pela distinção que há entre modernismo e modernização. O ideário do Exército, já na década de 1910, era preenchido com desejos modernistas, mas a modernização era efetivamente deficitária. A contratação dos franceses, em detrimento dos alemães²⁴, concretizava, no limite, aquilo que Canclini chamou de processo de hibridação, formando-se tanto a partir das expectativas mais “brasileiras” para a modernidade do Exército brasileiro, bem como na inspiração estrangeira menos estranha aos padrões nacionais – tanto na manutenção da ordem política do período, quanto nos avanços sem ruptura da hierarquia militar... isso até 1922.

REFERÊNCIAS

Documentos

24 Ver TREVISAN, 1993: 400-402.

- *Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918* (Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918).
- *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919* (Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919).
- *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, ministro de Estado de Guerra.* (Rio de Janeiro: Imprensa Militar, junho de 1920).
- Editorial de *A Defeza Nacional*, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I.
- “Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável” in *A Defeza Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V.
- “A missão militar franceza no Brazil” in *A Defeza Nacional*, n ° 79, RJ, 10 de fev. de 1920, ano VII.

Arquivo:

- Biblioteca José Wash Rodrigues (atualmente desativada), Centro de Documentação do Exército, Brasília – DF.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia.* (Coleção Pensamento Político, v. 72). Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *O exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).* Tese de doutorado em História (Universidade de Brasília – DF), 2009.
- BERMAN, Marshall. *All that is solid melts into air.* Baskerville: Penguin Books USA, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século.* São

Paulo: Iluminuras, 2008).

- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- DOMINGOS NETO, Manuel e GOLDONI, Luis Rogério Franco “Tecnologia militar no Estado Novo” in DOMINGOS NETO, Manuel. *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- DOMINGOS NETO, Manuel. “Gamelin, o modernizador do Exército” in *Tensões Mundiais* (Revista do Observatório de Nacionalidades da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.
- _____ “L’influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l’armée brésilienne (1889-1930)” in ROUQUIÉ, Alain (org.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. “Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil” in *Anais das Jornadas de 2007*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, Jehovah. *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, 2006.
- PINHEIRO. Paulo Sérgio... [et al.]; introdução geral: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 9).

- RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina – cultura, política e identidade*. Brasília: UnB, 2005.
- TOPICK, Steven C. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na era dos Impérios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TREVISAN. *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do exército brasileiro*. Tese de doutorado em Ciência Política (Universidade de São Paulo – SP), 1993.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.



“INVENTANDO TRADIÇÕES”: AS PRINCIPAIS COMEMORAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO DESDE O FINAL DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS.

Cesar Machado Domingues¹

As aspas que aparecem no título desta breve apresentação se devem ao fato desse conceito se basear na obra de Eric Hobsbawn. No entanto, embora tenha me apropriado da expressão, extrapolei os limites do conceito proposto pelo autor inglês, que definiu as tradições inventadas como “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”². Minha intenção foi incluir entre as tradições: a memória institucional e o uso da história na sua construção.

Cabe ressaltar que a expressão “invenção” não traz necessariamente qualquer cunho pejorativo, mas deve ser entendida no sentido de construção de uma tradição, que embora possa se basear em fatos históricos fartamente documentados, os manipula de modo a atender aos interesses vigentes.

Vou dar um exemplo: Passando na Região de Resende, nos deparamos com um cartaz que diz o seguinte: “Academia Militar das Agulhas Negras. Há 200 anos formando oficiais para o exército”. Afirmção compatível com o texto institucional no site comemorativo do seu bicentenário que afirma: “*A Academia Militar de hoje é a **mesma** Academia Real Militar, que iniciou suas atividades em 1811. No percurso destes duzentos anos, nos diversos lugares por onde passou, **ela permaneceu imutável, sempre formando oficiais com elevado conhecimento técnico-profissional e cultura aprimorada, dotados de valores morais, éticos e inteiramente dedicados ao serviço da Pátria.**”³*

Efetivamente a inauguração da Real Academia Militar, uma instituição portuguesa, se deu em 1811. E mesmo essa pode ser considerada originada de uma instituição ainda mais antiga: a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, criada no Rio de Janeiro em 1792. No entanto, o Decreto nº 1718, de 17 de junho de 1937, considerou a então Escola Militar do Realengo como tendo por “raiz histórica” a Academia Real Militar⁴, e assim a AMAN, criada em 1944, para substituir a

1 O Autor é Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Graduado em História pela Universidade Gama Filho e Editor Responsável pela Revista Brasileira de História Militar. (www.historiamilitar.com.br)

2 HOBBSAWN, Eric. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. (p. 9)

3 Texto assinado pelo General Enzo Martins Peri, disponível em: <http://bicentenario.aman.ensino.eb.br/> (os grifos são do autor.)

4 LUCENA, Luiz Castelliano de. Um Breve Histórico do IME (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1792). Rio de Janeiro: IME, 2005. (p.4)

antiga Escola do Realengo, se tornou “herdeira” da Academia Real Militar.

E a Escola criada em 1792?

Essa “deu origem”, oficialmente, ao Instituto Militar de Engenharia.

Cabe esclarecer que não se trata aqui de questionar a validade de se declarar a AMAN como “herdeira” da Academia Real Militar, em cujo prédio histórico funciona hoje o IFCS/UFRJ, mas apenas de reconhecer que isso foi uma escolha institucional. Um artifício da Memória. Pois outras datas também poderiam ter sido eleitas, também se baseando em argumentos válidos. 1792, 1822, 1874 - quando criada a Escola Militar da Praia Vermelha ou mesmo 1913, data de criação da Escola Militar do Realengo.

E que ninguém pense que esse comportamento é privilégio dos militares brasileiros, pois vemos construções semelhantes nas mais variadas épocas, lugares e grupos sociais, nos quais poderes constituídos ou em ascensão vão buscar legitimidade na associação com fatos e personagem do passado. E quanto mais distante no tempo estiver essa origem, certamente maior será a legitimidade. A não ser nos casos em que uma demonstração de ruptura com esse passado seja desejável.

Hobsbawn chega a utilizar a expressão “produção em massa”⁵ para caracterizar o surgimento de novas tradições na Europa entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Para o autor, as novas tradições criadas a partir de 1870 eram “reflexos das profundas e rápidas transformações sociais do período. Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social”⁶

Certamente, como veremos mais adiante, não é coincidência que tradições tenham sido “inventadas” na mesma época no Brasil, após mudanças significativas como a Proclamação da República, o surgimento do Estado Novo e a Redemocratização.

Como afirmou Samuel Huntington, na obra o soldado e o Estado, “na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande

⁵ HOBSBAWN. Op. Cit. (p. 271)

⁶ Idem.

valor ao estudo metódico e objetivo da História.⁷

No entanto, essa objetividade e preocupação metódica, ficam em segundo plano, quando se trata da construção da imagem da instituição que se deseja cultivar e dos exemplos que servirão para moldar os padrões de comportamento almejados para seus quadros.

Tal comportamento é bastante compreensível, se considerarmos que a instituição militar tem um compromisso maior com a formação de seus quadros e a manutenção de seus valores, do que com os parâmetros considerados válidos para caracterizar a História como conhecimento científico.

Morris Janowitz afirma que nas escolas militares a História serve como meio de “doutrinação dos futuros oficiais”⁸, ensinando não somente os procedimentos táticos e estratégicos adotados pelos grandes capitães, mas também lhes inculcando valores morais e éticos, visando sua preparação para a vida na caserna.

Dentre as “tradições inventadas”, Hobsbawn inclui aquelas “cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento”⁹ e nessa categoria certamente se enquadra a escolha de que deveria ser lembrado e comemorado. É sobre esse aspecto que gostaria de discutir.

Em seu livro *A Invenção do Exército Brasileiro*, Celso Castro trata da institucionalização de três importantes tradições do Exército: o culto a Caxias como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935, e o dia do Exército comemorado em 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes.¹⁰

Dentre as três, pretendo abordar a adoção do dia 25 de agosto como dia do soldado, durante muito tempo a data comemorativa mais importante do calendário do Exército, implementada a partir da década de 1920, e a recente incorporação do dia 19 de abril como “dia do Exército”.

Para Celso Castro, a decisão de cultuar Caxias num momento conturbado pelo tenentismo, seria alcançar, no plano simbólico “a afirmação da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas”.¹¹

Penso ser indiscutível a importância de Caxias para História do Brasil e não pretendo entrar

7 HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. (P. 82)

8 JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967. (p. 222 – 223)

9 HOBSBAWN. Op. Cit. (p. 17)

10 CASTRO, Celso, *A Invenção de Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002. (p. 10)

11 Idem. (p. 20)

nos detalhes de sua biografia para defender ou contestar essa escolha, mas acredito que sua imagem de lealdade ao governo, em sua época, representado pelo Imperador d. Pedro II e suas inegáveis qualidades como comandante militar, contribuíram para que fosse escolhido como ideal no qual deviam se espelhar os militares. Naturalmente, para isso, realçavam-se os aspectos pertinentes de sua biografia, enquanto outros eram relevados, como sua intensa atuação política durante o Império. Esse inclusive é um aspecto bastante interessante e até mesmo contraditório, se considerarmos que Osório envolveu-se menos na política que Caxias. Por outro lado, Osório foi subordinado a Caxias e provavelmente isso, aliado a atuação de Caxias na repressão a revoltas internas, também tenha contribuído para a escolha deste como modelo ideal a ser seguido, principalmente se considerarmos o período em que se deu a consolidação de sua posição com patrono do Exército. Sem contar as eventuais preferências pessoais e políticas dos indivíduos que participaram desse processo.

O fato é, que até então, a mais importante comemoração do exército se realizava do dia da Batalha de Tuiuti – 24 de maio – e que o General Osório, comandante militar naquele episódio era o grande homenageado.

A professora Adriana Barreto afirma que até o ano de 1883 os jornais da Corte não noticiavam a realização de qualquer comemoração da batalha de Tuiuti e que o primeiro registro lembrando o acontecimento se encontra numa edição do Jornal do Comércio de 1884¹². No ano seguinte a Batalha passou a ser lembrada anualmente na primeira página do jornal “O País”, fundado pelo republicano Quintino Bocaiúva. Isso ajuda a compreender porque, em 1910, após a proclamação da República, o Presidente Campos Salles criou a medalha do mérito militar fixando a data da entrega no dia 24 de maio, incluindo assim a Batalha de Tuiuti na lista de comemorações oficiais da capital. Segundo essa mesma pesquisadora, “A comemoração que aparece na literatura militar como um fato imemorial e popular é sem dúvida uma invenção republicana que tem início no governo Campos Sales, em 1901. Só então as comemorações da batalha do Tuiuti passam a ser registradas anualmente na capital da república.”¹³

Cabe ressaltar ainda que o fato de Osório ter tido destacada atuação no partido liberal, o tornaria figura adequada a servir de exemplo dos valores que se pretendia promover. Um artigo do jornal “o País”, citado no trabalho de Adriana Barreto, “depois de lembrar que Osório havia se “... entregueado

12 BARRETO, Adriana. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar In: Revista Varia História n. 25 . Belo Horizonte: PPG/UFMG, 2001. (p. 240)

13 BARETO, Op. Cit. (p. 242)

as lutas políticas prestigiando a propaganda democrática do partido liberal histórico”, recupera um suposto depoimento de Osório em que ele “... vaticinava que o futuro pertencia à república”¹⁴.

No entanto, a representação de Osório - usualmente retratado em trajes relativamente informais - que vinha sendo criada no imaginário popular e militar como “homem do povo”, era de um herói bastante rebelde: amado por seus comandados; pouco ligado aos ritos da hierarquia e disciplina e que havia “defendido” a mudança do regime.

Também citado por Adriana Barreto, outro artigo publicado no Jornal “O País” em 25 de maio de 1903, relata as comemorações extra-oficiais da Batalha de Tuiuti ocorridas na Escola Militar da Praia Vermelha. Na ocasião, “um grande entusiasmo tomou conta do refeitório e, em meio a vários discursos que criticavam o novo governo civil, os alunos levantavam brindes aos veteranos do Paraguai, representados na figura de Nespúcio e simbolicamente na de Osório. Depois de fazer uma longa exposição dos principais episódios da batalha do Tuiuti, aquele veterano de guerra saíria “carregado em triunfo”¹⁵. No final do ano seguinte, os alunos da Escola se envolveriam na Revolta da Vacina e a Escola da Praia Vermelha seria fechada.

Da proclamação da República até 1922, José Murilo de Carvalho registra 12 revoltas e rebeliões envolvendo militares do Exército e da Marinha¹⁶ e particularmente a década de 1920 é caracterizada como uma época de crise. No ano de 1922 ocorreu a Revolta no Forte de Copacabana, como os “18 do Forte”, que marcou o início do “Tenentismo” e, se considerarmos corretas as proposições de Hobsbawn, a proposta da instituição do “culto a Caxias” em 1923, pode ser entendida como uma reação ao envolvimento constante de militares em rebeliões contra o governo.

Assim, a partir da sugestão de um membro do IHGB¹⁷ em 1923, prontamente aceita pelo então comandante do Exército – General Setembrino de Carvalho, o aniversário de Caxias passou a ser comemorado e dois anos depois, essa data foi escolhida como “dia do soldado”.

Para a compreensão do processo de elevação de Caxias a condição de Patrono do Exército, deve-se considerar entre outros fatores o fato do então Ministro da Guerra no Governo Artur Bernardes, General Setembrino de Carvalho, que prontamente acatou a sugestão para que Caxias passasse a ser cultuado, ter se destacado defendendo a ordem estabelecida na intervenção federal no

14 Idem (p.243)

15 Idem

16 CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Quadro nº 1 - p. 15)

17 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ceará em 1914, no Contestado entre os anos de 1914 e 1916 e na repressão ao movimento tenentista em 1922. Nas palavras de Frank McCann, este militar tinha “raízes profundas no velho exército saído do império, e não na ala reformista da oficialidade”. E que, embora apoiasse a modernização, concebia o Exército “como instrumento de um governo e de uma sociedade que se alicerçavam na política dos governadores”¹⁸.

A própria idéia de se ter um patrono era nova. Como afirma Celso Castro, “o termo “patrono” não existia até então na tradição militar brasileira”¹⁹ e o primeiro registro se dá em 1925, quando a turma formada na Escola Militar do Realengo – a primeira depois do esvaziamento da Escola provocado pela revolta tenentista de 1922 – decidiu, por sugestão de um conselheiro da Missão Militar francesa, adotar a tradição francesa de escolher um nome que pudesse servir de inspiração aos novos oficiais. Cabe ressaltar que em francês a palavra “patron” pode significar patrono (protetor) ou padrão (modelo).

Foi também a partir de 1925, por determinação do Ministério da Guerra, que no aniversário de Caxias se passasse a comemorar o “Dia do Soldado”. Desde então a comemoração foi crescendo em importância, enquanto declinava o culto a figura de Osório, que em 1940 seria citado pela primeira vez como “Patrono da Cavalaria”. Desde 1970, no dia 24 de maio, que além da Batalha de Tuiuti, também marca o nascimento do Brigadeiro Sampaio, foi escolhido para se comemorar o “dia da Infantaria”, o que se mantém até hoje.

Conforme afirma José Murilo de Carvalho, o Exército que emergiu da Revolução de 1930 era “uma organização fragmentada”²⁰, que se refletia numa extensa lista de protestos, revoltas, agitações e outras manifestações de indisciplina ocorridas na instituição ao longo dos anos de 1930.

Esse mesmo autor reconhece em outra obra que houve por parte dos militares um grande esforço para eliminar essa divisão, incluindo nesse processo as tentativas de reduzir as influências positivistas que ainda se mantinham presentes no exército que dificultavam sua “profissionalização”. No campo das representações é significativa a mudança da posição da estátua de Benjamin Constant, de uma posição central da Praça da República par um lugar de menor destaque e, mais ainda, a escolha de Caxias como símbolo “não só da união militar, mas da união da própria Nação”²¹.

18 McCANN, Frank. Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: BibliEx, 2009. (p. 300 -301)

19 CASTRO. Op. Cit. (p. 18)

20 CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política 1930-1945, In: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (p. 63)

21 CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (p. 53)

Em 1931, pela primeira vez um Presidente da República comparece a festa do “Dia do Soldado” que gradualmente vai crescendo em importância. Por outro lado, como afirma Celso Castro, a partir de 1930 as mensagens e discursos oficiais realçam não só a legalidade e a disciplina representadas na figura de Caxias, mas também seu papel como comandante das lutas pela pacificação e manutenção da integridade territorial do país. E, a partir de 1937, com a Ditadura do Estado Novo “a imagem evocada de Caxias passou a destacar cada vez mais sua autoridade e suas qualidades de chefe militar a serviço de um estado forte.”²²

Assim, desde 1923, ao longo de três décadas o culto a Caxias foi se consolidando até que em 1949, sua estátua foi transferida do Largo do Machado para frente do novo prédio do Ministério da Guerra, onde foi erguido um panteão destinado a abrigar seus restos mortais, que lá estão até hoje.

Também até hoje, os cadetes da AMAN recebem seus espadins tradição iniciada em 1932, durante as reformas implementadas pelo Coronel José Pessoa, então comandante da Escola Militar do Realengo. Esses espadins – cópia da espada que Caxias teria usado na Batalha de Ipororó – são apresentados a eles como símbolos da própria honra militar e os acompanham até o final de sua formação, quando são repassados a novos alunos.

Talvez para suprir as lacunas no calendário deixadas por comemorações que não faziam mais sentido, como a Intentona Comunista de 1935 e o Golpe Civil-Militar de 1964, talvez por necessidade de exemplos que melhor representassem os novos tempos, em 1994, durante o governo Itamar Franco, e sendo comandante do Exército o General Zenildo Lucena, pernambucano de nascimento, foi instituído por decreto presidencial o Dia do Exército a ser comemorado na data da Primeira Batalha de Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648. Inventava-se então uma nova tradição.

Não pretendo aqui aprofundar a discussão sobre os méritos do episódio como marco da criação do Exército. São notórias as contradições e anacronismos, afinal naquela época não existia o Brasil, muito menos um Exército Brasileiro e mesmo a expressão Pátria, que teria sido incluída num documento dos rebeldes pernambucanos, não tinha naquela época o mesmo significado que tem hoje.

No entanto, entendo que como mito fundador tanto da nacionalidade, quanto do Exército, Guararapes pode muito bem ser aceito. Afinal os pernambucanos rebelados contra o domínio da Companhia das Índias Ocidentais holandesa, sejam quais forem os motivos da sua revolta, efetivamente expulsaram invasores estrangeiros do que posteriormente seria o Brasil e se não o tivessem feito,

²² Castro. Op. Cit. (p. 22)

certamente o País não existiria da forma que é hoje.

Além disso, penso que mitos fundadores são representações que não necessariamente dependem de respaldo científico para se consolidarem. Afinal é necessário distinguir História e Memória como percepções diferentes do passado. Pois se o saber histórico demanda uma análise mais crítica e metódica, a memória é certamente bem mais seletiva. E a memória da Batalha de Guararapes serve bem a imagem que o Exército Brasileiro deseja cultivar. Pois vejamos:

Trata-se do enfrentamento de um inimigo externo, europeu, ao invés dos tradicionais inimigos internos ou regionais que hoje integram o Mercosul e a quem não é conveniente constranger com a rememoração de batalhas onde foram derrotados.

A Batalha de Guararapes também é lembrada no imaginário nacional como berço da nacionalidade pela participação das “três raças” que teriam constituído o povo brasileiro, representadas nos cinco principais líderes militares – Barreto de Meneses; João Fernandes Vieira; André Vidal de Negreiros; Felipe Camarão e Henrique Dias – e assim reforça a imagem vinculando o surgimento do Exército com o surgimento da própria Nação Brasileira.

Além disso, a própria característica da Campanha, que por muito tempo foi travada através de táticas de guerrilha, contra um inimigo mais forte se enquadra na atual doutrina de um Exército que tem consciência de suas limitações frente aos potenciais adversários na proteção dos interesses nacionais.

Isso tudo se reflete na mensagem do então Presidente Lula, por ocasião das comemorações do dia do exército em 2005 que em certo trecho diz o seguinte:

A união das raças, o emprego de técnicas militares inovadoras, a demonstração de criatividade, o sentimento patriótico e os valores morais que nortearam os combatentes de então podem ser observados, na atualidade, como fatores motivadores dos integrantes do Exército.

Já a Presidente Dilma Roussef, por ocasião das comemorações do dia do Exército no ano de 2011, após reconhecer ser “muito apropriada” a escolha do dia 19 de abril para se comemorar o Dia do Exército, afirmou que a Batalha de Guararapes contribuiu para “cimentar as bases de nossa nacionalidade” numa época em que “já existiam brasileiros. Homens e mulheres, brancos, negros e índios dispostos a arriscar suas próprias vidas contra o invasor estrangeiro, em defesa dos interesses da Pátria.”

Na mesma mensagem, Dilma Roussef após a referência a Guararapes “esquece”

convenientemente os feitos do Exército nos séculos seguintes e só faz referência ao “valor inestimável” das ações de cunho social desempenhadas no interior do Brasil e ao reconhecimento “pelas conquistas de nossos pracinhas em solo europeu, durante a Segunda Guerra Mundial, e pela participação em missões de paz da Organização das Nações Unidas em todo o mundo.”

Assim sendo, atualmente o aniversário de Caxias embora ainda seja lembrado, a exemplo do que ocorreu antes com Osório e a Batalha de Tuiuti, parece já estar superado como data máxima no calendário de comemorações do Exército Brasileiro. Uma indicação dessa superação está na lista de materiais de divulgação desenvolvidos pelo Exército para as duas comemorações realizadas em 2011. A variedade e quantidade de materiais produzidos para a campanha de divulgação do “Dia do Exército”, que inclui: mídias digitais, encartes em revistas, anúncios em ônibus, “outdoors”, e até mesmo cartões telefônicos, contrasta com a “cartilha” e os pequenos cartazes, que serviram para divulgar o dia do soldado.²³

Como afirma Celso Castro, As memórias que essas comemorações celebram não são “simples narrativa sobre eventos e personagens que habitam um passado muitas vezes remoto, nem fruto de um mero interesse de antiquário”. São representações que estabelecem uma relação do presente com o passado e para sua compreensão é preciso analisar o contexto histórico em que são criados e no qual se desenvolvem.

²³ A relação dos materiais utilizados para as campanhas de divulgação encontram-se disponíveis no site do Exército Brasileiro. O material da campanha do Dia do Exército está Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/produtos-da-campanha> e o do Dia do Soldado, disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/produtos-da-campanha1>. Consultas feitas em 22 de agosto de 2011.

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

ANAIS DO I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL



ELMO CORINTO DE BRONZE DO PERÍODO ARCAICO (600-575 A.C.)

Realização



Palacete Laguna

<http://www.dphcex.ensino.eb.br>

cephimex.eventos@yahoo.com.br

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL

ANAIS



I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL

PALACETE LAGUNA, MARACANÃ,
RIO DE JANEIRO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

CEL (R1) FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA, CEPHIMEX E UFRJ/IH/PPGHC
PROFA. DOUTORANDA VANESSA FERREIRA DE SÁ CODEÇO, UFRJ/IH/PPGHC/LHIA
PROF. MESTRANDO MÁRCIO FELIPE ALMEIDA DA SILVA, CEPHIMEX E
PPGH/UFF/TRANSLATIO STUDII



**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO
(CEPHIMEX)**

PALACETE LAGUNA - RUA GENERAL CANABARRO, Nº 731, MARACANÃ

TELEFONE: (0 XX 21) 2565-8390

SEG A QUIN: 09:00H ÀS 17:00H E ÀS SEXTAS: 08:00H ÀS 12:00H

[HTTP://WWW.DPHCEX.ENSINO.EB.BR/](http://www.dphcex.ensino.eb.br/)

CEPHIMEX.EVENTOS@YAHOO.COM.BR



EXÉRCITO BRASILEIRO

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Div EDUARDO JOSÉ BARBOSA

Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
Gen Bda (R1) MARCIO TADEU BETTEGA BERGO

Imagem da Capa:

Elmo Coríntio de Bronze do Período Arcaico (600-575 a.C.)

Revisão dos Textos: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Márcio Felipe Almeida da Silva e Vanessa Ferreira de Sá Codeço.

Encontro de História Militar Antiga e Medieval (1 : 2011: Rio de Janeiro, RJ)
Anais do 1º Encontro de História Militar Antiga e Medieval, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 21 de nov. 2011. / Organizado por: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Márcio Felipe Almeida da Silva e Vanessa Ferreira de Sá Codeço. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2011.

1.História Militar. 2.História Antiga. 3.História Medieval. I.Pedrosa, Fernando Velôso Gomes (Org.) II.Codeço, Vanessa F. de Sá (Org.) III. Silva, Márcio Felipe Almeida da (Org.). IV. Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval.

ISBN 978-85-65480-00-0

CDD 355.00981

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores.

Sumário

Apresentação.....	07
<i>Cel (R1) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa</i>	

Conferências de Abertura

BELLUM IUSTUM EM DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	11
<i>Prof^a Dr^a Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ / IH / LHIA)</i>	

ATENAS E A GUERRA EXPANSIONISTA NA REGIÃO DE ANFIPOLIS NO SÉCULO V a.C.	30
<i>Prof^a Dr^a Maria Regina Candido (UERJ / NEA / CEHAM)</i>	

Aspectos Militares do Medievo

RECONQUISTA: GUERRA SANTA OU EXPANSÃO MILITAR.....	40
<i>Prof^a. Dr^a. Renata Vereza (UFF)</i>	

A CAVALARIA NA IDADE MÉDIA – ENTRE A GUERRA E A CIVILIZAÇÃO.....	54
<i>Prof. Dr Álvaro Bragança Jr (Letras-UFRJ / PPGHC / UFF)</i>	

DE ROMA PARA O MEDIEVO, A IDEIA DE "GUERRA JUSTA".....	70
<i>Prof. Doutorando Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF/GEHM/CEIA/IGHMB)</i>	

Comunicações

O SÃO LUÍS MILITAR DE JOINVILLE.....	83
<i>Prof^a. Mestranda Luiza Zelesco Barreto (UFF /PPGH)</i>	

REFLEXÕES SOBRE A GUERRA EM CASTELA MEDIEVAL.....	93
<i>Prof. Mestrando Thalles Braga Rezende Lins da Silva (UFRJ/PPGHC)</i>	

OS GUERREIROS LICANTROPOS NA TRADIÇÃO GERMÂNICA E ESCANDINAVA	105
<i>Prof. Mestrando Renan M. Birro (PPGH / UFF)</i>	

O EMPREGO TÁTICO DA ARQUEARIA ATRAVÉS INGLATERRA MEDIEVAL.....	119
<i>Graduando Hiram Alem (UFF/GEHM/CEIA/UFRJ)</i>	

**REFLEXOS DO PENSAMENTO MILITAR ROMANO NAS MODERNAS
ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS.....128**
Major Rafael Cunha de Almeida (Mestre em Ciências Militares/ECEME)

**O SOLDADO-MERCENÁRIO E GUERRA ENTRE OS GREGOS E A RECEPÇÃO
NA CONTEMPORANEIDADE.....145**
Prof. Ms. Alair Figueiredo Duarte (NEA/UERJ)

**TESTEMUNHOS DE BARBÁRIE: TENSÕES, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES
ENTRE CELTAS, HELENOS E LATINOS.....155**
Prof. Mestrando Pedro Vieira da Silva Peixoto (PPGH / UFF)

Apresentação

*Cel (RI) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa**

O Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) sente-se honrado em apresentar ao público o resultado do *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, realizado no Palacete Laguna no dia 21 de novembro de 2011. A realização de um evento com esse recorte temático parece estar em contradição com o objetivo atribuído ao CEPHiMEx quando de sua criação, que é o estudo e a pesquisa da História Militar moderna e contemporânea. Entretanto, a iniciativa de membros do Centro e de alguns colaboradores, bem como o interesse demonstrado pelo meio acadêmico carioca fizeram surgir a oportunidade de, com esse Encontro, concretizar uma das finalidades da criação do CEPHiMEx, o de ser um local de encontro de estudantes, professores e pesquisadores dedicados ao estudo da História Militar.

O CEPHiMEx foi criado em 30 de novembro de 2010 com a missão de desenvolver estudos e pesquisas no campo da História Militar de interesse do Exército Brasileiro, constituindo-se em um pólo irradiador da História Militar. Seus objetivos são: estudar e pesquisar a evolução da arte da guerra e do pensamento militar no mundo moderno e no Brasil, com vistas ao desenvolvimento da doutrina e da liderança militar; contribuir para a preservação dos valores e tradições do Exército Brasileiro e da memória institucional da Força; promover o intercâmbio entre instituições, pesquisadores e estudantes que se dedicam ao estudo e à pesquisa da História Militar; cooperar com o ensino e a pesquisa da História Militar nos estabelecimentos de ensino do Exército; e conduzir o Projeto História Oral do Exército.

O estudo da História Militar tem sido tradicionalmente vinculado às instituições militares, segundo uma perspectiva marcadamente utilitária e voltada para a compreensão de conceitos militares teóricos por meio de exemplos históricos de sua aplicação, para o estudo da liderança militar a partir do estudo da vida dos chefes militares e soldados do passado, e para o desenvolvimento de valores e virtudes cívicas e militares e a preservação das tradições, da cultura militar e da memória institucional das forças armadas e das unidades militares. Nos últimos anos, entretanto, o estudo da História Militar tem-se ampliado ao meio acadêmico, atraindo a atenção e os esforços de pesquisa voltados para o estudo das guerras como fenômeno político e cultural, e das instituições militares com suas práticas e representações. A organização do evento buscou reunir nesse Encontro um grupo de professores e pesquisadores do mais alto nível, capazes de apresentar um rico painel da pesquisa histórica em todas essas vertentes.

*Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

A conferência de abertura foi proferida pelas professoras doutoras Maria Regina Cândido, Professora de História Antiga e membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Regina Maria da Cunha Bustamante, Professora de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de História Antiga e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano daquela universidade. A Prof^ª Maria Regina apresentou o tema “Atenas e a Guerra Expansionista na Região de Anípolis no Século V a.C”. A Prof^ª Regina Bustamante tratou do tema “*Bellum Iustum* em Diferentes Perspectivas”.

Após a conferência de abertura, teve início a mesa redonda “Aspectos Militares do Medieval”, contando com a participação dos professores Renata Vereza e Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Álvaro Bragança Jr, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A apresentação da Prof^ª. Renata Vereza tratou do tema “Reconquista: Conceito Polissêmico”; o Prof. Álvaro falou sobre “A Cavalaria na Idade Média: Entre a Guerra e a Civilização”; e o Prof. Rolph apresentou o trabalho “De Roma para o Medieval, a Ideia de Guerra Justa”.

Durante a tarde, houve duas sessões de comunicações. A primeira tratou de temas medievais, e foi coordenada pelo soldado Marcio Felipe Almeida da Silva, membro do CEPHiMEx, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e um dos idealizadores e organizadores do Encontro. As comunicações ficaram a cargo dos professores Luiza Zelesco Barreto, mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “O São Luís Militar de Joinville”; Thalles Braga Rezende Lins da Silva, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ, com o tema “Reflexões Sobre a Guerra em Castela Medieval”; Renan M. Birro, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “Os Guerreiros Licantropos na Tradição Germânica e Escandinava”; e o graduando Hiram Alem, aluno do Departamento de História da UFF, falando sobre “O Emprego Tático da Arquearia Através da Inglaterra Medieval”.

A segunda sessão de comunicações abordou temas de História Militar antiga e foi coordenada pela Prof^ª. Vanessa Ferreira de Sá Codeço, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colaboradora voluntária do CEPHiMEx e também uma das idealizadoras e organizadoras do evento. As comunicações foram feitas pelo major Rafael Cunha de Almeida, concludente do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o tema “Reflexos do Pensamento Militar Romano nas Modernas Estruturas Militares Brasileiras”; pelo Prof. Ms. Alair Figueiredo Duarte, membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade da UERJ, com o tema

“O Soldado-Mercenário e Guerra Entre os Gregos e a Recepção na Contemporaneidade”; pelos professores Pedro Vieira da Silva Peixoto, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “Testemunhos de *Barbárie*: Tensões, Conflitos e Representações Entre Celtas, Helenos e Latinos”; Sandro Teixeira Moita, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UNIRIO; e o graduando Leonardo Judice Amatuzzi, aluno do Departamento de História da UFRJ, com o tema “O Limes Germânico: Uma Reflexão Sobre Fronteira no Império Romano”.

A conferência de encerramento foi proferida pela professora doutora Vânia Leite Fróes, da Universidade Federal Fluminense, que discorreu sobre “A Simulação da Guerra nos Jogos de Competição: Os Torneios e as Justas na Idade Média”.

Com a publicação destes *Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, o CEPHiMEx pretende deixar registrados os trabalhos apresentados no evento, reunindo um grupo de professores e pesquisadores do mais alto nível. Espera-se que a interação e discussão entre acadêmicos e profissionais militares dedicados à História seja um incentivo para a ampliação do interesse pela pesquisa no campo da História Militar.

CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

BELLUM IUSTUM EM DIDERENTES PERSPECTIVAS

Prof^a Dr^a Regina Maria da Cunha Bustamante*

Introdução

Na contemporaneidade, vivenciamos uma série de conflitos, em que os beligerantes justificam seus motivos calcados na concepção de “guerra justa”. Desde a Antiguidade, encontramos a mesma preocupação em explicar os motivos, qualificados como “justos”, que “levam” ao conflito bélico. O presente texto se fundamentará no conceito latino de *Bellum Iustum* e procurará discuti-lo historiograficamente, para posteriormente aplicá-lo ao caso específico de um movimento tribal norte-africano contra a implantação do poderio romano na região no início do Principado, período conhecido como *Pax Romana* (PETIT, 1989).

1. *Bellum Iustum*: Historiografia Antiga Romana

De acordo com a tradição romana, objetivando evitar a cólera dos deuses, um esforço militar para ser bem sucedido devia ser *bellum iustum*, ou seja, pautado em motivos considerados justos: expulsão do inimigo, vingança por uma injustiça sofrida ou reivindicação de um direito legítimo. O aspecto religioso fazia parte de todas as instâncias da vida na Roma Antiga e não poderia deixar de estar presente na guerra. Assim, a guerra envolvia um ritual religioso muito complexo.

O primeiro ato era a *clarigatio* (de *clarigo*, “alto” e *ago*, “exigir”): o *pater patratus* (orador e membro mais categorizado da confraria religiosa dos feciais¹) conduzia uma delegação

* Professora Associada de História Antiga da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de História Antiga (LHIA) e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR).

¹ Feciais: membros de uma confraria religiosa, talvez em número de vinte, que tinham a função de comunicar por anúncios solenes as decisões diplomáticas do Senado, como guerras, tratados e advertências (SCHEID, 1998, p. 114-115). Segundo a tradição, a confraria foi instituída por Numa Pompílio (segundo rei lendário de Roma) (SPALDING, 1993, p. 60).

de feciais, geralmente quatro, trazendo um montículo de relva retirada do Capitólio² e uma pedra simbolizando Júpiter, e reclamava reparação aos inimigos num prazo de trinta dias. Uma vez findo este prazo, declarava-se a guerra (*indictio belli*) através do voto dos *Comitia Centuriata* (uma das assembléias de cidadãos da República Romana). O *pater patratus* jogava uma lança ensanguentada (*hasta ferrata* ou *sanguinea* ou *praeusta*) no território inimigo, simbolizado por um marco construído diante do templo da deusa Belona³ em Roma. Ele proferia então: *Bellum iustum indicio facioque*, ou seja, “Declaro e faço uma guerra justa”.

Antes de partir para a campanha, os soldados deviam prestar um juramento no Campo de Marte, o que fazia deles iniciados capazes de assegurar um serviço sagrado (*sacra militia*). Toda a operação militar era precedida do tomada dos auspícios (consulta aos deuses por ritos divinatórios). Durante a duração da guerra, as portas do templo do deus Jano⁴ em Roma permaneciam abertas.

² Templo no monte Capitólio consagrado à Tríade Capitolina: Júpiter, Juno e Minerva, que protegia Roma.

³ Belona: Irmã, esposa, filha ou ama do deus Marte. Era esta divindade que preparava o carro de combate e os cavalos de Marte, quando este partia para a guerra. Mostrava-se nas batalhas com o semblante formidável, cabelos esparsos, uma tocha uma das mãos e um látigo [açoite] na outra, com o qual fazia retumbar o éter [espaço celeste]. A Belona romana parece ser uma divindade de origem sabina, e corresponde a *Enyo* dos gregos. Possuía muitos e célebres templos em Roma. Não raro os poetas a confundem com Palas. Representavam-na, em geral, dos pés a cabeça, de lança em punho. Possuía seu principal templo em Roma, junto da Porta Carmenta, no qual o Senado dava audiências aos embaixadores estrangeiros e aos generais. Seus sacerdotes chamavam-se *Bellonarii*. Estes celebravam a festa da deusa fazendo incisões nas coxas e nos braços, a fim de oferecerem seu sangue em sacrifício. Levados por feroz entusiasmo, prediziam a tomada das cidades e a fuga dos inimigos. Eram tidos em grande consideração (SPALDING, 1993, p. 33).

⁴ Jano: rei da Itália, filho de Apolo e de Creusa ou Evadne. A origem dessa divindade romana é obscura; alguns a fazem cita, outros, originária do país dos perrébios, povo da Tessália, e outros, finalmente, acreditam que tivesse nascido em Atenas, já que sua mãe era filha de Erecteu, rei de Atenas. Logo que atingiu a maturidade, Jano equipou uma flotilha e dirigiu-se para a Itália, onde, após algumas conquistas, construiu uma cidadela à qual deu o nome de Janículo. A seguir, estendeu seu poder sobre todo o Lácio. Logo que Saturno, expulso do céu, veio buscar refúgio na Itália, Jano acolheu-o hospitaleiramente e associou-o ao governo do país. O deus, em reconhecimento, dotou Jano de rara prudência, de tal modo que o passado e o futuro estavam sempre ante seus olhos. Depois da sua morte, foi posto no rol dos deuses pelos povos que governara e que civilizara. Seu reinado foi tão pacífico que dele fizeram o deus da paz. Representavam-no com uma cabeça com duas faces, tendo na mão uma vara e, na outra, uma chave. Seu templo, construído por Numa, ficava aberto durante a guerra, a fim de que o deus pudesse seguir a ajudar o exército romano, e fechado em tempo de paz, para impedir que ele abandonasse a cidade. Era sempre o primeiro a ser invocado nas cerimônias religiosas, porque presidia às portas e aos caminhos e porque era por sua mediação que as preces dos homens chegavam até os deuses. Jano tinha dois rostos porque exercia seu poder sobre o céu e sobre a terra. Era a divindade mais antiga do mundo. Tudo se abria e fechava à sua vontade. Suas estátuas, em geral, o representavam tendo na mão direita o número trezentos, e, na esquerda, o número sessenta e cinco, para exprimir a duração do ano. Presidia o ano e o começo de tudo: era o deus dos princípios. O *Janus bifrons*, “Jano de dois rostos”, exprimia a faculdade que ele tinha de olhar para frente, o porvir, e ver atrás, o passado; *Janus quadrifons*, “Jano de quatro cabeças”, exprimia as quatro estações do ano que ele presidia. Visto Jano abrir o ano, o primeiro mês lhe era consagrado, janeiro, *januarius*. Havia em Roma vários templos de Jano, uns em honra do Jano bifronte, outros em honra ao Jano quadrifonte. Além da Porta Janícula, fora dos muros de Roma, havia doze altares em honra

Mesmo durante o conflito, havia limites para o que era permitido entre os beligerantes: os *iura belli* ou o *ius in bello*. Assim, nas campanhas de Filipe V (rei da Macedônia, entre 221 e 179 a.C.) contra Atenas, tanto o historiador latino Tito Lívio quanto o historiador grego Políbio denunciaram o desrespeito a estes limites. Tito Lívio (História de Roma XXXI, 30) expressou esta situação através do discurso ateniense contra os macedônios visando convencer os etólios a se aliarem a eles e aos romanos: “*Não se queixavam, disseram, por sofrer de um inimigo ataques de inimigo, porquanto a guerra tem suas leis: sendo justo aplicá-las, justo é também padecê-las.*” O condenável e desqualificado como “bárbaro” foi a violação dos túmulos e monumentos funerários e a destruição de templos por parte dos macedônios, o que ia contra “as leis divinas e humanas”. O mesmo tipo de argumentação já fora exposto por Políbio (História V, 9, 11): “Até aí todos estes atos tinham sido praticados acertada e justamente segundo as leis da guerra [termo grego: *oi tou polemou nomoi*], mas não o que foi feito em seguida.” E o historiador então relata as atrocidades contra oferendas votivas e templos. A concepção de limites aos atos de guerra está presente no direito internacional público contemporâneo, exemplificado nas Convenções de Genebra⁵.

A vitória comportava também todo um ritual: súplicas em honra aos deuses, elevação de um troféu (suporte de madeira vestido com as armas dos vencidos), triunfo do general e introdução em Roma dos deuses dos inimigos. O ritual fecial intervinha ainda no momento do tratado da paz: o *pater patratus* sacrificava com uma faca de pedra (*foedus icere* ou *ferire* ou *percutere*) o porco escolhido como vítima e, em seguida, lançava fora a faca acompanhada das seguintes palavras: *Si sciens fallo, tum me Diespiter, salva urbe arceque, bonis ejiciat ut ego hunc lapidem* (“Se eu engano de propósito, que Júpiter, salvando a cidade e a cidadela, me lance

do Jano, os quais lembravam os doze meses do ano. Sobre o reverso das suas moedas via-se um navio ou simplesmente uma proa, em memória da chegada de Saturno à Itália sobre um barco (SPALDING, 1993, p. 76-77).

⁵ Convenções de Genebra são uma série de tratados formulados em Genebra, na Suíça, definindo as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional. Esses tratados definem os direitos e os deveres de pessoas, combatentes ou não, em tempo de guerra. Os tratados foram elaborados durante quatro Convenções de Genebra que aconteceram entre 1864 a 1949.

fora os meus bens assim como eu atiro esta faca de pedra”). Assim, resguardava-se a cidade de qualquer malefício advindo da quebra de juramento perante a divindade.

No calendário religioso, previam-se várias festas com ritos de purificação ou iniciáticos: *Quinquatrus*⁶, *Tubilustrium*⁷, *Equirria*⁸, *October Equus*⁹ e *Armilustrium*¹⁰. Estas festas aconteciam no início e no fim do ano militar, que ia de março a outubro, ou seja, da primavera ao outono; o inverno, sob o ponto de vista militar, era um tempo de inação.

Bellum iustum implicava na noção de “guerra defensiva”, pois os exércitos romanos apenas reagiriam a um ato agressivo do inimigo não sendo o agente provocador do conflito. Assim, cada vez que Roma podia ser acusada de agressividade expansionista, alegava-se que fora a resposta a uma intenção ou a um ataque injusto e bárbaro de outros povos contra Roma e seus aliados, buscando legitimar a agressão romana. Construía-se a imagem dos romanos como heróis justiceiros na medida em que a sua causa fora vencedora (*victrix causa*) e os vencidos tiveram sua voz silenciada ou traduzida pelos vencedores em favor dos romanos.

2. *Bellum Iustum*: Historiografia Colonial

⁶ *Quinquatrus*: Os sálios (confraria religiosa relacionada a Marte) executavam suas danças sagradas, batendo com a lança seus escudos (*ancilia*) sagrados ovais com laterais em forma de oito, que se acreditava terem caído do céu. Seu canto invocava Marte, deus da guerra, mas também Júpiter e Jano (ver nota 2). Vestiam a *trabea* (vestimenta militar de cor púrpura), uma couraça de metal e capacete (LE BONNIEC, 1969, p. 102). Acontecia em 19 de março.

⁷ *Tubilustrium*: Festa de purificação e sacralização das trombetas de guerra. Ocorriam em 23 de março e 23 de maio. Le Bonniec (1969, p. 102) avança que a duplicidade de datas talvez multiplicasse as garantias de eficácia.

⁸ *Equirria*: Festas instituídas por Rômulo em honra de Marte, deus da guerra. Os cavalos eram purificados e sacralizados antes da abertura da campanha militar. As *Equirrias* realizavam-se no *Campus Martis*, “Campo de Marte” (SPALDING, 1993, p. 54), em 27 de fevereiro e 14 de março. Apresentavam-se *desultores* montando dois cavalos a galope ao mesmo tempo e saltando de um para o outro executando acrobacias e se fazia *transuectio equitum* (revista de cavaleiros) (BRANDÃO, 1993, p. 138).

⁹ *October Equus*: Festa muito antiga respondendo aos ritos agrários e guerreiros, que ocorria em 15 de outubro no Campo de Marte, durante a cerimônia de encerramento das atividades militares. Após uma corrida de bigas, sacrificava-se um cavalo (LAMBOLEY, 1995, p. 266). O cavalo (bode expiatório, vítima substituta), que estava à direita da biga do vencedor, era sacrificado imediatamente pelo flâmine de Marte, como uma forma de purificar o exército e a cidade com efusão do sangue do animal e o fetiche de seu esqueleto. Uma parte do sangue da vítima era derramada na *Regia* (residência do *Pontifex Maximus*) e outra enviada às Vestais, que a guardavam cuidadosamente para as lustrações dos meses restantes do ano. Pela cabeça do animal, competiam acirradamente os residentes da *Via Sacra* e os habitantes da Suburra (bairro povoado e de má fama), na medida em que a cabeça era considerada sede da força vital, onde se concentravam todas as energias (BRANDÃO, 1993, p. 140-141).

¹⁰ *Armilustrium*: Cerimônia da purificação das armas, quando do retorno das expedições guerreira em outubro, pois as armas estavam impuras por verterem sangue. Os sálios carregavam em procissão seus escudos sagrados e executavam suas danças. Ocorria no monte Aventino, num recinto sagrado chamado também de *Armilustrium*, externo então ao limite sagrado do *pomerium*, o que se compreende, pois se tratava de purificar armas antes de introduzi-las no território sagrado da cidade (LE BONNIEC, 1969, p. 102-103).

A concepção *bellum iustum*, elaborada pela antiga historiografia romana, foi reproduzida por alguns historiadores modernos e contemporâneos. O pensamento humanista clássico e o pós-clássico, como o de Montesquieu, por exemplo, peças chaves da ideologia burguesa, reconheceram alguns excessos da República Romana, mas os diluíram em favor do resultado final: a *Pax Romana* era preferível à liberdade na anarquia. Prevalencia a idéia de que uma civilização tinha o direito de conquistar e de organizar o mundo, legitimando assim a constituição ou a extensão de um império pela força contanto que os conquistadores respeitassem certas formas do direito dos povos. Havia admiração por Roma Antiga e se considerava a sociedade européia ocidental a sua herdeira. A função justificadora da história romana, pelo viés de uma filiação associando a Europa ao um império pacificador e civilizador, foi utilizada nos discursos das potências coloniais durante a expansão imperialista européia do final do século XIX e início do XX na África e na Ásia. A historiografia européia deste período desenvolveu um número significativo de estudos sobre a conquista romana e a romanização. O expansionismo imperialista das metrópoles européias procurou no passado um paralelo histórico e encontrou no Império Romano um campo propício para legitimar o seu domínio, em especial na região norte-africana onde os antigos romanos já estiveram presentes, ressaltando os benefícios da civilização romana e posicionando-se como seus herdeiros naturais.

Entretanto, sendo o imperialismo europeu alvo de críticas, como a dos marxistas (por exemplo, Lênine e Rosa Luxemburgo) que denunciavam a exploração econômica como móvel do expansionismo, a política da Roma Antiga também passou a ser vista não mais numa perspectiva tão positiva. A posição de um imperialismo romano benigno teve em Mommsen (1854-1856) um de seus pilares e em Frank (1914) e Holleaux (1921), dois de seus arautos. Estes, ao se interrogarem sobre o caráter voluntário ou não, consciente ou não, da construção imperial romana, viam com restrições a intervenção significativa dos interesses “mercantilistas” para qualquer época, defendendo que o início da expansão romana não foi direcionado por estes

interesses e sim por preocupações defensivas. Assim, a perspectiva marxista sobre o imperialismo romano foi considerada por eles como uma extrapolação abusiva.

Distintamente, colocavam-se Schumpeter (1919) e Rostovtzeff (1926). O primeiro defendia que os romanos eram levados à guerra e a um intervencionismo sistemático, sempre alegando assegurar a paz e que seus interesses eram ameaçados ou efetivamente atacados. Rostovtzeff, mesmo classificando como “guerras preventivas” a primeira da campanha romana no Oriente, acabou por reconhecer que, sob um pretexto vão de defesa contra perigos hipotéticos (evitar a formação de um Estado político forte no Oriente), havia o caráter destruidor do imperialismo. A crítica e a polêmica marxistas abordaram não apenas as estruturas internas das sociedades e dos Estados, mas também as relações entre os Estados (guerra, dependência de uma nação para com outra e a relação entre guerra e dependência). Desenvolveram um novo tipo de análise e argumentação, que foi reforçada pela eclosão, através da Europa, de consciências nacionais oponentes às idéias de império e de construções transnacionais que evocavam principalmente lembranças de opressão cultural.

3. *Bellum Iustum*: Historiografia Pós-colonial

A partir de meados do século XX, com a fragilidade europeia pós Segunda Guerra Mundial e principalmente com a descolonização afro-asiática, parte da historiografia fez uma denúncia imoderada e tendenciosa da ação romana. A produção historiográfica desenvolveu um viés “descolonizador” que ressaltou a resistência ao domínio romano e resgatou os elementos nativos em contraposição à romanização. Tal como a tendência historiográfica colonial do final do século XIX e início do XX, a nova procurava encontrar no passado uma antecipação e/ou continuidade da realidade histórica vivenciada no momento de sua produção. Os dois modelos, ao estudarem o domínio romano sobre outras sociedades, transpuseram a visão polarizada da história recente para as suas respectivas produções historiográficas. As revoltas indígenas detectadas na documentação antiga para o período romano não são debitadas, como na

historiografia tradicional, à beligerância nativa, mas inseridas numa resistência contínua e organizada tanto em nível militar como cultural, semelhante aos movimentos nacionalistas de independência do século XX.

O processo de descolonização significou uma descolonização da produção historiográfica, com ex-colonos reescrevendo a história e resgatando a memória de suas origens e, assim, tomando em suas mãos a rica e complexa herança cultural. Neste contexto, procurou-se demonstrar a singularidade e a individualidade de diferentes povos ocasionando a crítica de termos genéricos como “indígenas” que, apesar de expressarem ao menos parcialmente a unidade de uma população frente ao elemento externo, mascaram a complexidade étnica da região. Também se verificou o esforço em romper com a tradição historiográfica de fazer a história da região a partir da chegada do elemento externo. Procurava-se desconstruir a história colonial da região que privilegiou os aspectos militar, urbano e cultural (este apenas relacionado à elite). Para contrapor-se a esta visão, enfatizou-se a importância da resistência a Roma não como uma tendência anárquica ou uma rejeição dos benefícios da civilização, mas como uma contínua oposição às conquistas e cultura estrangeiras. Buscou detectar as lacunas, os erros e as tomadas de posição da historiografia colonial. Bénabou (1976) foi um dos expoentes desta corrente historiográfica ao ressaltar uma identidade histórico-cultural norte-africana através de um “fundo de cultura” presente na religião, nas línguas locais e na onomástica.

Outro tipo de olhar historiográfico se construiu afastando-se de uma perspectiva européia. O surgimento em primeiro plano de atores (União Soviética, Estados Unidos e Japão), que pertenciam somente marginalmente ao *oikouméné* dos antigos (tradição clássica), provocou uma dissociação na consciência dos historiadores e, no seu subconsciente, entre o objeto de suas pesquisas e a aplicação possível a uma dominação imperial presente; nascia então outros pólos de interesse histórico. Este distanciamento permitiu abordar Roma sem ter o sentimento de lhe dar razão ou não e afastou de uma possível identificação com Roma. O desenvolvimento da arqueologia, da etnologia e da história das religiões e o aprofundamento do conhecimento da

Antigüidade propiciaram a descoberta de mundos estranhos ao universo clássico e uma visão distinta do homem a partir de comparações resultando em explicações diferentes. Analisam-se, sob diferentes óticas (mentalidades, religião, linguística, sociológica...), as relações entre o discurso dos antigos romanos e os seus atos expansionistas, evitando uma perspectiva isomórfica de considerar o discurso como realidade. Buscam-se compreender e explicar os atos e discursos de outro tempo, mas evitando, através de um rigor filológico e crítico, tanto o anacronismo do detalhe como o anacronismo de julgar com as categorias e sentimentos atuais. Nesta linha, encontram-se, por exemplo, os estudos sobre o imperialismo romano realizados por Badian (1968), Brisson (1969), Veyne (1975), Brunt (1978), Garnsey e Whittaker (1978), Harris (1979 e 1984), Derow (1979), North (1981), Lintott (1981), Sherwin-White (1980 e 1984), Linderski (1984) e Frézouls (1983).

A análise da expansão romana na Antiguidade é, tradicionalmente, influenciada pela visão monolítica de *bellum iustum* passada pelos antigos romanos e pela insuficiência de fontes originada do “outro” lado. A revolta de Tacfarinas insere-se neste quadro, porém não é impossível desvelar aspectos que permitam compreender toda a complexidade do movimento, que superem uma perspectiva de desqualificação do oponente vencido.

4. Revolta de Tacfarinas

No início do século I (de 14 a 27), ocorreu uma revolta de tribos norte-africanas liderada por Tacfarinas contra o poder romano imperial, que se implementava na região desde a derrota cartaginesa na Terceira Guerra Púnica (146 a.C.). A principal fonte de informação sobre esta revolta é de origem romana: Tácito em três breves passagens dos Anais, II, 52; III, 74 e IV, 23-26. Esta obra, escrita entre 116 e 118, abordava a história de Roma do período de 14 a 68 e foi organizada em 16 livros, porém nem todos sobreviveram. O autor era membro da ordem senatorial romana. Republicano nostálgico, Tácito criticava o poder centralizador do imperador, acabando por adotar uma visão pessimista sobre o Império Romano. O seu interesse centrava-se

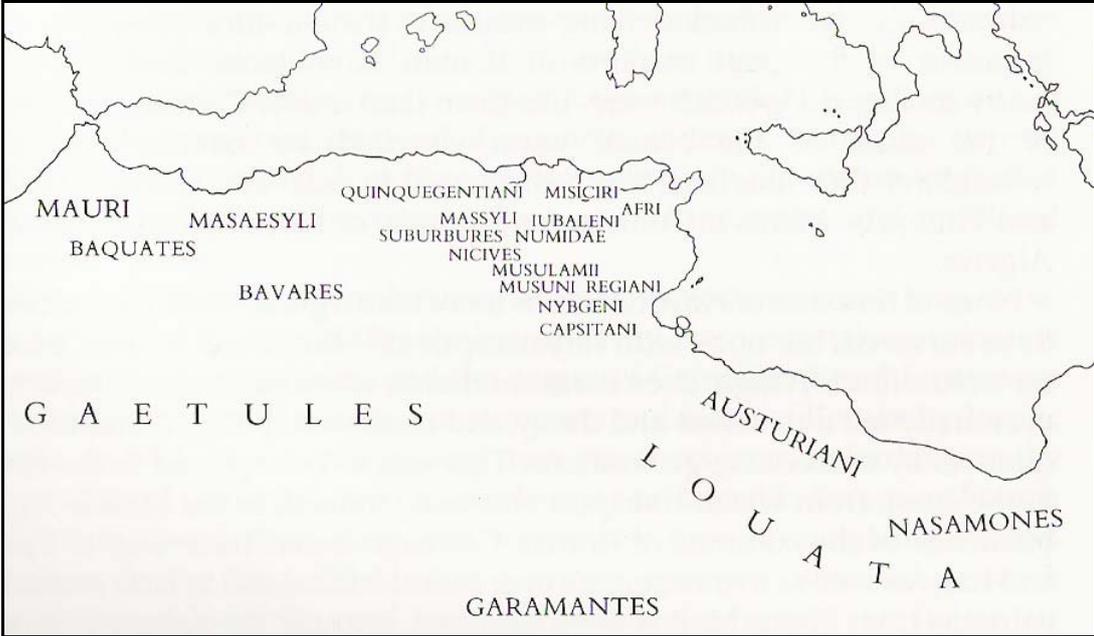
na história romana e as referências a outros povos interessavam na medida em que se relacionavam a Roma. No caso específico, Tácito (Anais IV, 23) utilizou-se do movimento de Tacfarinas para criticar a vaidade dos generais mais preocupados em receber as honrarias militares do que em sufocar realmente o movimento assim como acusar a política imperial de desguarnecer prematuramente a região com a retirada da IX Legião e denunciar o terror das autoridades em desobedecer às ordens do imperador, ainda que errôneas, e a inépcia e a falta de visão do imperador Tibério (14-37) na escolha do encarregado de debelar a revolta.

A revolta de Tacfarinas foi apresentada por Tácito (Anais II, 52; III, 74 e IV, 23 e 25) numa perspectiva de alteridade em que os revoltosos foram desqualificados como “*vagabundos e ladrões*”, “*bárbaros*” e “*gente pobre e de maus costumes*”. Sua ação foi “*espalhar o terror com assaltos e incêndios*” sendo caracterizada como de saque e rapinagem, típicas de um “*bando desordenado*”, vizinho às “*solidões da África*” que desconhecia “*viver em cidade*”. A revolta só se tornou uma ameaça a Roma quando o musulâmio Tacfarinas, pejorativamente denominado por Tácito (Anais III, 73) de “*salteador*”, assumiu a liderança e usando sua experiência militar, pois já servira nas tropas auxiliares de Roma e desertara das suas hostes, organizou os revoltosos “*em corpos, à maneira militar*”. Lassère (1991), ao abordar o recrutamento romano e os musulâmios, destaca que esta experiência permitiu a Tacfarinas usar os conhecimentos da arte militar (disciplina, organização em destacamentos e pelotões, *uexilla et turmae*, e manobras de campo) contra os romanos. Mesmo assim, segundo Tácito, a cavalaria nômada não chegava à altura da infantaria romana, o que reforçava ainda mais “*o temor do nome romano*” (Anais IV, 24).

Tácito (Anais IV, 23-24) nos informa que a “*incúria juvenil de Ptolomeu, filho de Juba [III]*” (monarca do reino cliente da Mauritânia entre 25 a.C. e 23) em impor ordens, através de libertos e escravos do rei, levou os mauros à guerra, logo, não teria sido uma falta romana. Entretanto, o autor explica como Tacfarinas incitou os povos locais: alegou o enfraquecimento romano na África do Norte, devido a enfrentamentos em outras regiões, o que facilitava a

expulsão dos romanos com a união de todos, e o desejo de liberdade frente à escravidão. Esta liberdade estava presente no modo de vida das comunidades locais interioranas: “*sem costume de viver em cidades*” (Anais II, 52). Reafirmava-se assim a oposição entre o mundo da civilização, personificado pelos romanos, e o da barbárie, personificado, neste caso, pelos musulâmios, um dentre os vários povos tribais existentes na África do Norte desde antes do domínio romano, conforme apresentado por Raven (1998, p. XXIX) no mapa abaixo:

MAPA 1: PRINCIPAIS ÁREAS TRIBAIS DA ÁFRICA DO NORTE



Nota de Raven: As tribos mostradas não são necessariamente contemporâneas entre si.

O estilo de vida nômade, que tinha no pastoreio transumante o seu fundamento, contrastava como o romano, que procurava sedentarizar as populações e estimular as atividades agrícolas, cuja produção era exportada para Roma. Desde os primeiros tempos da administração romana, revelou-se difícil conter os movimentos das tribos norte-africanas do interior (marmáridas, nasamones, garamantes e getulos) em limites estreitos, pois estavam acostumadas aos deslocamentos em direção às planícies costeiras férteis, entrando em choque com as populações sedentárias que ali habitavam. Conhecem-se as revoltas das tribos locais pelas ofensivas oficiais empreendidas contra elas. As informações sobre a resistência destas tribos são

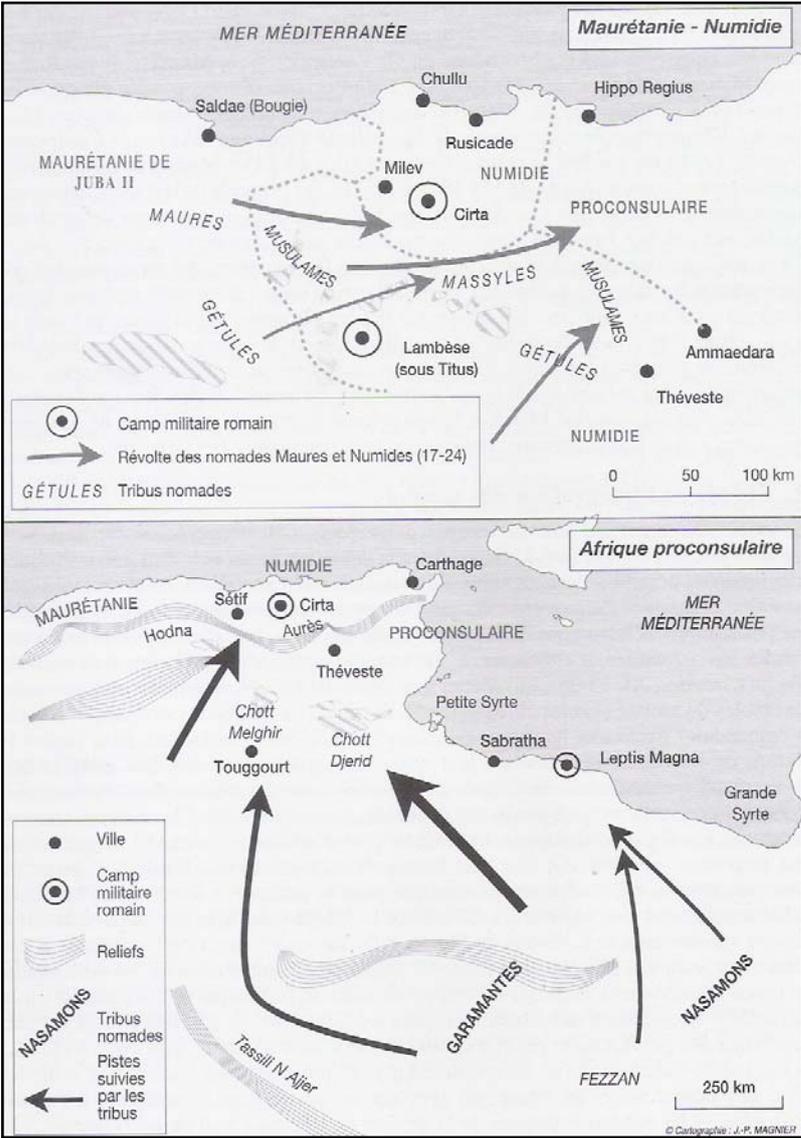
fornecidas pela documentação literária e epigráfica, deixada pelos romanos, manifestando assim o seu ponto de vista.

Os romanos procuraram fixar as tribos nômades em fazendas para cultivar a terra próxima às cidades litorâneas e também para facilitar a tarefa dos coletores de impostos. Objetivando fechar o acesso às tribos do interior e intimidar as razias nômades em território romano, muitos procônsules no período de Augusto empreenderam campanhas militares de êxito, como por exemplo, a de Cornélio Balbo contra os garamantes em 19 a.C. e a de Cosso Lentúlio contra os getulos, que invadiram a fronteira sul da província, entre 3 e 6. Como resultado da campanha militar de Cornélio Balbo contra os garamantes, intermediários no comércio transaariano durante os períodos fenício e cartaginês e que se opuseram à intenção romana de impor suas leis em territórios que habitualmente atravessavam livremente para alcançar a costa, Augusto tomou uma série de medidas: a construção de uma estrada de 160 milhas pela III Legião Augusta entre sua base em *Ammaedara* e *Tacapae* no Golfo de Gabes, a extensão das fronteiras provinciais e a restrição ao nomadismo tribal através de guarnições de tropas romanas. Apesar da derrota, os garamantes não se submeteram de todo, pois auxiliaram a rebelião de Tacfarinas e, em 69, afrontaram o poder de Roma ao intervir numa querela entre *Oea* (atual Trípoli) e *Lepcis Magna* (moderna Lebda), sendo então derrotados rapidamente por Valério Floro (Tácito. Histórias IV, 50). Os getulos, que habitavam a nordeste dos garamantes e se estendiam até a Numídia, também foram afetados pela política de restrição de passagem imposta pelos romanos.

O interesse romano pelas terras norte-africanas, inicialmente, pelo antigo território cartaginês e, posteriormente, pelo território númida, afetou as populações locais. Demarcações e cadastros territoriais foram realizados pelos romanos para inventariar os recursos disponíveis. As delimitações de terras podiam ser acompanhadas de deslocamentos populacionais, pois o cadastro não concernia somente às zonas selecionadas para a colonização, mas também aos territórios nômades, como as estepes do sul tunisiano sob Tibério. Estas operações de grande

envergadura objetivavam traduzir no espaço territorial o domínio de Roma na África do Norte e originaram rebeliões, como as mapeadas abaixo por Wattel (1998, p. 69).

MAPA 2: NÔMADES E SEDENTÁRIOS NA ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO I



A propriedade tribal na África do Norte foi sendo constantemente limitada em favor da ampliação crescente das terras de colonização afetando desta forma o direito de passagem, exceto na Mauritânia, na qual este permanecia irrestrito, pois não despertava o interesse econômico dos romanos. Este processo de confinamento das tribos para o interior e de expropriação de terras verificou-se no Principado e acentuou-se na época dos Severos, quando

houve a expansão do *limes* na Tripolitânia, Numídia e Mauritânia. A progressão dos cultivos reduziu a pastagem dos pastores seminômades, cujos rebanhos arriscavam-se incessantemente a invadir terras cultivadas.

A transformação das terras de nomadismo em áreas agrícolas, confiscando as terras férteis para a agricultura, e o fechamento dos caminhos de migração sazonal para a construção e para o melhoramento de estradas romperam o estilo de vida seminômade das populações locais (DYSON, 1975). Os campos mais ricos foram apropriados por veteranos, colonos romanos ou italianos, companhias coletoras de impostos e membros da aristocracia romana (senadores e equestres), expulsando desta forma a população local para as estepes e para o deserto. Esta população almejava a recuperação de suas terras.

Este quadro resultou no movimento nativo liderado por Tacfarinas, que foi debelado com muito esforço pelos romanos. A longa duração desta rebelião explica-se pela abrangência do movimento, que se estendeu a todas as fronteiras meridionais da África do Norte (da Pequena Sirta na Tripolitânia a Mauritânia), pois a situação afetava um grande número de nativos. O movimento englobou musulâmios, mauros, ciníticos e garamantes, sendo os primeiros os líderes e considerados como “*uma nação poderosa*” (Tácito. Anais II, 53)”, que conseguiram a aliança com o chefe da tribo dos mauros, Mazipa, e este, por sua vez, compeliu os ciníticos a fazerem causa com eles.

O procônsul Fúrio Camilo e a III Legião Augusta colocaram fim à guerra em 17. Mas, desde 21, Tacfarinas retomou a luta e impôs uma mudança de estratégia aos romanos ao praticar a tática de guerrilha: “*como suas forças eram desiguais às nossas, somente boas para exercer o salto, acometiam divididas em vários esquadrões, para melhor escapar e armar ciladas*” (Tácito. Anais III, 73). O procônsul Bleso foi chamado da Panônia e repartiu suas tropas pelos campos fortificados, de *Leptis Magna* (oeste de Trípoli) a *Cirta* (Constantina), entretanto, não alcançou nenhuma vitória decisiva, apesar das baixas e prisioneiros das hostes inimigas. Em 24, após a morte de Juba II e a ascensão de Ptolomeu, seu filho, os mauros se aliaram a Tacfarinas

contra os romanos; a revolta se estendeu então da Mauritânia a Grande Sirta. O procônsul Dolabela pôs fim à rebelião e à existência de seu chefe, que se suicidou para não cair em cativo. A fúria romana atendia ao desejo “*de vingança e de sangue nessa luta contra os que tantas vezes se haviam a ela esquivado*” (Tácito. Anais IV, 25); ressaltava-se assim a covardia dos revoltosos para enfrentar os romanos num confronto aberto e direto. Dolabela só não recebeu as honras triunfais¹¹ para não empanar a glória de Bleso, tio de Sejano, prefeito pretoriano do imperador Tibério e seu homem de confiança até 31, quando caiu em desgraça ao ser denunciado por conspiração.

A vitória romana foi celebrada e registrada na moeda cunhada na oficina da cidade norte-africana de *Oea* (identificada pela legenda púnica *wy't* no reverso) em *circa* de 22 a 29. No seu averso, encontra-se a efígie em perfil do imperador Tibério (legenda no averso: *AVGVSTVS TI CAESAR*, Augusto Tibério César), ladeado, à esquerda, por uma águia segurando no bico a palma da vitória e, à direita (atrás da sua nuca), por um ramo de louro. No reverso, há o busto de Apolo laureado, contornado por uma coroa de louros, tendo, à direita, uma lira. Apolo, divindade do panteão greco-romano, era identificado com o sol e a luz da verdade; fazia os homens cientes dos seus erros e era o agente da sua purificação; além disso, era o deus da Beleza, Perfeição, Harmonia, Equilíbrio e Razão. Portanto, a moeda apesar de cunhada na região norte-africana e contendo legenda púnica, era, sem dúvida, o discurso vitorioso do romano. Expressava-se em imagem o que Tácito (Anais IV, 26) manifestou em palavras: “*aquele povo [garamantes], abalado pela morte de Tacfarinas e cõnscio de suas culpas [negrito nosso], mandava dar*

¹¹ Honra suprema dada ao general vitorioso pelo Senado. Colocava o general na posição dos deuses, sempre o lembrando, entretanto, que era apenas um homem. O triunfador devia ser ditador, cônsul ou pretor, ter combatido sob seus próprios auspícios numa guerra justa, ter aumentado o *ager publicus* e matado ao menos 5.000 inimigos. O cortejo, organizado por um curador, partia do Campo de Marte e chegava ao Capitólio, passando pelo *Forum Boarium* para contornar o Palatino. À cabeça do cortejo, vinham os senadores, os magistrados e os músicos, depois os despojos, o botim tomado do inimigo e os prisioneiros destinados ao suplício; no centro, precedido pelos litores, o general sobre seu carro, coroado com louros, portando o cetro e um ramo de louro, revestido da *toga palmata*; atrás dele um escravo segurava uma coroa de ouro e repetia sem cessar ao general que ele era apenas um homem; no fim do cortejo, vinham os soldados que zombavam de seu general visando apaziguar a inveja dos deuses, pois a multidão (era a única circunstância em que os cidadãos em armas podiam entrar no *pomerium*). Após o sacrifício a Júpiter, a festa terminava com um banquete público. Encontra-se representado no Arco de Tito o triunfo que ele celebrou após a sua vitória sobre os judeus (LAMBOLEY, 1995, p. 363).

satisfações ao povo romano.” Apolo era evocado para purgar a culpa dos revoltosos norte-africanos e restaurar a ordem e a civilização através da *Pax Romana*.



(ACQUARO, 2002, p. 110, n. 578)

O movimento liderado por Tacfarinas foi o mais proeminente de uma série de rebeliões locais ocorridas na região norte-africana durante o século I, após o qual os romanos passaram a exercer mais ações policiais do que operações militares. Não eliminando totalmente a resistência, Roma gradativamente buscou assentar as tribos, confinou as populações hostis a zonas marginais distantes das terras férteis, estabeleceu colônias ou municípios (*Sufetula, Cillium, Ammaedara e Thelepte*) em regiões importantes, como a África Proconsular, e expandiu a concessão de cidadania aos municípios, guarneceu suas fronteiras, já que a ameaça permanecia bem real, manteve a III Legião Augusta no interior e, dentro do possível, buscou conservar as estruturas indígenas na administração municipal (sufetes).

Conclusão

A abordagem historiográfica pós-colonial da Revolta de Tacfarinas afasta-se da reprodução da noção de *bellum iustum* dos antigos romanos, que silenciava a voz dos vencidos ou a apresentava em favor dos próprios romanos. Atualmente, busca-se compreender este movimento numa perspectiva de choque entre dois sistemas de vida: o nômade, característico das tribos norte-africanas, e o sedentário, imposto pelo poder romano na região. Talvez, a

aplicação de tal postura historiográfica, em que se procura entender as diferenças sem hierarquizá-las ou valorá-las, possa nos fornecer uma chave interpretativa para compreendermos melhor os próprios conflitos bélicos da nossa época visando dirimi-los.

A densidade histórica dos movimentos tribais da África do Norte repercute até hoje, na eclosão de uma série de protestos no mundo árabe em 2010 e 2011, no que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. No caso específico da Líbia, a deposição e a morte de Muammar al-Gaddafi (1942-2011) serão melhores compreendidas se considerar, ao lado de interesses econômicos internacionais (petróleo, água e a proposta de um novo padrão monetário não ocidental) e uma análise crítica do discurso fortemente ideológico em prol da democracia ocidental, as rivalidades até hoje vigentes entre as múltiplas e distintas tribos líbias. O próprio Gaddafi, no início do seu governo, quando tinha alta popularidade, tentou sem sucesso eliminar o tribalismo existente na sociedade líbia. Com o declínio da sua popularidade, buscou apoio em algumas tribos líbias e se utilizou da rivalidade entre elas a seu favor (HUSSEIN, 2011). Mais do que continuar a reproduzir a herança do discurso romano da “guerra justa”, que, no caso líbio, seria a luta contra um regime tirânico e corrupto, é necessário adotar outro viés que pondere sobre a dinâmica tribal da região em suas peculiaridades e potencialidades.

Referências Bibliográficas

- AQUARO, E. *Monete puniche nelle Collezioni Italiane*. Parte III: Napoli, Museo Archeologico Nazionale. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2002. (Bollettino di Numismatica. Monografia 6.3.)
- BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: University Press, 1968.
- BÉNABOU, M. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: Maspero, 1975.
- BRANDÃO, J. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia e religião romana**. Brasília, DF / Petrópolis, RJ: EdUnb / Vozes, 1993.
- BRISSON, J.-J. (ed.). *Problèmes de la guerre à Rome*. Paris - La Haye, 1969.

- BRUNT, P. A. *Laus Imperii*. In: GARNSEY, P. D. A., WHITTAKER, C. R. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: University Press, 1978, p. 159-191.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. *Roma Aeterna*. In: COSTA, D.; SILVA, F. C. T. da (org.). **Mundo latino e mundialização**. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2004, p. 29-43.
- DECRET, F.; FANTAR, M. H. *L'Afrique du Nord dans l'Antiquité; histoire et civilisation des origines au V^e siècle*. 2.ed. Paris: Payot, 1988.
- DEROW, P. S. Polybius, Rome and the East. *Journal of Roman Studies* 69: 1-15, 1979.
- DYSON, S. L. Native revolt patterns in the Roman Empire. *Aufstieg und Niedergang Römisch Welt, Principato* 2 (3): 136-75, 1975.
- FÉVRIER, P.-A. *Approches du Maghreb Romain; pouvoirs, différences et conflits*. 2 t. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1989-1990.
- FRANK, T. *Roman Imperialism*. New York: Macmillan, 1914.
- FRÉZOULS, E. Sur l'historiographie de l'impérialisme romain. *Ktema* 8: 141-162, 1983.
- GARNSEY, P. D. A.; WHITTAKER, C. R. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: University Press, 1978.
- HARMAND, L. *L'Occident romain; Gaule – Espagne – Bretagne – Afrique* (31 avant J.-C. à 235 après J.-C.). Paris: Payot, 1990. (Coll. Bibliothèque Historique Payot).
- HARRIS, W. V. *Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- HARRIS, W. V. (ed.). *Proceedings: The Imperialism of Mid-Republican Rome*. Rome: American Academy in Rome, 1984.
- HOLLEAUX, M. *Rome, la Grèce et les monarchies hellénistiques aux III^e. Siècle avant J.-C. (273-205)*. Paris: Boccard, 1921. (École Française d'Athènes, fasc. 124)
- HUSSEIN, M. **Análise: enfraquecimento de apoio tribal pode erodir poder de Kadafi**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110222_libia_analise_pu.shtml. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.
- JULIEN, C.-A. *Histoire de l'Afrique; des origines à 1830*. 3. ed. Paris: Payot, 1994
- LAMBOLEY, J.-L. *Lexique d'histoire et de civilisation romaines*. Paris: Ellipses, 1995.

- LASSÈRE, J.-M. Le recrutement romain et les musulames. *In: ACTES DU IVe. COLLOQUE INTERNATIONAL D'HISTOIRE ET D'ARCHÉOLOGIE DE L'AFRIQUE DU NORD. L'Armée et les Affaires Militaires.* t. 2. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1991, p. 299-311.
- LE BONNIEC, H. Aspects religieux de la guerre à Rome. *In: BRISSON, J.-J. (ed.). Problèmes de la guerre à Rome.* Paris - La Haye, 1969, p. 101-115.
- LINDERSKI, J. *Si vis pacem, para bellum: concepts of Defensive Imperialism.* *In: HARRIS, W. V. (ed.). Proceedings: The Imperialism of Mid-Republican Rome.* Rome: American Academy in Rome, 1984, p. 133-164.
- LINTOTT, A. What was the *Imperium Romanarum*. *Greece and Rome* 28 (1): 53-67, 1981.
- MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. *In: MOKHTAR, G. (coord.). História Geral da África.* v. 2: A África Antiga. São Paulo – Paris: Ática – UNESCO, 1983, p. 473-509.
- MANTON, E. L *Roman North Africa*. London: Seaby, 1988.
- MATTINGLY, D. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. *In: WEBSTER, J., COOPER, N. (ed.). Roman Imperialism: post-colonial perspectives.* Leicester: School of Archaeological Studies, 1996, p. 49-69.
- MOMMSEN, T. *Römische Geschichte*. München: Dt. Taschenbuch-Verl., 2001, 8v. (original alemão: 1854-1856).
- MONTESQUIEU. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. Paris: Garnier-Flammarion, 1968.
- NICOLET, C. L'“imperialisme” romain. *In: NICOLET, C. Rome et la Conquête du monde Méditerranéen (264-27 avant J.-C.).* t. 2: Genèse d'un empire. 5. ed. Paris: PUF, 1997, p. 883-920. (Nouvelle Clio, L'Histoire et ses Problèmes, dir. J. Delumeau e C. Lepelley)
- NORTH, J. A. The Development of Roman Imperialism. *Journal of Roman Studies* 71: 1-9, 1981.
- PETIT, P. **A Paz Romana**. São Paulo: Pioneira – EdUSP, 1989. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, História, Série “Nova Clio”, 9)
- PICARD, G.-C. *La civilisation de l'Afrique Romaine*. 2. ed. Paris: Études Augustiniennes, 1990.

- RAVEN, S. *Rome in Africa*. 3. ed. London – New York: Routledge, 1998.
- ROSTOVITZ, M. I. *Histoire économique et sociale de l'Empire Romain*. Paris: Robert Laffont, 1988. (Bouquins Collection, dir. G. Schoeller) (original anglais: 1926).
- SCHEID, J. *La religion des Romains*. Paris: Armand Colin, 1998. (Collection *Cursus*, série "Histoire de l'Antiquité", dir. François Hartog, Pauline Schmitt-Pantel e John Scheid)
- SPALDING, T. O. *Dicionário de mitologia latina*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SCHUMPETER, J. Zur Soziologie der *Imperialismen*. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 46: 1-39 / 275-310, 1919.
- SHERWIN-WHITE, A. N. Rome the Aggressor? *Journal of Roman Studies* 70: 177-181, 1980.
- TACITE. *Histoires*. Trad. H. Goelzer. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1963. 2 v. (Collection des Universités de France)
- VEYNE, P. Y-a-t-il eu un imperialisme romain? *Mélanges de l'École Française de Rome - Antiquité* 87: 793-855, 1975.
- WATTEL, O. *Petit Atlas Historique de l'Antiquité Romaine*. Paris: Armand Colin, 1998.

ATENAS E A GUERRA EXPANSIONISTA NA REGIÃO DE ANFIPOLIS NO SÉCULO V a.C.

*Prof^a Dr^a Maria Regina Candido**

O confronto da guerra, entendida como evento trágico, tem sido tema de interesse, ao longo do tempo, de cientistas políticos, filósofos e historiadores ao qual concluem que a guerra configura-se como um fenômeno que faz parte da história da humanidade. Entretanto, o tema fomenta várias inquietações na tentativa de dar respostas às perguntas, tais como as motivações que levam determinados grupos políticos a decidirem pelo combate armado e sobre a legitimidade do estado de guerra.

Os questionamentos demarcados norteiam a nossa proposta de análise que parte do envolvimento dos atenienses na região de Anfípolis. A análise dos interesses em torno da região torna-se relevante para nós, pesquisadores, pelo fato da historiografia priorizar um acentuado número de publicações referentes aos embates bélicos protagonizados pelos gregos, após a publicação de Yvon Garlan sob o título *Guerre et économie en Grèce ancienne*, 1989. Entretanto, as publicações deixam transparecer uma escassez de abordagem sobre os interesses expansionista dos atenienses em direção à região de Anfípolis ao norte da Grécia. Em relação à documentação recorreremos a economia de informações de Tucídides na obra *Guerra do Peloponeso* ao citar que *vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis.* (TUCIDIDES.v.26:5). As informações do historiador têm o seu complemento em Xenofontes que nos apresenta os últimos anos do estado de guerra entre os lacedemônios e atenienses narrados na obra **Helênica**.

* Professora adjunta de História Antiga, membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo Norbert Bobbio, podemos dizer que existe um estado de guerra quando dois ou mais grupos políticos encontram-se entre si em uma relação de conflito cuja solução esta confiada ao uso da força (BOBBIO, 2000, p.513). Tem-se uma situação de conflito toda vez que as necessidades e os interesses de grupos de cidadãos tornam-se incompatíveis com aqueles de um ou outro grupo ao qual não pode ser satisfeitos senão com prejuízo de um ou de outro. O caso mais típico está na concorrência ao qual um ou demais grupos detém o interesse pela posse de um bem escasso que se encontre no território do outro, tal fenômeno foi identificado como *territorialismo* (BOBBIO, 2000, idem). No caso, o bem escasso aos atenienses estava na ausência de madeira para a construção naval, necessidade de áreas de assentamento e cultivo e recursos de tributação proveniente de áreas subordinadas.

A região de Anfipolis situada na região da Trácia tornou-se área de interesse *territorial* dos atenienses de acentuado valor estratégico e econômico devido as suas riquezas naturais: terras férteis e minérios. A área permitia o controle da navegação no Porto de Eion e através do rio Strymon cujo curso permitia o melhor caminho de acesso ao interior da região da Trácia e Macedônia. Xenofontes nos informa que Atenas importava madeira de áreas próximas a Macedônia (XENOFONTES,VI,1, p. 11). O valor do comercio de madeira neste período foi citado também por Diodoro da Sicilia ao mencionar que o objetivo visava à construção de uma frota de duzentas *trirremes*, cuja questão já havia sido votada na assembléia de 377/76 (DIODORO DA SICILIA, XV, p. 29). Tal fato nos permite supor que os atenienses gastavam uma alta soma de recursos pecuniários para a aquisição de bens fundamentais visando manutenção da guerra com os lacedemônios.

A população local de Anfipolis era heterogênea, composta por diferentes etnias, formando uma núcleo multicultural (TUCIDIDES, IV, 106:1). A região era denominada de *Ennea Hodoi- Nove Caminhos* sendo renomeada como Anfipolis pelo *oikites* Hagnon pelo fato do rio Strimon correr ao redor da região por ambos os lados. Ele isolou a cidade por meio de uma longa muralha na abertura do semicírculo descrito pelo rio, que permitia ver a cidade tanto

do lado do mar quanto do continente. Mais adiante, próximo ao Mar Egeu, situava-se o porto de Eion, conhecido como *emporion* de embarque de ouro e prata proveniente do Monte Pangeu sob o controle efetivo dos edônios e trácios. O estabelecimento de *cleurúquias* na região, principalmente em Anfípolis foi um fato marcante junto à administração de Péricles e a narrativa de Tucídides nos deixa totalmente ignorantes dos procedimentos efetuados pelos atenienses e o uso da força física junto à região. A região era de predomínio persa, seguida dos calcídios e trácios, entre outros, fato que nos permite afirmar que o embate pelo domínio e o *territorialismo* deve ter sido objeto de intenso conflito bélico contra os interesses da armada ateniense que buscava ratificar a sua hegemonia na região.

A economia de informação de Tucídides nos remete a testemunhos alternativos: a saber: Heródoto que relata a incursão de Xerxes sobre a região do Monte Pangeu, em 480 aC, área de elevada montanha onde há minas de ouro e prata exploradas pelos grupos de pieros, odomantos e satras (HERÓDOTO, VII:112). Heródoto menciona também que a armada persa marchou pelo rio Strymon, no Porto de Eion, e pela região denominada de *Ennea Hodoi*, local ao qual efetuou sacrifícios de sangue aos deuses através de ritual em que enterrar vivo nove rapazes e nove virgens filhos dos habitantes do lugar (HERÓDOTO, VII:114).

As escavações arqueológicas efetuadas na região de Anfípolis pela *Dutch Archaeological and Historical Society* trouxeram ao conhecimento dos pesquisadores as fundações da muralha, sistema defensivo da polis e a ponte sobre o rio Strymon descobertas realizadas pelos arqueólogos Lazaridis e por Lehmann-Haupt (B.H.ISAAC, 1986, p. 55). A questão nos remete a relação da História com a Arqueologia na qual formam dois tipos específicos de documentação, porém, tornam-se complementares para apreender informações sobre a região. As escavações arqueológicas próximas ao muro de Anfípolis trouxeram vestígios de santuários com artefatos em terracota do Período Arcaico e um conjunto de vasilhas de cerâmica datados de 450 aC. Tais evidências apontam para a existência de algum tipo de assentamento grego na região, em período anterior a fundação da *cleuruquia* ateniense de 437 aC.

Atenas na busca da hegemonia no Mar Egeu e no norte da Grécia mantém Anfípolis na sua área de influência através dos atenienses estabelecidos na área em 437 aC., cujas terras férteis, a presença de madeira e as riquezas minerais tornam-se fundamentais a manutenção de *cleuruquias* na região como suporte a continuidade da guerra contra os lacedemônios. Entretanto havia uma insatisfação de parte da população local em relação aos atenienses, fato que leva a investida de facções no interior de Anfípolis a apoiar os lacedemônios contra a subordinação da região aos interesses dos atenienses. O fato justifica a aplicação do termo bélico identificado como *a quinta coluna*. O termo, embora moderno e criado em 1936, se aplica a qualquer temporalidade, pois se constitui quando um grupo ou facção interna empreende atos e ações que se configuram como traição pelo fato de cooperar com o inimigo externo.

O fato nos remete as considerações de Norberto Bobbio ao afirmar que outro motivo que faz emergir o conflito armado está na busca da hegemonia que consiste na defesa da posição, da primazia, da hierarquia que permite o uso efetivo da força para visando adquirir ou manter certos privilégios. Norberto Bobbio ratifica ainda que entre os homens torna-se impossível de ser eliminada a violência: desde sempre explodem conflitos que não se solucionam sem que se recorra ao uso da força, sendo tolice contrapor a essa realidade o abstrato sonho de uma convivência espontânea e harmoniosa (BOBBIO, 2000, p. 55) e de eterna paz. A partir dessa consideração, podemos compreender o embate bélico e a ação da *quinta coluna*, pois, a população da região havia se revoltado contra os atenienses que buscavam manter a supremacia sobre a região ao norte da Grécia. Entretanto, seus ex-aliados da região da Trácia, auxiliam o exército de mil e setecentos hoplitas lacedemônios na travessia do inóspito território desde o Peloponeso, pelo fato de estarem alarmados diante da eficácia do exército ateniense (TUCIDIDES, IV:78).

Não podemos esquecer que a construção do simbolismo e eficácia militar dos atenienses a dominar o imaginário social dos adversários se deve a vitória de Maratona e Salamina. A vitória significou a supremacia dos gregos sobre os bárbaros e permitiu aos atenienses

construírem um sistema de oposição entre duas estratégias de ação bélica, a saber: uma terrestre e a outra naval. No imaginário social a armada terrestre se deve a coragem e força da falange dos hoplitas, na figura do camponês-soldado e a *techné* naval se deve a inserção do tetha, o *povo dos remos* como nos aponta Aristófanes na comédia *Acarnenses* (ARISTÓFANES, v.162-163).

Durante a guerra do Peloponeso, os lacedemônios liderados pelo estrategista Brasidas investiram na posse da região de Anfípolis e contou com o apoio da população local heterogênea e multicultural (TUCIDIDES, IV:106). Segundo, Tucídides durante o inverno, Brasidas junto com seus aliados da Trácia, executou um ataque a Anfípolis (TUCIDIDES, IV,102). Havia no local alguns colonos e outros cúmplices na trama instigados pelos calcídios que também tinham interesses na região do Eion, porém os principais conspiradores estavam no interior de Anfípolis, os argílios inimigos secretos da cidade (TUCIDIDES, IV,103:6). Brasidas que havia negociado com parte dos habitantes bárbaros a entrega da cidade contou com o auxílio dos conspiradores que guiaram os lacedemônios até a ponte ao qual venceu a pequena guarnição de atenienses estacionada na travessia do rio Strymon (TUCIDIDES, IV,103). O sucesso da investida se deu devido à traição, mas também devido a estratégia da surpresa e o uso da tropa ligeira dos lacedemônios.

Da investida contra Anfípolis, restou a Tucídides, detentor dos direitos de exploração das minas de ouro proveniente do Pangeu, movimentar tropas na região tomando medidas para a defesa do porto de Eion ao qual não resistiu, fato que resultou no exílio do autor da obra *História da Guerra do Peloponeso*. A defecção da região, demarcou o relato do autor em torno da figura de Brasidas, descrito como herói detentor do mérito e inteligência/*arete kai xunesis* e também pleno de experiência e de audácia/*empeirian kai tolman* (J. BOELDIEU-TREVET, 1997, p. 150). Tucídides expõe que após a expiração do armistício de um ano o oligarca Cleon persuadiu os atenienses a concordarem com o seu embarque em direção a Trácia visando a retomada de Anfípolis com um exército de mil e duzentos *hoplitas*, trezentos cavaleiros, além de um contingente de tropas aliadas e trinta naus instalando a sua base na

região de Eion (TUCIDIDES, V:2:1). Nos questionamos sobre a possibilidade de analisar as táticas das investidas bélicas e estratégias aplicadas junto a região de Anfípolis. A *Guerra* entendida como embate violento e organizado entre dois grupos antagonicos, como nos afirma N. Bobbio, possibilitam analisar os recursos e mecanismos que os atenienses utilizaram para conquistar o território de Anfípolis. Dentre os recursos empregados pelos atenienses e lacedemônios na disputa pela região citaremos três principais, a saber: as *fortificações*; a guarnição aportada em Eion como força dissuasória, e por último os meios utilizados pelos lacedemônios como a contribuição conspiratória de grupos contrários a ocupação ateniense identificado com o conceito da *quinta coluna*.

Esses dados além de nos permitirem apreender que a guerra naval helênica, também nos permite afirmar que Anfípolis representava para os atenienses as seguintes prerrogativas: ser um centro de abastecimento de recursos naturais como madeira e metais preciosos; um ponto vital para atividade mercantil, base de apoio as tropas terrestres responsáveis por estabelecer os limites as investidas adversárias e avanço do predomínio hegemônico dos ateniense no norte da Grécia.

Através do conceito de *territorialismo*, segundo as perspectivas de Norberto Bobbio, justifica-se a preocupação dos atenienses em manter domínio sobre aquela região. Assim como seus esforços para reavê-la após as investidas dos lacedemônios, imediatamente seguintes a perda daquela região para Brásidas. Inclusive, atribuímos a perda de Anfípolis em 424 a.C. como um dos fatores que contribuíram para que o tratado *Paz de Nícias*, fosse assinado em 421 a.C.

Como podemos observar, a guerra tem como finalidade, forçar o inimigo a se submeter a determinados interesses. Na busca desse objetivo nem sempre o confronto direto é o melhor caminho, o uso de táticas e estratégia torna-se recursos fundamentais. A ação pode abarcar o método do confronto aberto, direto e violento entre tropas inimigas, assim ações sigilosas e de surpresa capazes de minar as forças inimigas nas suas estruturas, ou seja, *a estratégia fixa uma finalidade para o conjunto do ato de guerra que corresponde aos objetivos da guerra*. (C.

CLAUSEWITZ. 2003, p. 171). Diante da finalidade de conquistar Anfípolis e de obstáculos como: domínio ateniense sobre o terreno com *fortificações e supremacia marítima*, o estrategista Brásidas evitou o confronto direto e buscou dispositivos alternativos de ação e ataque como os recursos a *quinta coluna* e o *fator surpresa*.

A aplicação do *fator surpresa* num teatro de operações bélicas pode conter variações, por esta razão deve-se levar em consideração as seguintes prerrogativas: natureza da operação; as circunstâncias em que ela ocorre; a qualidade de ação do exército e o poder de liderança do comando. Isto ocorre porque o *segredo* e a *rapidez* da ação das investidas tornam-se uma das principais características do *fator surpresa*. O sucesso da sua execução depende da autoridade da liderança e da disciplina da tropa. (C. CLAUSEWITZ. 2003, p. 209).

Tucidídes nos permite apreender que Brásidas tratava-se de um comandante militar por excelência, reunia dentre as suas qualidades: coragem, liderança, inspirava confiança junto aos seus comandados, além de agir com ousadia nos momentos necessários (TUCIDÍDES. IV, *passim*). Brásidas partiu de Arnes e Calcídice, chegou a Áulon e Brômicos ao entardecer, aproveitando-se do mau tempo, passou despercebido pelos habitantes de Anfípolis, exceto do grupo envolvido na conspiração para entregá-la sob traição. Os aliados de Brásidas, guiaram-no com o seu exército até a ponte sobre o rio que ficava a certa distância da cidade. Como destaca Tucídides, Brásidas obteve sucesso por duas razões fundamentais: *em parte por causa do mau tempo e em parte porque atacou de surpresa* (TUCIDÍDES. IV, v. 103). Mostrando que as operações táticas de infiltração diante de um combate campal, quando planejadas de maneira eficaz e executadas por indivíduos qualificados, detêm a prerrogativa do sucesso.

A pesquisadora Jeannine Boeldieu-Trevet nos adverte que Brásidas representa toda a transformação da arte da guerra, pois, Brásidas passa do *bom combate* cuja conduta se inscreve no comportamento definido pela tradição guerreira de um *pentécontère* para aquela do *bom comando*, o *stratègein kalós* na qual exige chefe militar com experiência/ *empeiria*, conhecimento adquirido/*episteme*, energia/*alkè*, saber-fazer sistematizado/*techné*, um homem de

acentuada coragem/*andréia* (J.BOELDIEU-TREVET,1997, p. 148) pelo fato de contar com uma armada inferior em número de contingente e de não ter experiência naval cujo domínio cabia aos atenienses.

A narrativa de Tucídides reforça a figura de Brasidas como o herói ao receber dos aliados exéquias oficiais desfilando com suas armas e o sepultando na entrada da ágora de Anfípolis, local de oferendas e de honras fúnebre com jogos atléticos e sacrifícios anuais (TUCIDIDES, V:11). A população local de Anfípolis busca minimizar a presença dos atenienses com a destruição dos monumentos do *oikites* Hagnon, mantém-se protegida pela guarnição da macedônia estacionada no Porto de Eion e os atenienses, rechaçado pela realeza macedônica, não conseguem manter a hegemonia e o controle no norte da Grécia.

Deixo aqui os meus agradecimentos ao Professor Alair Figueiredo Duarte pelo auxílio, sugestões e leitura crítica do texto assim como a Comissão Organizadora do Evento do *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval/CEPHiMEx*.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Ed. Papyrus, 1989.
- HANSON, Victor Davis. **The Western Way of War: infantry battle in classical Greece**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989.
- JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas**. Tradução; Ana Lia de Almeida. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TUCIDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do Grego: Mario da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1986.

VERNANT, Jean Pierre. **Problèmes de La Guerre em Grèce ancienne**. Paris: Ed. École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1999.

ASPECTOS MILITARES DO MEDIEVO

RECONQUISTA: CONCEITO POLISSÊMICO

*Profa Dra. Renata Vereza**

A Península Ibérica durante a Idade Média foi um espaço situado nos extremos de dois mundos, o muçulmano e o cristão, sem pertencer inteiramente a nenhum deles e, por isso mesmo, se apresenta muitas vezes como um espaço de difícil compreensão. A alternância de culturas em um mesmo espaço, a oscilação das fronteiras e os diferentes níveis de relação político jurídica entre os grupos sociais geraram uma complexidade que se apresenta, em vários momentos, de difícil penetração. Apesar de passado mais de meio milênio do fim da presença muçulmana na Península Ibérica, os temas referentes a essa presença e ao que se convencionou chamar de Reconquista (suscitada por ela) ainda provocam debates acalorados.

O tema da Reconquista é referenciado em praticamente toda a bibliografia sobre a Península Ibérica medieval e, apesar de ter seus diversos momentos e facetas analisados por um sem fim de trabalhos, este está longe de ter-se esgotado e gerado um consenso dos estudiosos em torno de sua própria definição e de seus desdobramentos. Sem dúvida que, dentro da proposta de criar um quadro explicativo, impera a necessidade da conceitualização dos processos e da adoção de certas convenções, contudo:

El problema nace cuando convertimos esa conceptualización en un anacrónico campo de batalla en el que enfrentamos definiciones exclusivistas, como si su formulación, sea cual fuere, pudiera agotar una realidad que sus protagonistas probablemente no reconocerían exactamente en los artificiosos términos del debate actual. (AYALA MARTINEZ, 2008)

Em muitas ocasiões o debate vira batalha e o que deveriam ser as proposições de formulações analíticas se convertem em defesas, mais ou menos apaixonadas, de concepções étnico-identitárias e/ou nacionalistas. A primeira contenda, e que tem por ela mesmos alguns desdobramentos importantes, é a própria aceção do termo Reconquista. Tomar de volta,

* Professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal Fluminense. Membro do Translatio Studii.

recuperar, conquistar algo que lhe pertence são as impressões primeiras que o termo suscita. Até o início do século XX o tema da “Perda e Restauração da Espanha” era caro em vários meios acadêmicos (RIOS, 2005). Assim posto, confirma o indicado acima: perda, indicando a ideia de propriedade anterior e Espanha, se remetendo a uma unidade étnico-territorial original.

Sintomático também é uma das definições que o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española, ainda hoje traz para o termo: “Recuperación del territorio español invadido por los musulmanes y cuya culminación fue la toma de Granada en 1492”. (Diccionario de la lengua española, 2001). Disso afere-se que, pelo menos no tocante ao que atinge ao senso comum, a ideia de “perda e restauração” não está esvaziada.

A utilização do termo em sua conotação literal (o que não é uma prerrogativa somente do senso comum) implica, por um lado, na não aceitação de que o termo se remete simultaneamente a um processo construído política e socialmente ao longo da Idade Média e a um conceito historiográfico e, por outro lado, no entendimento da continuidade entre o reino visigótico e as comunidades políticas que se formam no norte peninsular após a conquista muçulmana, postura que pode derivar para a defesa de uma hispanicidade.

A historiadora Francesa Adeline Rucquoi (1995) acredita que a ligação com o mundo visigótico nunca se perdeu e que não há uma solução de continuidade entre esta sociedade e os posteriores reinos ibéricos, opinião compartilhada por alguns autores, que vão identificar a permanência das instituições políticas e culturais visigodas, tendo, portanto, o reino asturiano, de onde derivariam boa parte dos posteriores, uma origem hispano-goda. (BESGA MARROQUÍN, 2000)

Entretanto, este posicionamento sofre críticas ferrenhas. Garcia de Cortázar defende a ideia de que esta herança visigótica, em termos políticos, foi sendo construída ao longo da formação dos reinos ibéricos e de que seria impossível estabelecer uma continuidade estrutural e institucional entre o reino visigótico e os posteriores reinos cristãos. O autor ressalta o fato de que essa mudança de espaço da elite significa uma completa e total ruptura com a sociedade

romano-visigótica. Não só porque o que vai nascer a partir destes novos núcleos políticos se organiza de uma nova forma, mas também por que significa uma mudança de nicho ecológico e, portanto, mudança na maneira de produzir e de viver. Estes grupos têm, então, que reconstruir sua organização social e política sob novas bases apesar da sobrevivência de inúmeros traços culturais (GARCIA DE CORTÁZAR, 1992).

É impossível pensar em um processo histórico que abarque somente continuidades, o que seria a própria negação da noção de processo, ou somente rupturas. A par de posicionamentos radicalmente contrários e excludentes, José Mínguez tenta construir uma interpretação que articule um pouco melhor as continuidades e as rupturas:

Aunque transformada por los cambios radicales que han afectado a la estructura socioeconómica, la pervivencia latente de esta concepción del poder, sus manifestaciones episódicas y su activación vigorosa a partir del siglo XI, es un testimonio de la existencia de una línea de continuidad que desde la profundidad de las mentalidades y de la ideología política recorre el largo periodo histórico transcurrido entre la crisis del Estado romano y la implantación del feudalismo. Y ello sin que esta continuidad aborte la ruptura que se ha producido con la implantación de unas relaciones sociales radicalmente nuevas. Lo que viene a demostrar que no hay contradicción entre ruptura y continuidad siempre que no entendamos la continuidad como reproducción mimética de antiguas concepciones o de realidades ya superadas. (MINGUÉZ, 2004, 188)

Uma continuidade com rupturas, essa é a proposta. Mesmo que as profundas transformações no nível sócio econômico apontem mais para uma ruptura com inúmeras continuidades.

De todo modo, o topos da continuidade foi já construído pelos cronistas ao longo da Idade Média, principalmente nas crônicas de matiz providencialista do ciclo asturiano, como um arcabouço ideológico e legitimatório. Essa construção pode ter atendido a diversas motivações. Mesmo que os cristãos tivessem já uma história de séculos de lutas e guerras, sua fé era de signo pacífico e para montar uma resposta armada necessitam erigir um edifício conceitual. A diferença agora era que o novo grupo oponente, o muçulmano, revelou sua coerência como força expansionista e uma oposição radial em seus pressupostos dogmáticos. Assim, a bandeira da

legitimidade, que a continuidade permitia atrelar, possibilitava a justificativa da contra expansão e transforma, para os cristãos, o conflito em guerra de defesa. (PEREZ, 2007)

A ideia de resposta a uma agressão, transformada não somente em defesa do território, mas de uma cultura, sendo a Igreja o signo visível dessa oposição, permite também que ela funcione como um fio condutor passível de catalisar os esforços e manter permanentemente a motivação.

Ao mesmo tempo, a quem coubesse a alegada descendência sairia em certa vantagem, em termos de primazia, na expansão territorial em curso. Tradição seguida à risca pelos cronistas da época moderna, que serviram de base para a historiografia do XIX e do XX. Cria-se certo protagonismo do território, que se converte não só em objeto de disputa, mas em sujeito da polêmica. (PEREZ, 2007)

Contudo, rejeição ou não da ideia de continuidade e o entendimento de que a herança visigótica foi apropriada política e ideologicamente a posteriori ou elemento contínuo não resolvem o problema da conceitualização da Reconquista. Os desdobramentos se multiplicam transformando o termo em uma categoria conceitual ambígua. Assim, no desenrolar deste novo, outra questão que se impõe é a do início do processo. Aqui não se trata simplesmente de uma discussão estéril sobre datação, mas, encobre, na verdade, o que se considera como Reconquista.

Algumas perspectivas entendem que o processo em questão se resume as operações militares, isto é, que a Reconquista se configurou como um longuíssimo conflito militar por controle territorial. Mas, mesmo dentro destas, há certa variação em relação a mensuração do caráter militar. Tendo a batalha de Covadonga como ponto de contenda, alguns historiadores, como Lomax (1984), vão considerar que a resistência de Pelayo as tropas muçulmanas em 722 já se configura como o início da Reconquista. Em uma perspectiva radicalmente contrária, José Maria Mínguez, considera que

depredación dirigidas por los pueblos montañeses contra las tierras llanas, y que no son otra cosa que manifestaciones espasmódicas de la potente dinámica expansiva que están generando las transformaciones de la estructura económica y social de estos pueblos” (MINGUEZ, 2005)

Esta perspectiva não significa a retomada da famosa tese de Barbero y Vigil (1974) onde, a partir da tradicional resistência dos povos nortenhos a própria dominação romana e visigoda, identifica-se esse processo com o desenvolvimento do movimento de expansão dessas comunidades. A identificação dos grupos nortenhos, em especial do núcleo asturiano, como uma comunidade política em oposição ao islã não foi imediata e está relacionada com a própria constituição da monarquia. (BENITO RUANO, 1979)

Voltando a questão de Pelayo, caudilho cristão que capitaneia os primeiros intentos de resistência. Sua insurreição frente as guarnições muçulmanas seria fruto de consciência da perda de uma unidade político territorial maior identificada com o reino visigótico? Tirando um pouco seu protagonismo e inserindo no contexto todos os outros grupos nortenhos, que formaram parte dessa resistência, seria complicado pensar que estariam em busca de restabelecer uma ordem, a monarquia visigótica, com a qual somente em parte haviam se identificado e em relação a qual nunca deixaram de criar oposição. (RECUERO, 1996)

De maneira, geral se interpreta que os primeiros avanços cristãos se configuram como um assentamento de populações na ampla zona fronteira do vale do rio Douro, região que, formalmente, não estava sob o domínio muçulmano. Assim, as batalhas aqui travadas, incluindo Covadonga, não faziam parte de um plano militar de expansão territorial, eram de defesa contra escaramuças muçulmanas, destinadas muito mais a obter butim do que a dominar efetivamente o território. Mesmo alguns historiadores que defendem a continuidade entre o reino visigótico e o asturiano não creem ser a revolta pelagiana já uma resistência formal. (CASTILLO y MONTENEGRO, 1995)

Mas aqui o ponto focal não está somente em considerar se as contendas travadas eram de fato batalhas, mas em perceber se estas de fato se configuravam como uma resistência

organizada contra a instalação do poder islâmico com vistas a restaurar o poderio “romano-visigótico”. Isto é, não se trata de mensurar a intensidade do conflito, mas seu significado. Entender reconquista simplesmente como um conflito armado, para além do reducionismo que induz, implica em esvaziar o termo de toda a sua carga política e ideológica.

Os sentimentos hostis entre cristãos e muçulmanos, gerados por estruturas sociais não conciliáveis, é o primeiro responsável pela ruptura do grupo que se dirigiu para o norte no primeiro momento e o que alimentava a gradual migração de comunidades cristãs que rompiam os pactos. Perez (2007) vê nesse movimento, que considera amplo, já o germe da Reconquista. Origem das hostilidades sim, mas não da Reconquista.

Esta pode ser dimensionada, dentre os inúmeros processos desenvolvidos no seio da sociedade medieval ibérica, como um processo de expansão territorial em seu âmago era, principalmente, uma busca por hegemonia política, étnica e religiosa da sociedade cristã, e acabou por nortear uma série de estruturas e de conflitos característicos da sociedade ibérica medieval, ao mesmo tempo em que, concorreu para a formação dos Reinos Peninsulares.

Pois bem, temos aqui Reconquista como processo, mas antes de tudo, como projeto. A percepção dela como projeto sugere certa consciência dos grupos promotores em relação aos seus objetivos. Este posicionamento embute também outros desdobramentos que, por sua vez, nos redirecionam a diferentes debates, não somente em relação à intencionalidade dos envolvidos, mas em relação a já discutida ruptura ou continuidade destes núcleos de resistência em relação ao reino visigótico.

Assim, e se é visto neste momento primeiro um projeto que possa ser qualificado de Reconquista, qual seria o derradeiro momento onde o processo reconquistatório pode ser dado como iniciado? Questão esta também de difícil consenso.

Ayala Martínez vê um projeto de restauração já em Alfonso II (812), próximo à posição já clássica de Menendez Pidal (1950), para quem o neo visigotismo já está plenamente desenvolvido durante esse reinado. Contudo, matizações, como a de Garcia de Valdeavello

(2000), para quem a restauração de Alfonso II foi incompleta, levando alguns a deslocar para um ponto mais adiante. Jose Luis Martín (1996) defende a ideia de que no reinado de Alfonso III (866-910) já é possível qualificar a expansão como Reconquista, pois entende que aqui já há a ideia, não somente de expansão territorial, mas também de restauração: formulação teórica da Reconquista da Espanha como projeto. Opinião compartilhada por Richard Fletcher (1987) e Gonzalez Jimenez (1992), para quem a nebulosidade do projeto já havia sido dissipada neste momento.

A Reconquista, em linhas gerais, foi um processo que abarcou praticamente todo o mundo ibérico e mobilizou os diferentes grupos sociais pertencentes aos reinos cristãos. A importância do processo reconquistatório levou a afirmação deste como tarefa primeira dos reis ibéricos e pauta permanente em seus “programas” políticos. Diferente do mundo muçulmano, onde a ideia de pertença à comunidade não está diretamente relacionada ao espaço, isto é, ao território ocupado, e sim a uma comunidade religiosa que não coincide espacialmente com os territórios dominados, as comunidades cristãs construíram uma ideia de identidade que passa obrigatoriamente por questões espaciais. Assim território e comunidade estão intrinsecamente relacionados. Desta forma, a ideia de “recobrar” territórios era um mote importante e entendida como uma obrigação inerente aos reis.

Mas essa “reconquista” significava também ocupação dos territórios, o que na prática consistia em deslocar um enorme contingente populacional para as áreas anexadas. A expansão demográfica, perceptível em todo o Ocidente a partir do século XI, também se faz sentir aqui, mas, e mesmo diante disso, os reinos cristãos ibéricos estavam longe de ser considerados populosos. Assim, o esforço repovoador teve que envolver boa parte das comunidades (muitas das quais conhecem um sensível declínio demográfico em função deste processo) e contar com a coordenação fundamental da coroa.

Portanto, os esforços dos diferentes setores da sociedade em reunir braços para a guerra e braços para a terra não podem ser considerados desprezíveis, sobretudo se compararmos o

espaço ocupado inicialmente pelos reinos cristãos e o espaço que vão dominar ao fim da reconquista. O espaço inicial de onde partem os reinos ibéricos no século IX se desdobra em um território de extensão pelo menos quatro vezes maior no século XV. Dimensionar espacialmente essa expansão permite mensurar a estatura da empresa empreendida pelas sociedades ibéricas.

A abrangência da mobilização necessária tornou imperativo a existência de um poder que coordenasse os vários esforços e que pudesse catalisar e direcionar as energias para objetivos específicos. Neste sentido, sem sombra de dúvida, a aristocracia teve um importante papel, nomeadamente o relacionado com os avanços militares. Vale lembrar o caso de Fernán González, conde de Castela no século X, que conseguiu se afirmar como governante exatamente em função dos sucessos obtidos por ele na reconquista e das alianças travadas com os membros da aristocracia que foram seus coparticipes na expansão territorial do condado. O poder construído por González foi o que permitiu que seus descendentes emancipassem o condado de Castela em reino.

Contudo, foram os monarcas que se puseram à frente dos empreendimentos devido aos inúmeros interesses em jogo, transformando a criação de mecanismos de atração e fixação populacional nos territórios reconquistados em verdadeira obsessão. Esta precedência real nos processos de conquista possibilitou que as coroas tentassem afirmar sua posição política, deixando assim uma marca permanente nestas sociedades em relação ao poder e à participação dos reis dentro do reino. Tanto esta marca, como a singular participação real nos processos políticos ibéricos, suscitaram inclusive uma série de discussões entre os estudiosos da Idade Média acerca da pertinência de se empregar o conceitual e as denominações próprios do feudalismo europeu para o caso ibérico. (VALDEÓN, 1984)

A partir desta premissa forjou-se o conceito de que a sociedade ibérica estava constituída em função da guerra e que suas instituições estavam todas voltadas para o sucesso da Reconquista. James Power (1970), Jean Gautier Dalche (1979) e Maíllo Salgado (1983), e mais recentemente, Adeline Rucquoi (1995), trabalham com a ideia de que a Península Ibérica é uma

sociedade organizada para a guerra e que este fator é determinante na conformação dos reinos medievais e na formação de suas estruturas.

Já José Angel Garcia de Cortázar (1992), centraliza seu estudo, mais do que na guerra, no processo de movimentação populacional e mobilidade social, chamado repovoamento, que a acompanha, colocando neste processo o foco da formação dos reinos ibéricos. Assim, propondo uma matização para a ideia de sociedade organizada para a guerra, na medida em que não podemos considerar que a guerra fosse um fim em si para todos os ibéricos por todo o tempo. É possível perceber ao longo do tempo diferentes níveis de participação e forma de aproximação, isto é, nem todos estavam engajados no processo da Reconquista, e os que estavam, apesar de serem maioria, o faziam com intensidades diferentes e respondendo a interesses distintos. Derek Lomax (1984) sintetiza bem essas diversas formas de aproximação em relação à Reconquista rebatendo, da mesma forma que Garcia de Cortázar, a ideia de ‘sociedade organizada em função da guerra’, onde coloca:

Que no todos los cristianos abrazaron el ideal de la reconquista con la misma vehemencia en todas las épocas, que la mayoría tenía motivos diversos, que esta diversidad difería según los individuos, que el poder político se veían como un complejo de factores , militares, económicos, religiosos, demográficos y otros, y que la reconquista se perseguía con otros medios, además de los bélicos, son, en conjunto factores inherentes a todo proceso político y que no deberían sorprendernos...Lo excepcional de la reconquista fue su duración, e que un solo objetivo político pudiera sobrevivir a lo largo se siete siglos y que se ganase continuamente la lealtad de nuevas generaciones de adeptos hasta que finalmente se coronó con la victoria. (LOMAX, 1984, p. 122)

Mais do que tudo, e antes mesmo do que um conflito religioso ou territorial, a Península Ibérica vivenciou foi um confronto entre duas sociedades, a cristã e a muçulmana. Apesar da heterogeneidade destas sociedades, na medida em que o tempo avançava, tomavam consciência deste choque e de si mesmas. Dito isto, o processo de reconquista não pode ser compreendido como um processo homogêneo e linear. A multiplicidade de elementos e variáveis envolvidos, sem contar o longo espaço de tempo, implica impossibilidade de adotar um modelo único de interpretação e de entendimento para todos os momentos deste processo. A ação cristã, por conseguinte, em relação ao Islã, ao al-Andaluz e à população remanescente (neste sentido sendo

considerados não somente os muçulmanos, mas também os judeus e os moçárabes) varia no tempo e no espaço, e acompanha os diversos movimentos sociais, políticos e econômicos da gênese dos reinos hispânicos e da própria Cristandade medieval.

Como aliada permanente, as coroas castelhana e leonesa contaram com a Igreja que, como ressalta E. Procter (1998), mesmo que cada vez mais diferenciada como instituição em função da Reforma Gregoriana, permaneceu sempre identificada com as outras instâncias de poder em seus propósitos políticos. Assim, esta união de forças e motivação conjunta de *populatio patriae* e *restauratio ecclesiae*, que eram os vetores básicos da colonização cristã peninsular após a conquista do território, criaram estruturas, mais ou menos estáveis, que permitiram a fixação da população cristã e a manutenção dos espaços anexados, quer através da guerra, quer através da pressão política de cunho militar.

Os cristãos ao se expandirem sobre os territórios muçulmanos segundo observa Garcia de Cortázar:

“Heredan en los mismos una organización muy específica, que, casi siempre, con rapidez, tratan de modificar para ajustarla, tanto desde el punto de vista físico (poblamiento; paisagen), como social (régimen de propiedad; régimen de explotación), administrativo (eclesiástico; civil) a nuevas pautas, cuya cristalización, variable en coherencia interna según cada espacio, será apreciable, por ello mismo, en fechas diversas.” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 198, 40)

Não há dúvida de que os tons religiosos aparecem muito cedo no processo e a negação incisiva dessa motivação, que Garcia de Cortázar faz acabar por retirar da análise uma de suas dimensões mais profundas. Entendida como uma guerra necessária para a salvação do reino, sua identificação precoce com a Igreja consagrou o governante asturleonês como um guerreiro de cristo na tarefa da defesa e restauração. (REDONDO JARILLO, 2008)

Esse tom religioso tendeu a ser mais carregado com o avanço do processo e com o próprio desenrolar das conjunturas políticas e religiosas europeias. A recuperação do reino e a restauração da Igreja foram fenômenos que desde o século XI estiveram intimamente associados. (GONZALEZ GIMENEZ, 2003). Íntimos, relacionados, mas não idênticos. Essa observação

cabe, na medida em que, a sinonímia entre os termos reconquista e cruzada foi não poucas vezes utilizada.

Recentemente, Joseph O'Callaghan (2002) insistiu na importância da atuação do Papado, através das bulas de cruzada, para a consecução dos planos de guerra dos reis ibéricos. Assim, acabou por associar muito as duas noções, entendendo que o papado teria transformado a reconquista em uma cruzada. Da mesma forma, os reis e a população teriam abraçado a ideologia de cruzada como a justificativa fundamental para sua participação na guerra. O ideal de cruzada foi um dos elementos, importante sem dúvida, que influenciaram sobre a ideia e a realidade da reconquista, mas um elemento que em si mesmo não era necessário para justificar a guerra contra os muçulmanos que se travava na Península Ibérica. (GONZALEZ GIMENEZ, 2003)

Ayala Maritnez, apesar de defender que o caráter político territorial é preponderante, vê a reconquista como um tipo de cruzada. Entende que uma cruzada é, antes de tudo, um rearme ideológico derivado do reformismo gregoriano que tem por objetivo restaurar os direitos da Igreja e que sua lógica se impôs à Península Ibérica muito prontamente:

A los reyes españoles se les planteaba un importante reto políticoideológico: o bien mantener su tradicional perspectiva reconquistadora en la que habían fundamentado la legitimación de su propio ejercicio del poder, y hacerlo en competencia desigual con la noción de reconquista pontificia que les privaba de protagonismo político, o bien asumir esta última perspectiva con la audaz pretensión de hispanizarla desactivando en ella la carga competitiva de avasallador poder pontificio que inevitablemente llevaba consigo y convirtiéndola en un renovado y poderoso fundamento legitimador. (AYALA MARTÍNEZ, 2008, 28)

O entendimento de ser a reconquista uma cruzada, mesmo “hispanizada” e a cargo dos reis, retira boa parte de seu conteúdo político, fundamental como chave de entendimento do processo. O protagonismo dos reis, inserido nessa proposta, parece mesmo, descaracterizar a própria noção de cruzada, da qual o papado se afirma frequentemente como condutor e dirigente.

Sem dúvida, é possível comparar reconquista com cruzada, muitos de seus elementos convergem. Contudo, as conquistas do século XI, mesmo no seu quarto final, definitivamente não foram imbuídas do espírito cruzado e, mesmo logo após, quando o ideal de cruzada penetra

em solo ibérico, as conquistas não são efetivadas do ponto de vista de Roma, mas sim a partir do ideal de recuperação do reino visigótico. A auto intitulação de Alfonso VI como o imperador das três religiões parece desafiar esse entendimento. (MARTÍN, 1996)

Derek Lomax (1984) também rejeita a ideia de reconquista como cruzada. Acredita que a noção de cruzada, que se desenvolve a partir do século XI e dá uma personalidade jurídica aos seus membros, coopera com a reconquista, mas que não se confunde com ela, posição assumida também por Bernard Reilly (1992).

Assim, quando o ideal de cruzada se desenvolve o de reconquista já está caminhando para a sua maturidade. O primeiro se soma ao segundo, se sobrepõe até em alguns momentos, principalmente no nível do discurso, mas não se confundem no cotidiano da dinâmica social. O encontro dos dois foi frutífero em termos de arcabouço ideológico legitimador das pretensões ibéricas cristãs.

A reconquista como ideologia e como projeto foi algo concreto, pelo menos desde o século IX e do reinado de Alfonso III de Astúrias. O resgate da herança visigoda permitiu não só a construção da ideia, pois dotou o processo de sentido, mas também permitiu também que fosse uma ideologia para ser posta em prática. Os ideais cruzadísticos foram ao encontro do processo que se desenrolava na Península e permitiram dar maior coerência ao conflito, ao mesmo tempo em que, permitiram uma maior aproximação dos ibéricos com a Cristandade latina.

Conjuga-se, então, um projeto coerente e bem articulado política e ideologicamente, com a habilidade de seus promotores em renovar e atualizar permanentemente seu sentido. Essa conjunção talvez explique como um processo tão complexo e tão penoso conseguiu manter, por tantos séculos, o animo no engajamento sociedades inteiras, ou seja, conseguiu manter por tanto tempo tantas pessoas mobilizadas pelo mesmo objetivo.

Com esse texto não pretendi dar conta do conceito de reconquista, mais de uma vez insisti ser ele um termo polissêmico. Assim, e mesmo com muita audácia, não acreditaria que seria capaz de dar conta do amplo debate historiográfico e de todas as suas variantes, nem de

incluir em tão breve espaço todas as discussões pertinentes e associadas. Procurei dar conta de algumas discussões referentes ao termo, defendendo, sem dúvida, alguns posicionamentos que me parecem mais coerentes e operacionais.

Referências:

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, “Reconquista, cruzada y órdenes militares”, *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, BUCEMA*, Hors série n° 2, 2008
- BARBERO, A. y VIGIL, M. *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974.
- BENITO RUANO, E y FERNANDEZ COONDE, F. *Historia de las Asturias*. Vitoria: Ayalga Ediciones, 1979.
- BESGA MARROQUÍN, Armando. *Orígenes hispano godos del reino de Asturias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000.
- CASTILLO, A. del y MONTENEGRO, J. “De nuevo sobre don Pelayo y los orígenes de la Reconquista”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H. Antigua*, t. 8, 1995, pp. 507-520.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA (22ª ed.). Real academia española/ espasa-calpe, 2001.
- FLETCHER, R. A., “Reconquest and Crusade in Spain c. 1050-1150.”, *Transactions of the Royal Historical Society*, Fifth Series, Vol. 37 (1987), pp. 31-47
- GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España. La época medieval*. Madrid: Alianza, 1992.
- _____ *Organización Social del Espacio en la corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985.
- GAUTIER DALCHE, Jean. *Historia urbana de León y Castilla em la Edad Media*. Madrid: siglo XXI, 1979.
- GARCIA DE VALDEAVELLANO, L. *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval*. Barcelona: Crítica, 2000
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”. *Actas de la XIII Semana de Estudios Medievales de Nájera*. Nájera: Institutos de Estudios Riojanos, 2003, pp. 247-267.
- LOMAX, Derek. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984
- MAÍLLO SALGADO, Felipe. “La guerra santa según el derecho maliki. Su preceptiva. Su fluencia en el derecho de las Comunidades cristianas del medievo hispano”, *Studia Historica, Historia Medieval* Vol. I, N.º 2. 1983, pp. 29-66.

- MARTÍN, José-Luis. “Reconquista y Cruzada”, *Studia Zamorensia*, X, Nº. 3, 1996, págs. 215-241
- MENENDEZ PIDAL, R. *El imperio hispánico y los cinco reinos dos épocas en la estructura política de España*. Madrid: Instituto de Estudios políticos, 1950.
- MÍNGUEZ, J. Maria. *La Reconquista*. Madrid : Alba Libros, 2005.
- _____ “En torno a la génesis de las sociedades Peninsulares altomedievales. Reflexiones y nuevas propuestas” . *Studia, Historica, Historia Medieval*, 22, 2004, pp. 169-188.
- O'CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.
- POWERS, James f., “The origins and development of municipal military service in the leonese and castilian Reconquest, 800-1250”, *Traditio*, Vol. 26 (1970), pp. 91-111.
- PÉREZ DE TUDELA VELASCO, María Isabel, “La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia em la Espãna Medieval”, *En la España Medieval* 2007, vol. 30, pp. 7-25.
- PROCTER, Evelyn. *Curias y cortes en Castilla y León. 1072-1295*. Madrid: Cátedra, 1998.
- REDONDO JARILLO, M^a Cristina, “La confección de la figura del Rey guerrero en las crónicas Asturleonesas (siglos VIII-XII).”, *Miscelánea Medieval Murciana*, 2008, XXXII; pp. 131-141.
- RECUERO ASTRAY, Manuel José. *Orígenes de la Reconquista en el Occidente peninsular*. La Coruña: Universidad da Coruña, 1996.
- REILLY. Bernard. *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema, 1992.
- RIOS SALOMA, Martín. “De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX)”, *En la España Medieval*, 2005, 28, pp. 379-414.
- RUCQUOI, Adeline, *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa 1995.
- TULIANI, M. “La idea de Reconquista en un manuscrito de la *Crónica General* de Alfonso X El Sabio”, *Studia Historica, Historia Medieval*, 12, 1994, pp. 3-23.
- VALDEON, J. y SALRACH, J. y ZABALO, J. *Feudalismo e Consolidación de los pueblos hispánicos*. Barcelona: Labor, 1984.

A CAVALARIA NA IDADE MÉDIA – ENTRE A GUERRA E A CIVILIZAÇÃO

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior**

I. INTRODUÇÃO

Selai os cavalos, montai, cavaleiros, e apresentai-vos com elmos; poli as lanças, vesti-vos de couraças. (Jeremias: 46,4)

Conceituar o fenômeno da cavalaria como marco divisor de águas dentro do fazer bélico do Homem ao longo da História. Desde Kadesh até as derradeiras cargas de cavalaria na Segunda Guerra Mundial, o guerreiro montado via no cavalo quase que o prolongamento, a continuação quase que física de seu mister com a lança, o arco e flecha e o sabre.¹² No caso deste estudo, penetrando no imaginário do homem ocidental há séculos, o combatente a cavalo, armado e preparado para a batalha, associa-se indubitavelmente à época medieval, em que toda uma cultura foi plasmada ao redor de um arquétipo civilizacional, um modelo a ser seguido pelos jovens nobres de então, o *miles christianus*. Será a Literatura de então, talvez, o mais importante meio de difusão dessa nova visão de mundo, de estamentos sociais que se vêem representados em romances de aventuras, nos quais os cavaleiros incorporam os valores comportamentais desejados. Desvios às normas, contudo, são passíveis de punição, humana e divina.

Devido à limitação espacial deste artigo restringir-nos-emos apenas a um estudo de caso, a saber, a obra do trovador “alemão”¹³ Hartmann von Aue **Der arme Heinrich** (O pobre Henrique), em que serão analisadas as virtudes cavaleirescas em consonância com os códigos de conduta vigentes, centrados na leitura eclesiástica de ordenamento do mundo conforme a

* Professor Associado do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da UFRJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ. E-mail: alvabrag@letras.ufrj.br

¹² Para um estudo introdutório sobre a utilização do cavalo durante as épocas históricas cf. BRAGANÇA JÚNIOR (2008) – inédito.

¹³ - Não se pode falar de Alemanha à época em questão, razão pela qual colocamos o adjetivo entre aspas.

voluntati Dei, isto é, a vontade de Deus. No texto em questão, o valor das armas submete-se ao valor espiritual.

Todavia, antes de adentrarmos ao mundo medieval, percorramos a galope alguns caminhos do desenvolvimento da cavalaria até então.

II. UM BREVÍSSIMO PERCURSO HISTÓRICO ATÉ O MEDIEVO

Tem-se notícia da utilização da cavalaria desde os tempos antigos.¹⁴ Já por volta de 2000 a.C. evidencia-se o uso da combinação homem e cavalo nas batalhas. Os egípcios, juntamente com os hititas, atrelaram o animal a um carro (figura 1), configurando então uma poderosa arma de ataque contra as linhas adversárias. A batalha de Kadesh talvez tenha representado então o momento histórico mais importante neste sentido.



Fig. 1 - Carro de guerra egípcio

In: http://escolabiblicadiaria.blogspot.com/2010_06_01_archive.html, acesso em 24/10/2011

Assírios e gregos também possuíam unidades de cavalaria, contudo foram os romanos, que, no ano 14 sob Augusto, organizou os membros da *ordo equestris* como classe militar, variando entre 300 e 1000 homens associados a cada legião. (fig. 2) Missões de reconhecimento e

¹⁴ Não analisaremos exaustivamente a origem da cavalaria na Antiguidade devido ao exíguo espaço para este artigo. Utilizamos, para tanto, as informações, de cunho meramente informativo constantes em <http://www.decavalaria.com>

perseguição lhe eram adjudicadas, no início, e apenas posteriormente foram utilizadas em combate.



Fig. 2 - Cavalaria romana

In: http://www.ecomodelismo.com/GFM_ver.php?numPagina=13&verFamiliaID=68&verCategoriaID=7, acesso em 24/10/2011

Com as vitórias romanas, cavaleiros provenientes de regiões subjugadas como a Numídia começaram a adentrar as fileiras das tropas imperiais, sendo os sármatas, oriundos da Ásia Ocidental e Europa Oriental, reputados como excelentes guerreiros a cavalo, sabendo manejar com precisão arco e flecha durante o galope. Guarnições de cavalaria sármatas estiveram estacionadas, inclusive, em território da atual Grã-Bretanha. (fig. 3)¹⁵



Fig. 3 - Cavaleiro sármatas

In: <http://sarmatas.blogspot.com/2010/08/sarmatas-sociedade-guerra-e-arte.html>, acesso em 24/10/2011

¹⁵ No caso em questão, discute-se sobre a possibilidade de um líder da cavalaria sármatas na Britania de então ter sido o ponto de partida para o surgimento da lenda do mítico rei Arthur.

Integrados às tropas auxiliares, os esquadrões de cavalaria do Tardoimpério foram impotentes diante dos povos germânicos que transpuseram definitivamente as fronteiras do *limes* no século V, contudo foram decisivos para a gênese de um novo tipo de *miles* que, de certa maneira, viria a definir os contornos da nova época, a Idade Média.

III. A CAVALARIA NA ALTA IDADE MÉDIA – ALGUMAS PALAVRAS

Entre os séculos V e VII assiste-se nas monarquias germânicas ao estabelecimento de laços mais sólidos entre os proprietários de cavalos, que se tornaram guerreiros destacados, e os seus líderes, em um tipo de aliança sobre a qual posteriormente se assentará a base do modelo feudal. A partir do século VIII, com a preponderância do reino franco dentro do mundo germânico continental principalmente após a sacração de Carlos Magno como seu soberano, os *socii* (companheiros) de lutas do rei e futuro imperador cristão adquirem um prestígio que lhes permite definir um padrão linhagístico que os faz sobressair ainda mais dentro do sistema social do alto medievo. Encarregados da guarda e defesa dos territórios régios, condes, viscondes, margraves e landgraves constituem um grupo especial, a cujos filhos caberá um papel fundamental no centro e baixo medievo – consolidar um novo modelo de guerreiro, montado, viril, porém com propósitos cristianizadores, tal como se pode depreender da fig. 4.



Figura 4 - Cavaleiro medieval

In: <http://rpgathenaeum.wordpress.com/2009/11/27/chivalry-doesnt-have-to-be-dead-use-knightly-orders-in-your-game/>, acesso em 24/10/2011.

Vê-se um vistoso cavaleiro, acompanhado de seu palafrém e em posição de subserviência a um senhor ou dama. A partir do século XI, como forma de disciplinar os jovens filhos de nobres, a Igreja moldou o perfil ideal destes, procurando aliar a força e o ardor guerreiros a um comportamento exemplar que espelhasse os *modi cogitandi et agendi* desejados. (COSTA, 1998).¹⁶

A melhor simbiose para os desígnios eclesiásticos talvez possa ser encontrada na criação das ordens de cavalaria, nas quais os *milites christiani* lutavam pelo Deus cristão contra os muçulmanos.¹⁷ Torneios e justas¹⁸ serviam para demonstração de destreza e perícia no manejo das armas (fig. 5), ao mesmo tempo em que nas cortes se implantava um novo conceito cultural, advindo da Literatura e bastante útil à Igreja, qual seja, o amor cortes.¹⁹



Fig. 5 - Cavaleiros medievais

In: <http://merryfarmer.wordpress.com/2011/10/24/medieval-monday-reasons-why-the-14th-century-sucked-part-one/>, acesso em 24/10/2011.

¹⁶ Como tentativas primeiras de frear o ímpeto guerreiro dos jovens, ainda não integrados a sua proposta ideológica, a Igreja criou os conceitos de Paz de Deus, em que monges, padres e freiras não poderiam ser atingidos ou ameaçados durante as operações militares. Depois, a proteção é ampliada para pastores, crianças, mercadores e peregrinos, incluindo também as igrejas e as pessoas que a elas se dirigiam aos domingos. A Trégua de Deus, estabelecida no século XI, proibia lutas aos domingos e do anoitecer de quarta ao amanhecer de segunda.

¹⁷ Hospitalários (fundados em 1080), Templários (1118) e Cavaleiros Teutônicos (1190) são três dentre as principais ordens de cavalaria, que surgiram a partir de fins do século XI e término do século seguinte e que mais se destacaram em proezas bélicas. Cf. a respeito DEMURGER (2002).

¹⁸ Justa - combate singular que era feito entre dois contendores, a cavalo e com lança, para justificar o direito de algum deles (*ordalia* ou juízo de Deus). Daí vem o nome *justa*, que logo se estendeu aos jogos e exercícios de cavalaria.

¹⁹ A bibliografia sobre o amor cortes é imensa e não cabem aqui discussões acerca do conceito em suas inúmeras manifestações literárias e artísticas.

Nos limites territoriais do Sacro Império, entre os séculos XII e XIII vigiu o código cavaleiresco dentro do universo dos romances de aventuras e da própria produção lírica dos *Minnesänger*, os trovadores de língua alemã. Se aceitamos as idéias de Elias (2003, p.65-85) acerca de um “processo civilizador” no tocante ao *fin amour*²⁰, encontramos nos textos literários um dos meios mais apropriados de difusão. A conquista de fama e honra, as façanhas realizadas a cavalo tornam-se indissociavelmente ligadas a corte a uma dama. Fundem-se no plano literário as pretensões de ascensão social dos jovens secundogênitos e a voz do trovador assume a postura de documento historiográfico. Hartmann von Aue tematiza o momento histórico do combate singular pela conquista amorosa.

IV. O CAVALEIRO EM *DER ARME HEINRICH* – EM LUTA PELA VIDA

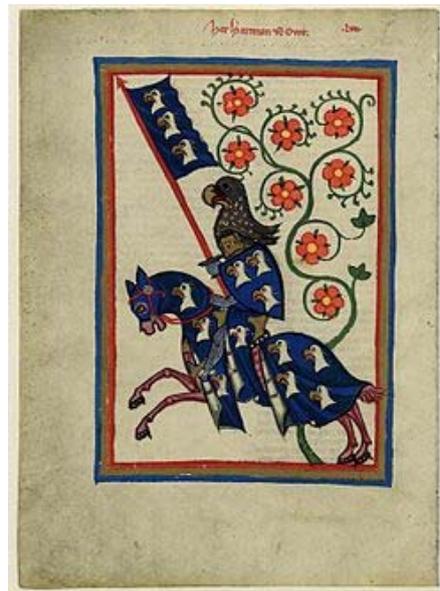


Fig. 6 - Hartmann von Aue (1160-70 - 1210-20)

In: http://en.wikipedia.org/wiki/Hartmann_von_Aue, acesso em 24/10/2011.

Os romances de cavalaria em médio-alto-alemão, a partir da segunda metade do século XII até o terceiro quarto da centúria posterior, são portadores de um estilo de pensar e de

²⁰ No caso do Sacro Império, a bibliografia em alemão acerca do tema é considerável. Em língua português remetemo-nos, concisamente, a BRAGANÇA JÚNIOR (2001).

viver condizentes com a influência de motivos provençais, no que tange à lírica de amor – *Minnesang* - e do Norte da França, cujos tópicos centrais tratam da representação da nobreza em aventuras. Nesse corte cronológico e temático insere-se a obra de Hartmann von Aue, *Der arme Heinrich*, que reúne em nosso ver os dois pilares básicos do edifício medieval, quais sejam, as honras na terra granjeadas pelos guerreiros e a benção divina, que reconduz o homem desviado da Verdade ao seio da sociedade cristã. Tal obra, cremos, é plenamente significativa no tocante ao fazer estético nas cortes do Sacro Império através da análise interacional entre os dois tipos de discursos que pautam a visão geral sobre a época estudada: o texto literário e as fontes historiográficas.

O material lexical constante no texto do século XII é, em nosso entender, portador dos valores culturais da sociedade medieval em terras germânicas. Uma abordagem culturalista, segundo uma visão de Chartier (1989), permite a tomada da obra de Hartmann como fonte de conhecimento e pesquisa sobre a ambiência senhorial das cortes e a representação “ideal” de uma sociedade, cujo estamento intelectual, em mãos da Igreja, tencionava pautar a vida social consoante sua interpretação das Sagradas Escrituras, em que o caminho para a salvação humana se encontra nas mãos da onipotência e magnanimidade divinas. O saber humano reduz-se diante da sabedoria de Deus. Unem-se o cavaleiro arrependido e a donzela piedosa através da misericórdia divina. Por isso, alcançou-se a evidência da interrelação entre aquilo que a História, de forma microhistórica, fornece ao estudioso sobre o *modus cogitandi* de fundamentação eclesiástica no baixo medievo e como a Literatura se serve da matéria social para referendar este modelo.

A descrição da vida de Heinrich, com seus hábitos e costumes caval(h)eirescos, afasta-se gradualmente das atitudes idealizadas de um membro da *ordo equestris*, cuja idealização, em um plano literário, deveria retratar a concepção de mundo da nobreza feudal e os valores imbuídos em sua visão social.

Aos conceitos fundamentais do código dos *Ritter*, *treue* (fidelidade), *staete* (constância), *zuht* (disciplina), *diu mâze* (a devida medida), *hôher muot* (coração forte e elevados ideais), *milte* (generosidade), *êre* (honra) e principalmente *gotes hulde* (misericórdia de Deus) associa-se a *minne* (amor cortes), porém em *Der arme Heinrich* a dama não pertence à nobreza, mas sim ao campesinato, razão pela qual de idealização artificial – *minne* – passa-se ao *liebe* – ao amor verdadeiro, cuja quase martirização da personagem feminina e resolução de Heinrich em não aceitá-la poderiam ser interpretadas como um dos pontos culminantes da obra.

O retrato inicial do protagonista coincide com a visão idealizada do *miles christianus*, modelo do cavaleiro perfeito advogado pela Igreja:

*Seu coração tinha abjurado
toda falsidade e torpeza
e também mantinha-se firme no juramento
com **constância**²¹²² até seu fim.
Sem nenhuma reprovação
eram sua honra e sua vida.
A ele foi dada toda a plenitude
das honras deste mundo.
Ele bem as podia multiplicar
Com as mãos da pura virtude. (v.49-58)
(...)
Ele era o **refúgio dos necessitados**²³,
um escudo para seus parentes,
uma balança equilibrada da benevolência:
A ele era **desconhecido** qualquer **excesso** ou **escassez**²⁴.
Ele carregava o cansativo fardo
da honra sobre as costas²⁵.*

***Ele era a ponte do conselho
e cantava muito bem o canto do amor.
Assim ele podia ganhar
o louvor e o apreço do mundo:
ele era cortesmente educado e também sábio. (v. 63-73)***

Entretanto, as honras do mundo o conduziram à escolha entre dois caminhos. Instaura-se o *zwîfel*, a dúvida: como *got unde werlt gevallen*, como agradar a Deus e ao mundo? Henrique, ao se afastar de Deus, ou seja, ao quebrar o primeiro dos três pilares de sustentação de sua imagem,

²¹ Grifos nossos.

²² *staete*

²³ *milte*

²⁴ *diu mâze*

²⁵ *êre*

a saber: Deus, o Rei e a Mulher (dama), não poderia mais encontrar lugar dentro dessa ordem rígida de leis e códigos comportamentais. Além disso, é acometido por uma grave doença, fator que faz com que ele viva isolado de seus antigos companheiros.

Neste momento, o então orgulhoso cavaleiro transforma-se no pobre homem acometido pela lepra. A entrega aos prazeres terrenos incorre no castigo divino, pois “Cavaleiro que tem fé e não usa de fé e é contrário àqueles que mantêm a fé é como entendimento de homem a quem Deus tem dado a razão e usa de desrazão e de ignorância.” (Llull, 2000, p.23). A desrazão e a *stultitia* ocasionaram a ruína moral e física do cavaleiro, abandonado pelo grupo social e que se refugia em uma pequena propriedade, entregando-se aos cuidados do administrador e sua família. Surge a figura feminina, a filha do serviçal, de oito anos, porém com atitudes de *frouwe*:²⁶

*Seu comportamento era
assim corretamente bondoso.
Não queria nunca de seu senhor
fugir um só pé.
Para o seu bem estar e saudação
ela o servia sempre
com o seu agradável cuidado.
Ela também era tão amável,
que, de tão lindo porte,
pareceria como filha
do imperador. (v. 303-313)*

O papel destinado, em linhas gerais, à mulher no mundo medieval ocidental em terras germanófonas é bem similar àquele presente em outras regiões do sul da Europa. Decantada em poemas, as mulheres, as de estirpe nobre, na verdade, prestavam-se especialmente a partir da difusão do casamento regulamentado pela Igreja à progeneritura e à educação dos futuros varões. Tal organização da vida feminina era útil para os eclesiásticos e agradava aos nobres, que com a leitura e divulgação das histórias heróicas de cavaleiros e suas façanhas, satisfaziam seu gosto literário pela utilização de seu *modus vivendi* como ideal arquetípico a ser imitado e alcançado pelas gerações posteriores.

²⁶ Termo em médio-alto-alemão que significa “dama”.

A menina, passados três anos, dedicava-se totalmente ao seu senhor, dele não se afastando, como conviria ao ideal feudo-vassálico:

*Por seu lado ela corria toda a hora
em sua direção e nunca para outro lugar.
Ela estava sempre a postos.
Ela dirigira seu coração
com bondade puramente infantil
para seu senhor,
de forma que sempre era encontrada
aos pés do senhor.
Com doce aplicação
atendia ao seu senhor. (v. 317-326)*

Todavia, a personagem feminina, de ascendência camponesa, através da consciência de seu lugar dentro da sociedade medieval e de seu ato de quase martírio, transforma-se em um plano simbólico na dama nobre. Seu enobrecimento deriva de sua resignação moral e do reconhecimento de seu papel numa sociedade senhorial masculina. Sua beleza física é justificada pela sua perfeição de caráter.

O modelo para o comportamento feminino associava-se à figura de Maria. Se a mãe de Deus sacrificaria sua vida pelo Filho, corresponderia à camponesa dar a vida pelo seu senhor. Ao saber, que Henrique, após uma visita aos médicos de Salerno, fora informado que apenas o sacrifício de uma donzela poderia devolver-lhe a saúde perdida, a jovem sem nome resolve que “vivesse ela o dia seguinte, ela explicitamente sua vida gostaria de entregar pelo seu senhor”. (v. 523-525) Além do mais, como uma intelectual medieval, procura convencer os pais ao apelar para razões práticas e econômicas:

*Vós tendes fama e posses:
ou seja, a afeição de meu senhor,
pois ele nunca vos magoou
e também nunca vos reduziu os bens.
A vontade dele dever viver
é para o vosso interesse.
Mas deixemo-lo morrer
e nós nos arruinaremos.
Isso eu quero poupar a nós
com bela sabedoria,
para que nós todos estejamos curados. (v. 614-624)*

Nos versos 690 a 735 lemos uma verdadeira profissão de fé a favor da fuga do mundo e das implicações nefastas em nele viver, como se escrito por Bernardo de Clairvaux ou outro prócere da cultura eclesiástica. Consoante o modelo para ela delineado, a jovem prefere seguir a eternidade, pois “Nossa vida e nossa juventude / são um nevoeiro e uma nuvem de pó; / nossa solidez treme como uma folha. / É um infeliz insensato / aquele que recolhe fumaça, / seja mulher ou homem, / aquele que não pode bem refletir sobre isso / e segue o mundo.” (v.728-735) Nessas palavras em voz feminina e construído por um homem percebem-se claramente as concepções de um discurso de gênero.

Henrique e a jovem partem então para Salerno, a fim de procederem à operação. Em uma conversa preliminar com a donzela, (v. 1084-1111), o cirurgião lhe diz que retiraria seu coração para ser transplantado no corpo do cavaleiro. Apesar da absoluta segurança na resposta afirmativa da moça em cumprir sua decisão, o pobre Henrique, ao ouvir as sérias advertências do médico e observar a jovem de 11 anos, despida, reflete consigo próprio:

*“Tu tens um pensamento tolo,
de que tu sem o consentimento deste
desejas viver um único dia,
contra o que todos são impotentes.
Tu também não sabes bem, o que tu fazes,
já que tu tens certamente que morrer,
que tu esta vida vergonhosa,
que Deus te deu,
não a carregas de boa vontade
e também sobre isso tu não sabes,
se a morte da criança te salvará.
Aquilo que Deus a ti imputou,
deixe tudo acontecer.
Eu não quero ver a morte da criança.”* (v. 1251-1264)

Interrompido o início da cirurgia, desamarrada a donzela e pago o médico, a menina brada aos céus como uma germana pagã: “ela bateu em seus seios, / ela se puxou e arrancou-se, / seus brados eram tão plangentes, / que ninguém poderia vê-la / sem que não ocorresse chorar.” (v.1298-1302) Resignado com o seu destino, Henrique parte de volta à propriedade. O cavaleiro atuara; a donzela agira. Agora interviria Deus. Sobre a égide da Teologia assentava-se a base

ideal do edifício do medievo. A Igreja Romana, responsável pelos *clerici*, cujo sinônimo corrente era *litterati*, procurava moldar os padrões de vida desejados conforme sua interpretação dos textos bíblicos. A cultura das cortes feudais, cujo florescimento podemos datar a partir do século XII, trouxe, porém elementos novos, que serviram de ponto de partida para a formação de um novo tipo de representação cultural, palaciana e cavaleiresca, e um novo tipo de letrado. O próprio autor, ao iniciar seu romance *Der arme Heinrich*, nos diz que “um cavaleiro era tão instruído, / que ele nos livros lia, / tudo aquilo que ele lá encontrava escrito.” (v. 01-03) e prossegue, incluindo seu propósito enquanto escritor:

*Muito ele olhava
nos mais diferentes livros,
e lá começou a procurar,
se encontraria algo, com o que ele pesadas horas
pudesse tornar mais leves,
e tratava de tais coisas,
de forma que servia a honra de Deus,
e com isso ele poderia
tornar-se agradável aos homens.* (v. 06-14)

“Servir a honra de Deus” e “tornar-se agradável aos homens”, eis aqui a junção de objetivos da obra. Portanto, após os descaminhos que quase o levaram à morte, a intercessão divina o reconduziria à vida plena de graças e à felicidade terrena:

*então o sagrado Cristo mostrou,
o quanto lhe são caras a fidelidade e a compaixão,
e libertou a ambos
de todo o sofrimento
e o fez imediatamente
puro e completamente saudável.* (v. 1382-1387)

A fidelidade, *triuwe*, e a compaixão, *bärmde*, indicam a fusão de qualidades comportamentais ideais para o membro da classe dos *bellatores*: sua vida deveria pautar-se por códigos de respeito ao seu suserano, à dama por ele escolhida para servir e a Deus. A recompensa por sua conversão interna foi a salvação de seu corpo e, por extensão, a da sua alma.

Todavia, como agir com a jovem donzela, que se arriscara a morrer para lhe doar a vida? A necessidade de decidir o seu destino junto à moça impele-o a convocar um conselho, *rât*, comum ao senhor, que precisa da orientação de seus parentes e vassalos:

*A vós todos senhores é bem conhecido,
que eu através desta bondosa donzela
tenho novamente minha saúde,
donzela essa que vós aqui vedes estar ao meu lado.
Agora ela está livre de nascimento, como eu sou;
Então todo meu entendimento me aconselha,
que eu a tome por mulher. (v. 1508-1514)*

A justificação do casamento passa para o cavaleiro pela observância da linhagem. Com sua postura madura e consciente, a jovem sem nome adquire a legitimação para poder ser unida matrimonialmente ao seu senhor. O fato “real” serve de *referendum* ao enlace de almas, o que agradaria à sociedade e ao Senhor, como reconhece Henrique: “pois eu honra e vida / a ela sou devedor. / Pela benevolência de nosso Senhor / Quero a todos vós pedir, / que vós concordais.” (v. 1519-1523).

A jovem serviçal enobrecera o cavaleiro desviado de sua classe, do mesmo modo que a filha de um senhor feudal permitia a seu cavaleiro escolhido e futuro marido a ascensão social desejada, tirando-o de um séqüito e “dotando-o” de prestígio e de terras.

A descrição da vida de Henrique, com seus hábitos e costumes caval(h)eiros, afasta-se gradualmente das atitudes idealizadas de um membro da *ordo equestris*, cuja elaboração, em um plano literário, deveria retratar a concepção de mundo da nobreza feudal e os valores imbuídos em sua visão social.

Aos conceitos fundamentais do código dos *Ritter*, a *triuwe* (fidelidade), a *staete* (constância) e a *zuht* (disciplina) associa-se à *minne* (amor cortes), porém em *Der arme Heinrich* a dama não pertence à nobreza, mas sim ao campesinato, razão pela qual de idealização artificial – *minne* – passa-se ao *liebe* por gratidão – ao amor verdadeiro, cuja quase martirização da personagem feminina e resolução de Henrique em não aceitá-la poderiam ser interpretadas como

um dos pontos culminantes da obra, que centra na misericórdia divina o sustentáculo para a salvação do protagonista e para o desenlace conciliador.

A redenção do cavaleiro salvo pelo amor, pela sua própria abnegação e por sua conversão interior conformariam o tecido por excelência medieval de fundamentação cristã, referendando por fim uma ordem social, na qual a nobreza feudal, ao reunir para si atributos oriundos de um passado franco e adaptando-os à mentalidade cristã vigente no século XII, concretizava e justificava no plano estético seu *status* no universo da *Hohes Mittelalter*. Deste modo, o esquema do mundo cavaleiresco em *Der arme Heinrich* apresenta, no final do poema, a simbiose entre os valores humanos e divinos, no que estes últimos funcionam como ápice de sua vida terrena.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do século XIV, as condições no campo de batalha modificaram-se em detrimento das cargas de cavalaria. Exércitos de cavaleiros poderiam ser derrotados através do emprego ordenado de arqueiros e besteiros, ou pelo uso eficiente de piques. Com o advento das armas de fogo, contudo, parecia que o destino da montaria e do cavaleiro estaria indelevelmente traçado ao fim. Contudo, seja ainda como tração animal, tropa de exploração ou de patrulhamento, a cavalaria mecanizada mantém em seu espírito os laços que a une ao seu passado. Mesmo no século XX, os *Rittmeister*²⁷ alemães e seus oponentes aliados enfrentavam-se em “justas” aéreas, demonstrando respeito e honra pelo adversário abatido.

Com este quadro dos dois primeiros decênios do século XX encontramos ainda vivo o espírito do personagem literário de Hartmann von Aue, um cavaleiro que da honra desceu à degradação e quase à morte, salvo porém pela atitude decidida de uma jovem donzela. Ao reconhecer suas culpas e o sacrifício inútil da jovem, ele é perdoado por Deus e com ele se reconcilia.

²⁷ Termo em alemão que poderia ser traduzido por “mestre-cavaleiro” e em uso durante a Primeira Guerra Mundial para designar os jovens oficiais da cavalaria. Muitos destes, ao perceberem o sacrifício em vão na Guerra de Trincheiras, escolheram adentrar o recém criado Corpo de Aviação do Exército Alemão.

Este modelo de guerreiro é atemporal, pois embora cronologicamente datado de fins do século XII, incorpora em si os valores do guerreiro a cavalo, pois do mesmo modo que no campo do amor, para o cavalariano,

Cavalaria, Cavalaria,
Tu és na guerra a nossa estrela guia.²⁸

DOCUMENTAÇÃO

AUE, Hartmann von. **O pobre Henrique**. Tradução de Álvaro Alfredo Bragança Júnior. In: www.brathair.com, acesso em 22.06.2008.

Referências Bibliográficas:

- BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **Do cavaleiro ao cavalheiro: por uma introdução à história da cavalaria no Ocidente desde a Antigüidade até o século XX**. (inédito)
- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O cavaleiro, a dama e Deus em *Der arme Heinrich* de Hartmann von Aue: ideal de uma sociedade na Baixa Idade Média. In: LEÃO, Ângela Vaz. (Org.). **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**. Belo Horizonte : PUC Minas, 2001. v. 1. p. 189-196.
- BURMAN, Edward. **Templários: os cavaleiros de Deus**. Tradução de Paula Rosas. 4. edição. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1997.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1987.
- COSTA, Ricardo da. **A guerra na Idade Média**. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.
- DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo – templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2ª ed.. Lisboa: Estampa, 1994.

²⁸ Retirado da *Canção da Cavalaria* do Exército Brasileiro.

- _____. **A sociedade cavaleiresca**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Guilherme, o marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- _____. **Guerreiros e camponeses**. Tradução de Elisa Pinto Ferreira. 2ª ed.. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. **O Domingo de Bouvines**. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2033. V.2.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel – o passo das águas mortas**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- FILHO, Cyro Rezende. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LLULL, Ramon. **O livro da ordem da cavalaria**. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, 2000.
- MILITZER, Klaus. **O papel da ordem dos Cavaleiros Teutônicos na história alemã e européia**. Tradução de Rita Dolores Wolf. In: *Humanitas* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFCH, 1998. V.1.
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. **Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur**. Cotia: ÍBIS, 1995.
- PASTOUREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PRESTAGE, Edgar. **A cavalaria medieval**. Porto: Civilização, / s.d./
- SILVA, Victor Deodato da. **Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1990.

SITOGRAFIA

<http://www.decavalaria.com>

DE ROMA PARA O MEDIEVO, A IDEIA DE "GUERRA JUSTA"

*Manuel Rolph De Viveiros Cabeceiras**

Entre o *ius bellum* romano e o *jus bellum* medieval, desdobrado este no direito internacional moderno em *jus ad bellum* e *jus in bello*²⁹, mais que um desenvolvimento, há uma ruptura ressignificativa, na qual a ideia tomada dos romanos, apropriada, pode-se dizer, é transubstanciada. Neste sentido há uma romanidade na ideia "originária" de "guerra justa" ou *ius belli* (*jus ad bellum*), "direito de guerra"³⁰. Tais expressões, na amplitude de sua acepção, são intraduzíveis para outro idioma antigo, mesmo o grego, posto ser tal noção tributária de uma mentalidade e valores propriamente romanos, como pretendemos demonstrar.

Costuma-se identificar como marco inaugural do Direito Internacional hodierno os tratados de Westfália (1648), os quais puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, e afirmação da ideia de soberania no âmbito dos Estados-nação modernos e o reconhecimento desta ideia como atributo de tais Estados, que se reconhecem mutuamente assim, em um determinado sistema internacional: reconhecendo-se juridicamente como independentes ou sem vínculo de submissão, um Estado, de princípio, não está autorizado a agredir o outro. Tal ideia virá a ser reforçada com o fim do colonialismo no século XX.

É nesse âmbito que se desenvolvem as nossas atuais noções e normas que comportam o *bellum iustum* (legitimadoras do *status* de beligerância entre Estados determinados, versando sobre a sua motivação) e o *ius belli* (sobre a licitude ou não dos atos entre Estados durante a dada

* Coordenador do Grupo de Estudos de História Militar do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade da Universidade Federal Fluminense (GEHM-CEIA-UFF) e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

²⁹ Essa parelha de termos é mais claramente discernida e passa a ter uso mais difundido no contexto de um século XX permeado pelas duas Grandes Guerras, sendo muito pouco citado, desta forma, antes desse período. Veja a esse respeito KOLB, 1997.

³⁰ *Jus ad bellum* pode tanto ser tomado no sentido amplo, "direito de guerra", designando todo um conjunto de preceitos relacionados ao tema, como também no sentido restrito de "direito de (fazer a) guerra" e, então, abrangendo a casuística das motivações, distinguindo-se do *jus in bello*, o qual dá conta do âmbito dos procedimentos durante o conflito, do esforço de regular a violência entre as partes.

beligerância, versando sobre o seu decurso)³¹ e, como subproduto, a recusa da guerra enquanto “um meio desejável ou produtivo e, evidentemente, racional, de [se] resolver seus descontentamentos”, derradeiro recurso a ser implementado no horizonte cultural da elevação do pacifismo (e o humanitarismo nele subjacente) como ideal também proclamado por organismos internacionais (KEEGAN, 1996, p. 77).

A ideia de guerra justa da civilização ocidental moderna, assim, foi moldada a partir do desenvolvimento nela simultâneo dos tipos humanos do “pacifista militante” e do “portador legal e profissional de armas” em um quadro de nítidas referências cristãs³². A reciprocidade desses dois tipos humanos antitéticos, John Keegan nos lembra, já “aparece no diálogo entre o fundador do cristianismo e o soldado profissional romano que pedira que curasse um criado com a sua palavra milagrosa. ‘Também sou um homem colocado sob autoridade’ [Lucas 7, 6-8 na tradução do Rei Jaime], explicou o centurião. Cristo exclamou diante da crença do centurião no poder da virtude, considerada como complemento da força da lei que ele personificava.” (Ibid., p. 20).

Por isso vale frisar o nosso ideal de guerra justa é muito mais tributário daquele desenvolvido no período medieval do que da sua ideia romana, a qual foi apropriada e totalmente reconfigurada pela experiência cristã. Assim, tomemos a máxima, por um lado, de SÃO JOÃO CRISÓSTOMO (344? – 407?) *Iustitia enim est mandatorum obseruatio*. (“A justiça é a observância dos mandamentos [de Deus]”, **In Matthaeum**, 12) e, por outro, a de CÍCERO (c.106 a.C. – 43 a.C.) *Iustitia est obtemperatio scriptis legibus institutisque populorum* (“A justiça é a obediência às leis escritas e instituições dos povos” em **De Legibus** I, 42).

³¹ Isso é válido mesmo considerando: a) tais noções na sua aplicação moderna se deverem fundamentalmente a obra de juristas anteriores ao fim da Guerra dos Trinta Anos, a exemplo do católico espanhol Francisco de Vittoria (1480-1546), dominicano como Santo Tomás de Aquino, e do protestante holandês Hugo Grotius (em flamengo Huig van Groot, 1583-1645); e b) o fato de, durante os séculos XVIII e o longo XIX (cujo fim só ocorre com a I Guerra Mundial), em troca de uma orientação amoral maquiavélica (a necessidade, isto é a razão de Estado, por si só tornaria uma guerra justa), terem sido abandonadas pelos Estados as distinções entre guerra “justa” e “injusta” na condução de suas políticas dinásticas e nacionais, só sendo retomadas tais distinções com o impacto das duas grandes guerras (KEEGAN, 1997: 394-396).

³² A identificação das raízes cristãs da consolidação cultural complementar desses dois tipos humanos antitéticos não / COSTA & SANTOS, 2010. Perceba-se, como demonstraremos mais adiante, a guerra, inicialmente na perspectiva cristã, não é intrinsecamente nem boa nem má, achando-se a sua qualificação moral estipulada por quão justos seriam os fins (*jus ad bellum*) e meios (*jus in bello*) a que se propõe e movimenta.

No primeiro aforisma a remissão se faz a mandamentos fundados por um ente transcendente, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó, que n'Ele encontram a sua razão de ser e foram resumidos pelo Cristo dos Evangelhos em 'amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo' (cf. **Mc** 12, 29-31; **Mt** 22, 37-40), transbordando e desconsiderando distinções sociais, culturais e étnicas. Já na definição ciceroniana de justiça fecham-se as muralhas em torno dos costumes e leis locais, reafirmando os particularismos étnicos e elevando-os à condição de critério maior.

É a justiça mencionada por Crisóstomo que Santo Agostinho de Hipona (354-430) tem em mente ao considerar o exame da guerra sob a perspectiva cristã. Identificado como o primeiro a refletir mais aprofundadamente o assunto, é tido como o primeiro a formular uma ideia cristã de "guerra justa". Em **De Civitate Dei Contra Paganos**, XIX, § VII (*apud* DINSTEIN, 2004, p. 89) entre outros aspectos "anunciou o princípio fundamental de que toda a guerra era um fenômeno lamentável, mas que os erros provocados pelas mãos do adversário impunham a *necessidade de se promover uma guerra justa*".

Agostinho nunca fixou uma relação de critérios a ser observada na identificação de uma guerra justa. Entre os vários sucessores de Agostinho a buscarem sistematizar o seu pensamento sobre o tema foi Santo Tomás de Aquino (1225-1274) o de maior sucesso, firmando em três as exigências costumeiramente apresentadas para se definir quando uma guerra seria justa: a) seja declarada a guerra por uma autoridade pública legítima, b) que os inimigos efetivamente mereçam a guerra (justeza da causa) e c) guiem os combatentes as suas ações pela reta intenção, sem ódio e mentira, ou seja, visando a promoção do bem e recusa do mal (KEEGAN, 1996: 395; cf. TOMÁS DE AQUINO, **Summa Theologiae**, II-IIae, quaestio 40, sumariado em COSTA & SANTOS, 2010, p. 8)³³.

³³ A elaboração de listas de critérios, variável de autor para autor, nunca cessou, mesmo nos dias de hoje, fazendo-se inserir, inclusive, pontos não previstos na reflexão agostiniana, tais como o de possibilidade razoável de sucesso (não se vendo como justo investir em uma guerra sem chance de vitória), o da proporcionalidade (o dano causado

A Idade Média não só plasmará um ideal de guerra justa³⁴, mas também, a partir daí moldará o ideal do guerreiro cristão (expresso em vários exemplos de santos guerreiros), a instituição da Cavalaria e das ordens militares e as prescrições da “Trégua de Deus” e da “Paz de Deus”, disciplinando nos séculos X e XI, com graus variados de sucesso, em parte da Europa Ocidental, a beligerância endêmica que nela grassava³⁵.

E entre os romanos, qual, afinal, a sua ideia de “guerra justa” ou “direito de guerra”? Se ficarmos apenas nos termos pode-se ser levado a crer em uma continuidade destes para os medievais, do latim clássico para o eclesiástico através dos pensadores cristãos, e dos últimos para os modernos e hodiernos, tal como uma bolota se desenvolve em carvalho. Ou então esse *continuum* explicar-se-ia nas distinções entre uns e outros pela ênfase variada dada por cada um na análise da “guerra justa”: jurídico-formal os romanos e ético-substantiva os cristãos e seus herdeiros.

A expressão, pois, aparece nos autores clássicos, tais como CÍCERO (*ius bellicum* em **De Officiis** III, 107) e TITO LÍVIO (c.59 a.C. – 17 d.C.) no **Ab Urbe Condita** (*ius belli* em I, 1; *belli iura* em II, 12 e XXXI, 30). Ainda no **De Officiis** (I, 20) CÍCERO dir-nos-á: “A principal função da justiça é que ninguém prejudique a outrem, a não ser provocado por uma injustiça (*Iustitiae primum est munus, ut ne cui quis noceat, nisi lacessitus iniuria*).” TITO LÍVIO, o historiador romano que mais uso fez da expressão, demonstrando como vigorosamente o império foi construído em torno dessa noção, sempre provocado, parece completar-lhe quando afirma

pela resposta a uma agressão não pode exceder os danos provocados pela própria agressão, desqualificando, por exemplo, o propósito de aniquilamento do inimigo) e o respeito à tradição das convenções de guerra (como as quatro de Genebra, 1864, 1906, 1929 e 1949 e seus protocolos adicionais) e tratados internacionais.

Cumprir destacar na atualidade o notável detalhamento no respeitante ao *jus in bello*, muito mais implícito que explícito na consideração dos autores clássicos medievais e modernos e completamente ausente dos romanos.

³⁴ Cumprir distinguir “guerra justa” de “guerra santa”. Desenvolvendo-se o este daquele, fazendo-se este sob as normas do primeiro, seria dele um caso particular e deveria, da guerra justa, ser a guerra santa a sua mais perfeita expressão. A guerra seria santa, e não apenas justa, quando predominam os objetivos espirituais e não temporais nas suas justificativas, a exemplo do passado com as Cruzadas. Consulte-se a este respeito Roberto de MATTEI, **Guerra Justa, Guerra Santa: Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna**, Porto, Livraria Civilização Editora, 2002.

³⁵ Ainda se podem inserir neste esforço as tentativas, aqui sem qualquer sucesso, de coibir ou restringir o uso das bestas (também chamadas de balestras), vistas como armas malignas devido ao seu poder extremamente mortífero, podendo perfurar escudos e armaduras de metal.

(IX, 1) ser “justa a guerra para aqueles aos quais é necessária, e honestas as armas para aqueles cuja esperança repousa somente nas armas (*Iustum est bellum, quibus necessarium, et pia arma, quibus nulla nisi in armis relinquitur spes*)”. Todavia a impressão é enganosa.

Quem nos socorre, indicando ser algo bem diverso o que ocorre em Roma, é CÉSAR. O seu alerta está em **De Bello Gallico** I, 16: “É direito de guerra que os que venceram tratem como quiserem aqueles a quem venceram (*Ius est belli, ut qui uicissent iis quos uicissent, quem ad modum uellent imperarent*)”. Ora, atestada em todos os povos da Antiguidade, mesmo entre os hebreus, esta não é uma atitude acobertada pela noção de “guerra justa” nos pósteros desde os cristãos.

É mister aqui entender as idiosincrasias da mentalidade romana para se entender como tal prerrogativa se casa com a ideia de “guerra justa” entre os romanos e captar-lhe a originalidade³⁶. Uma primeira pista está na própria noção de justiça (*iustitia*), historicamente diversa da desenvolvida pelo pensamento cristão, apesar dos contatos entre esta e a dos romanos, como já antevimos no confronto entre as máximas de Crisóstomo e Cícero anteriormente citadas.

Sobre tal aspecto observa-nos Aldo Schiavone (*in* GIARDINA, 1992, p. 76): “não é por acaso que até ao século IV a.C. os poucos fragmentos de escrita latina que chegaram até aos nossos dias remetem seguramente para essas únicas experiências. Assim, desde o início, à vivência religiosa, que desempenhou provavelmente um papel determinante na própria formação da mais antiga ordem cidadina, associou-se um patrimônio mental e cultural parcialmente diverso, que não tendia para a produção de cultos ou de experiências mágicas, mas para a

³⁶ A partir desse ponto pretendemos demonstrar como a ideia contida em *bellum iustum* não acha correspondência nem aproximada no grego. O termo *polemos dikaios* está longe de ser-lhe intercambiável e a sua presença se manteve praticamente restrita ao meio filosófico (Aristóteles, estoicismo), não encontrando largo uso entre os escritores em geral, ou historiadores em particular, dos períodos helênico e helenístico.

Para Aristóteles, por exemplo, veja ROLDÁN, 1999, p. 144, e os tipos de guerra justa por ele estabelecidos, entre elas, grifos nossos, “la defensiva, superior desde el punto de vista moral, la política, por motivos económicos y de honor, y la natural, semejante a la caza, cuyo objetivo es conseguir esclavos, pero ya no a partir de los cautivos de las guerras entre los griegos, como en épocas pasadas, sino de entre los barbaros, los esclavos por naturaleza”.

Quem mais próximo teria chegado de uma noção de guerra justa como a nossa hodierna teria sido Demócrito de Abdera para quem a guerra não era um fenômeno cósmico, como entendia Heráclito de Éfeso, mas algo histórico suscetível de regulação e, assim sendo, se pela lei pode-se matar o inimigo também por ela se poderia proibi-lo, seja através de preceitos religiosos (*hierá*), tréguas (*spondai*) ou pactos (*hórkoi*).

construção lenta e estratificada de uma teia de regras destinada a abranger todos os mais importantes comportamentos ‘sociais’ dos *patres*: o núcleo mais remoto do *ius* da cidade.”

Podemos indicar o campo de cada uma dessas duas únicas experiências com os termos *pietas* e *iustitia* (derivada esta de *ius*, *iuris*, antigo *iouis*), cientes de uma atravessar a outra, pois como se diz um pouco mais adiante (Ibid., p. 76), a “pronúncia do *ius* foi logo rigorosamente atribuída a um círculo de sacerdotes: o colégio dos ‘pontífices’ (literalmente ‘os fazedores de vias’; mais obscuramente, ‘aqueles que abrem o caminho’)” ou ainda, “cujo sentido original [o de *iustitia*] é de ‘fórmula religiosa que tem força de lei’ em seguida ‘direito, justiça’. Termo antigo, de caráter jurídico e religioso, tem por correspondente o indo-iraniano *yóç*, como na fórmula *cám ca yóç ca*, ‘ele purifica, torna realmente puro’. A raiz deve ser **ye/ous*, donde *iustitia*, justiça, traduz ‘o que é correto segundo as normas divinas’, e laicizado, ‘o que é consoante as leis humanas’.” (BRANDÃO, 1993, p. 194)

A força desses dois termos, “dois valores caros à tradição romana, *pietas* e *iustitia*”, é tanta que SEBASTIANI (2003, p. 40) pretende neles resumir toda a noção de *bellum iustum* ou, como prefere retomando a fórmula liviana de sabor arcaico, em toda a sua extensão, *bellum iustum piunique*³⁷, trazendo à superfície o termo *pius* e a virtude da *pietas*. Ainda cumpre, porém, acrescentar a *fides*³⁸, valor este bem mais central na axiologia do *bellum iustum piunique*, pois a partir dele, e só com ele, temos definido com precisão o critério a dizer quando e em qual medida uma guerra é justa e piedosa, além de nos fornecer a explicação cabal do caráter eminentemente romano dessa noção.

³⁷ A expressão que, por exemplo, aparece em Lívio (IX, 6-7) ao abordar a guerra samnita, segundo CALORE (2003, p. 106), não seria uma criação liviana, como alguns crêem, mas colhida em Políbio, expressaria uma ideia muito antiga na história romana.

³⁸ SEBASTIANI (2003), que desenvolve seus argumentos de modo apurado e perspicaz, com destaque, interna à noção de “guerra justa” romana, para a nuance operada por César ao deslocar essa noção para a esfera individual ao narrar o seu embate com Pompeu em **Bellum Ciuile** (escrita em 49-48 a.C.), ao apresentar a *pietas* e a *iustitia* como únicos valores chaves da tradição romana a explicar a ideia de “guerra justa” equivoca-se e empalidece o caráter romano desta ideia. A simples menção como uma *iusta causa belli* (2003: 40) o “não cumprimento da palavra ou da boa-fé empenhada” (= violação de um tratado) não permite considerar a *fides* adequadamente em sua análise. Enquanto valor do *mos maiorum*, nada a respeito dela se diz e de seu papel no caráter propriamente romano do *bellum iustum piunique*.

De acordo com BRIZZI (2003, p. 33-34) a ideia de *bellum iustum* não se restringe apenas aos latinos, remontando com a *fides* mais primitivamente aos quadros itálicos, anterior à cidade, “fundamento essencial de pelo menos uma parte da primitiva sociedade itálica”. O fato é que, se os vocábulos gregos *eusebeia* e *dikaiosyne* logram correspondência bem próxima às realidades designadas, respectivamente, pelos termos *pietas* e *iustitia*, já *fides* trai ser uma virtude precipuamente romana (Ibid., p. 31), no centro da ordem política, social e jurídica de Roma (ROCHA PEREIRA, 1984, p. 320)³⁹.

Em Tito Lívio, não à toa, “*lo storico che maggiormente insiste sul concetto di ‘bellum iustum’ e ne presenta la più ampia serie de occorrenze, dal primo libro fino al XIV*” (RAMELLI, 2002, p. 14), são 144 registros para *fides* à medida que outros termos tão importantes quanto, no discurso liviano, registram bem menos citações: *concordia*, 48; *pietas*, 7; *mos maiorum*, 6 (MARQUES, 2007, p. 62).

É tamanha a consideração do romano por tal virtude que se pode designá-lo sem sombra de exagero, e ele assim se percebia⁴⁰, como “povo da *fides*” (ROCHA PEREIRA, 1984, p. 320-326) e é desde essa imagem que BRIZZI (2003, 30-35, *Fides* e estratégias) seguirá seguro diferenciando o romano do grego⁴¹, exibindo impermeabilidades, como a do latim carecer de “uma expressão apta a traduzir literalmente o vocábulo *stratégma*, estratégia, cuja extensão semântica se estende, na língua helênica, por toda a vasta gama de expedientes e atalhos morais,

³⁹ A *pístis* grega que traduziria o vocábulo latino *fides* está longe de ser comparável ao papel desempenhado por esta entre os romanos. MARQUES (2007, p. 73), em analogia à *fides*, por exemplo, vê tal vocábulo como muito menos decisivo na representação autoidentitária de qualquer dos povos de língua grega.

Tudo isso não impede, claro, o aproveitamento, como sempre, das reflexões gregas correlatas. E aqui se inserem as reflexões filosóficas de cunho político-moral, ao lado das análises de teor jurídico e político-ideológico.

⁴⁰ ROCHA PEREIRA (1984: 322): “(...) os Romanos consideravam-se – e eram assim considerados, segundo o testemunho de Políbio – como o povo que ‘respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente de seu juramento [*fides*]’. O historiador grego acabava de ligar esta virtude [*fides*] a concepções religiosas que reputava de sábias.”

⁴¹ Assim, cumpre corrigir, ARAÚJO (2005, p. 13): meticoloso no exame da doutrina medieval da “guerra justa” e na sua relação com o poder imperial no século XII, o autor erra ao remeter a passagem de Brizzi em questão como texto a apoiar uma pressuposta “origem greco-romana pagã (BRIZZI 2003, p. 30-35)” para a doutrina de guerra justa. Ora, seguindo outro enredo, Brizzi, nesta e em outras passagens acentua, isso sim, a romanidade de tal ideia, posto demonstrar o romano como povo da *fides* (e deste valor advir o *bellum iustum*) na antípoda dos helenos.

de perspicácias e enganos diversos, úteis e comumente empregados tanto em diplomacia como na guerra”, mas vistos pelos romanos como ignóbeis (Ibid., p. 33, 35).

Comportamento correto e leal, juramento (garantia) a comprometer as partes envolvidas num compromisso bem firme e a fé (crença) nele decorrente, a divindade a esta noção associada (a deusa *Fides* ou *Bona Fides*) gozaria de um culto bastante antigo e muito respeitado em Roma, provavelmente prerromano. A deusa era representada em idade provecta, como a exibir a perenidade e firmeza dos laços e pactos firmados pelo cimento da *fides*. Relacionada à mão direita, o enlace da *fides* característico é simbolizado pelo aperto das destros mãos (*dextrarum iunctio*) por se fazer com as destros entrelaçadas o *ius iurandum*, o juramento⁴², do qual resultava o *foedus* (pacto ou tratado de aliança).

Aliás, à etimologia de *fides* liga-se, além do termo *foedus*, *fetiales*. Os *fetiales* (feciais) constituem um colégio de vinte sacerdotes que custodiam o *fas* (preceitos divinos pertinentes às relações com os demais povos) e, por isso, são os responsáveis pela ratificação com um juramento solene os tratados (*foedera*) entre os povos, assim como as declarações e procedimentos imprescindíveis à declaração de uma guerra justa e que lhe antecedem, tornando “sacralmente *iustum o bellum* – o conflito que está por começar – e de garantir assim o apoio dos deuses, que exclusivamente estabelecem a diferença entre os contendentes e concedem a vitória” (Ibid.: 31). Ou seja, como insiste Cícero (*De republica* III, 23, 35 e *De officiis* I, 36), uma guerra conforme a justiça e a piedade (*bellum iustum piunique*) é aquela atenta aos rituais dos antigos sacerdotes feciais, procedimentos zelosa e rigorosamente fixados.

A presença dos sacerdotes e rituais, sacrifícios e orações, concede aos propósitos humanos uma sanção divina e, poder-se-á dizer, os transubstancia, implicando a quebra do juramento, a violação do tratado em gesto ímpio, desencadeador da punição dos deuses.

⁴² Esta prática de se fazer juramentos com as mãos direitas entrelaçadas também ocorre entre os gregos.

Destarte, se através da *fides* são firmadas as alianças, isso significa com ela tecer as redes de sócios e de amizades que se vão construindo entre os povos e identificando os inimigos. Na paz e na guerra observam-se as mesmas regras, mas não com os mesmos povos. Alguns são bárbaros, não ‘civilizados’, isto é, não são literalmente ‘povos de cidades, que se organizam em cidades’. Dissemelhantes, não podem conhecer a *fides* e as regras do *bellum iustum piunique*. Outros, como os gregos e os cartagineses, tendo os últimos aprendido a arte militar com os lacedemônios, vivem em cidades como os romanos, deveriam se comportar pautar pela *fides*, mas ao contrário agem com perfídia, traiçoeiramente, por meio de ardis. Todavia, com todos, progressivamente se vão fazendo tratados e pactos, quando não acabam por ingressar no império romano (através da conquista ou não), convertendo-se em províncias e, portanto, aderindo ao cimento da *fides*.

Como desejávamos demonstrar, a despeito da tradição divulgada sobre a doutrina de guerra justa, uma completa descontinuidade entre os preceitos e práticas dos romanos e os defendidos na era medieval. De tal sorte, a apropriação dos textos clássicos pelos cristãos, a sua cristianização, implicou em uma ampla operação ressignificadora, a qual, por sua vez, até os dias atuais, deu também azo a novas abordagens, mesmo que não tão distantes entre si como na primeira releitura.

Referência Bibliográfica

1. Documentação

CESAR – **The Gallic War [De Bello Gallico]**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1917 (The Loeb Classical Library).

CICERO – **De Officiis**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1913 (The Loeb Classical Library).

De Re Publica, De Legibus. Cambridge, Mass. / London: Heinemann / Harvard University Press, 1958 (The Loeb Classical Library).

JUAN CRISÓSTOMO – *Homilias sobre S. Mateo [In Matthaicum Homiliae]*. 2v. Madrid: Ed. Católica, 1955, 1956 (Biblioteca de Autores Cristianos).

LIVY – **History of Rome [Ab Urbe Condita]**. 14v. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970 (The Loeb Classical Library).

2. Obras de Referência

BRANDÃO, Junito de S. – **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GRIMAL, Pierre – **Dictionnaire de La Mythologie Grecque et Romaine**. 8e. ed. Paris: PUF, 1986.

3. Estudos

ALMEIDA, Francisco E. A. de – **A Guerra como Fenômeno Sócio-Político**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2003.

ARAÚJO, Vinicius Cesar D. – Honor Imperii: a estruturação político-militar do Sacro Império no século XII. **Revista Brathair** (<http://www.brathair.com>) n5 (2), 2005.

BRIZZI, Giovanni – **O Guerreiro, o Soldado e o Legionário: os Exércitos no Mundo Clássico**. São Paulo: Madras, 2003.

CALORE, Antonello – **Forme Giuridiche del ‘Bellum Iustum’** (Curso di diritto romano, Brescia, 2003-2004). Milano, Giuffrè, 2003.

COSTA, Ricardo da, & SANTOS, Armando A. dos – O Pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a Vida Militar, a Guerra Justa e as Ordens de Cavalaria. **Mirabilia: Revista Eletrônica de Antiguidade e Idade Média**. (www.revistamirabilia.com), v.10, p. 145-157, Jan-Jun 2010.

DINSTEIN, Yoram – **Guerra, Agressão e Legítima Defesa**. 3ª. ed., Barueri, SP: Manole, 2004.

GIARDINA, Andrea (dir.) – **O Homem Romano**. Lisboa: Presença, 1992.

GUARINELLO, Norberto L. – **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Ática, 1987.

JOLY, Fábio D. (org.) – **História e Retórica: Ensaio sobre Historiografia Antiga**. São Paulo: Alameda, 2007.

- JORDÃO, Marco Aurélio de M. *Bellum Justum*: Problematizações e implicações éticas na conduta em guerra. *In: Anais da XVI Semana de Humanidades* (www.cchla.ufrn.br/). Natal: UFRN, 2008, p. 1-7.
- KEEGAN, John – **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- KOLB, Robert – Origin of the twin terms jus ad bellum/jus in bello. **International Review of the Red Cross**, (www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jnuu.htm), n320, out 1997.
- MACEDO, Paulo Emílio V. B. – A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa. **Revista de Direito da UNIGRANRIO**. Duque de Caxias (www.publicacoes.unigranrio.edu.br), v1, n1, 2008, p. 1-33.
- MARQUES, Juliana B. – **Tradição e Renovações da Identidade Romana em Tito Lívio e Tácito**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.
- NEFF, Stephen C. – A Short History of International Law. *In: EVANS, Malcolm, International Law*. 3rd. ed., Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 3-31.
- RAMELLI, Ilaria – **Il Concetto di Iure Caesus e la sua Corrispondenza con quello di Bellum Iustum** in SORDI, 2002: p. 13-27.
- REZENDE Fo., Cyro de B. – **Guerra e Guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1989.
- ROCHA PEREIRA, Maria H. – **Estudos de História da Cultura Clássica: Cultura Romana**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- ROLDÁN, Minerva A. – Eiréne y otras palabras griegas sobre la paz, *In: F.A. Muñoz Muñoz, B. Molina Rueda* (eds.), **Cosmovisiones de paz en el Mediterráneo antiguo y medieval**, Granada: Universidad, 1999, p. 123-152.
- SEBASTIANI, Breno B. – Guerra Justa e Imperialismo na Roma Republicana. **Revista de História** [on line]. São Paulo, v.148 (1º), 2003, p. 35-46.
- SORDI, Marta (org.) – **Guerra e diritto nel mondo greco e romano**. Milano: Vita e Pensiero, 2002.
- SOUZA, Marcos Alvito P. de – **A Guerra na Grécia Antiga**. São Paulo: Ática, 1988.

VIDAL, Cesar – La-doctrina-de-la-guerra-justa. **La Ilustración Liberal: Revista Española y Americana.** (www.ilustracionliberal.com) Madrid, n10, Dic 2001.

COMUNICAÇÕES

O SÃO LUÍS MILITAR DE JOINVILLE

Luiza Zelesco*

Este trabalho busca analisar brevemente a construção da imagem de São Luís por seu amigo e biógrafo Jean de Joinville, senescal de Champagne. Considerando-se as múltiplas representações deste rei apresentadas, de maneira mais ou menos explícita, pelos seus diversos biógrafos, pretendo apontar aqui as particularidades da *Histoire de Saint Louis*⁴³, levando-se em conta que esta, e somente ela, foi escrita por um cavaleiro laico.

O lugar de produção de uma obra é de importância inequívoca quando estudamos escritos literários por meio de um enfoque histórico. Por mais que se queira chegar ao conteúdo objetivo narrado na fonte em questão, o máximo que conseguimos fazer, na quase totalidade das vezes, é chegar ao seu lugar de produção. E isto, cabe ressaltar, não é pouca coisa. Analisando a *Histoire de Saint Louis*, o que melhor posso alcançar é a figura de Joinville, sua forma de pensar, sua concepção do mundo, e sua visão do santo rei Luís. Chegamos, sim, a São Luís, porém por meio do olhar parcial de Joinville. E o que nos importa descobrir é exatamente que parcialidade é esta, para onde ela aponta, e o porquê deste seu direcionamento. Assim, esta aparente limitação à análise termina por nos abrir outros caminhos, abrangendo, no caso, importantes questões referentes a disputas por poder, discursos ideológicos, e elaboração de representações régias à época contemporânea a Luís IX e imediatamente posterior a ele.

E como se pode caracterizar esta época e este rei? Como é a França de São Luis? Trata-se, em primeiro lugar, de uma França que, durante o período de mais de quatro décadas que durou o seu reinado, procura concluir o processo de desenho e consolidação de seus contornos. É também nesta época que o termo *Francia* deixa de significar apenas a Île-de-France e seus arredores, e passa a denotar a totalidade de seu território, com contornos bastante próximos aos que hoje

* Mestranda em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense e Bolsista CNPq.

⁴³ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*.

conhecemos. Para que tais processos pudessem ter lugar, entretanto, foi preciso que o rei Luís, desde a mais jovem idade, deles se ocupasse com eficiência. Nas palavras de Jacques Le Goff,

“Os primeiros anos do reinado de São Luís, apresentados em geral de modo incompleto como anos de dificuldades e de riscos – que sem dúvida foram –, foram também para o jovem rei anos de progressos decisivos do poder real e de seu prestígio pessoal. Graças a sua presença nos teatros de operações militares e nas assembléias dos grandes, graças, entenda-se, à hábil e enérgica política de sua mãe e de seus conselheiros, Luís apareceu como um guerreiro e um soberano.”⁴⁴

O início do reinado de São Luís foi, de fato, marcado por conturbações em função da morte precoce de seu pai, Luís VIII, quando contava apenas 12 anos. Teve início, assim, um período de regência – por sua própria natureza, uma espécie de governo particularmente suscetível a disputas sucessórias e tentativas de usurpação do poder – durante o qual Luís IX reinou sob a tutela de sua mãe, Branca de Castela. Já nesta época teve de enfrentar uma revolta de barões com pretensões ao trono, liderados por seu tio bastardo Filipe, o Eriçado.

Nesta fase inicial de seu governo, o jovem Luís, preocupado em defender e pacificar os domínios reais, também logra ter êxito em um feito praticamente inédito: com a conclusão da cruzada aos albigenses no Sul da França, em 1229, e a obtenção da paz com o turbulento conde de Toulouse, Raimond VI, consegue a penetração real no Sul e o aumento de seus territórios, acrescidos do Albigense setentrional. É importante ressaltar que foi apenas a partir do curto reinado de Luís VIII, pai do nosso São Luís, que a monarquia francesa começa a intervir com mais vigor nesta região do Languedoc, até então rebelde e isolada. O Languedoc oriental, neste contexto, será particularmente relevante à luz de um empreendimento que marcou fortemente o reinado – e a vida – de São Luís: as cruzadas. Esta região recém-domada fará parte, doravante, da rota luisina para ir à cruzada e dela voltar. Em 1234, através do casamento com a jovem Margarida de Provença, o rei Luís aprofunda os laços de seu domínio sobre esta região.

Outra frente de batalha importante em seu reinado foi aquela constituída pela realeza inglesa, que não cessara, durante a infância e a juventude do rei Luís, de ser o grande adversário

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p.102.

da monarquia francesa. Unindo-se a barões e nobres descontentes dentro do próprio reino de França, como o conde de Bretanha, Henrique III da Inglaterra procura reaver suas possessões no continente, perdidas sob Filipe Augusto. A guerra, que durará de 1242 a 1243, será a responsável pela aquisição do prestígio militar de São Luís, tão fortemente exaltado, anos mais tarde, por Joinville. Impõe-se, assim, a imagem do rei guerreiro, do rei cavaleiro, do rei comandante de guerra e, como cabe bem a um rei sagrado, do rei vencedor.

Em 1244, em função de uma grave doença do rei, vemos processar-se um fato que doravante haveria de marcar todo o reinado e a vida de São Luís. Prostrado pela disenteria e beirando a morte, o santo rei, em um supremo esforço, pede que se lhe dê a cruz, isto é, faz o voto de cruzar-se e partir rumo à libertação da Terra Santa, caso consiga salvar-se da doença.

Quatro anos depois, recuperada a saúde e feitos os preparativos, Luís IX parte na direção do Oriente, onde haveria de permanecer até 1254. Em 1250, em função de uma série de estratégias infelizes, é feito prisioneiro pelos mouros. Será liberto em cerca de um mês, graças à agilidade da rainha Margarida em reunir a soma necessária para seu resgate. Contrariamente ao habitual entre os reis cruzados, que buscavam retornar à pátria o quanto antes, São Luís decide, então, permanecer mais tempo distante de casa, só retornando ao receber a notícia do falecimento da mãe.

Derrotas, a perda do irmão Roberto d'Artois, a prisão nas mãos dos infiéis e, por fim, a morte do rei na cruzada de Túnis, em 1270, parecem, à primeira vista, uma contribuição bem infeliz das cruzadas para a memória do rei. Contudo, em um mundo medieval em que os ideais cruzados continuam, mesmo entre aqueles que não crêem mais, a suscitar uma admiração profunda, a imagem de São Luís sai exaltada destas campanhas catastróficas. Suas reações, sábias e cristãs, diante dos infortúnios serão louvadas por Joinville e, nesta perspectiva, a cruzada de Túnis será, em sua fulgurante e mortal brevidade, uma forma de coroamento.

Para o governo do reino de França, a volta de São Luís da sétima cruzada de 1248 trará algumas mudanças significativas. Os testemunhos são unânimes em reconhecer uma profunda

mudança na conduta do santo rei, que passa da simplicidade anterior a uma verdadeira austeridade, tanto no vestir quanto na forma de se portar. Acima de tudo, entretanto, São Luís fez dessa austeridade o princípio de sua política, que corresponderia daí em diante a um programa de penitência e purificação, de ordem moral, religiosa, e também administrativa, nas dimensões do reino e de seus súditos. Fica mais evidente o direcionamento da ação de Luís IX no sentido de reforçar o poder monárquico, não só consolidando seu território, como antes apresentado, mas também governando-o de forma mais centralizada, buscando uma racionalidade administrativa e uma clareza na legislação, cada vez mais freqüentemente posta por escrito.

Em 1230 havia promulgado a primeira ordenação de que se tem conhecimento que fosse válida para todo o reino, e não somente para o domínio real. Em 1254, o próprio ano de seu retorno da cruzada, inicia sem demora uma reforma do reino, com a promulgação da “grande ordenação”, um conjunto de textos assim denominado por causa da amplitude e da importância das reformas que edita. A obra é tão imponente que passou a ser conhecida como “estatuto geral” ou “estatutos de São Luís”⁴⁵.

Trata-se de uma série de textos editados ao longo daquele ano que visavam, sobretudo, uma moralização da administração real, bem como a inclusão do sul occitano, ainda preso aos costumes locais e pouco afeito a mudanças legislativas, no corpo de leis régias. O fortalecimento do poder monárquico foi um dos grandes feitos do reinado de Luís IX e, ainda que seu amigo biógrafo não mencione isto explicitamente, vemos que ele louva conseqüências deste fato, como os longos períodos de prosperidade e paz no reino e, sobretudo, a noção de um rei forte, que possui controle de suas terras e não é contestado em seu reino.

Retornemos a Joinville. Através da leitura de seu texto, percebemos que, no interior do campo de significado referente ao rei de França, Joinville disputa um espaço simbólico para apresentar e impor sua representação do rei⁴⁶. Trazendo fatos e argumentações – dos quais o

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002 p.197.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

principal é, talvez, o argumento de autoridade do próprio Joinville, que o conheceu de perto – o senescal procura convencer seus leitores de que o rei Luís foi, de fato, da forma como ele é apresentado na *Histoire*. O sociólogo Pierre Bourdieu defende que esta busca por impor uma representação de algo está radicada em ações objetivas. Ainda que nem toda estratégia, nesse sentido, seja perfeitamente consciente, existe, sim, um certo nível de ação voluntária, impedindo que atribuamos tudo às “estruturas sociais” ou a uma outra arbitrariedade qualquer, localizada fora do sujeito. Pode-se dizer, portanto, que se trata de um discurso ideológico, isto é, de toda uma fala elaborada no sentido de inclinar a crença do leitor – ou do ouvinte – desta narrativa biográfica às concepções nela contidas, com o objetivo final de uma atuação concreta, política, sobre a realidade.

Passemos, pois ao que nos mostra o senhor de Joinville acerca de seu real amigo. Examinemos aquilo que ele nos revela apenas nas entrelinhas de seu discurso, tudo o que ele não quis deixar explícito, mas que, ainda assim, permanece em sua obra, dirige e ordena a mesma, evidenciando seu aspecto ideológico.

Estas “segundas intenções” do autor, podemos entrevê-las desde o momento em que ele se decide a escrever sua obra. Pois já não abundavam os escritos sobre o rei Luís? Já não haviam inúmeros clérigos relatado os seus atos e louvado as suas virtudes? O próprio processo de canonização, concluído em 1297, gerou uma infinidade deles, dada sua necessidade de testemunhos. Por quê, então, Joinville se põe a escrever mais uma biografia do santo rei? Diz-nos Jacques Le Goff que o senescal de Champagne desejava, acima de tudo, publicar e, assim, garantir a memória de sua amizade com São Luís⁴⁷. Trata-se, não por acaso, do primeiro texto a ser escrito, em francês, na primeira pessoa. Uma primeira pessoa que, muitas vezes posta no plural, identifica estes dois grandes amigos, une suas ações e – assim o quer Joinville – suas vidas em uma só.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002 pp.439, 440.

Joinville, porém, exalta o rei mais que tudo, até mesmo em detrimento de si próprio. O “santo rei”, como ele o chama, é sempre sábio, sempre virtuoso e, sobretudo, sempre temente a Deus; ao passo que o jovem Joinville é muitas vezes retratado como aprendiz ingênuo diante do rei, recebendo seus ensinamentos. A primeira parte de seu livro se dedica, nesta linha, a demonstrar como São Luís se portou “em toda a sua vida segundo Deus e segundo a Igreja”. Dos elementos que compõem esta parte, diz-nos Joinville que “estas outras coisas aí, eu as fiz escrever também em honra deste verdadeiro santo, porque pelas coisas ditas acima se pode ver claramente que jamais houve homem laico de nosso tempo que tenha vivido tão santamente durante todo o seu tempo, desde o início de seu reinado até o final de sua vida”⁴⁸.

Vemos, assim, o esforço de Joinville por ressaltar a santidade de seu rei, aproximando sua *Histoire* de uma obra hagiográfica. Mais que isso, reprova não contarem São Luís dentre os mártires, “pelas grandes penas que ele sofreu na peregrinação da cruz (...) e sobretudo porque ele imitou Nosso Senhor na questão da cruz. Pois se Deus morreu em cruz, assim o fez também ele, pois era cruzado quando morreu em Túnis”⁴⁹. Forte e ousada esta comparação direta com o Deus Filho. Nem por isso parece excessiva aos olhos de Joinville, que quereria ver seu amigo rei exaltado ao máximo na liturgia da Igreja.

Este caráter sacro da realeza não é, bem entendido, pura criação ou desejo de Joinville. Trata-se de uma matriz de pensamento há muito presente no reino de França, reforçada por diversos elementos, materiais ou não, ao longo dos séculos, por diversos ideólogos do poder real. O primeiro desses elementos do sagrado é a justiça. Joinville descreve algumas cenas em que o rei Luís, assentando-se em seus jardins, permite que aqueles que possuam alguma reivindicação avancem e desfrutem de sua sábia justiça.

Numa destas ocasiões, aproxima-se um nobre que, poucos momentos antes, havia oferecido ricos presentes ao rei. Luís IX ouve e atende suas reivindicações. Mais tarde, é

⁴⁸ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*, p 5.

⁴⁹ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*. p 5.

inquirido por Joinville sobre se o havia atendido tão prontamente apenas por causa dos presentes. Caindo em si, o rei reconhece sua falta e proíbe que os responsáveis pela deliberação e execução da justiça, incluindo ele próprio, aceitem presentes ou favores de qualquer sorte. Este episódio é marcante não só por evidenciar o esforço de São Luís em promover a aplicação mais justa possível de suas leis e deliberações, mas também por evidenciar as falhas do rei neste processo. Joinville, o único que tem plena consciência de estar apresentando um laico, não se incomoda em deixar aparecer os defeitos do rei. Para ele, estas marcas de humanidade não interferem na santidade de seu rei – até porque, no momento em que escreve, a canonização já foi outorgada, e não há mais dúvidas acerca de sua santidade.

A justiça é, portanto, praticada exemplarmente por Luís IX. Ele não é, contudo, justiceiro só na França, mas também no além-mar. Joinville menciona, aqui e ali, algumas “condenações ou julgamentos” pronunciados em Cesaréia, na Palestina, “enquanto o rei lá esteve estacionado”.⁵⁰ Tal fato reforça, de certa forma, a visão da justiça como função do sagrado, pois demonstra uma extrapolação da mesma para além dos limites do reino. Mais do que um rei justo para com seu povo, São Luís é “um justo”, no sentido bíblico do termo, para todos aqueles a quem ele puder beneficiar com a sua justiça. Esta justiça transcende as fronteiras porque não é uma justiça política, mas uma justiça moral, sacralizada, que pode e deve ser exercida por toda parte, em nome de Deus.

Com a justiça, vem a segunda grande função real do sagrado exercida por São Luís e destacada por Joinville: a paz. Ambas estão associadas no juramento da sagração por ele prestado: a justiça deve restabelecer a paz e a paz deve inspirar a justiça. E, também no que se refere à paz, São Luís será conhecido por promovê-la tanto no interior de seu reino, quanto para além de suas fronteiras. Seu renome de pacificador, além de lhe valer a comparação com Salomão, o “rei pacífico”, também o alçou ao posto de árbitro da Cristandade, quando o imperador Frederico II propõe a arbitragem do rei de França para intermediar seu conflito com o

⁵⁰ JOINVILLE, *Histoire de Saint Louis*, p 248.

papa Inocência IV. O resultado disto tudo é, para o reino de França, o benefício excepcional de um longo período de paz.

Não nos esqueçamos, entretanto, de que Joinville é um cavaleiro laico. Pretende, sim, alçar seu real amigo às mais altas glórias humanas e celestes. Isto, porém, não impede que o lugar de produção da *Histoire de Saint Louis* transpareça por entre suas páginas. Ela foi escrita por um laico, que pensa como um laico e que vê seu rei como um laico – ainda que santificado.

Neste sentido, é interessante notar, ainda a respeito do aspecto pacificador de São Luís, um importante episódio que nos permite entrever este lugar de produção de Joinville: quando o rei Luís, após muitas negociações com Henrique III da Inglaterra consegue trazê-lo à França para acordar a paz entre os dois reinos em litígio, o faz contra a vontade das “gentes de seu Conselho”, que não julgavam sensato abandonar ao rei inglês as terras da Gasconha e partes da Aquitânia, em troca da sua simples renúncia ao controle das terras que já haviam sido perdidas sob o reinado de João Sem Terra. Joinville nos mostra a argumentação principal de São Luís, muito prática e política: “se eu lhe dou [as terras], as emprego muito bem, pois que ele [Henrique III] não era meu homem e, através disso, entra em minha homenagem”⁵¹. A paz é estabelecida com a ratificação destas decisões no tratado de 1259. E Joinville nos permite ver um São Luís para quem as concessões em nome da paz deixam de ser apenas um ato piedoso, para adquirir também um caráter de habilidade política.

Luís cumpre seu dever real, não só no plano da política, conforme acabamos de apresentar, mas também no plano militar. E ainda que a imagem que tenha querido legar à posteridade é a de que combate sem alegria, pode-se adivinhar por trás disso no mínimo uma certa exaltação viril, própria de qualquer guerreiro feudal.

A função real guerreira, ele a assume em todas as dimensões no mais alto nível que a guerra atingiu no século XIII. Preparou cuidadosamente a logística material de suas expedições, sobretudo das cruzadas; levou para o Egito um importante arsenal de máquinas de guerra; teve o

⁵¹ JOINVILLE, *Histoire de Saint Louis*. p 39.

cuidado, onde havia guerra ou risco de guerra, de manter, restaurar ou construir castelos-fortes e fortificações. Na própria França, buscando a paz, preparava a guerra. Mateus Paris conta em duas oportunidades como, ainda em 1257, São Luís conduziu uma campanha de fortificações defensivas na Normandia. E, por fim, numa época em que a maioria, via de regra, gravitava ao redor dos vinte anos, São Luís foi armado cavaleiro ainda aos doze, em dezembro de 1229, e mais tarde, como um bom rei cavaleiro, mandou celebrar com grande solenidade a admissão na cavalaria dos jovens da família real.

Determinar o objetivo maior de Joinville ao escrever sua biografia de São Luís é uma questão que permanece encoberta por múltiplas possibilidades. Deixar publicamente registrado o legado da sua amizade com o rei, como aventa Jacques Le Goff? Tornar inequívoca sua santidade, oferecendo-o como exemplo de vida cristã a ser seguido, tal qual fizeram os mendicantes seus contemporâneos? Evidenciar um lado mais humano deste rei santo que também se envolve na política terrena, também participa ativamente das batalhas, lado a lado com seus cavaleiros?

Não podemos, creio eu, afirmar com certeza. O que se pode, sim, perceber sem medo de engano, é a inequívoca presença, nos escritos do senescal, de uma matriz de pensamento laica. Não por acaso, evidenciada neste mesmo século XIII em que se afirma, em diversos âmbitos, a promoção dos leigos. E Joinville é, sem dúvida, um leigo excepcional em muitos níveis: primeiro leigo a redigir uma vida de santo, é também o primeiro, escrevendo em francês, a falar de si próprio na primeira pessoa. Com toda a carga de subjetividade que isto implica, acaba por nos mostrar um São Luís mais humano, talvez mais verdadeiro, que, em conjunto com todo um movimento que se processa pelo século XIII afora, faz descer sobre a Terra os valores celestes, mostrando que a vida terrena vale a pena ser vivida e que a salvação começa aqui, no mundo, no gozo comedido desta vida secular.

Documentação Textual:

JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*. Texto original, acompanhado de tradução para o francês moderno, por WAILLY, Natalis de. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et C^{ie}, 1874.

Referências Bibliográficas:

BAUTIER, Robert-Henri. “Quand et comment Paris devint capitale”, *Bulletin de la Société historique de Paris et de l’Île-de-France*, 105, 1978, pp. 17-46.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio Sergio. *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: école des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

_____. e SCHMITT, Jean-Claude. “Rei” *In: Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, pp 395-414.

_____. e SCHMITT, Jean-Claude. “Santidade” *In: Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006 pp 449-464.

LOPEZ, Roberto. **O nascimento da Europa**. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1965.

LUCKEN, Christopher. L’Évangile du roi: Joinville, témoin et auteur de la Vie de Saint Louis. *In: Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56e année, N 2, 2001, pp. 445-467.

ROUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et Symboles*. Paris: Fayard, 1995.

SIMON, Patrick. *Le mythe royal*. Lille: Atelier national de reproduction de thèses, Université Lille III, 1987.

SORIA, Joé Manuel Nieto. **Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madri: EUDEMA, 1988.

REFLEXÕES SOBRE A GUERRA EM CASTELA MEDIEVAL

*Thalles Braga Rezende Lins da Silva**

Segundo a historiografia, em linhas gerais, os objetivos da guerra medieval poderiam envolver interesses econômicos: visando saques, pilhagens, a captura de combatentes pertencentes a nobreza para cobrança de resgate e a expansão dos senhorios através da conquista de novas terras. Ou a defesa de territórios e de seus habitantes destas mesmas atividades (FRANCO JÚNIOR, 1986, p.34-35). E também interesses políticos, como, por exemplo, os conflitos entre reinos por motivos diplomáticos ou anexações de novas regiões por estes; as disputas de sucessão monárquica, imperiais ou entre monarcas e o papado, invasões de territórios ocasionadas por ondas migratórias, etc...

A parcela da sociedade que detinha o uso da violência seria composta pela nobreza e também pelos *milites*⁵², que na maioria dos casos integravam os estratos superiores dessa mesma sociedade. Sua relação com as camadas menos abastadas ou privilegiadas se dava por meio de laços de senhorio fundiário e banal, que envolviam respectivamente a detenção de recursos econômicos (sobretudo a posse da terra) ou jurídico-políticos (além do uso da violência, envolviam o poder de julgar, exercer justiça e recolher impostos).

Contudo, esta configuração das relações entre os que detinham a violência e os indefesos, não seria a causa de conflitos desenfreados entre os guerreiros medievais ou de abusos de força daqueles em relação a estes. Pelo contrário, estas relações feudo-vassálicas, de certa forma, teriam impedido que nobres e *milites* se entregassem anarquicamente aos combates. Isso porque

* Programa de Pós-graduação em História Comparada e Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Bolsista Capes. E-mail: thalles1107@gmail.com.

⁵² Este termo pode ser traduzido por cavaleiro, indicando todo aquele capaz de portar armas e manter uma montaria devido aos seus próprios recursos, não necessariamente envolvendo como condição para tanto o nascimento nobre. A associação entre cavalaria e nobreza só começa a se cristalizar a partir do final do século XII.

elas definiam alianças, o tempo despendido por ano com as atividades bélicas⁵³ e, principalmente, garantia-lhes sustento (em forma de feudo) nos tempos de paz (CARDINI, 2006, p.474).

Mesmo assim, a guerra e o uso da violência parecem ter sido elementos muito presentes na sociedade do ocidente medieval. A Igreja tentou durante todo o medievo regular e organizar tais atividades. Primeiro, foi Agostinho de Hipona quem, na virada do IV para o V século, produziu um discurso tentando normatizar a guerra. A sua noção de guerra justa era aquela que empregaria a força para evitar a violência contra os mais fracos e fazer justiça. Deveria atender a três critérios: ser defensiva, visando a correção de injustiças; ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e não podia se iniciar por causa da vontade pessoal de ninguém (IDEM, p.475). Mas tarde, na primeira metade do século XII, já na Idade Média Central, período em que me deterei mais profundamente, Bernardo de Claraval, entusiasta da Cavalaria e da Cruzada, defendeu a legitimidade da guerra contra os infiéis, classificando a morte de um deles não “como *homicidium* ('morte de um homem'), mas como um *malicidium* ('morte de um mal'), já que o pagão que visa oprimir a Cristandade pelas armas é o sustentáculo ativo do mal no mundo” (IDEM, p.476).

É também no período centro-medieval que a Igreja, apoiada por uma parcela da nobreza, cria os conceitos de *pax Dei* (Paz de Deus) e *tregua Dei* (Trégua de Deus). A Paz de Deus objetivava proteger certos tipos de pessoas (clérigos, mercadores, peregrinos, pessoas indefesas em geral). Já a Trégua de Deus proibia o combate em certas épocas do ano (Advento, Quaresma) e durante alguns dias da semana (da noite de quinta-feira até a segunda-feira). É difícil precisar a adesão dos guerreiros a estas determinações, mas é seguro dizer que elas tiveram impacto sobre eles, sobretudo na ética cavaleiresca⁵⁴.

⁵³ A obrigatoriedade de prestação de auxílio militar de um vassalo para com seu suserano era de no máximo 40 dias por ano. Contudo, poucos senhores dispunham dos recursos necessários para manterem suas tropas em campanha por todo esse período de tempo.

⁵⁴ Que se baseava na deferência pela Igreja e na proteção dos pobres, fracos e oprimidos.

Essa crescente limitação da guerra, encontrou uma válvula de escape nas Cruzadas⁵⁵. Com as lutas contra os mouros resolvia-se o problema da guerra justa, obedecendo-se os critérios de Agostinho de Hipona e de Bernado de Claraval. Bem como, dentro da mesma lógica, os ganhos econômicos por meio dos espólios de guerra se tornavam legítimos. Além disso, as Cruzadas ainda permitiram submeter um pouco mais a guerra ao controle eclesiástico, já que geralmente eram convocadas pelo Papa e tinham caráter de peregrinação penitencial, isto é, de viagem a lugares santos que concederiam perdão total aos pecados e garantiriam a salvação eterna⁵⁶. As duas principais regiões para onde se destinavam as Cruzadas eram a Terra Santa e a Península Ibérica.

Durante o período medieval, na Península Ibérica, a guerra também foi uma atividade constante, devido aos confrontos que opuseram, primeiro, os hispano-romanos aos povos germânicos e, posteriormente, os hispano-cristãos aos muçulmanos e entre os diferentes reinos em formação - Portugal, Castela, Leão, Aragão e Navarra.

Contudo, neste artigo, meu objetivo é traçar reflexões sobre como a guerra é representada na obra de Gonzalo de Berceo e, a partir das narrativas de batalhas presentes na sua obra, traçar reflexões sobre o papel da guerra em Castela medieval. Sendo assim, limitar-me-ei as lutas e batalhas que ele representou, não abordando todo o conjunto de conflitos armados citados no parágrafo anterior.

Meu trabalho se insere no campo da História Cultural, pela perspectiva de Roger Chartier, para quem ela tem o objetivo de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler, etc” (CHARTIER, 2002, p.17). Deste modo, optei pelo conceito de representação de Chartier para analisarmos nosso objeto de

⁵⁵ O Papa Urbano II convocou a Primeira Cruzada em 1096 e o movimento cruzadístico só cessou no final do século XIII, porém elas não obtiveram êxito total em acabar com os conflitos entre cristãos. Pelo contrário algumas delas foram dirigidas contra outros cristãos divergentes da ortodoxia católica romana. Por exemplo, a Cruzada dos Albingenses voltada contra os hereges cátaros do sul da França, ou a Quarta Cruzada que atacou a cidade de Constantinopla.

⁵⁶ As ordens militares, como a dos Templários ou dos Hospitalários podem ser vistas como outra forma de submissão das atividades bélicas à Igreja que surgiu no mesmo período das Cruzadas.

estudo. Ele destaca que as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p.17).

Sendo este o caso, passo à posição do autor das representações que serão analisadas. Gonzalo de Berceo (c.a. 1190-1264) é original de La Rioja, Reino de Castela, e ficou famoso por ser conhecido como o primeiro poeta a escrever em castelhano de que se tem notícias históricas. Não se sabe muito sobre sua família, porém é certo que ele possuía um irmão. Berceo iniciou seus estudos no mosteiro beneditino de San Millán de la Cogolla, onde foi criado.

Gonzalo manteve vínculos ao longo de toda sua vida com esta casa e a de San Domingos de Silos. Contudo, nunca fez votos como monge, sendo ordenado clérigo secular, tornando-se diácono em 1221 e, sacerdote, em 1237.

Há vários indícios⁵⁷ de que Gonzalo cursou os *Estudios Generales* da Universidade de Palência. Um deles é que as obras de Berceo fazem parte de um conjunto de textos contemporâneos confeccionados com o mesmo estilo/técnica literária, conhecido como *Mester de Clerecía*. Sua origem não teria sido um ambiente monástico, mas sim universitário e urbano. Como a difusão deste não se daria simplesmente através dos textos, tendo em vista que as técnicas não estão explicitamente enunciadas neles, necessitariam de um centro de formulação, ensino e difusão. Este seria justamente a universidade palentina, que apesar de ter tido uma curta duração (não mais que um século), destacou-se no ensino da gramática (URÍA MAQUA, 1981).

Somados a isso estão algumas características e trechos de sua obra, por exemplo, o domínio do latim; o uso de recursos literários de retórica e sermonística; o emprego da *cuaderna vía* (métrica medieval de estrofes com quatro versos, cada um com 14 sílabas); conhecimentos

⁵⁷ Usei o termo indícios porque esta matéria ainda deixa algumas incertezas. Ynduráin (1976) alega que Berceo não faz menções em suas obras à sua educação universitária, enquanto por outro lado exalta sua formação monástica. Contudo, como explica Andréia Frazão da Silva, o autor só faz isso nas Vida de San Millán de la Cogolla e Vida de Santo Domingo de Silos, padroeiros dos mosteiros a que Berceo se ligava. Seria contraditório que em textos apologéticos e propagandísticos dessas instituições, o autor exaltasse outro espaço de saber. Se existe outra possibilidade de lugar onde Berceo pudesse ter estudado este teria sido a escola da Catedral de Calahorra, mas mesmo assim tendo passado por, ou sendo admitido lá, através de Palência. Cf. SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **La Trayectoria Intelectual de Gonzalo de Berceo**. Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/notabene/indice_andreia.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.

jurídicos; referências irônicas a D. Tello⁵⁸ (como se o conhece-se bem); os dados que apresenta sobre a cidade de Palência; E, por fim, a ausência obscura dele da sua paróquia entre os anos de 1222 a 1237, intervalo de tempo mais do que suficiente para se terminar os estudos universitários na Idade Média. Ou seja, Berceo teve formação mais ampla que a de um sacerdote ou monge comum (DUTTON, 1972; PEÑA DE SAN JOSÉ, 1959; RUIZ DOMINGUEZ, 1999).

Mas ainda há mais um dado a ser mencionado sobre sua vida, recentemente descoberto e estudado por Juan Bautista Olarte:⁵⁹ sua assinatura se encontra entre as das testemunhas de um documento de doação para o Mosteiro de San Millán em 1212, assinando como *milites*, cerca de uma semana antes da famosa batalha de *Las Navas de Tolosa*.

Portanto, Berceo circulou por vários espaços religiosos e culturais, tornando a obra igualmente comprometida com a pregação pastoral do clero secular e com a moral de vida ascética do clero regular. E, além da sua circulação pelos ambientes intelectuais, se na sua juventude Gonzalo teve contato com ambientes militarizados, conheceu sobre a guerra mais do que apenas notícias, tendo experimentado mais do que relações indiretas com ela (como o pagamento de impostos, por exemplo).

Contudo, se sua formação universitária e suas funções sacerdotais marcaram a forma dos seus escritos por meio das técnicas literárias que o autor usava, sua educação monástica marcou o teor dos seus escritos, muito fiéis a ela. Portanto, seria pertinente falar um pouco mais do mosteiro de San Millán.

Ele situa-se em La Rioja Alta, ao sul de Nájera, e data do século X, embora a tradição ligada ao culto do santo homônimo afirme que este o fundou no século VI. Quando San Millán foi proclamado padroeiro do Reino de Castela, a instituição tornou-se poderosa e influente chegando a ter uma lista de 108 mosteiros fundados por esta casa ou submetidas a ela. O seu período de maior prosperidade foi durante os séculos X e XI, quando foi ampliado e dividido em

⁵⁸ Bispo que fundou a universidade no início do século XIII e que teria conhecido Berceo em Silos.

⁵⁹ Agostiniano licenciado em Teologia, Ciências da Educação, Filosofia e História e Bibliotecário do Mosteiro de San Millán de La Cogolla. Cf. OLARTE, Juan Bautista. **Un Dato Nuevo Sobre Gonzalo de Berceo. Religión y Cultura**. Madrid, v. XLVIII, n. 221-222, p.241-254, abril-setembro, 2002.

mosteiro de San Millán de Yuso e de Suso (Debaixo e de Cima). Possuía importância geográfica – no controle e defesa das terras retomadas aos mouros – e econômica, desempenhando no século X funções urbanas, como organização de mercados. Porém, no século XIII, como a frente de batalha dos cristãos contra os muçulmanos já havia avançado sobre outras terras mais ao sul, tais funções já não seriam mais tão necessárias.

E já no século XII, as doações começaram a migrar para outros centros de peregrinação, para as cidades e para a reorganização do clero secular de La Rioja. Seguiram-se a isso uma série de falsificações de documentos de ordem fiscal, nas décadas de 1220 e 1230, numa tentativa de reaver parte dos rendimentos perdidos. A principal delas seria a dos Votos a San Millán, que obrigava os povoados de Castela e de parte de Navarra a pagar um tributo anual ao mosteiro.

Este mosteiro era também um ponto de parada em uma das rotas de peregrinação a Santiago de Compostela. Essa localização fazia com que passassem pelo mosteiro pessoas de todos os grupos sociais e de muitas localidades. Frente a tamanho público, as hagiografias que veiculavam as vidas dos santos locais ou milagres ocorridos na região de um mosteiro, ampliavam o número de fiéis e, conseqüentemente, o prestígio e a arrecadação de bens (doações).

Sendo assim, monges, paroquianos e peregrinos formavam o público-alvo de Berceo. Ele foi um autor profícuo para os padrões do século XIII escrevendo 8 hagiografias, em forma de poesia: *Hinos*, *Vida de San Millán de la Cogolla* (VSM), *Vida de Santa Oria* (VSO), *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD), *Martirio de San Lorenzo*, *Duelo de la Virgen* (Duelo), *Loores de Nuestra Señora* (Loores) e *Milagros de Nuestra Señora* (Mil)⁶⁰.

Berceo não deprecia as atividades bélicas, ou as condena, em sua obra. Mas também não as exorta por si mesmas. Elas tem que estar submetidas aos desígnios da fé, situação em que inclusive são abençoadas e recebem ajuda de forças sobrenaturais. Sua postura é bem próxima a

⁶⁰ Entre todas estas trabalharei aqui com apenas três delas, a saber: a *Vida de San Millán* (VSM), a *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD) e os *Milagros de Nuestra Señora* (Mil). Os demais documentos, não trazem informações significativas sobre a temática explorada aqui. Tratam-se de textos que se restringem a construção de modelos de santidade (*Vida de Santa Oria*, *Martirio de San Lorenzo*) ou mariológicos mais voltados para o louvor à Maria.

de Agostinho e Bernardo, condenando a guerra por motivos particulares e considerando como homicidas aqueles cristãos que matam outros da mesma fé. Por exemplo, nos Mil., no milagre XVII, *La Iglesia Profanada*, três cavaleiros executam planos de assassinato premeditado de um vizinho por questões de ganância. Os cavaleiros não se detêm mesmo quando o seu vizinho se refugia em uma igreja. Isso deixa a Virgem furiosa, pois ela teve sua igreja profanada por esse ato vil. Como punição aos cavaleiros, Deus envia um fogo infernal que os queima sem arder, como o da sarça de Moisés. Depois de muito suplicarem perdão à Maria, ela os perdoa, porém ordena que procurem o bispo e se confessem. A penitência que recebem é fazer peregrinações carregando os ferros militares nas costas como uma cruz.

Porém, como dito, se a guerra fosse justa, submetida aos interesses da fé e não a interesses escusos, Berceo a representava como aprovada e abençoada.

Nas vidas de santo que o autor escreveu, VSM e VSD, o poeta dedica maior atenção à guerra. Nelas são descritas algumas operações militares. Por exemplo, as cavalgadas, que são sempre iniciativa de pequenos grupos de cavaleiros, que visavam o saque de vilas, castelos e cidades muçulmanas ou o sequestro de mouros e a posterior cobrança do resgate (cavaleiros de Fita contra Guadalajara, GONZALO DE BERCEO, VSD, 737), porém nem sempre obtendo êxito. Ou as aceifas muçulmanas, que eram semelhantes às cavalgadas cristãs em composição, porte e objetivos. Apesar dos objetivos claramente econômicos, não eram condenadas como a história dos três cavaleiros, por causa do inimigo a que se destinavam, pelo menos as cristãs é claro.

Esse raciocínio, do inimigo contra o qual a luta é justa devido a motivos religiosos, também pode ser estendido a maus cristãos, justificando a guerra da mesma forma. Na VSM, uma guerra de conquista empreendida pelo rei visigodo Leovigildo contra a Cantábria é, segundo o poeta, permitida por Deus porque os cantábricos se recusaram a dar ouvidos as profecias de Sán Millán (IDEM, VSM, 289).

A mais detalhada representação de uma guerra feita por Berceo se encontra também na VSM, na qual o poeta retrata a batalha de Simancas. O poeta compõe um relato que se inicia com os cuidados espirituais anteriores a batalha, passando para a preparação terrena, seguindo depois para o ápice do confronto até a vitória final. As estratégias e as alianças são descritas, buscando-se apoio militar (400-405), os castelos são guarnecidos (399), reflete-se sobre o potencial de fogo dos inimigos (407) e mais uma série de diversas precauções são tomadas antes do enfrentamento (413).

Os ataques, as lutas no campo de batalha e a importância da liderança na guerra também são retratados. Por exemplo, os muçulmanos ficam desorientados quando perdem o seu líder, que foge no meio do combate. São descritos até o descanso e a alegria após a luta vitoriosa, bem como a divisão do botim (457-458).

Porém, o relato é permeado por intervenções milagrosas que denotam o teor valorativo da guerra, como era pensada por Berceo, ou seja, justa e apoiada por forças divinas se dirigida aos inimigos da fé: as flechas islâmicas se voltavam contra eles mesmos (444), San Millán e Santiago aparecem nos céus (446-447) e, apesar do menor número, os cristãos saem vencedores (413). A captura e cativo dos prisioneiros feitos visando o resgate ou a fuga de alguns dos adversários também é narrada (VSD 356, 357).

Durante a Idade Média, consideravam-se como coincidentes o corpo social político e o corpo social religioso, amalgamados sob a noção de Cristandade, que ocupava o lugar do que hoje chamamos de humanidade. Portanto, qualquer um que se levantasse contra os planos de Deus era uma ameaça potencial para a sociedade temporal e vice-versa. Bernardo de Claraval, já no século XII, com sua diferenciação entre homicídio e malicídio já pensava assim e Berceo parece concordar com ele. Em minha opinião, isto não ocorre por acaso, tendo em vista que ambos eram defensores da moral monástica e foram ligados durante toda suas vidas a mosteiros beneditinos. Esta ligação com a espiritualidade beneditina tem forte presença em seus escritos.

Esta visão berceana sobre a guerra soma a noção de inimigo válido de Bernado ao conceito de guerra justa de Agostinho. Assim, Berceo condena a atitude dos três cavaleiros dos Mil. como sendo um claro abuso de violência por motivos particulares, enquanto na VSM ele não se limita a considerar a guerra contra os mouros como justa, mas do que isso, ela fora abençoada por Santiago e San Millán.

Valendo-se de recursos oriundos da sua formação universitária, o poeta compõe relatos possivelmente destinados a um público amplo que passava em peregrinação pelo mosteiro de San Millán, que tem seu apelo reforçado pela riqueza de detalhes, que le pode ter adquirido na sua juventude atuando como *militēs*.

Berceo tinha preocupações didáticas para com os fiéis em geral. Porém, particularmente nos relatos aqui apresentados percebe-se que a “moral” de suas histórias dirigem-se aos guerreiros.

Sendo assim, para concluir, gostaria de destacar que as finalidades didáticas da presença da guerra na obra de Berceo atendia a dois objetivos principais. O primeiro deles, mais geral, relaciona-se com a questão do controle e a regulamentação que a Igreja tentava impor sobre as atividades bélicas, contendo a “anarquia feudal”, com as mencionadas Paz e Trégua de Deus, baseadas nas noções de guerra justa e inimigo válido, já detalhadas aqui. Como dito, Berceo não só ecoava essas ideias, como também posicionava-se positivamente sobre a guerra, representando-a como aprovada e auxiliada pelas forças sobrenaturais, caso estivesse a serviço da fé. Essa era uma mensagem clara e direta para a parcela guerreira da sociedade, se levado em conta que, no contexto castelhano do século XIII, a guerra era uma atividade sob um maior controle da monarquia se comparada a outras regiões do Ocidente e contra um inimigo de outra fé (mouros), assumindo nesse caso uma aura de Cruzada⁶¹.

O segundo e último objetivo seria mais local e estaria ligado a interesses financeiros do mosteiro de San Millán. Como mencionado, no século XIII, a época de auge econômico e

⁶¹ Cf. RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

prestígio social deste mosteiro já havia passado. Neste sentido, ao abençoar a guerra por meio da figura de Santiago e San Millán, o discurso de berceano assumia uma função propagandística, visando captar doações junto aos guerreiros. Visava atingir desta forma, não só os da região de La Rioja, mas também os peregrinavam para Santiago de Compostela, associando o padroeiro desta cidade com o do mosteiro. Ou mesmo ainda, aqueles que se dirigiam para a frente de batalha contra os muçulmanos mais ao sul da península e esperavam contar com a mesma proteção que tiveram os que lutaram na batalha de Simancas.

Documentação Textual:

GONZALO DE BERCEO. **Obra Completa**. Coordenado por I. Úria Maqua. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

_____. **Obras Completas de Gonzalo de Berceo**. Ed. Jorge García López y Carlos Clavería. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2003.

Referências Bibliográficas:

ANCOS, Pablo. Los poemas en cuaderna vía del siglo XIII como textos cerrados y obras abiertas. **Revista Romance Quarterly**, n. 56, p.154-169, 2009.

BALESTRINI, María Cristina. La Hagiografía de Clerecía como discurso de la verdad: una revisión del problema. **Letras: revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires**, n. 52-53, p.138-145, 2005-2006.

BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. v. 1, p.473-487.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002. Coleção Memória e Sociedade.

DIAGO HERNANDO, Máximo. Los señoríos monásticos en La Rioja Bajomedieval. Introducción a su Estudio. **Berceo**, n. 131, p.85-107, 1996.

- DUTTON, Brian. Gonzalo de Berceo: unos datos biográficos. In: JONES, Cyril A. e PIERCE, Frank (coord.). Congreso Internacional de Hispanistas, 1, Oxford, 6-11 de setembro de 1962. **Atas...** Oxford: The Dolphin Book, 1964, p.239-248.
- _____. The Chronology of the Works of Gonzalo de Berceo. In: HAMILTON, Rita. **Medieval Hispanic Studies Presented to Rita Hamilton**. London: Tamesis, 1976. p. 67-76.
- FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média. O Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GARCÍA PRADO, Justiniano. **Historia de La Rioja**. Logroño: Caja de Ahorros de La Rioja, 1983. 4v. V. 2: Edad Media.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- OLARTE, Juan Bautista. Un Dato Nuevo Sobre Gonzalo de Berceo. **Religión y Cultura**, Madrid, v. XLVIII, n. 221-222, p.241-254, abril-setembro, 2002.
- PEÑA DE SAN JOSÉ, Joaquín. Documentos del convento de San Millán de la Cogolla en los que figura Don Gonzalo de Berceo. **Berceo**, n. 50, p.79-94, 1959.
- RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.
- RUIZ DOMÍNGUEZ, Juan Antonio. **El mundo espiritual de Gonzalo de Berceo**. Logroño: Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1999. (Colección Centro de Estudios Gonzalo de Berceo: 17).
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da (Coord.). **Banco de dados das hagiografias ibéricas. (Séculos XI ao XIII)**. Rio de Janeiro: Pem, 2009, Coleção Hagiografia e História, v. 1. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hh1.pdf> . Acesso em: 22 mar. 2010.
- _____. Hagiografia e poder nas sociedades Ibéricas medievais. **Revista de Ciências Humanas**, n.10, p. 135-172, 2001.
- _____. **La Trayectoria Intelectual de Gonzalo de Berceo**. Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/notabene/indice_andreia.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.
- _____. **Reflexões sobre a Hagiografia Ibérica Medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Iacobi e das Vidas de Santos de Gonzalo de Berceo**. Niterói: Eduff, 2008. Coleção Estante Medieval, v.3.
- URÍA MAQUA, Isabel. Sobre la unidad del Mester de Clerecía del Siglo XIII. Hacia un replanteamiento de la cuestión. In: GARCÍA TURZA, Claudio (coord.). Jornadas de Estudios

Berceanos, 3, Logroño y Monasterio de Cañas, 3-5 dezembro de 1979. **Atas...** Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1981. p.179-188.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

YNDURÁIN, Domingo. Algunas notas sobre Gonzalo de Berceo y su Obra. *Berceo*, n. 90, p.3-68, 1976.

OS GUERREIROS LICANTROPOS NA TRADIÇÃO GERMÂNICA E ESCANDINAVA

*Renan Marques Birro**

Mas eu adoto para mim e afirmo que o grande segredo do poder da moral no exército é que (nas palavras de Cromwell) todas as fileiras devem 'saber pelo que eles lutam, e amar o que eles sabem' (FORTECUE, 1922, 22).

A importância da moral no meio militar sempre foi um ponto observado e valorizado entre os líderes militares e pelos homens que compõem as forças de guerra. Os antigos oradores do período helenístico reclamaram da baixa moral do exército mercenário contratado pelas cidades-Estado gregas (LENDON, 2007: 500).

Um alerta parecido foi dado por Vegécio (sécs. IV-V)⁶², especialista militar romano da *Antiguidade Tardia*, assim como, muitos séculos depois, Maquiavel (1469-1527)⁶³ declarou a falta de virtude (*virtú*) inata das tropas contratadas para lutar por sua majestade, pois “eles não tem outras paixões ou incentivos para permanecer no campo, exceto seu desejo por um pouco de estipêndio e, obviamente, isto não é o suficiente para fazê-los morrer por vós” (PERCY, 2006, 76; NICCOLÒ MACHIAVELLI, XII).

Estes dados reforçam a hipótese de que a disposição de espírito dos homens no exercício belígero serve como um importante fator para aumentar a coragem dos indivíduos em guerra.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), membro do *Scriptorium/UFF* (www.scriptorium.uff.br) e bolsista CAPES.

⁶² **Públio Flávio Vegécio Renato** (sécs. IV-V) foi um provável estadista, perito em assuntos militares e em medicina veterinária. Ele serviu ao imperador Teodósio (279-295), "o invencível imperador". Entre suas principais considerações, o autor do *Epitoma rei militaris* sugeriu a reintrodução do exército composto por cidadãos, em oposição à germanização progressiva das fileiras romanas. Para mais informações, ver: TEIXEIRA, Raphael Leite. *A guerra no Império Romano Tardio*. Série História & Literatura Germano-Escandinava, vol. 5 (no prelo). Vitória: DLL/UFES, 2012.

⁶³ **Niccolò di Bernardo dei Machiavelli** (1469-1527) foi um historiador, filósofo, humanista e escritor florentino durante a *Renascença*. Ele serviu como secretário da República de Florença entre 1498 e 1512, período no qual os Medici não estavam no poder. A experiência no meio político permitiu que este arguto escritor compusesse obras avançadas para a época, inclusive a mais famosa, *O príncipe*, um *espelho de príncipes* que sugeria, entre outros assuntos, a dureza e a dupla moralidade do governante (VIROLI, Maurizio. Introduction *In*: NICCOLÒ MACHIAVELLI. *The Prince*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. xii-xxxix).

Ademais, em certos casos, a moral não apenas contaminava os homens bem dispostos no *front*: os franceses que lutaram *per le empeur* eram considerados invencíveis até a derrota na *Batalha de Bailén* (1808), na Andaluzia. Sendo assim, seus inimigos sentiam-se inaptos a enfrentar soldados fadados a vencer, o que diminuía o ânimo dos adversários e fornecia uma poderosa arma psicológica com efeito sobre os dois lados do conflito (FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, 2004, 202)⁶⁴.

No medievo, alguns homens chegaram ao extremo da moral guerreira, e acreditavam que nenhum armamento poderia provocar ferimentos: eram chamados de *berserkir* (ou *úlfhédnar*), os guerreiros do deus nórdico Óðinn, que lutavam inspirados por um frenesi divino. Conforme a *Ynglinga saga* (c. 1230):

Seus homens precipitavam-se à frente sem proteção e eram insanos como cães e lobos. Eles mordiam seus escudos e eram forte como ursos e touros, e matavam homens com um golpe [apenas]. Nem fogo ou ferro podia pará-los. Isto [o transe] era chamado berserkergangr (Ynglinga saga, VI).

A etimologia da palavra *berserkr* ainda suscita diversos debates para elucidar seu significado. Alguns acreditam que significava “sem camisa”, clara referência ao costume desses guerreiros de não se protegerem. Outros sugerem que a palavra é a concatenação dos radicais *-ber* (do germânico *bär*, urso) e *-serk* (do escocês *sark*, camisa) (BERSERK *In*: ORDBOG OVER DET NORRØNE PROSASPROG, 2011).

Outros eruditos optam por não vincular o sufixo *berr-* apenas ao urso, mas ao estado de nudez ou ausência (LANGER, 2007, 44-47; LIBERMAN, 2004, 97-101; MIRANDA, 2010, 66). É possível ainda ligar o radical não somente a este animal, mas também ao javali (*eber*) e ao verbo *bero*, que significa combater ou golpear. Portanto, as duas feras em questão foram associadas à coragem e à virtude guerreira e, no bojo da questão, é possível estender o vínculo

⁶⁴ Vale ressaltar que o impacto do fracasso dos “sapos” teve um efeito contrário para os espanhóis e ingleses: o desânimo das tropas francesas tornou-se fatal e auxiliou o progressivo avanço das forças inglesas e a consolidação de um novo exército por *su católica majestad* no território espanhol (FISHER, Todd, FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, Bernard (eds.). *Origins of the conflict In: _____*. *The Napoleonic Wars: The Rise and Fall of an Empire*. London: Osprey Publishing, 2004, p. 202).

também aos *berserkir* (PASTOREAU, 2006, 71). Quanto aos *úlfhéðnar*, sua tradução não deixa dúvida: “os peles de lobo” (*ÚLFHÉÐNAR In: FRITZNER, 2011*).

Todavia, as divergências linguísticas não eliminam ou empobrecem a importância de tais homens, que despontaram diversas vezes na literatura germano-escandinava. Eles faziam parte de uma tradição indo-européia dos cultos de guerreiros em frenesi, conhecidos pelos eruditos como *Männerbünde* (LINDOW, 2001, 75-76).

Em suma, a fixação com os lobos era tamanha que, em certas condições, fazia com que o guerreiro sofresse um ataque epiléptico. Alguns especialistas acreditam que a fúria *berserkr* era uma condição hereditária, e certas evidências textuais posteriores reforçam esta ideia (HEATH & McBRIDE, 1985, 47).

Sendo assim, cabe realizar um breve levantamento das menções dos guerreiros-lobo para melhor estabelecer suas características.

A primeira menção da crença na transformação do homem em lobo foi realizada por São Bonifácio (c. 652-754)⁶⁵, clérigo que admoestou os germânicos sobre diversos perigos espirituais:

*Quais são, portanto, as obras do diabo? Estas são: a soberba, a idolatria, a inveja, o homicídio, a detração, a mentira, o perjúrio, o ódio, a fornicação, o adultério, toda poluição, o furto, o falso testemunho, a rapina, a gula, a embriaguez, a torpeza, as desavenças, a ira, a magia, executar encantos e sortilégios, **crer em bruxas e em fictícios lobisomens**, cometer aborto, desobedecer ao Senhor, ter filactérias* (BONIFACIUS, Sermo XV)⁶⁶.

A visão da Igreja era clara quanto à licantropia: ela estava associada diretamente com várias formas de encantamento. Com o avançar do século VIII, tanto as bruxas quanto os lobisomens passaram a realizar um crime não só contra a sociedade, mas também um grave pecado para com Deus (RUSSEL, 1972, 64-65).

⁶⁵ **São Bonifácio** (c. 652-754), o apóstolo dos germânicos, foi um missionário no império franco do século VIII. Ele é o santo padroeiro da Alemanha. (WILLIBALD. *The Life of Saint Boniface In: NOBLE, Thomas F. X.; HEAD, Thomas, HOARE, F. R. Soldiers of Christ: Saints and Saints' Lives from Late Antiquity and the Early Middle Ages.* London: Continuum International Publishing Group, 1995, p. 107-140).

⁶⁶ BONIFACIUS. Sermo XV, De abrenuntiatione in baptisate. *Patrologia Latina*, LXXXIX, p. 870-872. O grifo é meu.

Tamanha repulsa pela relação entre o homem e o lobo deve-se a inúmeras razões, entre elas: 1) as referências bíblicas nefastas quanto ao lobo, ao urso e aos transe diabólicos (Isaías 11.6, Provérbios 28.15, Lucas 9.39, 11.13, 13.11-16; Marcos 1.23-26, 1.32-34; Atos 10.38, 19.12, entre outras passagens; SLUHOVSKY, 2002, 150-154); 2) a associação destes animais com as crenças pagãs germano-escandinavas (PASTOREAU, 2006, 59-68 e 84-85); por fim, 3) o terror imposto por estes guerreiros durante a era das invasões vikings, que provavelmente alardeavam a possibilidade de cair no frenesi lupino.

De fato, a terceira etapa foi usada como um engodo para ludibriar os inimigos dos lombardos em certa ocasião. Conforme Paulo Diácono (c. 720-800)⁶⁷,

*Assim, os Lombardos, ao ver as grandes hostes de seus inimigos e sem se atrever a chocar com eles pela parcimônia de seu próprio exército, se puseram a decidir o que fazer e a necessidade propiciou um plano. Simularam que em seu acampamento havia alguns cinocéfalos, isto é, guerreiros com cabeças de cão. Divulgaram entre as hostes que eles guerreavam com persistência, bebiam sangue humano e, se não podiam alcançar a hoste [inimiga], bebiam o seu próprio [sangue] (PAULO DIACONUS, *Historia Langobardorum*, I, VIII).*

Como resultado óbvio do artifício, os adversários fugiram ao imaginar o combate contra inimigos sobre-humanos. Apesar de o relato ser sucinto quanto a qualquer crença na manifestação licantrópica, a força e jovialidade parecem estar aliadas ao urso e ao lobo e, no caso lombardo, representavam o futuro da tribo (DUMÉZIL, 1971, 7; SPEIDEL, 2004, 19).

Como afirmou a historiadora Hilda Roderick Ellis Davidson,

o urso parece simbolizar o campeão solitário, lutando um combate singular e liderando seus homens. O lobo pode simbolizar um fora-da-lei, que vigia a sociedade, mas também o jovem guerreiro que, se escondendo na floresta, espera a oportunidade de executar um feito de vingança (DAVIDSON, 1988, 79).

⁶⁷ **Paulo Diácono** (c. 720-800) nasceu na Cividale del Friuli em c. 720. Ele era descendente de uma família de estirpe nobre que acompanhou o rei Alboíno durante a invasão da Itália, em 568. Paulo foi educado numa escola da sua cidade e, quando jovem, foi enviado para Pavia, onde viveu entre 740 e 750. Ele tornou-se diácono em meados do século e talvez até mesmo monge: o jovem friuliano abandonou os privilégios cortesãos e seguiu para Monte Cassino. Paulo foi um dos eminentes membros da *Schola palatina* da corte carolíngia, de 782 a 787, período em que escreveu a *Historia Langobardorum*. Ele seguiu para Monte Cassino, onde morreu no final do século VIII (FIORIO, Jardel Modenesi. Os Lombardos, Paulo Diácono e a *Historia Langobardorum* In: _____. *Mito e Guerra na Historia Langobardorum*. Vitória: DLL-UFES, 2011, p. 8-9).

O mito de origem dos lombardos, por sua vez, reforça o segundo princípio proposto: a migração da Escandinávia até a península itálica foi promovidas por dois jovens irmãos e chefes militares que, batalha após batalha, fizeram o nome e a grandeza de seu povo.

As representações de guerreiros com cabeças de cão (ou lobo) também estão presentes em alguns indícios arqueológicos do século VI e VII. Uma matriz para fundição encontrada em Öland mostra um guerreiro com uma máscara canídea, armado e com braços e pernas humanos. Próximo a ele, há uma figura caolha que provavelmente é uma representação do deus Oðinn.

A *Volsunga saga* também registrou essa crença na licantropia, pois o herói Sigmund e seu filho Sinfjotli vestiam peles de lobo, falavam a língua dos lobos e uivavam no momento do ataque:

Um terrível destino caiu sobre eles, pois eles tinham peles de lobos penduradas sobre eles na tenda. Eles podiam verter as peles a cada dez dias. Eles eram príncipes. Sigmund e Sinfjotli foram até as peles, e não puderam retirá-las de novo – um estranho poder havia ali, assim como antes, e eles uivavam como lobos, ambos entendendo o que era dito (VOLSUNGA SAGA, VII).

O encaminhamento de Davidson parece se encaixar perfeitamente ao caso destes heróis: Sigmund e Sinfjotli estavam desejosos por uma vingança, e a transformação foi propícia para que eles alcançassem seu objetivo. A descrição, todavia, sugere uma transformação involuntária, quase uma maldição, pois eles desejavam retirar as peles, sem sucesso. Somente após o “teste” das novas habilidades que os príncipes se conformaram com a situação e a usaram a seu favor.

Outro escandinavo com características metamórficas foi o O *jarl*⁶⁸ Siward ou Sigeward da Northumbria († 1055), dinamarquês de origem e servidor de destaque na casa do rei Knutr inn *riki* da Dinamarca (Canuto, o grande, c. 985-1035). Ele alcançou uma grande glória em 1054, pouco antes de falecer, ao fazer frente e vencer o rei Mac Bethad mac Findlaích *Rí Deircc* (ing.

⁶⁸ O *jarl* (pl. *jarlar*) era, depois do rei, o mais proeminente homem da *Era viking* (c. 800-1066). O título de *jarl* conferia ao seu detentor um *hird* (séqüito de nobres guerreiros), além do controle de um distrito como um oficial do rei ou a autonomia para governar um distrito de forma independente. Os *jarlar* mais famosos da Noruega foram os de Lade, extremamente poderosos durante os séculos X-XI (HOLMAN, Katherine. Earl [ON jarl] In: _____ . *Historical Dictionary of the Vikings. Historical Dictionaries of Ancient Civilizations and Historical Eras, No. 11*. Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 81-82).

MacBeth, *o rei vermelho*, † 1057)⁶⁹ para vingar a morte, ao que tudo indica, de seu próprio filho ou do rei das terras altas anterior, Dunwal (*Vita Waldevi*, 110-111; *Historia Anglorum*, V, 194; *Anglo-Saxon Chronicle*, Ms C & D, 1054; *Chronicon ex chronicis*, 212).

Conforme a *Vita et passio Waldevi comitis* ou apenas *Vita Waldevi* (*A vida e a paixão do conde Waltheof*, c. 1207-1214), o único documento a abordar sua vida desde o início,

A tradição dos antigos sobre certo nobre [Ursus], a quem o Senhor permitiu, contra a ordem humana natural da procriação, que tivesse como pai um urso branco e uma mulher generosa [nobre] como mãe, [ser] procriado; Ursus gerou Spratlingus; Spratilingus gerou Ulsius; Ulsius gerou Beorn, cognominado Beresune, ou seja, filho do urso. Beorn era da nação danesa, egrégio conde e guerreiro ilustre. Como sinal de sua espécie diferente pela geração diferenciada, ele dispunha das aurículas paternas, ou seja, de urso. Em todas as outras coisas ele era semelhante à mãe. E posteriormente, após muitos feitos e experiências de guerra, ele gerou um filho que imitava a força, a habilidade e a probidade paterna. Seu nome era Siward (na margem das palavras: cognominado Diere, ou seja, forte (grossus) (Vita Waldevi, 104-105).

Siward era o reflexo futuro de uma reunião naturalmente impossível, mas garantida por Deus. Além das habilidades físicas e o título do pai e dos demais antepassados⁷⁰, era nobre por parte de mãe, e estes aspectos impulsionaram-no a mostrar seu valor. Em sua primeira aventura, ele enfrentou sozinho um dragão que atemorizava uma ilha.

Portanto, conforme Davidson, ele se enquadra na condição de herói solitário capaz de feitos extraordinários, que se deslocava para frente da linha de guerra e desafiava um adversário temível para um combate singular, como forma de estimular os seus homens após a vitória sobre o oponente (DAVIDSON, 1986, 142-150)⁷¹. A moral exigida para agir desta maneira era consideravelmente superior a dos guerreiros comuns, e a inspiração animal fornecia o aparato psicológico para que os guerreiros acometidos pelo frenesi fossem tão destemidos.

⁶⁹ **Mac Bethad mac Findlaích Rí Deirce** (ing. MacBeth, *o rei vermelho*, † 1057) ...

⁷⁰ Com exceção de Spratilingus, todos os antepassados de Siward apresentam nomes com radicais latinos ou nórdicos que se referem ao urso (-ul e -ber). Na Europa Setentrional, a associação de animais selvagens aos nomes era comum: Hildulf e Gundolf (Alto Alemão Antigo, "lobo de guerra"), Hildebern e Wigbern (Saxão Antigo, "urso de guerra"), Heathuf (Inglês Antigo, "lobo de guerra"), Gunnbjörn (Nórdico Antigo, "urso de guerra"), entre outros (GREEN, Dennis Howard. *Warfare In: _____ . Language and History in the Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University press, 1998, p. 80-81).

⁷¹ DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. *Shape-changing in the Old Norse Sagas In: OTTEN, Charlotte F. (ed.). A Lycanthrope Reader: werewolves in Western culture*. New York: Syracuse University Press, 1986, p. 142-150.

Sendo assim, certamente lobos e ursos foram os animais mais relacionados com o *berserkr* (CHARTRAND et al, 2006, 102). O caso lombardo, os heróis da *Volsunga saga* e o *jarl* Siward faziam parte dos homens que acreditavam na transformação metamórfica, fosse ela associada ao lobo ou ao urso, embora os aspectos licantrópicos tenha recebido maior atenção na literatura islandesa.



Figura 1 - Oðinn em posição de dança? - A possível deidade (à esquerda) está em posição frontal e apresenta um capacete com duas serpentes gêmeas (uma alusão à transformação de Oðinn em serpente no *Skáldskaparmál*?), ou dragões, ou até mesmo corvos nas extremidades de chifres. Ela ainda porta uma espada suspensa na altura do tórax e duas lanças. O guerreiro-lobo, por sua vez, está voltado para o deus. Ele carrega uma grande e grossa lança aristocrática na mão esquerda, enquanto a direita está erguida; veste um saiote com uma cauda acentuada e mantém a boca entreaberta. Esta imagem rememora os rituais de dança ofertados a Oðinn. Talvez neles os indivíduos alcançassem o *berserksgangr*. Esse indício arqueológico é motivo de debate entre vários eruditos, pois alguns não acreditam que a figura à esquerda seja de fato o deus Oðinn. **Fonte:** Torslunda, Öland. Statens Historiska Museen, Stockholm, inv. nr. 432572.

72 Essa possibilidade foi avidamente criticada pelo Prof. Dr. Johnni Langer (UFMA). É possível que as figuras nas extremidades dos chifres sejam realmente corvos, como sugerido pelos objetos semelhantes em Starayja Ladoga e em capacetes anglo-saxões e pré-vikings. Todavia, a crítica comporta uma ressalva: Oðinn se transformou em serpente no *Skáldskaparmál*, além desse animal estar vinculado ao estado de transe xamânico e ao mundo dos mortos, como o próprio Prof. Langer constatou em um artigo que publicou um ano antes da crítica. Ademais, amuletos em formato de serpente foram encontrados na Noruega, em Birka e em Hedeby durante a *Era viking*. Assim, esta questão merece maiores aprofundamentos críticos. Respeito profundamente as interpretações de Régis Boyer, Rudolf Simek, Richard Hall e James Graham-Campbell, motivo pelo qual eu inseri as interpretações propostas destes eruditos à imagem nessa versão. Mas, com a mesma consideração, segui a interpretação de Benjamin Blaney, pois sua obra sobre os *berserkir* é uma das principais referências sobre esses guerreiros odínicos

Neste ínterim, o poema *Haraldskvæthi* (*A balada de Haraldr*, séc. IX)⁷³ é a mais antiga referência aos guerreiros odínicos nos epítetos de *berserkir* e *úlfheðnar*. Os principais guerreiros do rei Haraldr *inn hárfagri* mencionados são “grenjuðu berserkir, guðr vas á sinnum, emjuðu ulfheðnar ok ísörn dúðu” (“Os *berserkir* urraram assim que a batalha começou, os *úlfheðnar* gritaram alto e sacudiram suas armas”)(ÞÓRBJÖRN HORNKLOFI. *Haraldskvæði*, v. 8, l. 1-8).

A *Egils saga* (c. 1230), por sua vez, apresenta passagens que aludem “alterações de espírito” lupínicas. O camarada de Kveldúlfr, Berðlu-Kári, era um *berserkr*. Além disso, cada noite Kveldúlfr manifestava uma estranha ferocidade:

Havia um homem chamado Úlfr, filho de Bjálfr e Hallbera, filha de Úlfr, o não-covarde; Ela era irmã de Hallbjorn meio-troll de Hrafnista, e ele era o pai de Ketill Haeng. Úlfr era um homem tão alto e forte que ninguém podia enfrentá-lo em combate. Em sua juventude ele cruzou os mares à vikingr, e seu companheiro nestas aventuras era um homem de boa família chamado Berðlu-Kári, forte e cheio de coragem. Ele era um berserk.

[...]

Mas a cada noite ele se deitava cedo, pois seu mau temperamento alcançava tal grau que ninguém podia falar com ele, e antes que isso acontecesse ele se dirigia para a cama. Diziam que ele era capaz de mudar de forma, e o povo chamava-o de Kveld-Úlfr [Lobo Noturno] (EGILS SAGA, I).

A onomástica não nos engana: Úlfr *inn óargi* (“o não-covarde”, pela lógica, “o feroz”), Bjálfi (“pele de animal”) e Hallbjörn hálftröll (“semi-troll”) colocam esses personagens com características um tanto singulares, além dos outros antepassados com nomes que apresentam o radical -ber. Também vale ressaltar que Grímr é um dos cognomes de Oðinn, e *skalli* (“cabeça

até hoje (BIRRO, Renan M. A imagem dos guerreiros odínicos na literatura germânica e escandinava *In: _____*. *Uma história da guerra vikingr*. Vitória: DLL/UFES, 2011, p. 87-104; LANGER, Johnni. O mito do Dragão na Escandinávia - Parte dois: as Eddas e o sistema ragnarokiano *In: Brathair* 7 (1), 2007, p. 66; LANGER, Johnni. – Guerra ao modo Viking. Resenha de SPRAGUE, Martina. *Norse warfare: unconventional battle strategies of the ancient vikings*. New York: Hippocrene Books, 2007. Ilustrado, 369p. ISBN-13: 978-0-7818-1176-7 *In: Brathair*, 8 (2), 2008: 85-93. (<http://www.brathair.com>); BLANEY, Benjamin. *The berserkr: his origin and development in Old Norse literature*. Diss. Colorado: University of Colorado, 1972).

⁷³ A *Haraldskvæthi* (ou *Hrafnsmól*) foi composta pelo escaldo Thórbiorn Hornklofi (séc. IX-X). Pouco se sabe sobre ele: apenas que era nobre bem recebido na corte dos reis. Os especialistas lhe atribuem a autoria de outro poema: a *Glymdrápa* (séc. IX), canto que descreve várias batalhas do rei Haraldr antes de conquistar toda a Noruega. Os eruditos também acreditam que as estrofes 7 a 11 da *Haraldskvæthi* fazem parte de outro poema que se perdeu e, posteriormente, foi integrado a esta obra (*OLD NORSE POEMS*. Traduzido por Lee M. Hollander. New York: Columbia University Press, 1936, p. 56-60).

calva” ou “careca”) é uma associação clara aos *berserkir*, pois de acordo com algumas sagas, eles eram carecas com ossos largos em sua testa (FINLAY, 2000, 89).

Kveldúlfr ainda nos favoreceu com mais uma passagem desse gênero. Ele e os seus manifestaram o frenesi em batalha ao vingar a morte de Þórolfr e eliminar alguns guerreiros de Haraldr:

Kveld-Úlfr tinha em sua mão um machado de batalha; mas quando ele subiu a bordo, fez seus homens colocarem-se sob o passadiço da popa e cortassem as amarras, enquanto ele próprio lançou-se contra a popa. E disseram que ele estava em transe, assim como vários de seus companheiros. Eles mataram todos que entraram em seu caminho, e o mesmo fez Skalla-Grímr; pai e filho não pararam até limpar todo o barco. Quando Kveld-Úlfr chegou até ao toldo, ele brandiu alto o machado e golpeou Hallvarð, atravessando-lhe o elmo e a cabeça, e o afundou até o cabo; então ele tirou [o machado] com tanta força que levantou Hallvarð no ar e lançou-o pela borda (EGILS SAGA, XXI).

A força do “lobo noturno” e de seu filho justificava suas alcunhas. Ao confrontar seu principal adversário, a arma de Kveld-Úlfr foi capaz de atravessar o elmo de tal forma que manteve o corpo da vítima preso.

A bravura dos guerreiros em batalha foi acentuada com a mescla de homens com cães e lobos. Este ímpeto atravessou gerações em um processo de longa duração. De maneira progressiva, formaram-se novas construções mitológicas, enquanto outras perderam seu vigor.

Inicialmente, no coração da sociedade germânica, os guerreiros canídeos eram combatentes míticos de Oðinn. Esta condição é evidente no caso lombardo, por exemplo, uma vez que os asseclas odínicos com cabeça de cão foram os fundadores da tribo lombarda e, conseqüentemente, formavam a sua elite guerreira.

A expansão em direção ao sul e a influência e adesão de outros povos atenuou o mito dos *cynocephalus*, que permaneceu na coletividade e foi transmitida oralmente.

No extremo Norte europeu, o mito dos lobos existiu por mais tempo graças à sobrevivência do paganismo. Assim, a literatura escandinava registrou as melhores informações dos *úlfheðnar*.

A imagem dos combatentes acometidos pelo *berserksgangr* sofreu transformações à medida que o cristianismo penetrou na Escandinávia, pois os *berserkir* passaram a despontar na literatura, ora como heróis, ora como vilões – um exemplo é a luta entre Egill e Ljótr (*Egils saga*, 66); o oponente do herói era um berserk perverso e viciado em batalhas que desposou forçosamente a filha de um camarada de Egill.

Essa transformação da imagem dos *berserkir* levou alguns eruditos a descartar a possibilidade que eles tenham de fato existido: para muitos se trata de uma criação literária do século XIII. O debate é atual e continua a despertar o interesse de vários especialistas.

Todavia, o papel das crenças, o simbolismo e a incorporação de radicais animais aos nomes dos indivíduos sugerem uma participação mais efetiva do que uma simples invenção erudita posterior. O impacto dos guerreiros em fúria está registrado inclusive nas orações ocidentais. A mais famosa delas aponta o efeito que os asseclas do Norte impunham com nomes que se remetiam aos animais, a sua fúria, selvageria e altivez: “Da selvagem gente normânica [i.e., dos homens do Norte] que devasta nosso reino, nos liberte, Deus”.

Portanto, a temática animal teve um papel fundamental para a moral guerreira dos povos germano-escandinavos. Ao utilizar técnicas de autoindução e esmorecimento psicológico do adversário, eles foram capazes de promover o terror no Ocidente medieval durante quase trezentos séculos, além de garantir um espaço significativo no legado escrito e nas lendas que ainda estão presentes no imaginário popular da Europa.

Documentação Textual:

ANGLO-SAXON CHRONICLE, MS C & D.

BEDE. *HISTORIA ANGLORUM*.

BONIFACIUS. Sermo XV, De abrenuntiatione in baptisate. **Patrologia Latina**, LXXXIX.

EGILS SAGA.

IOANNES WIGORNENSIS. **Chronicon ex chronicis**.

NICCOLÒ MACHIAVELLI. *Il principe*, XII (Quot sint genera militiae e de mercennariis militibus).

OLD NORSE POEMS. Traduzido por Lee M. Hollander. New York: Columbia University Press, 1936, p. 56-60.

PAULO DIACONUS. **Historia Langobardorum**.

ÞÓRBJÖRN HORNKLOFI. Haraldskvæði *In: JÓNSSON, Finnur. Carmina Scaldica*. Udvalg af norske og islandske skjaldekvad ved Finnur Jónsson G.E.C. Gads Forlag. København, 1929, v. 8, l. 5-8 Disponível em: <www.heimskringla.no/original/skaldekvad/haraldskvaedi.php> Acesso em 25 fevereiro 2008.

VITA WALDEVI.

VOLSUNGA SAGA. Edição bilíngüe de R. G. Finch, com introdução, notas e apêndice. London: Thomas Nelson and sons, 1965.

YNGLINGA SAGA.

Referências Bibliográficas:

“Ber·serkr”. *In: Ordbog over det norrøne prosasprog* Disponível em <http://www.onp.hum.ku.dk> Acesso em 10 out 11.

“Berserk”. *In: LINDOW, John. Norse Mythology: A Guide to the Gods, Heroes, Rituals, and Beliefs*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 75-76.

BIRRO, Renan M. A imagem dos guerreiros odínicos na literatura germânica e escandinava *In: _____*. **Uma história da guerra vikings**. Vitória: DLL/UFES, 2011, p. 87-104.

BLANEY, Benjamin. Berserkr *In: PULSIANO, Phillip; WOLF, Kirsten. Medieval Scandinavia: an encyclopedia*. Oxford: Routledge, 1993, p. 37-38.

BLANEY, Benjamin. *The berserkr: his origin and development in Old Norse literature*. Diss. Colorado: University of Colorado, 1972).

- CHARTRAND, R et al. *The vikings: voyagers of discover and plunder*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 102.
- DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis Davidson. The rites of Battle In: _____. *Myths and symbols in pagan Europe: early Scandinavian and Celtic religions*. Manchester: Manchester University Press, 1988, p. 79.
- DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. Shape-changing in the Old Norse Sagas In: OTTEN, Charlotte F. (ed.). *A Lycanthrope Reader: werewolves in Western culture*. New York: Syracuse University Press, 1986, p. 142-150.
- DUMÉZIL, G. *El destino del guerrero*. México: Siglo XXI, 1971, p. 07;
- FINLAY, Alison. *Pouring Óðinn's Mead: An Antiquarian Theme?* In: BARNES, Geraldine; ROSS, Margaret Clunies. *Old Norse Myths, Literature and Society. Proceedings of the Eleventh International Saga Conference*. Sydney, 2000, p. 89.
- FIORIO, Jardel Modenesi. Os Lombardos, Paulo Diácono e a Historia Langobardorum In: _____. *Mito e Guerra na Historia Langobardorum*. Vitória: DLL-UFES, 2011, p. 8-9.
- FISHER, Todd, FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, Bernard (eds.). Origins of the conflict In: _____. *The Napoleonic Wars: The Rise and Fall of an Empire*. London: Osprey Publishing, 2004, p. 202.
- FORTESCUE, J. W. It's scope and definition In: _____. *Military History*. Cambridge: Cambridge University Press Archive, 1923, p. 1-35.
- FRITZNER, J. úlfhéðnar In: _____. *Fritzners ordbok* Disponível em www.edd.uio.no Acesso em 21 out 11.
- GREEN, Dennis Howard. Warfare In: _____. *Language and History in the Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University press, 1998, p. 80-81.
- HEATH, Ian & MCBRIDE, Angus. *Osprey Series Elite 003: The Vikings*. London: Reed International Books, 1985 p. 47.
- HOLMAN, Katherine. Earl [ON jarl] In: _____. *Historical Dictionary of the Vikings. Historical Dictionaries of Ancient Civilizations and Historical Eras, No. 11*. Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 81-82.
- LANGER, Johnni. Fúria e sangue: os berserkers. *Desvendando a História* 3 (16), 2007, pp. 44-47.

- _____. O mito do Dragão na Escandinávia - Parte dois: as Eddas e o sistema ragnarokiano *In: Brathair* 7 (1), 2007, p. 66;
- _____. **Guerra ao modo Viking**. Resenha de SPRAGUE, Martina. Norse warfare: unconventional battle strategies of the ancient vikings. New York: Hippocrene Books, 2007. Ilustrado, 369p. ISBN-13: 978-0-7818-1176-7 *In: Brathair*, 8 (2), 2008: 85-93. (<http://www.brathair.com>).
- LONDON, J. E. War and Society *In: SABIN, Philip, WEES, Hans Van & WHITBY, Michael* (eds.). *History of Greek and Roman Warfare*. Vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 500.
- LIBERMAN, Anatoly. Berserker: a double legend. *Brathair*, v. 4, n. 2, p. 97-101, 2004 Disponível em www.brathair.com.
- MIRANDA, Pablo Gomes de. Discussões etimológicas e religiosas sobre os berserker e os ulfhedðar *In: LANGER, Johnni & CAMPOS, Luciana* (Orgs.). **A religiosidade dos Celtas e dos Germanos**. São Luís: UFMA, 2010, p. 166;
- PASTOUREAU, Michel. Cazar el Jabalí – De caza real a bestia impura: historia de uma desvalorización *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 71.
- _____. Cazar el Jabalí – De caza real a bestia impura: historia de uma desvalorización *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 84-85.
- _____. La coronación del león – Cómo el bestiario medieval se asignó um rey *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 59-68.
- PERCY, Sarah. The origins of the norm against mercenary use, 1100-1600 *In: _____*. *Mercenaries: The history of a norm in International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 76.
- RUSSEL, Jeffrey Burton. Popular Witchcraft and Heresy *In: _____*. *Witchcraft in Middle Ages*. New York: Cornell University Press, 1972, 64-65.
- SLUHOVSKY, Moshe. Spirit Possession as self-transformative experience in Late Medieval Catholic Europe *In: SHULMAN, David & STROUMSA, Guy G* (eds.). *Self & Self-*

- Transformation in the History of religion*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 150-154.
- SPEIDEL, Michael P. *Ancient Germanic Warriors: warriors styles from Trajan's Column to Icelandic sagas*. Oxford: Routledge, 2004, p. 1-29.
- TEIXEIRA, Raphael Leite. **A guerra no Império Romano Tardio**. Série História & Literatura Germano-Escandinava, vol. 5 (no prelo). Vitória: DLL/UFES, 2012.
- VIROLI, Maurizio. *Introduction In: NICCOLÒ MACHIAVELLI. The Prince*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. xii-xxxix.
- WILLIBALD. The Life of Saint Boniface *In: NOBLE, Thomas F. X.; HEAD, Thomas, HOARE, F. R. Soldiers of Christ: Saints and Saints' Lives from Late Antiquity and the Early Middle Ages*. London: Continuum International Publishing Group, 1995, p. 107-140.

O EMPREGO TÁTICO DA ARQUEARIA ATRAVÉS DA INGLATERRA MEDIEVAL – ALGUNS EXEMPLOS

*Hiram Alem**

Durante a Guerra dos Cem Anos, a Inglaterra travou batalhas em que o emprego tático de arqueiros em conjunto com cavaleiros desmontados, em formação defensiva, foi um dos principais fatores para a vitória inglesa, como pode ser visto nas batalhas de Crécy (1346) e Agincourt (1415). Contudo, o emprego desta tática não é visto primeiramente durante a referida guerra, podendo a mesma ser encontrada no século XII, notoriamente nos confrontos de Bourghéroulde (1124) e Northallerton (1138), os quais possuem os registros melhor detalhados pelos cronistas. (BRADBURY In: STRICKLAND, 1999, p.182)

Entre estas batalhas da primeira metade do século XII e o início do século XIV não encontramos, contudo, relatos de batalhas que demonstrassem o emprego desta combinação de arqueiros com cavaleiros desmontados (STRICKLAND, 2005, p.71).

A razão de tal tática mostrar-se nos exércitos anglo-normandos na primeira metade do século XII, seu “desaparecimento” por cerca de dois séculos, bem como seu “ressurgimento” no século XIV são o cerne do debate deste artigo, em que não se pretende esgotar o assunto.

1. ANGLO-NORMANDOS E NORTHALLERTON

Antes de se iniciar esta análise, cabe ressaltar o uso de alguns termos e como estão sendo entendidos. Por “cavaleiros”, refiro-me aqui ao guerreiro com experiência em combate montado, possuindo também uma maior medida de treinamento e melhor equipamento em relação aos outros. Tal cuidado, para este período abordado (séculos XI e XII), deve-se em razão das mudanças na *instituição da cavalaria* e o entendimento do termo ‘miles’ nos textos da época.

* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Estudos de História Militar (GEHM-CEIA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para os termos “infantaria” e “cavalaria” irei ater-me a suas funções militares: o combatente a pé e o combatente a cavalo.

Após a batalha de Hastings em 1066 inicia-se um processo de transformação nas estruturas militares anglo-saxãs, agora anglo-normandas. Cabe ressaltar aqui que os guerreiros insulares lutavam majoritariamente a pé, enquanto que os normandos faziam amplo uso de cavalaria.

A razão por trás desta tática encontra-se na melhor capacidade defensiva dos cavaleiros desmontados para receber o impacto de uma carga de cavalaria, enquanto os arqueiros desgastam (física e moralmente) o exército inimigo que tomasse à ofensiva.

Há também um fator psicológico, como ressalta Strickland, em que o cavaleiro desprovido de sua montaria, perde o meio crucial de garantir uma possível fuga do combate, bem como garante que sua presença entre os outros infantas aumente o moral do grupo (BRADBURY In: STRICKLAND, 1999, p.193).

Jim Bradbury aponta que, ao contrário do que uma vertente historiográfica acreditava, o uso de cavaleiros a pé não é de influência anglo-saxã – tendo em vista a resistência que a infantaria de Harold Godwinson demonstrou frente à carga normanda. Bradbury atribui o surgimento de tal tática a um processo de desenvolvimento das táticas já empregadas pelos francos (idem).

Contudo, a utilização de arqueiros junto a cavaleiros desmontados entre os anglo-normandos é visto somente nas batalhas de Bourgthéroulde (1124) e Standard (1138). (STRICKLAND, 2005, p.71)

A batalha de Northallerton, ou, batalha do Estandarte, deu-se em 22 de agosto de 1138 em que muitos dos barões do norte da Inglaterra se juntaram na tentativa de deter uma invasão escocesa liderada por David I (idem). As fontes, no entanto, não nos fornecem a força em números dos exércitos em questão. O relato de Ricardo, prior da igreja de Hexham, retrata a

disposição das tropas inglesas durante a batalha do Estandarte, bem como a organização das tropas escocesas:

The greater part of the knights, then dismounting, became foot soldiers, a chosen body of whom, interspersed with archers, were arranged in the front rank. The others, with the exception of those who were to dispose and rally the forces, mustered with the barons in the centre, near and around the standard, and were enclosed by the rest of the host, who closed in on all sides. The troop of cavalry and the horses of the knights were stationed at a little distance, lest they should take fright at the shouting and uproar of the Scots. In like manner, on the enemy's side, the king and almost all his followers were on foot, their horses being kept at a distance. In front of the battle were the Picts; in the centre, the king with his knights and English; the rest of the barbarian host poured roaring around them. (RICARDO DE HEXHAM; STEVENSON, 1853-58, v.4)

Cabe ressaltar que David também empregou arqueiros e alguns cavaleiros desmontados de origem anglo-normanda. Contudo, foram os pictos (*galwegians*) que iniciaram o combate, com uma carga contra os ingleses, que os repeliram prontamente.

Sobre a eficiência da tática, encontramos em Ailred de Rievaulx uma descrição poética, que não deve ser tomada por inteiramente fiel, porém, ela é reveladora no tocante a função cumprida pela escolhas de disposição das tropas, assim como o efeito que as mesmas tiveram contra seus inimigos:

And the column of the Galwegians after their custom gave vent thrice to a yell of horrible sound, and attacked the southerners in such an onslaught that they compelled the first spearmen to forsake their post; but they were driven off again by the strength of the knights, and [the spearmen] recovered their courage and strength against the foe. And when the frailty of the Scottish lances was mocked by the denseness of iron and wood they drew their swords and attempted to contend at close quarters. But the southern flies swarmed forth from the caves of their quivers, and flew like closest rain; and irksomely attacking the opponents' breasts, faces and eyes, very greatly impeded their attack. (AILRED OF RIEVAULX; ANDERSON, 1908, p.202-203)

Entretanto, a partir da segunda metade do século XII, o “fazer militar” europeu apresenta transformações. As batalhas travadas com base na cavalaria tornam-se mais frequentes, tendo entre um dos fatores apontados por Strickland para sua ocorrência uma maior disseminação da barda, isto é, uma forma de armadura para os cavalos assim como um novo fôlego para os torneios que enfatizavam o papel de uma cavalaria coesa.

Outro fator é um maior emprego de besteiros tanto nos campos de batalha quanto nos sítios. A besta popularizou-se entre tropas mercenárias, alguns grupos até se especializando em seu uso, como os genoveses, em razão de requerer menos prática e força do usuário ao contrário dos arcos.

Seu alto poder de penetração e alcance, ainda que a custo de uma lenta cadência de tiro em uma batalha, porém ideal para a defesa de fortificações sitiadas, fizeram com que a besta ocupasse um lugar de destaque, sobretudo nos exércitos continentais. (STRICKLAND, 2005, p.81-82)

Estes são alguns dos fatores elencados por Matthew Strickland que auxiliariam a pensar a escassez de conflitos que relatem o emprego inglês de cavaleiros desmontados com arqueiros. O historiador ainda nos lembra que a experiência estratégico-militar, até os séculos XIII-XIV, era transmitida oralmente, portanto, longos períodos com pouco ou nenhum conflito acabam por dificultar o emprego e a transmissão desse conhecimento. Os líderes militares quando recorriam a manuais, voltavam-se para a Antiguidade, como a obra de Vegécio, *De Re Militari*. Assim, é pouco provável que Eduardo III ao confrontar os escoceses em Dupplin Moor estivesse resgatando um saber militar de mais de dois séculos. Após a derrota em Bannockburn, o monarca teria desenvolvido a referida tática ao observar as vantagens que a infantaria oferece frente a uma carga de cavalaria.

2. REAPARECIMENTO E OS INDÍCIOS DE UMA REVOLUÇÃO MILITAR?

Using the "pike-and-shot" combination of dismounted men-at-arms and archers which they had developed in the 1330s in Scotland, the English at Crecy devastated a French force (primarily men-at-arms fighting on horseback) approximately three times as numerous as themselves. (ROGERS, 1993, p.248)

Com o trecho acima, podemos perceber uma descrição bem comum no que se refere ao emprego da infantaria inglesa durante a Guerra dos Cem Anos: homens-de-armas e um grande número de arqueiros, comumente posicionados no terreno de forma defensiva.

Além das batalhas anglo-normandas anteriormente mencionadas, este emprego peculiar da infantaria só é visto novamente a partir do século XIV. Pode-se observar um reaparecimento gradual desta tática após a derrota de Edward II para os *schiltroms* escoceses em Bannockburn (1314) como menciona Clifford Rogers (ROGERS, 1993, p.251). Esta batalha é tida como o ponto de partida para uma adaptação no emprego tático dos exércitos ingleses, que neste embate era constituído majoritariamente por cavaleiros, vencidos pelos infantas escoceses portando armas de haste e arcos.

Na batalha de Dupplin Moor, no contexto da segunda guerra de independência escocesa, em agosto de 1332, tem-se o ressurgimento do emprego de arqueiros junto com cavaleiros desmontados por parte dos ingleses.

3. GUERRA DOS CEM ANOS E O CASO DE CRÉCY

A Guerra dos Cem Anos foi um evento que marcou, em diversos níveis, os povos envolvidos. Esta guerra, que durou 116 anos, de 1337 a 1457, tem como seu marco inicial uma reivindicação por parte do rei inglês Eduardo III a coroa francesa em função de sua linhagem.

A batalha de Crécy, ocorrida em 26 de agosto de 1346, é motivo de debate entre os historiadores militares até hoje em razão da enorme quantidade de relatos que existem sobre a mesma e as diferenças entre os mesmos.

Após desembarcar em St.Vaast-la-Hogue, Eduardo III tomou a cidade de Caen e iniciou uma razia dos campos franceses, sendo seguido de perto pelo rei Filipe VI. Eduardo, movendo-se na direção do porto de Calais, ordenou que suprimentos fossem entregues em Le Crotoy, perto do rio Somme, onde teve que forçar sua passagem ao se deparar com o exército francês. Após a travessia, com poucas baixas do lado inglês, Filipe recebeu uma oferta de livre passagem, para

que então os exércitos pudessem se enfrentar, mas prontamente recusou e se dirigiu para um povoado próximo, Abbeville.

Eduardo então marchou na direção de Crécy onde, com vantagem de um dia com relação aos franceses, teve tempo de bater e preparar o terreno, posicionando seus homens e, em 26 agosto de 1346, os exércitos encontraram-se no campo entre as cidades de Crécy e Wadicourt.

Como muitas batalhas do período, é difícil obter um número preciso dos envolvidos. Para os ingleses, Froissart oferece-nos de 8 a 18 mil homens dependendo da versão utilizada, enquanto que as estimativas para o contingente francês variam entre 12 a 30 mil cavaleiros, com mais de 60 mil homens para a infantaria, sem contar uma companhia de besteiros genoveses, estimados entre 2 e 12 mil mercenários.

Quanto à disposição de seus homens, Eduardo desmontou seus cavaleiros e guardou seus cavalos junto do trem de suprimentos, que se encontrava disposto como um quadrado oco, para melhor proteção das montarias, conforme relata Froissart:

The king had a vast waggon park constructed close by a wood, behind his host, where he sent the baggage train. He also brought all of the horses into this area, leaving his men-at-arms and archers on foot. (FROISSART, f.136v)

Três divisões foram feitas: o flanco direito sob comando de Eduardo, o Príncipe Negro; o flanco esquerdo encabeçado pelos Earls de Arundel e Northampton, enquanto que o rei se encarregaria do centro com a reserva.

Um dos principais pontos de debate é aquele que se refere à disposição dos arqueiros no campo, sobretudo, por causa de uma palavra empregada por Froissart para descrever a formação destes arqueiros em relação aos outros infantas, *Herce*, como podemos ver na descrição da disposição das tropas inglesas: “*Celle du prince devant, et leurs archiers en maniere d’une herce, et les gens d’armes ou fons de la bataille.*” (FROISSART, f.137v)

Este vocábulo, *Herce*, muito foi debatido na historiografia, tanto sobre seu significado quanto o formato que indica. Para o significado, é de consenso que seja traduzido por “arado”,

no entanto, qual formato e, portanto, qual disposição este objeto implicaria, ainda carece de uniformidade. (STRICKLAND, 2005, p.224-225)

Apesar do rei ter sido aconselhado do contrário em função de suas tropas ainda estarem a caminho vindo de Abbeville, a batalha tem início com a infantaria genovesa sendo enviada para atacar os ingleses. Os besteiros, no entanto, são pouco efetivos. Alguns dos relatos culpam o fato de ter chovido e isto teria enfraquecido a corda das bestas, já outros notam que as bestas não conseguem alcançar a distância necessária. Os arqueiros ingleses, por sua vez, atiram contra os besteiros e os dispersam. Ao ver os mercenários fugindo, os cavaleiros franceses ficam impacientes e decidem dar carga contra os ingleses, matando no processo os genoveses que recuavam.

Contudo, a desordem no campo de batalha permitiu que os homens-de-armas ingleses pudessem atacar facilmente os cavaleiros, como indica le Bel: *“The English lords, who were on foot, advanced and pierced through these men, who could not help themselves, by their own efforts or by their horses.”* (LE BEL In: ROGERS, 1999, p.132)

No desenrolar da batalha, a divisão do príncipe de Gales é atacada com sucesso por cavaleiros franceses, mas eventualmente é repelida, assim como muitas outras cargas por parte dos franceses até o fim da tarde, em que os ingleses avançam e capturam tanto o estandarte real quanto a auriflama.

4. CONCLUSÃO

O emprego de uma infantaria reforçada por cavaleiros apeados, que possuíam melhor treinamento e armamento, bem como com arqueiros em posição defensiva, apareceu como uma eficiente resposta as cargas de cavalaria, como pudemos observar na Batalha do Estandarte. Após um longo período sem embates que em que se figurasse tal emprego, é durante as guerras anglo-escocesas que se observa seu reaparecimento nos relatos militares. Então, com a

experiência de campo e a necessidade, Eduardo III vale-se desta tática em seus embates contra a França e sua cavalaria, alcançando algumas vitórias decisivas.

Embora decisões e o emprego táticos das tropas sejam partes fundamentais para o resultado de uma batalha, também devemos ter em mente o papel que a disciplina e o treinamento possuem, bem como sua contribuição para as vitórias, assim como as capacidades dos líderes, sobretudo na escolha do terreno. Todos estes fatores muito influenciam para o sucesso ou derrota de um exército.

Documentação

AILRED OF RIEVAULX, *Relatio de Standardo*. in: ANDERSON, A.. *Scottish annals from english chroniclers a.d. 500 to 1186*. LONDON: DAVID NUTT, 1908.

JEAN FROISSART, *Chroniques*. Acessado em: 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart/index.jsp>

JEAN LE BEL, *Vrayes Chroniques*. In: ROGERS, C. *The Wars of Edward III: Sources and Interpretations*. Boydell: Woodbrige, 1999.

RICHARD OF HEXHAM, *Historia de gestis regis Stephani et de bello Standardii*. in: *The Church Historians of England*, v.4, London, 1853-58. Acessado em: 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.deremilitari.org/resources/sources/hexham.htm>

Referências Bibliografia

CURRY, Anne. **The Hundred Years' War 1337-1453**. Oxford: Osprey, 2002.

BRADBURY, J. **The Medieval Archer**. Boydell: Woodbridge, 1999

BRADBURY, J. Battles in England and Normandy In: STRICKLAND, M. *Anglo-Norman Warfare: Studies in Late Anglo-Saxon and Anglo-Norman Military Organization and Warfare*. Boydell: 2000, p.182

DeVRIES, K. *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century: Discipline, Tactics, and Technology*. Boydell: Woodbridge, 1998

- MORILLO, S. *Warfare Under the Anglo-Norman Kings, 1066-1135*. Boydell: Woodbridge, 1994.
- NICOLE, D. *Crécy 1346: Triumph of the Longbow*. Oxford: Osprey, 2002.
- ROGERS, C. *The Military Revolutions of the Hundred Years' War in: The Journal of Military History*, V. 57, Society for Military History, 1993
- ROGERS, C. *The Wars of Edward III: Sources and Interpretations*. Boydell: Woodbridge, 1999.
- STRICKLAND, M., HARDY, R. *The great warbow: From Hastings to Mary Rose*. Stroud: Sutton, 2005.

REFLEXOS DO PENSAMENTO MILITAR ROMANO NAS MODERNAS ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS

*Major Rafael Cunha de Almeida**

1 INTRODUÇÃO

Durante a longa evolução da arte de guerra ocidental existiu um núcleo mais ou menos comum de práticas que ressurgem geração após geração, algumas vezes aos pedaços, algumas vezes de maneira quase holística. (HANSON, 2004, p. 45).

A Política de Defesa Nacional (PDN) gerou uma série de documentações, iniciando um “pensamento brasileiro de Defesa”, pois agrega a chamada da sociedade ao tema, integrando Forças Armadas, comunidade acadêmica e outros setores. Na sua aplicação, deu origem a uma série de documentos, como a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Estratégia Braço-Forte (EBF) e o Manual do processo de Transformação do Exército (MPTEB). Diversos aspectos e referenciais conceituais abordados nesta documentação são embasadas na estratégia da Dissuasão, em moldes comparáveis ao pensamento militar romano clássico. Dentre eles podemos citar a manutenção do Serviço Militar Obrigatório, a característica de elasticidade dos exércitos através da mobilização e a manutenção de dispositivos de tropas no terreno obedecendo a critérios de articulação baseados na estratégia da presença, do monitoramento/controlado emobilidade estratégica e a constituição da base de combate sob o “módulo brigada”.

O Serviço Militar Obrigatório é uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END). A obrigatoriedade, parte da estrutura do “militarismo cívico”, pela qual o mais eficiente sistema de defesa seria concebido em torno da participação do cidadão neste processo (DAWSON, 1999), tem origem na formulação do sistema democrático na Grécia Antiga. Sumariamente, se o Estado existe para garantir direitos individuais e a sobrevivência da coletividade, o indivíduo participa deste processo pela obrigação militar, conceito absorvido

* Mestre em Ciências Militares/ECEME. Orientador: Cel R1 Eduardo Henrique de Souza Martins Alves.

pelos romanos quando de sua expansão. No entanto, comparações tão distantes cronologicamente e na geografia condizem com a formulação de atuais de políticas de Defesa? Sim, na medida em que o estudo do Império Romano apresenta um contraponto com a nossa sociedade, útil e necessário para os processos em curso no presente, porém mantendo o distanciamento necessário e evitando-se anacronismos (SILVA, G., 2006). Questões geopolíticas, militares e estratégicas respondidas pelos romanos assemelham-se à realidade brasileira histórica e atual, como extensas fronteiras terrestres, grande território, ameaças difusas e criminalidade nas fronteiras, com soluções similares (acertadas ou não) sendo encontradas. Um exemplo é o modelo romano de formação de soldados. Mantendo o SMO e dissociando o preparo/emprego no escalão Legião, garantiram durante grande período altos índices de voluntariado e excelente instrução aos legionários, “espinha dorsal” do exército pelo desempenho, comprometimento com suas instituições e companheiros de armas. As Brigadas (Bda) atuais possuem efetivos e finalidades similares à antiga Legião, identificando-se na concepção de organização sistêmica, com o suporte logístico, condições estratégicas e táticas de atuar isoladamente. A Brigada é a Grande Unidade (menor composição militar comandada por Oficial General) que integra os chamados sistemas operacionais, possuindo estrutura logística, de manobra (tropas de infantaria ou cavalaria, combatentes), Apoio de Fogo (artilharia), Comando e Controle, Engenharia (construção/destruição de obstáculos e abrigos, apoio à mobilidade permitindo-nos ou negando ao inimigo o uso de estradas) e inteligência de combate (reconhecimentos, estudo do inimigo). As legiões integravam em sua composição estes meios, permitindo agir isoladamente ou agrupar-se em exércitos maiores (VEGÉCIO, *in* MAGALHÃES, J. B., 2006). Neste mesmo modelo, a atual concepção brasileira de defesa estabelece este “módulo Brigada” como base da capacidade de pronta-resposta.

2 MATERIAL E MÉTODO

Associando a “generalização do encargo militar”⁷⁴ (o militarismo cívico) a uma linha de pensamento ocidental tendo o SMO como base da identificação da Nação com as Forças Armadas e vice-versa e relacionando-o com a elasticidade⁷⁵, com a dissuasão (capacidade de projetar poder, de pronta-resposta a agressões) e com a formulação de Doutrina Militar⁷⁶ e estratégias, podemos enquadrá-lo no contexto histórico do pensamento militar ocidental. Observando reflexos do pensamento militar romano na documentação brasileira de Defesa, confirmaríamos a hipótese desta presença no pensamento brasileiro de Defesa, subsidiando a aplicação de preceitos consagrados. Sendo os fenômenos históricos melhor entendidos pela duração de sua eficácia na História do que pela data de sua produção (LE GOFF, 2005), a visão histórica estrutural de longa duração aparenta ser adequada para identificar a estrutura do militarismo cívico /SMO. Nesta ótica, analisando um evento (fato) e relacionando-o com a(s) conjuntura(s) em que se enquadra, identificamos uma estrutura como fenômeno histórico. A sua caracterização é simples, pois esta deixa de ser uma estrutura na medida em que, ao perder um de seus componentes, perde sua característica principal⁷⁷. Assim, a concepção da melhor formulação de defesa ser integrada por cidadãos deixaria de ser uma estrutura quando se abdica da obrigatoriedade (este “imposto social” citado por de Gaulle). O abandono ou permanência deste quesito permite identificar suas rupturas e continuidades na longa duração da História, sendo o reflexo de sua inobservância a dissociação entre as Forças Armadas e a sociedade (END, 2008). Isto é comprovado quando o abandono do SMO pelos EUA em 1973 (por pressões políticas, e não quesitos de eficiência) afastou a sociedade dos militares e reduziu a elasticidade (LEWIS, 2010), tendo o voluntariado somente preenchido uma vez desde então os efetivos (2009, durante a crise econômica mundial). A falta de sinergia entre a Defesa e a sociedade teria gerado

⁷⁴ Conforme chamado pelo Gen Mendes de Moraes..., amparando-se nas idéias de Colmar Von der Goltz (McCANN, 2004)

⁷⁵ Elasticidade é a capacidade de rápida ampliação de um exército por meio da mobilização de efetivos, recursos e materiais (END, 2008).

⁷⁶ Entendendo Doutrina Militar como a forma que Forças Armadas se organizam, se preparam, como são empregadas e como trabalham as forças morais na motivação para o combate. (SAVIAN e LACERDA, 2008).

⁷⁷ Le GOFF, 2005.

uma percepção equivocada de que meios tecnológicos seriam superiores ao potencial humano na composição do poder de combate⁷⁸, opinião endossada por sargentos da 2ª Guerra do Iraque.

3 RESULTADOS

A documentação brasileira de Defesa pesquisada se estende da Política de Defesa Nacional (2005), passando pela Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Estratégia Braço-Forte até o Manual do Processo de Transformação do Exército Brasileiro (2010). Alguns conceitos abordados são a dissuasão, a capacidade de pronta-resposta e o escalonamento de emprego e não de capacidades, bem como os “três princípios estratégicos” (monitoramento/controle, presença e mobilidade), o conceito de elasticidade e a concepção do “módulo Brigada” abordado na introdução. Dissuasão é uma forma intermediária

[...] entre a persuasão e a coerção, presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. (BRASIL, C-124-1, Estratégia, 2001)

É complementada como “Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, C 20-1, 2003)”. A Capacidade de pronta-resposta para isto não necessitaria maiores explicações, e o escalonamento de emprego e não de capacidades diz que o exército deverá ser “todo ele uma vanguarda”, todas as tropas tendo a mesma capacidade de combate, conforme suas limitações e características (Motorizadas, Mecanizadas, Blindadas, Leves, Brigada de Operações Especiais e Brigada de Infantaria Paraquedista). Sobre o escalonamento de emprego e os “três princípios estratégicos”, a presença se traduz na distribuição de tropas pelo território nacional, algumas nas fronteiras realizando o monitoramento/controle através de patrulhamentos e da inteligência de combate, ampliada por sistemas tecnológicos como o “SISFRON”, permitindo a integração e

⁷⁸ Percepção reconhecida como “fetiche tecnológico e dos sistemas”.

atransmissão de informações em tempo real. Tropas com maior mobilidade aprofundadas no território eixadas por estradas em direção à fronteira seriam, caso necessário, empregadas. Tropas localizadas em posição central, com mobilidade estratégica (aerotransportadas ou mecanizadas se deslocando por estradas em blindados sobre rodas), podem se deslocar para todo o território nacional rapidamente, ficando as dos grandes centros defendendo infraestruturas críticas e político-administrativas. Isto se chama articulação dos grupos de emprego, distinguindo-se Forças de Segurança Estratégica (de Cobertura ou Vigilância, de acordo com o efetivo e disposição terreno) e Forças de Emprego (Regional, Estratégico ou Geral) possuindo a necessária mobilidade, indicada como

Aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações – reforçada pela mobilidade tática - a aptidão para se mover dentro daquele teatro – complemento do monitoramento/controle e uma das bases do poder de combate (END, 2010, p. 11).

Não se escalonariam capacidades, estando todas as tropas aptas de acordo com sua articulação e características, não havendo tropas “prioritárias”. Já a transição de estruturas de paz para as estruturas de guerra é um dos pontos de transformação do Exército Brasileiro, devendo existir, no maior grau possível, as Organizações operacionais e logísticas previstas, preparadas antes dos conflitos, permitindo uma passagem não-traumática. Para isto, é necessário o reacompletamento dos sistemas operacionais das Brigadas, ou seja, criar e mobiliar as Unidades previstas na estrutura sistêmica que não existem na prática. Relacionando passado e presente, vejamos como isto se enquadra no contexto atual.

4 DISCUSSÃO

No passado próximo, identificamos o escalonamento de capacidades no exército, com redução de Poder de Combate pela existência de Brigadas incompletas nos sistemas operacionais (faltando tropas logísticas, de comunicações etc) e reduzidas em efetivos. Esta redução se manifesta também na pequena proporção de Cabos e Soldados do efetivo profissional (EP -

militares que permanecem além do serviço militar inicial) nos locais de menor prioridade, diminuindo a capacidade de pronto emprego. Isto é decorrente, dentre outros fatores, da restrição orçamentária e da impossibilidade de aumento de efetivos das Forças Armadas face à necessidade de tropas para atender aspectos técnico-doutrinários. Durante determinado período, estabeleceram-se “ilhas de modernidade”, priorizando recursos, meios e efetivos para tropas estratégicas. Apesar de ter sido a solução possível para manter um núcleo forte, reduziu a capacidade da Força Terrestre como um todo. A Constituição de 1988 e legislação decorrente, determinando o emprego das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ilícitos transfronteiriços e ambientais, Missões de Paz e Atividades Subsidiárias, as torna indissociáveis das missões do Exército. O contexto atual, com perspectiva de incremento tendo em vista grandes eventos futuros no País e as condições sócio-político-econômicas exigem estas capacitações, porém deve-se manter a vocação primária para o combate convencional de guerra regular, primordial para a capacidade de pronta resposta e dissuasão. Uma das maneiras de equacioná-las é a dissociação do preparo/emprego, existindo Brigadas com soldados já capacitados, ao menos na Formação Básica, dedicando-se a tropa mais ao adestramento do que à formação. Baseada nestas premissas, existe a indicação de centralização da formação de soldados oriundos do Serviço Militar Obrigatório, à semelhança do modelo adotado pelos romanos, cujas unidades de emprego nas Legiões não formavam seus recrutas, mas os recebiam prontos a partir da formação centralizada em uma de suas organizações. Numa clara percepção de “estar preparado para a guerra”, como na frase de Vegécio, é citado que “Não há unidade mais cara do que a que não é capaz de combater com eficiência no momento em que é empregada” (MPTEB, 2010, *apud* Livro Branco de Defesa da Espanha).

A documentação brasileira de Defesa traça ainda diversas considerações que trazem à tona perspectivas do pensamento militar romano e suas práticas. No escalonamento de emprego da Força Terrestre, estipula que estas, organizadas em Brigadas, deverão estar dispostas no território nacional de acordo com a priorização de seu emprego. Assim, existem tropas na

fronteira realizando o monitoramento/controlado, tropas mais aprofundadas eixadas por estradas prontas a dar uma primeira resposta e outras, mais á retaguarda, dotadas de mobilidade estratégica (tropas paraquedistas ou transportadas por helicópteros) aptas a intervir em qualquer local do território nacional. Complementando-as, existem tropas vocacionadas para a proteção de infraestruturas críticas e centros político-econômicos nos grandes centros. No caso de conflito, a expansão das tropas seria garantida pela elasticidade fornecida , no campo de pessoal, pelas reservas de soldados formados pelo Serviço Militar Obrigatório. Ainda assim, demonstra a preocupação com a transição das estruturas de paz para as de guerra, estipulando a necessidade de se ter meios e organizações militares prontas desde antes do início de uma situação de conflito.

Nossa documentação também cita a necessidade de orçamentos contínuos, de preferência através de impostos com destinação específica para as Forças Armadas, permitindo um fluxo constante de recursos para desenvolvimento de suas capacidades e livres do contingenciamento orçamentário. No campo da Doutrina, estipula a criação de um Centro de Doutrina do Exército, apto a permitir os estudos e a continuidade da prática militar, evitando-se perda de *expertise* por falta de sistematização das lições aprendidas nos treinamentos e nas situações de emprego de tropa. Também trata das questões de apoio à família militar e de fornecer uma adequada desmobilização aos soldados que terminem o seu tempo de serviço, reinserindo-os no sistema econômico.

No campo político, é estipulado que a par da atual estabilidade nas fronteiras, deve existir a preparação de Forças Armadas compatíveis com a estatura geopolítica brasileira, muito embora a cooperação com os países vizinhos na superação de seus óbices seja essencial para o crescimento conjunto da América do Sul. Esta perspectiva cooperativa, porém sem abrir mão da capacidade dissuasória, estabelece uma assertiva de aplicação do pensamento clássico de dissuasão.

Mas, vista a nossa proposta, quais questões históricas embasariam sua validade?

A obrigatoriedade da participação do cidadão na defesa, consolidada pelo pensamento grego (BRIZZI, 2003), foi posta em prática com a revolução hoplítica, apoiada nas leis de Sólon e Licurgo, complementando questões religioso-filosóficas. A motivação para o combate passa a ter base na disciplina, amparada na lealdade à Pátria e aos companheiros, um misto de respeito à individualidade subordinada ao interesse coletivo. Isto foi apropriado e desenvolvido pelos romanos (embora inicialmente seu exército tenha constituição temporária), utilizando a tática grega e aperfeiçoando os processos de mobilização de pessoal, dividido por tribos no quesito geográfico/psicossocial e por condições financeiras, pois o combatente é que se armava.

O soldo regular, a criação da profissão militar, o emprego da manobra no nível escalão Legião, o pagamento de pensões e o SMO como princípio básico da capacidade de mobilização e dissuasão são algumas das contribuições da Roma republicana. No início do Império, o estabelecimento de um exército permanente, verbas e impostos específicos destinados às atividades de Defesa e pagamento dos militares, o emprego de sistemas operacionais na legião, a centralização do Comando Supremo das Forças Armadas pelo Imperador (McNABB, 2010), boa desmobilização, um processo de recrutamento e treinamento dissociando o preparo/emprego, tentativas de documentar a doutrina militar (*disciplina militaris*), capacidade logística e uma estratégia militar baseada no monitoramento/controle e presença contribuíram para a *pax romana*. (FERRIL, 1989).

OSMO permitiu dispor de reservas mobilizáveis quando necessário, como depois da Batalha de Canas (McNABB, 2010), gerando capacidade dissuasória e sendo a formação do Sd legionário em Unidades específicas para este fim. Enquadradas na estrutura organizacional da Legião⁷⁹, menor escalão com poder de combate tático e capacidade logística, mantinha os vínculos com o grupo primário e a identificação com os níveis mais altos (Legião e Pátria).

⁷⁹ A Legião possuía de 4 a 6 mil homens, dividida em dez Coortes (Batalhões). Uma das Coortes tinha o dobro de efetivo e era responsável pela formação de todos os recrutas da Legião, enviando-os depois de um período básico para as Coortes de origem. Durante o treinamento, os recrutas permaneciam em seus contubérnios (grupos de 8 homens, iguais aos Grupos de Combate atuais) de origem na mesma cidade e Unidade, alojando-se, alimentando-se e recebendo treinamento dentro destas frações. (McNABB, 2010).

Estímulos ao recrutamento, boas condições econômicas e de assistência aos militares em serviço e na desmobilização permitiram durante longo tempo amplo voluntariado (McNABB, 2010), mas mesmo assim os romanos nunca abdicaram do SMO formalmente.

A grande extensão das fronteiras gerou uma articulação baseada na estratégia da presença, aplicando-se duas vertentes; a segurança impeditiva e a defesa elástica móvel (FERRIL, 1989). A primeira posicionou tropas nas fronteiras, apoiadas no sistema de muralhas, ligadas por estradas e prontas a dar o primeiro combate (monitoramento/controlado), mas quando tinham de atuar em várias frentes desguarneciam-se outros pontos fronteiriços. Para sanar esta deficiência foi utilizada a defesa elástica em profundidade, empregando tropas posicionadas mais à retaguarda. As tropas foram divididas em duas categorias, os palatinados (tropas da fronteira) e os comitatenses (tropas de reação). Com o tempo, se esperava que os comitatenses resolvessem todos os problemas, reduzindo a prioridade e o poder de combate dos palatinados. A formação de novas tropas foi feita diminuindo os efetivos dos palatinados, no mesmo período em que recebiam atribuições maiores de atuação do tipo polícia, combate a problemas de fronteira e contra a criminalidade crescente.

A necessidade de reservas estratégicas levou à criação das “tropas na presença do Imperador” (MOITA, 2008), diretamente subordinadas ao Cmt supremo, com mobilidade estratégica para qualquer parte do território. Apesar da tentativa de equacionar o seu emprego, ocorria priorização das tropas estratégicas. Este processo, aliado ao desinteresse no SMO pela população e outros fatores, levou à perda de doutrina militar, elasticidade e poder de combate do exército como um todo, e nos momentos de maior necessidade ele não estava preparado tecnicamente, materialmente, moralmente e não tinha reservas mobilizáveis (FERRIL, 1989).

A perda doutrinária e deficiência na aplicação da estratégia podem ser atribuídas à transmissão da *disciplina militaris* pela tradição oral e não por escrito. Isto foi percebido por Vegécio, que sistematizou as tradições militares romanas (e, por conseguinte, do pensamento militar ocidental) em sua obra, cujo princípio da dissuasão de sua famosa frase na íntegra é

Portanto, quem desejar a paz deve preparar a guerra, quem deseja a vitória, instrua cuidadosamente seu cavaleiro, quem desejar a boa fortuna e felizes aventuras, combata com arte e não ao acaso. Não há um homem, por mais impetuoso que seja, que ouse provocar e ofender a quem sabe ser superior a si, e, por isso, deve sair vitorioso da luta. (VEGÉCIO, apud MAGALHÃES, J. B., 2006, p. 249).

Porém, suas propostas não foram observadas, perdendo-se a capacidade militar romana, pois na Batalha de Adrianópolis, quando se necessitou empregar as tropas de baixa prioridade estas não foram eficientes, perdendo-se depois a capacidade de elasticidade.

Vegécio trata, dentre outros aspectos, do recrutamento, da instrução e da Legião, aproveitando o passado e fornecendo respostas e soluções aos problemas militares de então (SILVA G, 2007). A surpresa de todo leitor de Vegécio é expressa por J. B. Magalhães (2006), pois quem tem apenas conhecimentos modernos, se surpreende encontrando explicação para práticas atuais, como a organização sistêmica da Legião e o Módulo Brigada, pois

[...] a Legião era muito bem organizada, tal como uma cidadela muito forte e bem defendida. Levava por toda parte tudo que era necessário ao combate e não temia surpresa alguma da parte do adversário. Podia fortificar-se em pleno campo, fazendo fossos e parapetos. Compreendia no seu seio todas as espécies de soldados e armas, ofensivas e defensivas. (VEGÉCIO, 2006, in: MAGALHÃES JB, p. 241).

Vegécio cita a transição das estruturas de paz para as de guerra, a ponto de nada poder ocorrer em campanha para que não estejam preparados, devendo-se sempre fazer na paz o que se tem de fazer na guerra, e a versatilidade dizendo que os jovens soldados devem ser instruídos em todas as maneiras de combater com todas as armas.

Após o colapso romano, o sistema feudal gerou uma ruptura com o SMO e o militarismo cívico, surgindo novas formas de organização militar e retornando-se o sistema aristocrático de liderança militar. As necessidades de maiores efetivos e prontidão geraram o sistema de mercenários, dispendioso, insuficiente, e inconveniente durante a consolidação dos Estados Nacionais na Idade Moderna (DAWSON, 1999), na qual Maquiavel retoma aspectos clássicos do militarismo cívico, amparando seu discurso na aplicação dos preceitos romanos aos modernos Estados-Nação. Diversos militares referenciam o pensamento militar romano por intermédio de

Vegécio⁸⁰, até que após o Tratado de Westphalia (1648), base do sistema jurídico e político contemporâneo, países como a Prússia e a França começam a estruturar seus exércitos no militarismo cívico, em questões nacionais e de desmobilização⁸¹. A Revolução Francesa, com apelos à antiguidade clássica, e após os problemas do *leveé en masse* de 1793, retoma a conscrição universal (Lei Jourdan, 1798), permitindo elasticidade aos exércitos napoleônicos. Após este período, a influência do pensamento militar de Clausewitz (1780-1831) teria, pelo conceito de guerra absoluta derivado do princípio da ofensiva de Napoleão, enfraquecido a percepção dos moldes clássicos, numa ruptura com o conceito de dissuasão, sendo que “de todas as deficiências de visão de Clausewitz, a mais importante foi que ele jamais compreendeu que o verdadeiro objetivo da guerra é a paz e não a vitória” (FULLER, 2002).

Na época da eclosão da 1ª GM vários países retomaram o SMO, mas o grande número de baixas somado à influência de Clausewitz levaram ao seu abandono. No entre-guerras, pensadores militares europeus como de Gaulle, Lidell Hart, Von der Goltz e Von Seeckt indicaram modelos de reformulação militar baseados no SMO, na dissuasão, capacidade de pronta resposta e elasticidade. A 2ª GM retomou o princípio do soldado-cidadão, mas a recepção do assunto variou de acordo com a particularidade de cada país no pós-guerra.

A aparente estabilidade do fim da guerra fria colaborou para a suposição da maior eficiência de pequenos exércitos profissionais e do fetiche tecnológico, as instabilidades internacionais tornaram-se difusas, mas países que abandonaram o SMO ressentem-se da perda de elasticidade perante longos conflitos que julgavam de rápida solução e do afastamento entre a sociedade e seus militares. Outros amparam a redução de gastos militares e o fim do SMO face à crise econômica vigente, na concepção do pequeno exército profissional voluntário e no possível respaldo de organismos supranacionais, em detrimento do conceito de dissuasão.

⁸⁰ Vegécio é referência de Carlos Magno, do Conde de Anjou, no séc. X, Henrique II, Ricardo Coração de Leão e Frederico II, sendo lembrado depois em “*A Tática no XIII século*”, em 1886. É estudado ou citado em 1921, por Hons Delbrück em *Gesichte der Kriegskunst*, Berlim; 1929, em *A Guerra*, de Nicholson e Wright e em revistas alemãs e francesas em 1930 e 1938, bem como na Escola Superior de Guerra de Paris entre 1929 e 1931 (JB MAGALHÃES, 2006).

⁸¹ O *Kanton system* na Prússia de 1721 e o *Hotel dos inválidos* (1670) e pensões (1764) na França.

No Brasil, desde o período colonial existia a percepção de obrigatoriedade na participação na Defesa, não havendo uma legislação adequada para sua execução, bem como ocorria o escalonamento de capacidades do exército (tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha). Na falta de voluntários, eram “recrutados” os presos em atos de vadiagem. Entretanto, ressalta-se a aplicação pelos portugueses da estratégia da presença e monitoramento/controlado na distribuição das suas fortificações. Com a Independência a defesa ficou a cargo de militares portugueses remanescentes, mercenários contratados e tropas nativas mal organizadas (FONSECA, 1974). A Constituição de 1824 manteve a obrigatoriedade, mas o Decreto de 4 de Maio 1831 praticamente extinguiu o exército, sendo criada a Guarda Nacional. Desavenças políticas levaram a negligências na Defesa, com sérias restrições orçamentárias e incapacidade de expansão de efetivos ocasionando gastos e prejuízos imensos quando da Guerra do Paraguai (COELHO, 1976).

Na República, a experiência negativa em Canudos gerou o Relatório de 1897 do Ministro da Guerra, com propostas de modernização/adaptação. O Projeto Mallet previa a reunião de tropas para centralizar e otimizar o treinamento, um plano de reorganização e um exército qualificado baseado no SMO, não muito extenso e passível de rápida expansão. Como deficiência, julgava possível organizar com facilidade unidades adicionais em caso de guerra (McCANN, 2009), o que talvez explique a permanência equivocada deste conceito na doutrina militar brasileira. Seu prosseguimento foi a reforma Hermes da Fonseca, interrompida pela dívida externa brasileira no governo Campos Sales. Seus antecedentes são as medidas de Hermes quando comandava o Distrito Militar do Rio de Janeiro, incluindo a realização de manobras militares com a presença do Presidente e abertas à assistência da sociedade. A partir deste período, observamos líderes civis e militares abordando conceitos encontrados na nossa atual documentação de Defesa, coerentes com o pensamento militar romano, como o Gen Vasques, que pretendia um Exército compatível com o regime democrático e convencer a população de que o cidadão tinha o dever de prestar serviço militar à pátria, provendo

rápidamobilização quando necessário (McCANN, 2009). Em seguida à crise do Acre (1903), o Gen Argollo, Ministro da Guerra dizia que

Os brasileiros ainda não compreendiam o perigo a que estava exposto seu território. Não podiam confiar unicamente nos princípios da jurisprudência internacional e na eficácia das notas diplomáticas, pois enquanto os diplomatas carecessem de força militar para fazer a lógica de seus argumentos –ultima ratio -, seus êxitos dependeriam da disposição das grandes potências para reconhecer os direitos brasileiros. (McCANN, 2009, p. 130).”

Em 1904 o Gen Mendes de Moraes citava a “generalização do encargo militar” como fortalecedor do povo, disseminando virtudes cívicas e embasando seu discurso no General alemão Colmar Von der Goltz, reestruturador do exército turco, cujos textos teriam popularizado a idéia da nação em armas entre os militares brasileiros (McCANN, 2009), principalmente os Jovens Turcos, considerando que o exército ligava os cidadãos ao Estado.

Como Ministro da Guerra, Hermes estendeu suas reformas (1908), as quais tratavam de pessoal, material e articulação de tropas, necessitando de leis para implementá-las, mas sendo a reforma em si um processo de transformação. Focada no SMO difundindo no país uma mentalidade militar, este teria papel diferente do europeu, muito mais educando e dando responsabilidade ao soldado do que preparando-o para a guerra ou como reserva mobilizável, “função social” do SMO agregada pelos brasileiros ao conceito clássico de soldado-cidadão.

As reformas sofreram lentidão por resistências internas e externas, sendo desenvolvida ampla campanha para convencer a opinião pública da sua importância e do SMO. Diversos intelectuais a apoiavam, mantiveram-se as manobras militares com assistência e Olavo Bilac desencadeou a “campanha cívica” no meio acadêmico em prol do SMO, pois

O quartel apura as qualidades do indivíduo, [...] o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo. [...] seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, funde o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se [...] (COELHO, 1976, p. 76).

O apoio parlamentar foi exercido por Carlos Peixoto de Melo Filho, presidente da câmara de deputados, alegando que um exército não pode obedecer absolutamente só ao critério

orçamentário. (McCANN, 2009, p. 231). Encontra-se neste período referências a questões atuais como custo-Estado, a relação risco x dano, indústria e defesa e recursos militares como investimento ao invés de gastos, como o Gen Cardoso de Aguiar dizendo que o SMO e a independência absoluta de recursos materiais estrangeiros garantem a qualquer país meios eficazes de defesa militar. (McCANN, 2009).

Os jovens turcos, influenciados pelas idéias de Von der Goltz após seu período no exército alemão e pelas reformas brasileiras, unificaram, adaptando a quesitos nacionais, as diversas correntes de pensamento existentes, divulgando-a pela revista A Defesa Nacional, até que o primeiro sorteio de alistados no SMO foi realizado em 1916, sob o impacto da 1ª GM.

O período entre-guerras relaxou as questões militares, evidenciado pelo esforço dispendido para mobilizar tropas para a 2ª GM, mas a FEB aprimorou o pensamento militar com concepções modernas. A partir de então se aperfeiçoou a legislação do SMO, chegando-se na atual (1964), recepcionado pela CRFB de 1988 e reiterado pela documentação atual de Defesa, na qual reflexos do pensamento militar romano são encontrados.

As diretrizes da PDN mantendo forças estratégicas em condições de emprego imediato e aprimorar a vigilância e defesa das fronteiras equilibramos “três princípios”, o que faltou ao Império Romano. Ao considerar todo o Exército uma vanguarda, reestruturando o módulo de combate no escalão Brigada, atende-se conceitos estratégicos clássicos e transcendentais. Nos eixos estruturantes da END, um se refere à presença (reorganização das FA), e outro ao militarismo cívico (ampliação e valorização do Sv Mil). Os imperativos da flexibilidade e elasticidade foram critérios adotados pelos romanos. A EBF baseia-se em um pressuposto dissuasório, o SMO como nivelador republicano incorpora assertivas de Olavo Bilac e sua manutenção apresenta o vínculo formal com a estrutura do militarismo cívico, sendo a destinação específica e ininterrupta de recursos também uma concepção romana.

Uma materialização destes reflexos pode ser verificada comparando-se a articulação de forças brasileiras e romanas, pois nas regiões de amplos horizontes, como nos desertos do

Oriente, postaram-se tropas inteiras na fronteira escalonadas como na Região Sul do Brasil, atualmente. Nas fronteiras de florestas conflituosas ao Norte da Europa, usaram pequenos efetivos à frente, tropas aprofundando as posições e bases maiores à retaguarda, como na distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia.

5 CONCLUSÃO

Confirma-se a hipótese da presença de reflexos do pensamento militar romano no MPTEB, presentes desde a PDN, no pensamento militar brasileiro, de forma esparsa, e no pensamento de militares brasileiros desde o século XIX, na República. Surgidos de iniciativas individuais ou de oportunidades institucionais assistemáticas, estão não só no SMO, mas em concepções estratégicas diversas, no militarismo cívico, e em preceitos de dissuasão. Este pensamento é difuso, certamente não é autóctone, mas oriundo de obras e práticas militares observadas ao longo do tempo em outras nações e exércitos, adaptando-as ao Brasil. A partir da PDN, formulação de um discurso de Estado sobre o pensamento militar brasileiro, podemos falar de um pensamento brasileiro de Defesa, trazendo para o campo político, de razão de Estado, aspectos do pensamento militar ocidental sob a ótica nacional. Antes, tínhamos um pensamento militar brasileiro episódico, esporádico, e um pensamento dos militares brasileiros. Está em gestação um modelo de transformação similar ao processo de Hermes, atualizado, mas o esforço de Comunicação Social e político-orçamentário necessitaria ser implementado.

Na nossa História e geopolítica, enfrentamos problemas similares aos romanos, encontrando soluções semelhantes e por vezes incidindo nas mesmas falhas. Apesar deste delinear cronológico, a percepção da necessidade de Defesa alicerçada no conceito de dissuasão, basilar no pensamento militar ocidental, ainda é incipiente na nossa sociedade e mesmo, quanto à sua origem histórica, no meio militar, indicativo para o acolhimento da obra de Vegécio por militares e civis interessados em Defesa, o que de per se já parece justificar o estudo da dissuasão no pensamento militar ocidental.

A documentação brasileira assume uma postura claramente centrada na estratégia da Dissuasão, numa sistematização do pensamento brasileiro de Defesa centrada em aspectos transcendentais do pensamento militar ocidental. A difusão e maior estudo destas formulações podem contribuir para a sinergia entre sociedade e Defesa, na medida em que retoma esta concepção dissuasória, pouco estudada e conhecida até mesmo nos meios militares e acadêmicos, em detrimento do senso comum do “culto da ofensiva” do pensamento de Clausewitz, por meio do qual normalmente se observa a existência e manutenção de Forças Armadas.

Referências Bibliográficas

- AMBROSE, Stephen. **Soldados cidadãos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. 630 p.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. 2005. Disponível em: www.esg.br. Acesso 17 fev 2010.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em: www1.defesa.gov.br. Acesso em 10mar 2010.
- _____. **Estratégia Braço Forte**. Disp em: <http://www.exercito.gov.br>. Acesso 12 jan 2010.
- _____. **Manual do Processo de Transformação do Exército**. 2ª ed. 2010. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/transformacao-do-exercito>. Acesso em 15 fev 2010.
- _____. Ministério da Defesa. **C 124-1: Estratégia**. 3ª ed. Brasília, DF, 2001.
- _____. Estado-Maior do Exército. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3 ed. Brasília, DF, 2003.
- BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado, o legionário: os exércitos no mundo clássico**. Tradução de Silvia Massini. ? ed. São Paulo: Madras Ed., 2003. 155 p.
- CANEPELLE, J. C. **Soldado profissional ou conscrito voluntário?** Rio de Janeiro: ECEME, 1989. 49 f.
- CORVISIER, André. **A Guerra: ensaios Históricos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999. 372 p.
- DAWSON, Doayne. **As origens da Guerra no Ocidente**. ? ed. BIBLIEX., 1999. 330 p.
- FERRILL, Arther. **A queda do Império Romano: A explicação militar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989. 178 p.

- FONSECA, R. Piragibeda. **A ressurreição do Exército Nacional através da reforma de 1908**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1974.96 p.
- FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002. 330 p.
- GAULLE, Charles De. **Por um exército profissional**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.141 p.
- KELLETT, Anthony. **Motivação para o combate**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987.384 p.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005. 427p.
- LEWIS, Adrian R. **O Serviço Militar Obrigatório, a República e o futuro dos EUA**. Military Review, p. 73-83, jan-fev 2010, edbrasileira, Fort Leavenworth, Kansas.
- MELCHER, David F, SIEMER, John C. **How to build the Wrong Army**. Military Review, vol. LXXII, Nr 9, set 1992. Fort Leavenworth KS: Set.1992. p. 66-76.
- McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2009. 1ª edição (2007) -co-edição Cia das Letras. 255 p.
- McNAB, Chris. **The Roman Army: The greatest war machine of the Ancient world**. Great Britain: osprey Publishing, 2010. 280 p.
- MOITA, Sandro T. **O impacto da Batalha de Adrianópolis no Império Romano sob a ótica da História Militar**. Niterói, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, UFF. 64 p.
- SAVIAN, E. J. ; LACERDA, Paulo H. B. **Manual Escolar de História Militar Geral**. 1. ed. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2008. 367 p.
- SALVANY, Ivo Dias. **Formação de reservistas e a necessidade de implementar-se a capacidade operacional da Força Terrestre brasileira**. Rio de Janeiro: ECEME, 1992.
- SILVA, G.. **Repensando o Império Romano**.?ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 301 p.
- TREVISAN, L. **O Pensamento Militar Brasileiro**. versão para ebooks ebooksBrasil.com Fonte Digital Rocket Editione Books Brasil. Rio dede Janeiro, 2000.
- VEGÉCIO, Flávio Renato. **Epítome da Arte Militar**. In: MAGALHÃES, J. B., **Estudo histórico sobre a guerra antiga**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2006. 360 p.

O SOLDADO-MERCENÁRIO, A GUERRA ENTRE OS GREGOS E A RECEPÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

*Prof^o Ms Alair Figueiredo Duarte**

A *pólis* dos atenienses de 490 a 338 a.C. guerreou dois, de cada três anos (GARLAN, 1991, p. 12). Diante dos constantes conflitos no século V a.C., houve uma especialização dos helenos nos assuntos da guerra. Ao final da *Guerra do Peloponeso* aqueles que não tinham propriedades, juntamente com aqueles que tudo perderam viram, nas guerras, um ambiente propício para conseguir recursos pecuniários capazes de manter sua subsistência. Desta forma, o emprego de *Soldados-Mercenários* foi bastante explorado e a maioria provinha de pequenos proprietários de terra, *Soldados-Cidadãos* do segmento censitário *zeugita* (TRUNDLE, 2004, p. 1-3).

Dados historiográficos mencionados por H. W. Parker mostra-nos que o serviço mercenário veio ganhar notoriedade paralelamente às tiranias do *Período Clássico Helênico* (PARKE, 1933, *passim*) e Matthew Trundle (2004, p.12-13), aponta que Heródoto se utilizava do termo *epikouroi* para se referir aos aliados e também a tropas auxiliares. Isto não somente nos permite acompanhar historicamente a percepção que os gregos tinham a respeito do *Soldado-Mercenário*; mas também, nos fornecem indícios de que até o final do período *Clássico*, ainda não havia categoricamente a existência do *Mercenarismo* como atividade e ofício especializado na guerra. Entendemos os *Mercenarismo* não como a ação de vender seus serviços como profissional de guerra, mas sim como um fenômeno que se encontra além dos desejos individuais e envolve problemas de ordem política, sociais, econômicas e agrárias relacionados diretamente com questões militares.

* Membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Após o século V a.C., *Soldados-Mercenários* tornam-se uma sistematização político-estratégica das guerras entre os povos helênicos possibilitando o *Mercenarismo*, o qual terá seu ciclo completo, nas ações expansionista e políticas de Alexandre, o Grande. Não há como falarmos do *Soldado-Mercenário*, sem identificarmos do que se trata a *Guerra*. A temática envolve problemas de ordem social, que transpassam o tempo unindo passado e presente sob diversas conceituações que a definem como: “*A continuação da Política por outros meios*” (CLAUSEWITZ, DA Guerra, 2003, p. 27); “*Dois ou mais grupos em conflito necessitando fazer uso da violência através da força durável e organizada*” (BOBBIO, T. Geral da Política, 2000, p.515-516); ou ainda, “*Uma falta de garantias que acabam gerando uma luta real e violenta*” (HOBBS, *Leviatã*, cap. XIII). Estas diversas denominações do que vem ser a *Guerra* apenas nos demonstram como o estudo do tema pode ser complexo e sem consenso.

Tangenciando a Antiguidade, particularmente em Atenas, no século V a.C. cujo corte temporal estende do final do V ao início do século IV a.C., a prática do mercenarismo começou a se tornar comum e a integrar àquela polis. O discurso do orador ateniense Isócrates nos apresenta algumas das motivações desta prática, vejamos a citação: “*Recortem na Trácia território suficiente para que não apenas vivamos em abundância, mas que possamos oferecer vida satisfatória aos gregos que passam necessidade*”. (ISÓCRATES, *Panagérico*, Apud. GARLAN, 1991, p.145). A partir de documentações dos períodos ratificados pela historiografia, torna-se possível indicar que tal fenômeno figurou como resultado de um colapso no sistema *poliade* envolvendo questões de ordem sociais, políticas, econômicas, ideológicas e agrárias (MARINOVIC, 1988, p.12).

Além das questões sócio-econômicas, *Soldados-Cidadãos* tornavam-se *Soldados-Mercenários* em razão de sua *Civilidade* abalada. No corte temporal supracitado passando pelo final da *Guerra do Peloponeso* que se deu em 404 a.C. até as primeiras décadas do século IV a.C., quando o emprego de *Soldados-Mercenários* tornou-se mais efetivo na Hélade, houve mudanças na geopolítica que afetou a construção das relações sociais. Dentre estes fatores,

podemos mencionar a mortalidade dos cidadãos masculinos em idade política ativa durante a *Guerra do Peloponeso*.

De acordo com Claude Mossé, o recenseamento feito por Demétrio de Faleros em 317 a.C, mostra que durante o conflito na Hélade, que durou vinte e sete anos e foi liderado por atenienses e espartanos, a população ateniense teria sido reduzida à metade. (MOSSE, *Apud*, CANDIDO, 2001, p.32). Na tabela que se segue podemos verificar as baixas por geração de cidadãos e categoria cívico-militar:

Período	Morte	Hoplita	Cavaleiro	Theta	Colonos	Batalhas
431-400	49.450	12.050	550	20.500	2000	66
399-369	5.700	300	?	1.400	-	16
368-338	4.750	30	30	1.750	-	14
338-322	4.100	350	50	650	-	08
Total	64.000	12.750	630	24.300	2000	104

Baixas de Guerra na Grécia Clássica de 431-322. (BRULÉ, *Apud*. CANDIDO, 2001,32)

Maria Regina Candido aponta que a alta mortalidade somada à baixa natalidade do final do século V a.C. levou os atenienses a buscarem alternativas para suprir a falta de demanda de contingente militar e incluiu o *Soldado-Mercenário* entre a comunidade dos atenienses (CANDIDO, 2001, p.34). Vemos que tal medida contribuiu para que a tradicional *Civilidade* do *Soldado-Cidadão* ateniense se tornasse sensível às inovações sociais e se adaptasse admitindo, em razão dos interesses, o convívio com o “*Bárbaro*”, o *diferente*. Dentre as adaptações constam adotar o serviço mercenário, como alternativa de sobrevivência.

Percebe-se que o *Soldado-Cidadão* ao se transformar num *Soldado-Mercenário*, buscava reestruturar sua *Civilidade*. Pois, salvo as exceções dos espíritos aventureiros, ninguém suportaria viver por toda a vida ávido de combates, sem leis e sem lar (ARISTÓTELES. *Política*,

1252 b). Neste contexto, o arquétipo de *Civilidade* idealizado pelo *Soldado-Mercenário* seria o *Soldado-Cidadão*. Desta primeira hipótese, coaduna Yvon Garlan, que teria feito menção à busca pela estabilidade cívica dos *Soldados-Cidadãos*. O historiador afirma se tratar de um engano considerar *Soldados-Mercenários* seres associativos seduzidos pelo caminho da aventura. Estes combatentes não eram meros instrumentos nas mãos de seus empregadores.

O soldado-Mercenário antes de tudo aspirava por um fim às suas andanças e à precariedade de sua condição social. O desejo destes combatentes, quando não tinham possibilidade de retornar as suas casas, era se estabelecer em algum lugar e nele obter meios de subsistência. Por tais fatores é possível ratificar que os principais elementos que motivaram *Soldados-Cidadãos* a se transformarem em *Soldados-Mercenários*, foram problemas de ordem política, social-econômica somadas ao alto índice de mortalidade da população masculina ativa. Portanto, o desejo em recuperar uma cidadania e reestruturar a *Civilidade* abalada pode ser apreendido, segundo o pensamento de Marcel Detienne, como uma necessidade de *tornar presente* acontecimentos anteriores de um grupo provido de memória (DETIENNE, 2004, p.76). Assim, os fatores que contribuíram isoladamente ou em conjunto para a proliferação de *Soldados-Mercenários* na Hélade, durante e após o século V a.C., de alguma maneira não foi um elemento isolado e sim um conjunto de fatores. A começar, por identificar que entre a comunidade dos atenienses havia uma estreita relação entre as armas e o status dos cidadãos. O armamento acabava por refletir também, condição social.

Quando Sólon, ao início do século VI a.C., tomou medidas de erradicação da escravidão por dívidas e dividiu os grupos sociais segundo a riqueza agrícola, não somente reduziu poderes da aristocracia, mas também permitiu que grupos sociais ficassem evidenciados através das armas que utilizavam para combater nas guerras (JONES, 1997, p.7).

Aristocratas e oligarcas por serem abastados financeiramente, geralmente combatiam como *Cavaleiros*; pequenos proprietários de terras como *Hoplitas* (infantaria pesada) e, indivíduos sem propriedades; cidadãos pobres e sem nenhum recurso que vivia de jornada de

trabalho, combatiam como *Peltastas* (infantaria ligeira) (GARLAN, *In*: VERNANT, 1993, p.61-62).

A *Cavalaria* era uma arma das elites sociais, pois além do alto custo de se manter um animal de grande porte como um cavalo, era preciso tempo disponível para se praticar a equitação. Este corpo militar era formado na sua maioria por cidadãos oriundos do segundo e do primeiro segmento social instituído por Sólon, os *Hippies* e os *Pentacossimedimminos*. Sob a perspectiva militar, a *Cavalaria* era limitada não somente devido ao alto custo de manutenção de um cavalo, mas também por ser incapaz taticamente de penetrar as fileiras de lanças dos *hoplitas* formados em falange (GARLAN, *In*: VERNANT, 1993, p. 61-62).

A partir da inferência de Marcel Detienne de que é possível *comparar o incomparável* podemos - guardando as devidas proporções e sem anacronismos - compreender o presente analisando e conhecendo o passado (DETIENNE, 2004, *passim*). Nestas conformidades, é possível cotejar a ação de *Soldados-Cidadãos* e *Soldados-Mercenários* ao final do século V a.C. de maneira paralela aos eventos ocorridos na Modernidade e Contemporaneidade.

Atualmente, torna-se cada vez maior o uso de “Empresas Militares Privadas”, *Private Military Company* – os chamados (PMCs). Ao início do século XXI, o elevado número de *Soldados-Mercenários* que combatem nas guerras que assolam o Oriente Médio nos levam a refletir a postura das grandes potências da atualidade. Há um valor singular a utilização de exércitos formados por estrangeiros, que lutam sob um contrato, em lugar do soldado da pátria. Nestas conformidades, em determinada ocasião o comandante da força multinacional de ocupação no Iraque, David Petraus, fez seguinte afirmação: “*sem as forças privadas é impossível vencer uma Guerra*” (SANCHES, 2007, p.56-57). O interessante neste cenário - fora do âmbito militar e mais precisamente na esfera econômica - é que o progresso tecnológico desenvolvido durante o século XX exigiu maior demanda de energia; inclusive pesquisas científicas apontam para possíveis crises do setor e não devemos esquecer que o Oriente - Médio é uma região rica em recursos energéticos. A necessidade de atuação militar para conquistar e ocupar territórios

potencialmente ricos em matéria prima energética, e que ainda não foram exploradas ou encontram-se desconhecidas, torna-se uma questão relevante. Assim, quando observamos o crescente número de PMCs – percebemos que, em sua maioria, os recrutados são oriundos de países ditos periféricos tais como: Sudão, Colômbia, África do Sul e Brasil (SANCHES, 2007, p.56).

Enfim, ainda na atualidade temos a relação *Mercenarismo* e crise econômica e política. Tanto na Antiguidade como na atualidade, há uma prática de utilização da experiência militar daqueles que nada possuem e vêem nas guerras, a oportunidade de mudarem sua condição social.

Quando nos deparamos a refletir sobre as relações envolvendo Antiguidade e Contemporaneidade – tal qual, tivemos oportunidade de demonstrar em linhas anteriores – o armamento, era um reflexo da condição social do cidadão tanto quanto o modelo de combate adotado, coadunava com a atividade política do governo. Como exemplo, durante o período *Clássico Helênico*, no qual havia uma relação ritualística do hoplita com a terra dos seus ancestrais (HANSON, 1989, *passim*), o *Hoplôn*⁸² poderia ser visto como uma representação do desejo de defesa, e da proteção a terra que foi conquistada por seus ancestrais. Enquanto que no período *Helenístico*, quando temos uma política de expansão comandada por macedônicos sob comando de Alexandre, o Grande, a *Sarissa*⁸³, ocupa um lugar de destaque; representando respectivamente conquistar e avançar.

Observando as perspectivas que unem o modo de combate as relações políticas e sociais de um dado período, torna-se pertinente destacar a observação do general do Exército Brasileiro Carlo Alberto Pinto Silva. O militar destaca a importância de os comandos militares sensibilizarem a administração política dos governos para a liberação de recursos pecuniários, a fim de investir na manutenção de uma força militar adestrada, tecnologicamente preparada e pronta a dar respostas as mutações e novas modalidades da guerra (SILVA. 2001, *passim*).

⁸² Escudo circular de aproximadamente 1m de diâmetro que pesava entre 4,5kg e era uma das principais armas da infantaria pesada.

⁸³ Lança de aproximadamente 5m, utilizada pela infantaria pesada macedônica.

Nas abordagens de Carlos Alberto P. Silva, fica perceptível que as gerações da guerra na Modernidade são extremamente relacionadas ao modo de combate. Ao surgir a *Primeira Geração da Guerra*, os Estados Nacionais estavam em formação, portanto havia necessidade de ratificar quem eram os combatentes. Sendo assim, sabíamos quem eram os inimigos; as batalhas eram formais e as tropas, de dispunham no terreno em uma formação de linha e coluna (SILVA. 2001, p. 1). Já durante a Quarta Geração da Guerra, não temos mais um inimigo regular, pois os oponentes são não estatais, tais como: a Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, entre outros. Muitas vezes, infiltrados por entre a população civil (SILVA. 2001, p. 2). Em contrapartida a esses fatores, somam-se o intuito das grandes potências em evitar problemas de ordens políticas e jurídicas, segundo os tratados e legislações atuais da guerra. Neste sentido os chamados PMCs são alternativas eficazes e, vão de encontro à demanda de muitos jovens que não foram absorvidos pelos exércitos regulares, de seus países de origens (TEIXEIRA. 2008, *Passim*).

Assim, quando levamos em consideração a ação de *Soldados-Mercenários* tangenciando Antiguidade e Contemporaneidade é possível concluir que problemas de ordem política, social e econômica são “combustíveis” ao crescimento do *Mercenarismo*. Principalmente, se considerarmos que há quem necessite contratar e quem deseje ser contratado, como nos demonstra os fenômenos que insistem em se repetir após longos períodos de instabilidade política e de longas guerras. Tal evento ficou perceptível em eventos como foi a chamada “*Guerra Fria*” ao final do século XX, tanto quanto, após a *Guerra do Peloponeso* no século V a.C.

Documentação Textual

HERODOTO. **História**. Tradução e Introdução de Mário da Gama Cury. 2ª edição. Brasília: Editora UNB, 1988.

TUCÍDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do Grego Mario da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1986.

XENOFONTE. **As Helênicas**. Tradução para o Espanhol e notas de Orlando Guntinas Tunon. Madrid: Gredos S.A, 1985.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *On Violence*. New York : Harcourt, Brace & World, 1970.

AYMARD, André. *Mercenariet et L' histotorie grecque*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

BAKER, Patrick. *Les Mercenaires*. In:PROST, Francis. *Armées et societies de la Grèce Classique: aspects sociaux et politiques de La guerre aux V et IV s. av. J. C*. Paris: Editions Errance, 1999.

BRULÉ, Pierre et OULHEN, Jacques. *Esclavage, guerre économie em Gèce ancienne: Hommages à Yvon Garlan*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

BRULÉ, Pierre. *La mortalité de Guerre em Grèce Classique: L'exemple d'Athenès de 490 à 322*. In: PROST, Francis. *Armées et Sociétés de la Grèce Classique:Aspects sociaux et politiques de la guerre aux Ve et IVe s. av.J.-C*. Paris: Editions Errance, 1999, p. 61.

BRULÉ, Pierre et OULHEN, Jacques. *Esclavage, guerre économie em Gèce ancienne: Hommages à Yvon Garlan*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

BRULÉ, Pierre. *La mortalité de Guerre em Grèce Classique: L'exemple d'Athenès de 490 à 322*. In: PROST, Francis. *Armées et Sociétés de la Grèce Classique:Aspects sociaux et politiques de la guerre aux Ve et IVe s. av.J.-C*. Paris: Editions Errance, 1999, p. 61.

BRUN, Patrice. *Questions D'Histoire: Guerres et Sociétés dans les Mondes Grecs 490-322*. Paris: 1999.

CANDIDO, Maria Regina. *Katádesmos: a magia entre os atenienses do V ao III século a.C*. RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em História Social, 2001.

CLAUSEWITIZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. Tradução de Maria Teresa ramos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Tradução de Ivo Stomiolo. SP: Editora Idéias e Letras, 2004.

GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Ed. Papirus, 1989.

GRIFFITH, G. T. *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1935.

GUERRA, Maria Sonsoles. **Os povos bárbaros**. SP: Editora Ática, 1987.

HANSON, Victor Davis. *The Western Way of War: infantry battle in classical Greece*. Berkely and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1989.

_____. *Hoplites: The Classical Greek Battle Experience*. Routledge. London and New York, 1993.

_____. *Warfare and Agriculture in classical Greece*. Ed. Universit of California Press. Los Angeles, Califórnia, 1998.

_____. **Por que o Ocidente Venceu: massacre e cultura - da Grécia Antiga ao Vietinã**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2002.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. Tradução; João Paulo Monteiro e Maruá Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção os pensadores, 1974.

JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas**. Tradução; Ana Lia de Almeida. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARINOVIC, Ludmila P. *Le mercenariat Grec au IV siècle avant notre ère et La crise de La polis*. Paris: L' Université de Bersaçon, 1988.

MOSSÉ, Claude. *Le role politique dès armées dans Le mond grec à l'époque classique*. In:VERNANT, Jean Pierre. *Problèmes de La guerre em grèce ancienne*. Paris: L'École dès Hautes Études Sciences Sociales, 1999.

_____. *Les mercenaires dans lès luttés internes de Syracuse au IV siècle: La témoignage dès viés de Dion ET de Timoléon de Plutarque*. In:BRULÉ, Pierre. et OULLHEN, Jacques. *Esclavage, guerre, economie en Grèce ancienne*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

PARKE, H. W. *Greek Mercenary Soldiers from Earliest times to the battle of Ipsus*. Oxford: Oxford University Press, 1933.

SILVA, Carlos Alberto Pinto . **Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar**. 2001

TRUNDLE, Matthew. *Greek mercenary from the Late Archaic Age to Alexander the Great*. London and New York: Routledge, 2004.

Sitografia:

TEXEIRA, Francisco. **Mercenários Brasileiros: a quem interessa?**
www.agenciartamaimor.com.br/ 18/02/05. Acessada em 10/07/2008, às 17:00hs.

TESTEMUNHOS DE *BARBÁRIE*: TENSÕES, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES ENTRE CELTAS E HELENOS⁸⁴

*Pedro Vieira da Silva Peixoto**

E um dia há de recair sobre nós uma luta em comum, quando os Titãs de dias futuros erguerão, contra os helenos, espadas bárbaras e uma guerra céltica, e do longínquo oeste virão como os flocos de neve e tão numerosos como as estrelas quando estas preenchem mais densamente o céu.(CALÍMACO, *Hinos*, IV, vv.171-176)

1 - Introdução

Começemos com uma constatação simples: ainda hoje a imagem que circula tanto no senso comum, como muitas vezes reproduzida pela historiografia contemporânea, associa aos celtas a figura de indivíduos guerreiros, bárbaros por excelência. O celta é quase sempre marcado pelos seus excessos: o excesso de suas mulheres, o excesso de seu amor pelo vinho e, sobretudo, o excesso pela guerra. A bravura indômita, o temperamento a ponto de explodir a qualquer momento e, em especial, a falta de comedimento parecem desempenhar a função de importantes identificadores dessa *persona* caricata à qual se habituou, em muitos casos, a chamar de “celta”.

Diferentemente do que muitas pessoas poderiam imaginar, esse estereótipo de representação não tem suas origens na contemporaneidade: ele é fruto de diferentes processos de

⁸⁴ Além de todos os envolvidos neste *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, desde aqueles que participaram como ouvintes e apresentadores, até a equipe de organização do evento, a saber o Cel. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, que gentilmente nos acolheu, e a Prof^a Vanessa Codeço, colega de laboratório na UFRJ já há alguns anos e que generosamente apoiou o evento, gostaria, em especial, de agradecer ao Prof. Mestrando Márcio Felipe Almeida da Silva, um dos idealizadores e organizadores do evento, pela iniciativa e gentileza de ter-me, pessoalmente, feito o convite a fim de integrar uma mesa e apresentar a presente pesquisa.

* Possui graduação em História pela UFRJ, e atualmente é mestrando do PPGH da UFF, sob a orientação da Prof.^aDr.^a Adriene Baron Tacla. É bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e membro do NEREIDA (UFF), do LHIA (UFRJ) e colaborador do NEA (UERJ). E-mail: peixotopvs@yahoo.com.br

construções discursivas que podem ser traçados num período de mais de dois mil anos. Remetem-nos, portanto, à própria Antiguidade.

Assim, neste texto, buscaremos apenas apresentar um panorama mais geral entre dois processos distintos de construção de saberes em relação aos celtas na Antiguidade, a partir da documentação textual grega. Conforme será visto, argumentaremos ser fundamental observar a produção discursiva sobre a *barbárie* articulando-a aos diferentes momentos, circunstâncias, dinâmicas, tensões e interações estabelecidas entre as populações da Europa da Idade do Ferro, convencionalmente identificadas como “celtas”, e aquelas comunidades do Mediterrâneo antigo, mais notadamente da Hélade.

2 – O bom bárbaro distante.

Os celtas ganharam existência nos registros históricos escritos há mais de vinte e cinco séculos. Foram os antigos helenos os primeiros a nos deixar documentos escritos a respeito das populações que habitavam a Europa na Idade do Ferro, as quais passaram, em sentido geral, a ser denominadas por aqueles primeiros gregos de Κελτοί (*keltoi* –celtas)⁸⁵.

As primeiras referências que temos sobre estes *keltoi* são, em sua maioria, escassas e generalizantes. Os celtas eram considerados nada mais nada menos do que mais uma das distantes tribos periféricas do mundo, não muito dignas de atenção. Sabia-se, até então, aquilo que se considerava o básico nesses casos – o nome pelo qual esses ‘marginais’ podiam ser identificados e os lugares nos quais haviam se estabelecido (DOBESCH, 1999, p. 30-31).

Para os primeiros historiadores/geógrafos gregos como Hecateu e Herótodo, os celtas, em geral, eram *bárbaros* do Ocidente por excelência – ocupavam um território que iria do Danúbio⁸⁶

⁸⁵ Para alguns autores, como Dáithí Ó hÓgáin (2002), a palavra *celta* possuiria uma origem etimológica indoeuropeia advinda da raiz **kel*, significando literalmente ‘atingir’, ‘acertar’, ‘bater em’, ‘atacar’, ‘colidir’. Seria, pois, uma referência genérica a uma espécie de *ethos*/ valor guerreiro-aristocrático. Uma coisa, contudo, deve ser destacada: nenhuma dessas populações às quais, hoje, denominamos celtas jamais deixou qualquer vestígio de que elas se identificassem ou reconhecessem por tal nomenclatura (LEERSSEN, 1996: 4).

⁸⁶ Podemos identificar, neste momento, uma considerável imprecisão geográfica por parte de autores como Herótodo no que diz respeito às descrições das terras a ‘oeste’. Uma boa discussão sobre esses aspectos entre outros,

às costas atlânticas da península Ibérica⁸⁷. Esse momento inicial é ainda marcado pelo estabelecimento de colônias gregas na costa oeste do Mediterrâneo, como Emporion⁸⁸ (atual Ampúrias, Espanha), Agathe Tyche⁸⁹ (atual Agde, França) e, em especial, Massália⁹⁰ (atual Marselha, França). Boa parte do conhecimento que se tem sobre os celtas deve-se, justamente, a esses primeiros contatos e formas de interação.

O que a princípio se sabia em relação àquelas comunidades era originário de relatos de viajantes, de negociações entre os primeiros gregos que se estabeleceram na região e as comunidades nativas, e de alguns poucos exploradores que se aventuravam pelo interior daqueles territórios (CUNLIFFE, 2003, p. 140).

Eis os motivos para determinarmos esse primeiro momento como responsável por construir uma imagem do celta como *bom bárbaro distante*. Autores como Hecateu de Mileto (*Steph. Byz.*, FGrH1A, #1, frags. 54-56 apud FÉRREZ, 2006, 46-47; FREEMAN, 1996, p. 14), Himlico de Cartago (via Avenius, *Ora Maritima*, 114-119, 380-389, 411-416) e Heródoto (*História*, II.33, IV.49) foram capazes de mapear as populações célticas, localizando-as geograficamente, e destacando, conseqüentemente, seus contatos com helenos com os quais, muitas vezes, tinham relações comerciais.

Os celtas, ao mesmo tempo em que estavam relativamente *distantes* – já que não ofereciam ameaça visível, não eram um perigo à espreita – possuíam também um aspecto *bom*,

associada à historiografia grega, pode ser encontrada no livro *The Greek Historians* de T. J. Luce (1997). Ainda sobre as descrições de Heródoto sobre o Danúbio, os Alpes, e outros elementos geográficos relativos ao oeste conferir LUCE (1997: 29-30).

⁸⁷ A Península Ibérica é, muitas vezes, exclusivamente, associada aos celtas. Nos séculos VI-V, predominava a ideia de que os celtas ocupariam, em especial, o território a oeste do mundo. Barry Cunliffe (2003: 140) fornece uma interessante interpretação para muitas das generalizações e confusões feitas pelos primeiros autores gregos em relação aos habitantes da região da Europa central, que ficou conhecida como *Kéltica* ou *Gália*, e aqueles da península Ibérica chamados celtiberos: “*embora a cultura material destas duas regiões seja diferente, elas falavam línguas similares e foi presumivelmente por esta razão que os primeiros escritores gregos não tiveram dificuldades com o conceito generalizante de que todos eles eram celtas*”.

⁸⁸ Na forma original, Εμπόριον, literalmente, ‘mercado’.

⁸⁹ ‘Boa fortuna’ (Αγαθή Τύχη), referindo-se ainda à deusa Tyche (Τύχη) responsável, em parte, pela fortuna e prosperidade de uma cidade. Para maior aprofundamento em relação a esta figura mítica e suas representações na arte ateniense dos séculos V e IV conferir SMITH (2003: 25).

⁹⁰ Massália (Μασσαλία), situada no golfo de Lyon, no sul da Gália (atual Provence), ficava próxima à foz do Ródano e serviu como principal entreposto comercial durante séculos entre o Mediterrâneo e as comunidades da Europa centro-ocidental.

isto é, positivo. Tal olhar bondoso parece vir especialmente da possibilidade de contatos comerciais com essas comunidades. A impressão que se tem é a de que a partir de centros específicos, supostamente entendidos como “*irradiadores de civilidade para populações marginais*”, tal como Massália era considerada, os celtas apresentavam-se como interessante grupo com o qual se poderia relacionar, transmitindo-lhe ‘civilidade’ e obtendo-se benefícios a partir de tal relação. Julia Kristeva (1998: 58) aponta que o caráter ‘positivo’, bondoso, perfectível atribuído aos *bárbaros* deve-se, dentro da concepção clássica, à possibilidade de eles se tornarem “gregos de cultura”. O que diferiria os bons dos maus *bárbaros* seria então o quanto essas comunidades poderiam estar sob a influência cultural helênica ou não.

Em parte, essa imagem dos celtas prevaleceu praticamente a mesma até o século V (DOBESCH, 1999, p. 31). Daí em diante, começamos a identificar o surgimento de uma nova concepção em relação a eles – o bárbaro agressivo, temível. Muitos autores defendem, ainda, ser este um momento marcado pela acentuação da rejeição do *bárbaro* em geral e pelo desenvolvimento de um discurso de *barbarie* mais efetivo. Em parte tal fato teria se dado devido às guerras greco-pérsicas e ao desenvolvimento de uma filosofia helênica cada vez mais fundada no *logos* (cf. KRISTEVA, 1994, p. 57; CASSIN, LORAUX, PECHANSKI, 1993).

3- O próximo ameaçador.

A segunda Idade do Ferro europeia, academicamente conhecida como cultura de La Tène⁹¹, foi marcada por significativas mudanças e tensões sociais (ARNOLD, 1995, p. 156-159). Embora não seja de nosso interesse aprofundar tal discussão, desejamos citar um aspecto que consideramos ser de importância para a nossa pesquisa: a introdução no cenário mediterrâneo da figura dos celtas como guerreiros e mercenários.

⁹¹ Convencionalmente, por volta do período de 475 até o domínio romano no século I. Arqueologicamente, tal momento é dividido em três estágios, a saber: *La Tène A-B1* (475-350), *La Tène B2-C1* (350-150) e *La Tène C2-D* (150-20). Melhor discussão e esquema do período estão caracterizados em COLLIS (1996: 75).

Ao longo do século V é possível identificarmos arqueologicamente um grande número de regiões a leste da zona alpina ocupadas por populações celtas. Os séculos IV e III igualmente foram marcados por um crescimento constante de contatos e movimentações de grupos belicosos inclusive em regiões como a Trácia, a Grécia e até mesmo a Ásia menor (cf. RANKIN, 2002, p. 12).

Entendemos que a intensificação de tais movimentações se deva por aspectos sociais internos relacionados às dinâmicas de poder típicas das populações célticas daquele momento. O aumento de saques, pilhagens e ataques, portanto, parecem estar relacionados à fragilidade e instabilidade política do sistema de chefias da Idade do Ferro. A inexistência de mecanismos regulados e pré-estabelecidos para a aquisição de *status*, tão característicos dos sistemas de chefias, conseqüentemente, acaba por implicar um aumento, não só da produção e circulação, como também de competições e disputas (ROWLANDS, 1998, p. 63-65). Vemo-nos, portanto, diante do seguinte cenário:

- sociedades nas quais as posições e prestígio sociais são baseados na posse e redistribuição/circulação de bens e riquezas materiais;
- grupos de uma elite aristocrática que disputam o poder entre si, competindo em um cenário marcado pela diversidade e fragilidade da perpetuação e manutenção do poder, havendo, portanto, a necessidade de constantes negociações, memorizações e estratégias de manutenção de autoridade através de contratos diversos, acordos, casamentos, enterramentos, banquetes;
- as guerras/razias/ saques como práticas ou estratégias possíveis para o acúmulo de *status*, prestígio social e riquezas a fim de serem usadas na competição por reconhecimento, poder e manutenção de privilégios sócio-econômicos.

Frente a tal cenário, marcado pela fragilidade e pelas disputas por *status*, não parece estranho que cada vez mais grupos de guerreiros passem a promover investidas em territórios outros, almejando acumular possíveis novas riquezas que serviriam como diferenciais de poder.

Assim, ao longo de todo o século IV, helenos e romanos entram em contato direto com esses bandos migratórios de guerreiros, que passam a ser reconhecidos de diversas maneiras: *Keltoi*, *Celtae*, *Galli*, *Galatae* (CUNLIFFE, 2003, p. 140). É igualmente este o primeiro momento em que os celtas passam a adquirir a reputação de guerreiros bravos, destemidos, temíveis, extremamente agressivos, passando a ser utilizados como mercenários por cartagineses, etruscos e gregos (DOBESCH, 1999, p. 31). Xenofontes (c.430 – 354) nos relata que, após a batalha de Leuctra em 371⁹², Dionísio I (430-367), o tirano de Siracusa, envia uma tropa de reforço auxiliar aos lacedemônios composta de mercenários celtas e iberos (Xenofontes, *Hellenica*, VII, 1, 20 e 31). É o primeiro relato que temos da presença de guerreiros celtas na Hélade.

Gerhard Dobesch (1999, p. 31) destaca que, como consequência da utilização desses grupos de ‘bárbaros’ como mercenários em potencial, esse é o primeiro momento em que podemos identificar o surgimento de uma preocupação de descrição mais ‘etnográfica’ dessas populações. Eis que passagens como as de Platão (c.428- c.374) em suas *Nomoi* (Platão, *Leis*, I, 637d-e) e Aristóteles (c.384- c.322) na *Política* (7, 1336a), *Ética a Eudêmio* (III.1, 1229b) e *Ética a Nicômaco* (III.5, b28) buscam, em algum dado momento, destacar aspectos culturais, hábitos e práticas supostamente celtas como a bebedeira, o espírito belicoso e agressivo, a temeridade, a disciplina à qual as crianças eram sujeitas desde a infância, bem como o excesso de coragem e a falta de inteligência características de tais sociedades.

É provável que notícias do saque e tomada de Roma em 390 por guerreiros estabelecidos na região do Vale do Pó, e a quase destruição da cidade tenham chegado à Grécia despertando parte das preocupações em relação aos celtas. Esse episódio, conhecido na historiografia como “a invasão gaélica a Roma”, representou a tomada de Roma após a Batalha do Ália na qual os celtas, tendo derrotado os romanos em combate, cercaram e sitiaram Roma chegando a dominar

⁹² A batalha de Leuctra, recebeu este nome porque foi travada nos arredores de Leuctra, na Beócia, e opôs forças beócias lideradas por Tebas contra os lacedemônios e seus aliados.

a cidade, com exceção do monte Capitolino, retirando-se, por fim, apenas mediante a condição de pagamento de tributos em ouro. David Rankin (2002, p. 46) argumenta ser plausível que Aristóteles, por exemplo, sabia dos saques e ataques realizados por guerreiros celtas na península itálica, já que em uma passagem Plutarco (*Camillus*, 22.4) posteriormente comenta que Aristóteles havia pensado que Lucius Camillus fora quem salvara Roma da ameaça dos gauleses.

Contudo, a capacidade dos celtas de inspirarem um terror absoluto, de causarem admiração e espanto, sua qualidade de *to kataplektikon*, pode ser identificada, de fato, a partir do século III. Um elemento direto e impactante sobre a representação dos celtas parece vir das expedições militares e saques promovidos por alguns grupos à própria região da Grécia balcânica, em torno de 278, e que teriam supostamente chegado até mesmo a Delfos. Os versos dos *Hinos a Delos* de Calímaco utilizados como epígrafe neste artigo representam bem o medo que surge em relação aos celtas após o século III, fazendo referência justamente às expedições celtas dentro de territórios helênicos. Nesse hino vemos a figura dessas populações “bárbaras” apropriada pelos gregos e inserida em seu contexto mitológico, semelhante, assim, à figura dos Titãs⁹³. A imagem construída em relação aos celtas é óbvia. Ela vincula-se à esfera do caos, da ameaça, da desordem, da guerra, da morte e, sobretudo, da destruição. Séculos à frente, o traumático saque celta a Hélade parece ainda ser importante o suficiente para que Pausânias em sua *Descrição da Grécia* (X, 19.5 – 23.14) tenha descrito o acontecimento, mencionando inclusive uma liga grega de combate contra os celtas formada em Termópilas, mas que teria fracassado.

Eis, possivelmente, algumas das razões para que, ao longo dos anos, esses “excêntricos” distantes ganhassem cada vez mais também o aspecto “cruel” como parte característica de sua fama (KRISTEVA, 1994, p. 57). Posteriormente, com a expansão territorial do Império Romano,

⁹³ Existem outros autores que introduziram os celtas diretamente na mitologia do mundo Mediterrâneo (Cf. FREEMAN, 1996: 25-26). Exemplos disso podem ser observados em Asclepiades de Tragilus (*Comentários de Probus na Georgica de Virgílio*, 2, 84) e em Apolônio de Rodes (*Argonautica*, 4, vv.611-47).

poderíamos destacar um terceiro momento de reapropriações, construções de representações e saberes em relação aos celtas, que se inserem e dialogam, em especial, com as dinâmicas e tensões advindas das políticas imperiais adotadas por Roma (cf. CUNLIFFE, 2003, p. 139-141; PEIXOTO, 2010, p. 78-82; TACLA, 2008, p. 10-15). No entanto, com o perdão do uso da expressão popular brasileira neste contexto, cronologicamente não tão inapropriada assim, tratam-se, aí, de “outros quinhentos”...

4- Considerações finais

Existem alguns pontos dignos de algumas últimas considerações. Primeiramente é preciso destacar que a presente esquematização, em dois momentos distintos, apresentada neste artigo diz respeito, obviamente, a uma construção historiográfica contemporânea. Isto é, em momento algum, a documentação antiga se dividiu ou se entendeu a partir desses dois estágios de produções discursivas em relação aos celtas. O que, de fato, temos é o seguinte: diversos autores, em suas complexidades múltiplas, a construir diferentes visões de mundos e saberes.

Há, contudo, uma aparente transformação na produção de discursos em relação aos celtas: se a princípio poucos são os autores a mencioná-los e quase nada se sabe sobre esses indivíduos, a não ser o básico, como, por exemplo, que parte do mundo esses distantes sujeitos habitavam, gradativamente as condições documentais sobre essas populações vão mudando. Os celtas passam a ganhar mais espaço nos relatos antigos, maiores digressões (de fundo, quase “etnográfico”) começam a ser feitas e um grande foco parece ser direcionado a aspectos envolvendo características bélicas, como a coragem em excesso e a paixão pelas armas e guerras. Tal aparente mudança da imagem construída em relação a essas populações se esvaziaria ou não poderia ser devidamente entendida se não a articulássemos com um momento marcado por uma intensificação de contatos e, sobretudo, com um crescimento constante de atividades militares, dentre elas expedições, saques, ataques e, em especial, a inserção de grupos celtas como forças auxiliares contratadas, isto é, sua presença como mercenários, prática esta cada vez mais

recorrente no Mediterrâneo ao longo do período que ficou, pela historiografia, tradicionalmente conhecido como Helenístico.

Existe um ponto comum, talvez, entre todos os autores abordados, sejam eles pertencentes a um primeiro ou segundo momento de contatos e interações: a de que em maior ou menor instância, independentemente de suas particularidades discursivas, intencionalidades e motivações sociais e individuais, todos pensam os celtas associados a uma esfera de *barbárie*: como indivíduos, invariavelmente, dotados de visíveis traços de alteridade. Tratam-se de excêntricos por excelência, a partir de uma própria etimologia da palavra *ek/ex* (exterior, fora) *kentron* (centro): indivíduos à margem da “civilidade”, distantes de um centro (‘Nós’). Não é mera coincidência que àquilo que está tão distante tenha-se atribuído, também, os sinônimos de exótico, estranho e fora da normalidade.

Com o passar dos séculos, os celtas tornam-se, por conseguinte, cada vez mais o exemplo perfeito da alteridade – tudo aquilo que um cidadão heleno “civilizado” que vive em uma *koinonia politiké* (comunidade política) organizada, que é *polis*, justamente não é, ou não deveria ser. Não parece exagero, portanto, observar que há uma função retórica, quase pedagógica, na manipulação da imagem desses bárbaros: uma utilização intencional dessa *persona* caricata como um espelho onde os helenos poderiam olhar e perceber aquilo que eles próprios idealmente valorizavam ou possuíam de comum entre si (HALL, 2001, p. 222). Em linhas gerais, os autores antigos foram capazes de criar um modelo estereotipado de representação dos “outros” (CUNLIFFE, 2003, p. 11); isto é, um sistema de conhecimento sobre esses “bárbaros”. Tal modelo se baseia, porém, na exterioridade de quem o cria e representa; justamente por isso, acaba por dizer mais respeito àquele que o elabora do que àquele que é relatado (ARNOLD, 1995, p. 153; SAID, 1996, p. 32; SAÏD, 1985, p. 150). Parece-nos lógico, assim, só ser possível analisar os celtas, tal como são apresentados nos relatos antigos, entendendo-os, primeiramente, como construções culturais (WELLS, 2002, p. 105), o que não implica dizer que estas não

possuíssem algum vínculo com a realidade social vivida pelas comunidades celtas (CUNLIFFE, 2003, p. 11).

Logo, é preciso ter em mente, sempre, que a relação de um historiador com seus documentos (ou fontes) é sempre complexa. No caso da historiografia das populações celtas, deparamo-nos, em especial, com algumas grandes dificuldades. A primeira diz respeito ao fato de que há, ainda hoje, certa hesitação e/ou desinteresse por parte de historiadores pelos estudos de diversas sociedades (antigas ou modernas) que, por diferentes motivos, jamais adotaram a escrita como prática efetiva para fins comunicativos. De fato, esta é, até o tempo presente, uma área muito mais familiar a antropólogos do que a historiadores, embora este quadro venha mudando significativamente nas últimas décadas. Logo, se por um lado as populações da Europa da Idade do Ferro podem se encaixar naquilo que tradicionalmente se nomeou de “sociedades sem escrita”, nada mais lógico, portanto, que elas fossem ignoradas pela historiografia durante anos.

Durante muito tempo, acreditou-se que a única forma possível para o estudo das sociedades celtas fosse através da Arqueologia: estudo de assentamentos, cultura material, enterramentos, dentre outros. Opondo-se a essa tendência, alguns pesquisadores buscaram nos textos gregos e latinos um suporte de informação diferenciado, distante daquele exclusivamente focado nos dados arqueológicos. O problema é que durante várias décadas, como se por alguma ironia do destino, boa parte da produção historiográfica limitou-se somente a aceitar e reproduzir características diversas transmitidas por relatos gregos e latinos: reproduzia-se a imagem do bárbaro temível celta e, na medida do possível, utilizava-se a Arqueologia como mera ilustração ou comprovação de estudo.

Nesse meio tempo, graças a muitos congressos, publicações, debates, resenhas críticas e novas teses, a postura crítico-teórico-metodológica vem mudando consideravelmente. Já somos capazes, hoje, de entender que os textos antigos são importantes documentos para os estudos das sociedades célticas da Antiguidade, mas que sua leitura deve ser feita de maneira cuidadosa e

crítica, já que não se tratam de verdades cristalizadas a partir da escrita e, sim, de construções culturais, de discursos coloniais e representações de alteridades elaboradas por alguns indivíduos específicos que se entendiam como “civilizados”. Igualmente, parece estar já bem estabelecida a possibilidade do desenvolvimento de um estudo cuidadoso, mas que, apesar de partir de um caso específico de análise, leve, igualmente, em consideração diferentes suportes de informação. Em outras palavras, é aceita, como possível, a elaboração de articulações sistematizadas entre documentos de diferentes naturezas (cultura material, relatos clássicos, textos de tradições posteriores irlandeses e galeses), a fim de se observar, a partir de casos específicos, semelhanças e dessemelhanças, sem com isso privilegiar um determinado tipo de documento como mais ou menos importante, nem, tampouco, fazer afirmações generalizantes, anacrônicas e reducionistas.

Portanto, o presente texto buscou apenas fornecer uma pequena contribuição a todo esse longuíssimo processo de debates e renovações historiográficas, a partir de um estudo de caso específico. Esperamos ter demonstrado como, efetivamente, em um dado momento, os celtas tornaram-se importante objeto de representações por parte dos autores antigos. Uma vez levando-se em conta as principais formas de interação, as tensões e os contatos estabelecidos entre as populações célticas e os helenos, somos capazes de observar uma diversidade de discursos que coexistem, ganham consistência e são reproduzidos, sobretudo, a fim de (res)significar as relações de poder, reafirmar identidades e reconstruir alteridades.

Defendemos a hipótese de que há efetivamente uma mudança no modelo de representação dos celtas entre os primeiros autores a mencioná-los e os autores seguintes, a partir, em especial, do final do século V e, com maior evidência, entre os séculos IV e III em diante. Em nosso entendimento, tal transformação dá-se, sobretudo, a partir das formas pelas quais o Mediterrâneo antigo e aquelas populações da Europa centro-ocidental da Idade do Ferro se relacionam. Parece-nos lógico, assim, que com a constante intensificação de contatos, o crescimento de atividades bélicas, a movimentação de grupos celtas para dentro de territórios helenos, e o aumento de saques, pilhagens e ataques promovidos por esses grupos como parte de

um processo de acúmulo de bens de prestígio e *status* por parte de uma aristocracia tribal tenham sido fatores fundamentais que, interligados, contribuíram para a manipulação e o surgimento de um modelo de representação dessas sociedades como cada vez mais “ameaçadoras” e “perigosas”; em outras palavras, os celtas passam, então, a ser percebidos como uma espécie de mal que está à espreita.

Com isso, por fim, somos capazes de observar como um conjunto de marcas e traços da alteridade que idealmente caracterizariam um *bárbaro* por excelência tais como o excesso, o descontrole, a ausência de temor e a paixão desenfreada, seja, assim, atribuído aos celtas. Curioso, sobretudo, notar como, de maneira significativa, ainda hoje, este estereótipo continua se mantendo vivo no imaginário de muitas pessoas.

Documentação

ARISTOTLE. *Athenian Constitution. Eudemian Ethics. Virtues and Vices*. Trad: H.Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1952.

_____. *Nicomachean Ethics*. Trad: H.Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1934.

_____. *Polítics*. Trad.: H. Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1990.

CALLIMACHUS. *Hymns and Epigrams - Lycophron Aratus*. Trad: A.W. Mair & G. R. Mair. London: Loeb Classical Library, 1921.

HERODOTUS. *History*. Trad: A.D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Trad: W.H.S. Jones & H.A. Ormerod. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1918.

PLATO. *Laws* (Vol. I). Trad.: R.G. Bury. London: Loeb Classical, 1967.

XENOPHON. *Hellenica*. Trad: C. L. Brownson. London: Harvard University Press, Vol. I (1985), vol. II (1986).

Referências Bibliográficas

- ARNOLD, B. 'Honorary Males' or Women of Substance? Gender, Status, and Power in Iron-Age Europe. *Journal of European Archaeology*, 1995, 3.2: 153-168.
- ARNOLD, B; GIBSON, D. B. (ed). *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CASSIN, B.; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. **Gregos, bárbaros, estrangeiros – A Cidade e seus Outros**. São Paulo: Editora 34, 1993.
- COLLIS, J. States without centers? The middle La Tène period in temperate Europe. In: ARNOLD, B; GIBSON, D. B. (ed). *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 75-80.
- CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- _____. *The Celts – A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DOBESCH, G. *Ancient Literary Sources*. In: MOSCATI, S (coord) et alii. *The Celts*. New York: Rizzoli, 1999, 30-38.
- FÉREZ, J. A. L. Los celtas en la literatura griega de los siglos VI-I a.C. *CFC(G): Estudios griegos e indoeuropeos*, 2006, 16: 45-84.
- FREEMAN, Philip. *The Earliest Greek Sources on the Celts*. Études Celtiques, XXXII, 1996, 11-40.
- HALL, J.M. Quem eram os gregos? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 11: 213-225, 2001.
- KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEERSEN, J. Celticism. In: BROWN, T. (ed). *Celticism*. Amsterdam/ Atlanta: Rodopi, 1996, p.3-20.
- LUCE, T. J. *The Greek Historians*. London and New York: Routledge, 1997.
- Ó HÓGÁIN, D. *The Celts: A History*. Cork/Woodbridge: Collins & Boydell Press, 2002.
- RANKIN, D. *Celts and the Classical World*. London: Routledge, 2002.
- ROWLANDS, M. Conceptualising the European Bronze and Early Iron Ages. In: KRISTIANSEN, K & ROWLANDS, M. *Social Transformations in Archaeology: Global and local perspectives*. London: Routledge, 1998: 49-69.

- SAID, Edward. **O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAÏD, Suzanne. Usages de Femme et Sauvagerie dans l’Ethnographie Grecque d’Herodote a Diodore et Strabon. *La femme dans le monde mediterraneen – Antiqué I*. Paris: CNRS, 1985: 137-150.
- SMITH, A. C. Athenian Political Art from the Fifth and Fourth Centuries BCE: Images of Political Personifications. In: BLACKWELL, C. W. (ed.). *Dēmos: Classical Athenian Democracy*, 2003: 1-26. (Disponível em <http://www.stoa.org/projects/demos/home> e acessado pela última vez em 11 de maio de 2010).
- TACLA, A. B. A religiosidade celta: politeísmo “naturalista”? **Cadernos do CEIA**, Ano 1, nº1, Nitéroï, UFF, 2008 : 8-28.
- WEBSTER, J. Ethnographic barbarity: colonial discourse and "Celtic warrior societies". In: WEBSTER, J. & COOPER, N.J. (eds). *Roman Imperialism: Post Colonial Perspectives*. Leicester: Leicester University Press, 1996, 111-123.
- WELLS, P.S.. *Beyond Celts, Germans and Scythians: Archaeology and Identity in Iron Age Europe*. London: Duckworth, 2002.

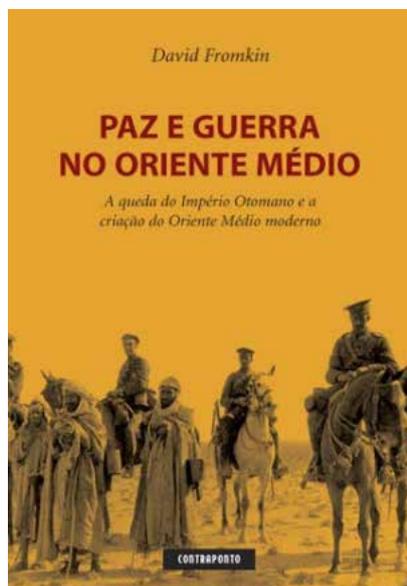
Realização:



Apoio:



Livro em Destaque



FROMKIM, David. Guerra e Paz no Oriente Médio: A Queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio Moderno. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

O professor David Fromkin, da Universidade de Boston (EUA), reconstitui neste livro, depois de mais de 25 anos de estudos, a história da formação do Oriente Médio moderno. A divisão política da região, tal como conhecemos hoje, resultou de decisões tomadas pelos países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, especialmente Inglaterra e França, que desagregaram o Império Otomano (1299-1922) derrotado no conflito. Novos países, com os respectivos governos, foram fabricados pela Europa. A Inglaterra inventou o Iraque e a Jordânia, traçou em um mapa as fronteiras entre a Arábia Saudita e o Kuwait, transformou o Egito em protetorado e deu abrigo, na Palestina, a um Lar Nacional Judaico, precursor do Estado de Israel. A França decidiu a atual configuração da Síria e do Líbano. A maior parte do mundo árabe foi dividida, basicamente, entre duas famílias, que deveriam inaugurar dinastias. A Turquia - centro do antigo império - conquistou com muito sangue o direito à existência, mas os curdos foram deixados sem Estado próprio. A Pérsia, atual Irã, foi humilhada e retalhada. O autor afirma textualmente que: “Em 1979, quando iniciei minha pesquisa, parecia que tínhamos chegado a um ponto em que, por fim, seria possível contar a verdadeira história do que acontecera. Abriam-se arquivos de documentos oficiais e papéis particulares que eram secretos. Por isso este livro existe”.

Mais informações sobre a obra, incluindo seu sumário e introdução, estão disponíveis em:

<http://www.contrapontoeditora.com.br/produtos/detalhe.php?id=170>.

A obra também faz parte do editorial 2011 da Bibliex – Biblioteca do Exército Editora.

http://www.bibliex.com.br/job/index.php?id=1&l_id=296

SOBRE O AUTOR



Professor de Relações Internacionais, História e Direito, especialista em Relações Internacionais, Direito Internacional e Política do Oriente Médio na Universidade de Boston, e membro do Conselho de Relações Exteriores dos EUA desde 1976. David Fromkin também é autor de vários livros, entre eles: O último verão Europeu lançado no Brasil pela editora Objetiva e redator do jornal Middle East Quarterly.

FICHA TÉCNICA

ISBN 8578660005 – 648 páginas – 1ª edição - 2008

Preço médio – R\$ 80,00



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.